UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANGELA ANNUNCIATO

Experiência e resistência
Uma contribuição para a busca de alternativas em educação ambiental de adultos
moradores de zonas rurais por meio da história oral

São Paulo
2009

ANGELA ANNUNCIATO

Experiência e resistência

**Uma contribuição para a busca de alternativas em educação ambiental de adultos
moradores de zonas rurais por meio da história oral**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Educação

Área de concentração: Linguagem e Educação
Orientadora: Profa. Dra. Alice Vieira

São Paulo

2009

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
- 375.991 Annunciato, Angela
A615e Experiência e resistência : uma contribuição para a busca de
alternativas em educação ambiental de adultos moradores de zonas rurais
por meio da história oral / Angela Annunciato ; orientação Alice Vieira .
São Paulo : s.n., 2009.
180 p. : il., mapas. fotos.
- Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área
de Concentração : Linguagem e Educação) - - Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo.
1. Educação ambiental 2. História oral 3. Preservação ambiental 4.
Memória cultural 5. Narrativa 6. Zona rural – História – Aspectos culturais –
Aiuroca, MG I. Vieira, Alice, orient.
-

FOLHA DE APROVAÇÃO

Angela Annunciato

Experiência e resistência: uma contribuição
para a busca de alternativas em educação
ambiental de adultos moradores de
zonas rurais por meio da história oral

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre.

Área de concentração: Linguagem e Educação

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por tudo o que sou.

E também à Bruma, por estar sempre junto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente,

Aos colaboradores Marlon Moreira Arantes, Dirceu José Fabiano, Nilton Martins, Marco Túlio dos Santos, Rosa Miguel Pereira, Sandra Maria Pereira Carvalho, Marco Antonio dos Santos, Joaquim Bernardo da Rocha, Mariana Correia da Rocha, Dirceu da Rocha, Gilberto Furriel e Cícero Senador, que compartilharam conosco sua sabedoria e seu tempo, tornando possível nosso trabalho.

Aos colaboradores Naide Senador, Marcus Moreira Arantes, Rita Moreira Arantes, Gilson Costa Arantes e Lena Silva, pelo auxílio precioso em vários momentos de nosso trabalho de campo.

À Profa. Dra. Alice Vieira, mais que orientadora, amiga e exemplo a ser seguido.

À Profa. Dra. Débora de Angelo, grande responsável pelo desejo de querer estar aqui.

Ao Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy e à Profa. Dra. Maria Luisa Sandoval Schimidt, por apontar caminhos que sempre levaram a melhores lugares.

À Sylvania Schumacher, pela amizade e orientação em Direito Ambiental.

Ao Zeca (José Carlos Catão), “padrinho” desta dissertação, juntamente com a “madrinha”, tia Maria.

Aos amigos Eliane Aguiar e Gerson Heidrich, pelas sugestões pertinentes, e Katia Ferreira, Liliana Revolledo, Débora Toledo e Beatriz Lisboa, por estarem presentes, sempre.

À Maria Estela Alcântara, pela amizade e competente revisão do texto.

À Luciana Zucchetto e demais “meninas da Videoimagem” (Melissa Taylor, Elaine Mayresse, Rosane Rossi e Priscila Sobral), pela paciência com todos os “nãos” ouvidos durante nosso mestrado.

Aos habitantes da cidade de Aiuruoca, MG.

*“Seu moço eu já fui roceiro / No triângulo mineiro / Onde eu tinha meu ranchinho
Eu tinha uma vida boa / Com a Isabel minha patroa / E quatro barrigudinhos
[...] Então aconteceu isso / Resolvi vender o sítio / E vir morar na cidade
Já faz mais de doze anos / Que eu aqui já tô morando
Como eu tô arrependido / Tudo aqui é diferente / Não me dou com essa gente
Vivo muito aborrecido / Não ganho nem pra comer / Já não sei o que fazer
Tô ficando quase louco / É só luxo e vaidade
Penso até que a cidade / Não é lugar de caboclo”*

“Caboclo na cidade” (canção de Dino Franco e Nhô Chico)

*“Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra
escovando osso. No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque
ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que
aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso
por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas
civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão. Logo pensei de
escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram
conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que
estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também que as palavras
possuem muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu
queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma.”*

“Escova” (poema de Manoel de Barros)

RESUMO

ANNUNCIATO, A. **Experiência e resistência: uma contribuição para a busca de alternativas em educação ambiental de adultos moradores de zonas rurais por meio da história oral**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Por meio da análise de dez relatos, este trabalho procura entender os motivos pelos quais pequenos proprietários de terras e moradores de zonas rurais, no interior ou no entorno de Unidades de Conservação (UCs), apresentam dificuldade em conviver com a legislação ambiental. A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Aiuruoca (MG), onde existem duas UCs: a APA (Área de Proteção Ambiental) Serra da Mantiqueira e o Parque Estadual Serra do Papagaio. A realização da pesquisa justifica-se por motivos que vão além de oferecer às populações rurais condições de permanência em seus locais de origem, levantando questões a respeito do tema “preservação ambiental”, que interessa a toda a sociedade. As opções teóricas e metodológicas utilizadas para captação e análise dos relatos centram-se na história oral e em conceitos como memória, identidade, experiência e estereótipos. O entendimento da problemática analisada pretende ser uma contribuição para a elaboração de linguagens alternativas em educação ambiental de adultos residentes em zonas rurais brasileiras. As conclusões apontam para a utilização de formas narrativas na elaboração dessas possíveis alternativas como uma maneira de amenizar a resistência dessas populações ao que não faz parte das formas tradicionais de produção agropecuária e manejo de suas propriedades.

Palavras-chave: história oral, memória, identidade, estereótipos, experiência, narrativas.

ABSTRACT

ANNUNCIATO, A. Experience and resistance: a contribution for the search of alternatives in environment education of living adults in agricultural zones through verbal history. 2009, 161 f. Dissertation (Master) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Through the analysis of 10 stories, this work looks for to understand why small land proprietors located in agricultural zones, countryside regions or around of UCs (Units of Conservation), present difficulty in coexisting the environment legislation. The field research was in the city of Aiuruoca, Minas Gerais, where there are two UCs: the APA (Area of Ambient Protection) “Serra da Mantiqueira” and the “Parque Estadual Serra do Papagaio”. The accomplishment of the research was for reasons that go beyond offering to the agricultural populations conditions of permanence in its places of origin, raising questions regarding the subject “environment preservation”, that it interests all society.

The theoretical and methodology options used for captation and analysis of the stories are centered in verbal history and concepts as memory, identity, experience and stereotypes.

The analyzed agreement of the problematic intends to be a contribution for the elaboration of alternative languages in environment education of resident adults in Brazilian agricultural zones. The conclusions point with respect to the use of forms narratives in the elaboration of these possible alternatives, as a way to minimize the resistance of these populations what it is not part of the traditional forms of farming production and handling of its properties.

Keywords: oral history, memory, identity, stereotypes, experience, narratives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto da entrada da cidade de Aiuruoca (MG)	38
Figura 2 – Mapa do Circuito Turístico Montanhas Mágicas da Mantiqueira	39
Figura 3 – Mapa do município de Aiuruoca, mostrando localização de cachoeiras e picos e do Parque Estadual Serra do Papagaio	40
Figura 4 – Mapa da APA Serra da Mantiqueira	42
Figura 5 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	56
Figura 6 – Segundo o Ibama, poços para criação de peixe na propriedade de Marco Túlio	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agua	Associação dos Guias de Aiuruoca – MG
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CEPF	Critical Ecosystem Partnership Fund
Codema	Conselho de Defesa do Meio Ambiente
Conapam	Conselho Consultivo da APA da Serra da Mantiqueira
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEF	Instituto Estadual de Florestas
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Sema	Secretaria Especial do Meio Ambiente
Semad	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Sinima	Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
Sisnama	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
Unipac	Universidade Presidente Antônio Carlos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 – HISTÓRIA ORAL: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS	
1.1 - Um pouco de teoria	
1.1.1. Definições e <i>status</i> da história oral	17
1.1.2 - Tipos de história oral	19
1.1.3 - Personagens e Ética	22
1.1.4 - A entrevista	24
1.1.5 - Transcrição, textualização e transcrição	28
1.2 – Um projeto de história oral	30
2 – CARACTERIZANDO A REGIÃO	
2.1 - Montanha e cachoeira	38
2.2 - Estrada Real	52
2.3 - Arquitetura religiosa	55
3 – APLICANDO A TEORIA: ANÁLISE DOS RELATOS	59
3.1 – Lugar-comum: definindo antes para olhar depois	61
3.2 – Processos de construção: lembrança, pertencimento e tradição	70
MANTENDO AS RAÍZES: ALGUMAS CONCLUSÕES	88
Possíveis soluções	92
REFERÊNCIAS	96
BIBLIOGRAFIA	104
APÊNDICE – RELATOS	
Marlon	106
Dirceu José	108
Sargento Martins	112
Marco Túlio	118
Dona Rosa e Sandra	124
Marquinhos	131
Joaquim Bernardo e Mariana	140
Dirceu	132
Gilberto	148
Cícero	153
ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma indignação. E de uma viagem de férias.

Em agosto de 2002, durante uma semana de descanso passada na cidade de Aiuruoca (MG), tomamos contato com acontecimentos que, embora pontuais, revelaram um processo recorrente de injustiça, cujas vítimas eram habitantes da zona rural da região¹. Aparentemente, pequenos produtores agropecuários e moradores da zona rural desrespeitavam a legislação ambiental por absoluta falta de informação e eram penalizados com pesadas multas sem que fosse oferecida pelo Poder Público qualquer orientação no sentido de encerrar esse processo de desrespeito à lei. No caso, o acontecimento pontual a que nos referimos foi uma ação comandada pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) no ano de 2002 com o intuito de apurar denúncias graves de crimes ambientais praticados no interior e arredores de duas UCs (Unidades de Conservação) na região: a APA (Área de Proteção Ambiental) Serra da Mantiqueira e o Parque Estadual Serra do Papagaio. No decorrer da ação, pequenos proprietários de terras que, supostamente, não tinham envolvimento com tais crimes ambientais acabaram por ser multados também em virtude de outras e menores infrações.

A revolta geral da população de Aiuruoca foi o grande combustível de nossa indignação. Tal revolta explica-se pelo fato de que os crimes ambientais que motivaram a ação do Ibama teriam sido praticados por grandes proprietários de terras, conhecedores da legislação ambiental e detentores de recursos financeiros que permitiam uma eficiente defesa perante a lei. Os responsáveis pelas infrações que acabaram por provocar a ação do Ibama, portanto, conseguiam recorrer das multas, o que não acontecia com os pequenos proprietários de terras na zona rural, desconhecedores da lei e carentes de recursos financeiros.

Ao fim de nossa semana de férias, voltamos para casa carregando nossa indignação. E nada fizemos a respeito, como sói acontecer. Ao menos, nada fizemos durante dois anos. Em 2004, a sugestão extremamente feliz de uma amiga, então doutoranda na Faculdade de Educação da USP, levou-nos a finalmente tomar uma atitude, transformando nossa indignação em um projeto de mestrado.

Inicialmente, fomos buscar informações que nos indicassem serem fundamentadas as queixas dos pequenos proprietários de terra na zona rural de Aiuruoca. Contatos com algumas

¹ Por “região”, entendemos a cidade de Aiuruoca, mas consideramos também alguns municípios a ela adjacentes, como Bocaina de Minas, Carvalhos, Liberdade, Passavinte, Seritinga, Serranos, Baependi, Alagoa e Itamonte.

pessoas que trabalham com turismo e educação ambiental confirmaram que queixas relativas à falta de informação e educação ambiental, sobretudo em áreas no interior ou próximas de Unidades de Conservação, não só eram pertinentes como também comuns em todo o Brasil.

A partir daí, surgiram algumas questões. A atitude comum do Ibama seria realmente apenas punitiva, e não educativa? Ou o problema estaria na forma como essa ação educativa era feita? A falha na comunicação caberia a que grupo de interlocutores? A compreensão seria dificultada por ser relativa a um discurso considerado opressivo, já que partia de uma instituição que representa um poder oficial? Seria possível elaborar novas formas de educação ambiental voltadas para tais situações, que fossem válidas não só para aquela população específica, mas que pudessem alcançar todo o País? Afinal de contas, quais os porquês da não compreensão do discurso do Ibama por parte dos pequenos produtores rurais?

De início, pensamos em elaborar algumas considerações sobre esses temas pela análise de depoimentos de pequenos proprietários rurais a respeito da ação do Ibama em 2002, usando a história oral como técnica para as entrevistas e alguns elementos de Mikhail Bakhtin, tais como signo ideológico e dialogismo, como base teórica. Mas nossas primeiras visitas à cidade para viabilizar o trabalho de campo mostraram-nos que, após aquela ação do Ibama, os pequenos proprietários de terras – não só os que foram multados em 2002, e não apenas produtores agropecuários – haviam-se mobilizado em busca de informação, e a nova demanda havia levado à produção de alguns materiais educativos impressos, de autoria do próprio Ibama ou apoiados por esse órgão².

A partir daí, optamos por dois caminhos que deveriam seguir paralelamente: trabalhar com os relatos, incluindo no momento das entrevistas questões a respeito da compreensão que os pequenos proprietários tinham desse novo material impresso, e analisar os folhetos e apostilas utilizando a Análise do Discurso, procurando identificar possíveis “falhas” no processo comunicativo, valendo-nos inclusive de noções da Estética da Recepção, como leitor implícito e leitor real. Em termos práticos, em decorrência da disponibilidade dos colaboradores e das características dos materiais impressos, optou-se de início por cinco relatos e dois folhetos.

Após inúmeros contatos e algumas dificuldades ocasionadas pela menção da palavra “Ibama” durante a explicação de nossos objetivos aos possíveis colaboradores, conseguimos realizar a gravação do relato de um pequeno proprietário de terras na zona rural que havia

² Reproduzimos alguns desses materiais no Anexo E.

sido multado em 2002. O texto resultante, aliado a nosso recém-adquirido e ainda modesto conhecimento a respeito das pessoas, acontecimentos e situações que fazem parte da problemática em estudo, levantaram uma importante questão: quando, mesmo em conversas informais, questionamos a compreensão dos folhetos e apostilas do Ibama, todas as respostas foram taxativas: “claro que eu entendo”. Todos os pequenos proprietários rurais com os quais entramos em contato afirmaram que entendiam os folhetos e que eles tinham ajudado muito na educação da população em geral. A partir dessas declarações, seria mesmo frutífero analisar tais folhetos, levantando suas possíveis falhas e determinando diferenças entre o leitor implícito e o leitor real?

Não cabe aqui avaliar a veracidade ou não das afirmações de nossos colaboradores. “É fundamental lembrar que, em história oral, não existe mentira no sentido moral do termo. Toda mentira em história oral decorre de intenções, e é isso que merece ser compreendido.” (MEIHY, 2005, p. 54). As intenções das afirmações podem ser analisadas, mas o questionamento a respeito da eficácia dos folhetos educativos perdeu sua relevância, já que, para nossos colaboradores, tal questionamento não existe. Decidimos, então, abandonar a análise dos materiais impressos produzidos pelo Ibama, centrando nossos estudos apenas nos relatos dos pequenos proprietários rurais.

Assim, confirmando, com todas as mudanças de percurso, que “[...] pode-se mesmo dizer que hipóteses de trabalho em história oral chegam a ser sugestões. O *a priori* em história oral é sempre uma temeridade.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 45), procuramos analisar pontos – tanto em comum quanto divergentes – nos relatos de nossos colaboradores que nos levassem a um entendimento maior dos porquês relativos ao não cumprimento da legislação ambiental por parte dos pequenos proprietários rurais de Aiuruoca.

Nossas hipóteses iniciais:

- a) falta de informação;
- b) informação deficiente;
- c) descaso, por parte dos pequenos proprietários rurais, com o tema “preservação ambiental”;
- d) incompreensão, por parte dos pequenos proprietários rurais, da importância da preservação ambiental.

Acreditamos que esse maior entendimento da problemática verificada pode contribuir para a elaboração de novas formas de educação voltadas para populações rurais. Formas que não se limitem a listar o que é ou não permitido e quais as penalidades para o descumprimento

da lei, mas que realmente possibilitem a compreensão dos motivos da existência da lei, da necessidade de preservar o meio ambiente, inclusive evidenciando os interesses dos próprios pequenos proprietários nessa preservação e oferecendo alternativas para que essa preservação seja efetiva e condizente com a realidade dessa população.

E assim desenvolvemos este trabalho, que tem como finalidade educar. Ou ao menos contribuir para tal. Auxiliar de alguma forma a encontrar caminhos que possam oferecer aos pequenos proprietários de terras nas zonas rurais do País a possibilidade de conhecer, entender e conviver com a legislação ambiental. Como se verá, a importância disso ultrapassa o âmbito regional e é maior do que inicialmente possa parecer.

É quase desnecessário dizer que, durante os quatro anos de nossa pesquisa, muitas coisas mudaram. Visões, enfoques, escolhas, abordagens, opções teóricas. Mas, desde o início, optamos pelo uso da história oral como norte para todo o trabalho. Primeiro, como simples ferramenta; depois, como metodologia, como se verá mais detalhadamente no capítulo primeiro desta dissertação. Essa opção pela história oral deu-se por acreditarmos que “[...] a memória traduzida em palavras transmite uma experiência vivida e explica o comportamento do presente” (RIBEIRO, 2007, p. 186). Mais do que pesquisar e confrontar documentos, acreditamos que ouvir as pessoas envolvidas na situação estudada (e aqui deve ficar claro que nosso objeto de estudo é uma situação, e não as pessoas que dela fazem parte) ofereceria maior riqueza de informações. Na verdade, não se trata apenas de informações. Ouvir nossos colaboradores oferece o que realmente estamos buscando: “[...] entender a forma de organização mental dos colaboradores [...]” (MEIHY, 2005, p. 149).

E para quê? Quais nossos objetivos nessa busca? Qual o intuito em ouvir, gravar, transcrever, transcriar relatos de pessoas sobre um determinado acontecimento e demais impressões relativas a ele? Em nosso entender, analisar esses relatos é uma maneira de, mais do que oferecer respostas, levantar questões. Por que adultos que habitam regiões rurais no Brasil merecem uma educação ambiental voltada especificamente para eles? Por que essa educação é importante, não só para os principais interessados, mas para todo o País? Como seria possível idealizar formas de educação ambiental realmente eficientes?

Talvez alguns não acreditem que a história oral seja a melhor opção para responder ou mesmo, como propusemos, levantar essas questões. Que a história social quantitativa pode oferecer melhores resultados. Para os que acreditam que existe uma oposição entre história oral e história social quantitativa, temos as palavras de Michel Pollak:

[...] por mim, não vejo oposição, e sim continuidade potencial. Acho que hoje a questão objetivo *versus* subjetivo está um pouco ultrapassada. Em certos artigos de Bertaux, e sobretudo de Régine Robin, a questão foi transportada para outro nível. O debate entre subjetividade e objetividade transformou-se num debate opondo a escrita literária à escrita cientificista. Haveria de um lado o vazio, o seco, o enfadonho, que seria o discurso científico, ainda por cima reducionista e, diz Régine Robin, fechado à pluralidade do real, enquanto a história oral seria uma das possibilidades de reintroduzir nas ciências humanas, depois do período estruturalista, uma escrita não apenas subjetiva, **mas sobretudo literária**. (POLLAK, 1992, p. 11, grifo nosso).

Não pretendemos ser o personagem-historiador de Pierre Nora, “[...] pronto a confessar, diferentemente de seus predecessores, a ligação estreita, íntima e pessoal” (NORA, 1993, p. 20) mantida com nossos colaboradores. Nem tampouco assumimos “uma ausência obsessiva de objetividade” (NORA, 1993, p. 20). Se existe um meio termo, tentamos sem desespero atingi-lo, entrando na casa de pessoas que nos contaram coisas, nos serviram café e bolo, nos fizeram perguntas e até mesmo convites para uma visita mais demorada. Mas sempre procurando olhar com proximidade e, ao mesmo tempo, de longe, a visão panorâmica que pode, claro, deixar escapar alguns detalhes, mas que procura abarcar um todo que faça sentido. Temos plena consciência de que todo testemunho é um texto polifônico. Há que se ter em mente que, principalmente no caso dos relatos de colaboradores que foram multados, estamos ouvindo uma voz que “[...] organiza um discurso, que por ser ação, marca uma posição do sujeito em busca da justiça” (RIBEIRO, 2007, p. 247). Mas acreditamos que isso não é um problema; ao contrário: oferece maior riqueza a nosso trabalho.

Também não queremos discutir a adequação da lei à realidade das pessoas que por ela devem ou deveriam guiar-se. Interessa-nos apenas apontar caminhos que tornem essa realidade possível. Tal opção nos parece muito mais viável do que alterar a lei.

Assim, realizamos nossa análise dos relatos valendo-nos de escolhas teóricas, mas a maior riqueza deste trabalho são os relatos em si, as palavras de nossos colaboradores, fonte abundante para outras análises, outros caminhos, outras formas de ver. Por isso, a íntegra de todos os relatos, independente dos trechos em destaque analisados no decorrer do texto, encontra-se disponível no Apêndice A deste trabalho (mesmo que a denominação de “apêndice” não seja condizente com a importância desses relatos).

A transcrição de todos os relatos procurou manter alguns marcadores de oralidade e mesmo “incorrekções” gramaticais, numa tentativa de preservar a cor intensa que vimos nos momentos de gravação. E a organização desta dissertação procurou obedecer a uma ordem lógica de compreensão, seguindo-se a esta Introdução um primeiro capítulo que procura dar conta de nossas opções metodológicas, portanto centrado na história oral. Um segundo capítulo caracteriza não apenas a região de Aiuruoca, mas toda a problemática no que diz respeito à legislação ambiental. No terceiro capítulo nos valem de alguns aspectos teóricos para analisar os relatos de nossos colaboradores: estereótipo, memória, identidade e experiência, opções teóricas que, acreditamos, dão conta de apenas uma pequena fração da riqueza que vivemos durante nossa pesquisa, riqueza cujo mérito cabe integralmente a nossos colaboradores. Finalmente, a última parte do trabalho traz algumas conclusões e possíveis soluções para o que vimos durante esses quatro anos.

1 HISTÓRIA ORAL: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

Como já dissemos na introdução desta dissertação, utilizamos a história oral como elemento metodológico em nosso trabalho, partindo do princípio de que ela não se configura apenas como uma técnica para a gravação e posterior textualização de relatos, mas como uma finalidade em si mesma. Assumimos em nossa pesquisa uma definição de história oral que não enxerga tal procedimento metodológico como um mero verbete acadêmico para substituir a palavra “entrevista”, mas

[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 15).

Tal conjunto de procedimentos inclui a posterior análise das entrevistas, desde que essa opção seja planejada e previamente determinada no projeto e que seja conduzida a partir de um alinhamento dos relatos, o que lhes confere uma dimensão social que surge tanto dos pontos em comum como das divergências entre eles. Essa análise deve-se valer, entre outras coisas, de conceitos como memória e identidade, que, “[...] mais do que objetos isolados de estudos, se constituem no fundamento da história oral.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 131).

1.1 Um pouco de teoria

1.1.1 *Definições e status da história oral*

“A denominação ‘história oral’ é ambígua, pois adjetiva a história, e não as fontes – estas, sim, orais.” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. xii). A partir dessa única afirmação, já podemos deduzir o farto número de definições existentes para história oral. Mediante a dificuldade em fixar o que é história oral, parece-nos mais conveniente começar afirmando que, definitivamente, história oral não é sinônimo de entrevista. A história oral se vale de

entrevistas “[...] indicadas em projetos previamente existentes e elaborados para atender a algum objetivo” (MEIHY, 2005, p. 21). Portanto, história oral é algo que compreende e resulta da realização de entrevistas, e não a entrevista em si.

São muitas as definições de história oral, dependendo do uso que se pretende fazer dessa área de estudos tão recente (costuma-se aceitar o ano de 1948 como o de nascimento da moderna história oral³). Danièle Voldman chega a recusar o uso da expressão “história oral” e propõe substituí-la por “história feita com testemunhas” (VOLDMAN, 2006, p. 34).

Algumas breves definições existentes e aceitas são: 1. recurso para elaborar registros e documentos; 2. prática para apreensão de narrativas por intermédio de meios eletrônicos; 3. uma alternativa para estudar a sociedade.

No extenso rol de definições existentes, certas expressões já se tornaram chavões, como “resgatar a memória”, “recuperar o passado” ou “dar voz aos excluídos”. Porém, podemos observar um consenso nesta definição: captação de entrevistas por meios eletrônicos e sua posterior versão em textos escritos.

Como procedimento que acontece no momento da captação de um diálogo, a história oral é a história do tempo presente. E, por valer-se de narrativas orais, ela está impreterivelmente ligada à memória. Esta, por sua vez, “[...] estabelece vínculos com a *identidade* do grupo entrevistado e assim remete à construção de *comunidades* afins” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 14). Daí decorre a definição por nós aceita neste trabalho, já mencionada anteriormente.

A discussão a respeito das definições passa pela discussão sobre o *status* da história oral e a ela se funde. Seja técnica, metodologia ou disciplina, acreditamos que a validade da história oral já não é mais questionada, embora ainda se fale em subjetividade e imprecisão das fontes e proximidade entre pesquisador e “objeto pesquisado” (as aspas nesta expressão serão justificadas adiante). Não discutiremos aqui a legitimidade científica da história oral, bastando afirmar que aceitamos que são justamente as imprecisões dos relatos que devem ser estudadas. Em história oral, “[...] a objetividade científica não consiste em nos ausentarmos da cena do discurso e em simularmos uma neutralidade que é tanto impossível quanto indesejável. Essa objetividade consiste, antes, em assumir a tarefa da interpretação, que cabe aos intelectuais.” (PORTELLI, 1997, p. 26).

³ “A moderna história oral nasceu em 1948, na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Na ocasião, Allan Nevins organizou um arquivo e oficializou o termo [...]. Isso se deu quando os avanços tecnológicos foram combinados com a necessidade de se propor formas de captação de experiências como as vividas então tanto por combatentes como por familiares e vítimas dos conflitos da Segunda Guerra Mundial.” (MEIHY, 2005, p. 92).

Na introdução da obra *Usos & abusos da história oral*, organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (2006), as autoras reduzem as possibilidades de *status* da história oral a três posicionamentos: técnica, disciplina e metodologia.

A história oral como técnica centralizaria suas preocupações nas técnicas de gravação, na transcrição dos relatos e em seu posterior arquivamento, sendo utilizada por arquivistas e demais estudiosos e profissionais que se valem da história oral para atender a necessidades específicas, oriundas de pesquisas e solicitações profissionais.

Já os argumentos para uma história oral com *status* de disciplina, segundo as autoras, são “[...] complexos, por vezes contraditórios entre si. Todos, entretanto, parecem partir de uma idéia fundamental: a história oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos.” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. xiii). Porém, isso não faria da história oral uma disciplina, já que na área teórica, ela seria “[...] capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar*, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas.” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. xvi). Tais respostas seriam proporcionadas por disciplinas como a própria história, a filosofia, a sociologia e a psicanálise.

Finalmente, como metodologia, a história oral seria responsável por estabelecer e ordenar procedimentos de trabalho, fazendo a ligação entre a teoria e a prática. Muito mais, portanto, do que uma técnica, mas sem a possibilidade de oferecer meios de reflexão a respeito do conhecimento por ela produzido, por falta de consistência teórica.

Esta é a posição que assumimos neste trabalho: adotamos o uso da história oral como metodologia, revestida de uma força que, dependendo da forma como for utilizada, pode ser “[...] um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história.” (THOMPSON, 2002, p. 22).

1.1.2 Tipos de história oral

Costuma-se dividir a história oral em gêneros que, mais do que classificatórios, norteiam a condução das entrevistas. Basicamente, existem três tipos, distintos entre si:

- história oral de vida;
- história oral temática;
- tradição oral.

Por história oral de vida, entende-se a “[...] narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa.” (MEIHY, 2005, p. 147). Isso faz com que ela seja caracterizada por uma maior subjetividade, já que o colaborador deve ficar livre para narrar sua experiência pessoal. Trata-se do que se convencionou chamar “entrevista livre”, normalmente orientada cronologicamente, já que é comum o próprio colaborador seguir uma linha de tempo.

Segundo Thompson (2002), a entrevista completamente livre não pode existir. “Apenas para começar, já é preciso estabelecer um contexto social, o objetivo deve ser explicado, e pelo menos uma pergunta inicial precisa ser feita; e isso tudo, juntamente com os pressupostos não expressos, cria expectativas que moldam o que vem a seguir.” (THOMPSON, 2002, p. 258). Ainda segundo esse autor, uma entrevista completamente livre não apresenta resultados profícuos porque o colaborador não sabe exatamente qual o interesse do entrevistador, e a narrativa tende a ser breve e pouco reveladora. Seria necessário, então, estimular a narrativa por meio de perguntas amplas, relativas a acontecimentos marcantes, ou mesmo por meio de fotos ou objetos que façam parte da vida do entrevistado. Daí a necessidade de uma pesquisa prévia que localize o entrevistador e lhe dê subsídios para realizar seu trabalho.

Por valorizar acima de tudo a experiência, a história oral de vida aceita e valoriza as impressões, sentimentos e até os sonhos do entrevistado. “Porque as histórias de vidas são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 35). Assim,

[...] a questão da verdade nesse ramo da história oral depende exclusivamente de quem dá o depoimento. Se o narrador diz, por exemplo, que viu um disco voador, que esteve em outro planeta, que é a encarnação de outra pessoa, não cabe duvidar. Afinal, esse tipo de “verdade” constitui um dos eixos de nossa realidade social e, afinal, não estamos buscando saber se existem OVNIS (objetos voadores não identificados) ou espíritos. **O que estamos buscando é entender a forma de organização mental dos colaboradores.** (MEIHY, 2005, p. 149, grifo nosso).

Julgar um relato verdadeiro ou falso, portanto, não faz parte dos objetivos da história oral, seja ela de que gênero for. O que importa é a riqueza narrativa do relato, no que diz respeito à experiência do colaborador. Mesmo se confrontada com versões ditas “oficiais”,

uma narrativa não deve ser analisada segundo sua veracidade. “A história oral trabalha com a memória e esta pode apresentar falhas. Num relato, há esquecimentos, omissões que podem ser ou não intencionais.” (LANG, 1996, p. 44).

Existem ainda variações de histórias orais de vida. As narrativas biográficas, por exemplo, podem ser feitas pelo próprio biografado ou por intermédio de reconstruções realizadas por outras pessoas. Há também outras possibilidades:

- fragmentos narrativos da história de vida de outrem – pequenos recortes narrados por pessoas que testemunharam ou mesmo ouviram falar sobre o biografado, complementando uma história;
- história de vida de família – “[...] retrata a saga de um grupo com laços sanguíneos e depende de um projeto que atravessa gerações.” (MEIHY, 2005, p. 157);
- história de vida de categoria profissional – histórias determinadas por procedimentos comuns a certas categorias profissionais, quando estes influem em certos contextos (engenheiros que participaram da construção de Brasília, por exemplo).

Já a história oral temática é um “[...] gênero da história oral que visa à abordagem objetiva de um assunto” (MEIHY, 2005, p. 261). Normalmente usada como técnica, ela se vale de outros documentos e com eles dialoga em busca de esclarecimentos. Nesse caso, a liberdade narrativa do entrevistado dá lugar a respostas mediante um questionário fechado elaborado pelo entrevistador. Portanto, embora o resultado desse tipo de entrevista seja também uma narrativa, a história oral temática busca

[...] a verdade de quem presenciou um acontecimento, ou que pelo menos dele tenha alguma versão que seja discutível ou contestatória. Como a verdade no caso é um elemento externo, o entrevistador pode e deve apresentar outras opiniões, contrárias, e discuti-las com o narrador. Tudo com a finalidade de elucidar uma versão que é contestada. (MEIHY, 2005, p. 163).

Por sua vez, a tradição oral “[...] remete a questões do passado longínquo que se manifestam pelo que chamamos de folclore e pela transmissão geracional, de pais para filhos ou de indivíduos para indivíduos.” (MEIHY, 2005, p. 167). Muito utilizada quando se deseja trabalhar com reconstrução histórica, as tradições orais “podem contribuir para documentar a

grande variedade de abordagens históricas em áreas do mundo onde documentos escritos ou são relativamente recentes ou nem sequer existem.” (CRUIKSHANK, 2006, p. 149).

1.1.3 Personagens e Ética

Partindo do princípio de que história oral não é simplesmente um sinônimo de entrevista, seria um erro reduzir a “entrevistador” e “entrevistado” os personagens em relação num trabalho de história oral. Não só essa relação é mais complexa, como a própria terminologia atualmente empregada reflete posturas diversas do que as existentes em jornalismo, por exemplo, onde a entrevista é encarada como uma entre várias técnicas possíveis para recolher informações.

[...] o repórter adquire a informação ao entrevistar pessoas ou recorrer ao banco de dados; estuda o assunto, analisa suas relações e chega a um ponto de vista que irá relatar no texto, utilizando-se de argumentos presentes em sua mente para “construir” a reportagem. O conteúdo dependerá da visão de cada profissional, que enfocará o tema proposto sob sua ótica. (SANTOS, 2007, p. 79).

Assim, em jornalismo, as respostas do entrevistado (que é visto apenas como “fonte” de informações) podem ser pinçadas dentro do contexto geral do que foi dito, procedimento que, às vezes, chega a alterar o sentido das falas. Já em história oral, o próprio uso das entrevistas tem um significado diferente do caráter “investigativo” do jornalismo. Assim, no que concerne ao papel do entrevistado, a história oral

[...] dedica muito mais atenção ao depoente, dando-lhe direito de veto e censura da própria fala, além de possibilidades mais amplas de participação no andamento da pesquisa. Assim, o narrador assume papel de personagem essencial no projeto, e isso implica um jogo de autoridades no qual o poder de uso da entrevista não depende apenas do diretor do projeto. (MEIHY, 2005, p. 123).

Com relação à terminologia, faz-se necessário esclarecer que

[...] jamais se deve usar o termo “depoimento”, que carrega uma forte conotação “policial”, jurídica, ou, no caso brasileiro, diretamente ligado aos termos usados durante a ditadura militar para fundamentar os inquéritos.

Porque se reafirma o caráter democrático da história oral, não é justo confundir entrevista com depoimento. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 131).

Da mesma forma, a história oral não vê no entrevistado um *informante*, tampouco um *objeto de pesquisa*. “No lugar deste estoque que adjetiva o parceiro que presta o depoimento como apêndice da pesquisa, apresentamos o conceito de *colaborador*, dando sentido a uma nova relação entre quem faz a entrevista e quem presta a narrativa.” (MEIHY, 1996, p. 52). O uso do termo “colaborador”, portanto, define o nível de relação entre entrevistador e entrevistado, evidenciando um compromisso entre as partes. A relação de poder também passa por um certo nivelamento, já que o colaborador deve não só autorizar formalmente o uso de sua entrevista, como concordar com o texto resultante de seu relato gravado.

As discussões a respeito da definição de papéis em história oral passam pela delicada questão da autoria. Já que o entrevistado passa a ser visto como colaborador, às vezes participando ativamente do projeto com sugestões e indicações de continuidade das entrevistas, quem seria o “autor” de um trabalho de história oral: quem narrou sua história ou quem a verteu para o papel?

A nós, a resposta parece bastante clara: “Apesar de o tratamento dado ao entrevistado ser o de colaborador, mediante as responsabilidades do escrito, o autor deve ser sempre quem colheu a entrevista, dirigiu o projeto e assumiu publicamente a responsabilidade sobre o que está dito, gravado e usado.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 61).

Tais questionamentos envolvendo o emprego de determinados termos e a definição de papéis são fruto de imposições éticas que devem ser assumidas por todos que pretendem trabalhar com história oral. Diretrizes éticas bem definidas representam “[...] não só uma proteção de que dispõem os entrevistados contra a manipulação, por parte do entrevistador, como também uma proteção deste contra reivindicações dos entrevistados.” (PORTELLI, 1997, p. 13-14). Mais do que isso. Não se trata apenas de uma questão de “segurança” para entrevistador e entrevistado. Há toda uma responsabilidade moral em jogo, que vai do trabalho de campo à interpretação do material gravado. Por ser uma “história do tempo presente”, que se vale das palavras de pessoas vivas, a história oral exige de quem a pratica

[...] uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos (como acontece quando o diálogo é com os mortos),

mas trará consequências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais. (AMADO, 1997, p. 146).

Outra questão advinda do caráter de “história do tempo presente” (MEIHY, 1996, p. 52) da história oral é a relação entre ciência e ética. Como “mediador de uma forma de experiência social” (MEIHY, 1996, p. 52), o autor de um projeto de história oral deve estar atento à tentação de elaborar julgamentos. Se ele “[...] deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo e proceder com discernimento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquiva: uma renúncia.” (BÉDARIDA, 2006, p. 227). “Evidentemente não se advoga a possibilidade de uma ação neutra, distante e imparcial. Isso simplesmente não existe. O que se pede é uma postura profissional, de alguém que sabe ouvir e dialogar.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 59).

Após tais considerações, é evidente que uma das preocupações decorrentes de questões éticas em história oral referem-se à autorização do colaborador para uso de sua entrevista. Nesse sentido, a carta de cessão é o documento que confere legalidade ao uso de uma narrativa. Nela, tudo deve estar muito claro, não só com relação a nomes, locais e datas, mas também contendo detalhamento dos termos da autorização: se ela diz respeito apenas à gravação ou também ao texto escrito; que, no caso da produção de um texto escrito, é ele que prevalece; se há limites para o uso, tanto relativo a partes do documento produzido quanto de prazos para sua liberação; a quem pertence o controle desse uso.

Finalmente, ainda com relação à ética em história oral, é preciso levar em conta a ética do trabalho de campo, já que “[...] na maioria dos casos, o poder, o *status* e o prestígio – reais ou imaginários – oferecidos por nossa profissão⁴ interferem no desempenho do trabalho.” (PORTELLI, 1997, p. 20). É a ética na hora da entrevista, que veremos a seguir.

1.1.4 A entrevista

A ocasião da entrevista é um momento importante da história oral e por isso envolve um planejamento cuidadoso. O tipo de história oral definido no projeto determina a condução da entrevista, porém há outras variáveis em jogo.

⁴ “Nossa profissão”, para efeitos terminológicos, seria a profissão de oralista, “[...] pessoa que pratica história oral em qualquer de suas formas assumindo que história oral é mais do que simplesmente entrevista.” (MEIHY, 2005, p. 261).

Qualquer que seja o tipo de história oral, é aconselhável uma pesquisa prévia que forneça informações sobre o entrevistado e/ou a situação a ser estudada, seja por meio de leituras ou entrevistas exploratórias. Segundo Thompson, a importância dessa pesquisa é variável e depende dos objetivos do trabalho, mas, seja ela qual for, “[...] em geral, quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista.” (THOMPSON, 2002, p. 254).

Ao ser questionado por alunos a respeito de técnicas para realizar uma entrevista, Alessandro Portelli resumiu a uma frase o que poderia ensinar: “ajam com educação”.

Quando fazemos uma entrevista, invadimos a privacidade de outra pessoa e tomamos seu tempo [...] Ter boas maneiras não significa apenas falar em um tom de voz agradável, dizer “muito obrigado”, sentar onde nos mandam sentar, tomar o café ou o vinho que nos oferecem [...]. Significa que, em vez de irmos à casa de alguém e tomarmos seu tempo a lhe fazer perguntas, vamos à casa dessa pessoa e iniciamos uma conversa. A arte essencial do historiador oral é a arte de ouvir. (PORTELLI, 1997, p. 21-22).

Além de ouvir, esse agir com educação envolve interesse e respeito pelo que se ouve. E isso pode significar mostrar-se aberto a ponto de ter que responder perguntas feitas pelo próprio entrevistado, segundo sugestão de Portelli. “Não revelaria quase nada de importante sobre minha vida a alguém que, ao conversar comigo, assumisse uma atitude neutra, impessoal e distante. Por que devo eu esperar que outros me falem de sua vida se eu não me mostro disposto a contar algo a respeito da minha?” (PORTELLI, 1997, p. 22).

Nada disso, porém, faz do momento da entrevista um encontro informal, próximo a um “bate-papo” entre amigos.

Nada deve ser espontâneo num encontro de história oral. Apenas a liberdade de fala deve gozar de prerrogativas descontraídas. [...] Na realidade, a história oral demanda um complexo tratamento entre as partes. Uma etiqueta rigorosa prescreve os procedimentos que devem ficar claros segundo o projeto e explicitados invariavelmente antes da realização das entrevistas. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 58-59).

Por isso, até mesmo a questão da cortesia, ou polidez, que poderia parecer um comportamento natural advindo do respeito devido ao colaborador, merece especial atenção. Segundo Alexandra Alvarez-Muro (2007), a cortesia, longe de ser natural, é um

comportamento marcado. Há que ser feito algo para ser cortês. Ela também significa uma cessão de poder ao outro, sem que isso seja explicitado. A cortesia seria, portanto, um ritual por excelência, estando na base de cerimoniais diplomáticos e possuindo inclusive importância política (informação verbal)⁵. Definindo-se polidez como “[...] adequação social a um contexto determinado, sem ignorar que o contexto contempla as relações existentes entre os interlocutores, ou seja, a polidez lingüística seria um princípio regulador destas relações sociais de negociação em um contexto determinado” (APPA, 2005, p. 43), pretendemos, nos encontros com nossos colaboradores, fugir da concepção de polidez adotada por Brown e Levinson. Seu modelo de polidez baseia-se no conceito de “face”, palavra que “[...] deve ser tomada no sentido figurado [...], isto é, no sentido de ‘prestígio’, ‘honra’ e ‘dignidade’.” Ampliando o conceito de “território” elaborado, entre outros, por Goffman, Brown e Levinson, distinguem-se duas “faces” que se complementam: a “face negativa” (“conjunto dos territórios do eu: território corporal, espacial, temporal, bens materiais ou simbólicos”) e a “face positiva” (“conjunto das imagens valorizadoras de si mesmos que os interlocutores constroem e tentam impor na interação”). A essas noções de “face positiva” e “face negativa”, os autores acrescentam a noção de *Face Threatning Acts*, os FTAs, atos ameaçadores da face. Para Brown e Levinson, as estratégias empregadas num processo de interlocução, tanto de ameaça quanto de defesa das faces, valeriam-se, entre outros fatores, da “*distância social* que existe entre os participantes”. A esses “atos de polidez negativa (que consiste essencialmente em atenuar os FTAs)”, preferimos adotar uma “polidez positiva”, centrada no que Catherine Kerbrat-Orecchioni chamou de *Face Flattering Acts*, os FFAs (atos “acarinhadores”). Essa “polidez positiva” consiste em produzir atos “como o elogio, o agradecimento ou o voto”, que “têm um caráter não só não ameaçador, mas também valorizador das faces” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 235 e 382).

Outra possibilidade que deve ser levada em conta no momento da gravação da entrevista é a de algum mal-entendido cultural. Catherine Kerbrat-Orecchioni (2007) relacionou alguns comportamentos que, dependendo da origem de seu autor, podem ser compreendidos de formas diferentes. Como exemplo, foi mencionado um manual de vendas norte-americano com algumas orientações a respeito da postura que vendedores deveriam

⁵ Informação fornecida por Alexandra Alvarez Muro, da Universidade de los Andes, na Venezuela, em palestra proferida por ocasião do VIII ENIL – II Simpósio Internacional de Análise do Discurso, VIII Encontro Nacional de Integração em Linguagem Verbal e Não-verbal, de 08 a 10 de agosto de 2007, em São Paulo (SP), na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

assumir para serem bem sucedidos. Segundo o manual, olhar no olho do cliente denotaria sinceridade e boas intenções. Porém, num mundo em que o comércio internacional é fato corriqueiro, essa postura poderia causar problemas. No Japão, por exemplo, o “olho no olho” seria traduzido como insolência, já que um vendedor está “abaixo” de seu cliente e deve assim se portar até mesmo fisicamente (informação verbal) ⁶. Assim, mesmo em relações entre pessoas de um mesmo país, diferenças culturais devem ser consideradas.

Pudemos experimentar um pouco deste aspecto em nossa pesquisa. Acostumadas à pressa e à brevidade dos contatos profissionais típicos de uma cidade como São Paulo, tivemos que aprender a respeitar a “etiqueta” mineira, que considera uma verdadeira grosseria um encontro – por mais profissional que seja – rápido demais. Mesmo que apenas para obter uma assinatura, ao menos um café e cinco minutos de “prosa” são indispensáveis, e, numa determinada ocasião durante nossos contatos para a realização da pesquisa de campo, a negativa a um convite desses quase nos causou problemas de relacionamento com um colaborador.

Com relação ao roteiro de perguntas, necessário em casos da prática de história oral temática, este deve ser usado de forma flexível.

Com pessoas relativamente reticentes que, logo de início, vão dizendo: “Tudo bem, contanto que você faça as perguntas”, (*o uso de um roteiro de perguntas*) é bastante evidente [...] Com pessoas que falam bastante, o roteiro deve ser utilizado de forma diferente. Se elas possuem idéia clara do que querem dizer, ou a direção em que deve caminhar a entrevista, acompanhe-as. E sempre que possível evite interromper uma narrativa. Se você interrompe uma história por considerá-la irrelevante, estará interrompendo não apenas essa, mas toda uma série de ofertas posteriores de informações que *serão* relevantes. (THOMPSON, 2002, p. 263).

Além de todas essas considerações, o local da entrevista e seu tempo de duração influem consideravelmente no resultado final. Sempre que possível, deve-se deixar o entrevistado decidir o local onde será realizada a entrevista, já que ele deve sentir-se à vontade. Essa decisão, porém, não pode comprometer a qualidade da gravação do relato.

⁶ Informação fornecida por Catherine Kerbrat-Orecchioni, da Université Lumière Lyon 2, em palestra proferida por ocasião do VIII ENIL – II Simpósio Internacional de Análise do Discurso. VIII Encontro Nacional de Integração em Linguagem Verbal e Não-verbal, de 08 a 10 de agosto de 2007, em São Paulo (SP), na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Ambientes com elevado nível de interferência sonora devem ser educadamente descartados. Normalmente, o local escolhido é a própria casa do colaborador, mas há casos de entrevistas feitas no local de trabalho, em um restaurante ou até mesmo durante um passeio. De qualquer forma, seja qual for o local escolhido, “[...] quase sempre, o melhor é ficar sozinho com o informante. A completa privacidade proporcionará uma atmosfera de total confiança em que a franqueza se torna muito mais possível.” (THOMPSON, 2002, p. 265). Quanto ao tempo de duração da entrevista, é preciso estar atento ao estado de ânimo do colaborador, que não se deve cansar a ponto de perder o interesse. “Em circunstâncias normais, uma hora e meia ou duas horas será em todo caso um tempo máximo razoável.” (THOMPSON, 2002, p. 273).

Todas essas orientações práticas e de conduta devem ser consideradas no momento da entrevista, aliadas a um fator certamente importante para a obtenção de bons resultados: é preciso deixar claro, desde os primeiros contatos com o colaborador, que o que se deseja não é “estudar” o entrevistado, mas sim “aprender” com ele.

Embora possamos ser doutores em qualquer matéria entrevistando analfabetos, na situação de campo são eles que têm os conhecimentos. [...] Podemos ter *status*, mas são eles que têm as informações e, gentilmente, compartilham-nas conosco. Manter em mente esse fator significa lembrar que estamos falando, não com “fontes” – nem que estamos por elas sendo ajudados –, mas com pessoas. A questão não é que tipo de expressões já consagradas pelo uso empregamos em nossa abordagem; as boas maneiras são meramente a manifestação externa de respeito genuíno. Caso contrário, poderemos repetir o verbo “aprender”, em vez de “estudar”, o quanto quisermos, mas nossos interlocutores com certeza não se deixarão enganar. (PORTELLI, 1997, p. 25).

1.1.5 Transcrição, textualização e transcrição

Como seria talvez normal supor, a maioria dos oralistas mostra-se como excelentes narradores, compartilhando suas experiências provenientes do estudo e da prática da história oral. Numa dessas narrações, Portelli nos conta a história de uma entrevista transcrita de forma excessivamente objetiva e literal, em que o termo “tosse” foi intercalado entre uma palavra e outra proferidas pelo narrador. Disso surgiu um questionamento a respeito do significado daquela informação:

[...] estaria o narrador limpando a garganta? Seria sua tosse intencional ou irônica? Teria ele engasgado? Seria tuberculoso? E a tosse, seria um sintoma ou um sinal? A postura “objetiva” do encarregado da transcrição impossibilitava a inclusão dessa informação, porque implicaria o risco de compreensão intelectual, em vez da neutralidade da transcrição (teoricamente) “mecânica”. Na verdade, em lugar de um discurso objetivo sobre a fonte, o texto transformou-se em um discurso subjetivo sobre o historiador: a única informação transmitida era que a entrevista fora transcrita por um estudioso muito objetivo – que acredita ser científico dar nome aos dados, mas não se arrisca a nos dizer o que, segundo acredita, esses dados são. (PORTELLI, 1997, p. 26).

Transformar uma narrativa oral num texto escrito é um processo complexo. A simples transcrição literal de tudo que foi dito pelo narrador não dá conta de evidenciar completamente os sentidos de uma fala. “Muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como o gesto, a lágrima, o riso ou as expressões faciais – que na maioria das vezes não têm registros verbais garantidos em gravações –, pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar sentido ao que foi expresso numa entrevista de história oral.” (MEIHY, 2005, p. 21). Por isso, em lugar de transcrição, alguns autores adotam o conceito de transcrição: “[...] uma mutação, ação transformada, ação recriada de uma coisa em outra, de algo que, sendo de um estado da natureza, se torna outro.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 133). Tal procedimento permite maior riqueza de informações, não só relativas ao contexto em que uma frase é dita, mas abrangendo a intenção dessa fala, numa tentativa de diminuir as diferenças entre o oral e o escrito. Não se trata de modificar o que foi dito pelo entrevistado. É preciso reproduzir textualmente as palavras ditas por ele. Mas elementos constitutivos da performance do entrevistado podem fazer parte do texto.

Essa interferência do autor do trabalho no texto escrito jamais deve ser dissimulada. “O que deve vir a público é um texto trabalhado no qual a interferência do autor seja clara, dirigida para a melhoria do texto.” (MEIHY, 2005, p. 182). Ao optar pela transcrição de uma narrativa, portanto, o oralista aproxima a história oral da literatura, já que certo senso estético torna-se necessário para levar a bom termo tal empreitada.

É claro que o aspecto “criativo” da transcrição deve respeitar limites no que diz respeito à interpretação das intenções e da performance do narrador. “A responsabilidade pela interpretação, é óbvio, não chega a reivindicar, para nossas interpretações, acesso completo e

exclusivo à verdade.” (PORTELLI, 1997, p. 27). O que resulta desse trabalho de transcrição, então,

[...] adquire uma dimensão dialógica intrínseca, na qual nossas interpretações e explicações (expressamente claras) coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes e, ainda, com as interpretações que os leitores delas fazem. [...] Conseqüentemente, aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores. (PORTELLI, 1997, p. 27).

Para chegar à transcrição, porém, é preciso antes passar pela transcrição e pela textualização. A transcrição é o resultado bruto, onde se transfere para o papel tudo o que pode ser ouvido na gravação: as perguntas do entrevistador, pronúncias erradas, sons externos, risos, miados, latidos. Na textualização, são eliminadas as perguntas, sons, ruídos, erros gramaticais e palavras sem peso semântico, tornando o texto mais “limpo”, facilitando o trabalho da transcrição.

Na moderna história oral, todo texto escrito resultante de uma entrevista gravada recebe tratamento em primeira pessoa do singular. “Nesse percurso, o ‘eu’ narrador é assumido pelo autor do projeto, que ao verter o discurso oral para o escrito se coloca no lugar daquele.” (MEIHY, 2005, p. 130).

1.2 Um projeto de história oral

Segundo a definição de história oral por nós assumida, foi necessário elaborar um projeto de trabalho. Mais do que uma simples formalidade, um projeto de história oral deve estabelecer objetivos e orientar o trabalho de campo. A própria natureza desse trabalho admite alterações no decorrer do processo. “A dinâmica da aquisição e organização de textos de história oral, por ser matéria viva, indica mudanças constantes nos planos iniciais.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 45). Porém, justamente por ser passível de ajustes, o projeto é essencial, já que possibilita uma linha mestra a ser seguida, evitando desvios excessivos.

Todo projeto de história oral deve levar em conta três perguntas básicas: história oral *de quem, como e por que*. “O projeto contempla esses três vértices da proposta, porém dedica-se com mais detalhes ao ‘como’. ‘De quem’ é parte constitutiva das intenções sempre

expressas nas justificativas, e, da mesma forma, o ‘*por que*’ ampara a intenção militante, de transformação do *status quo* do grupo abrangido.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 45). Assim, como “linha mestra a ser seguida”, apresentaremos um projeto sintético de história oral, elaborado após a coleta do primeiro relato (excetuando-se o relato que consideramos como nosso *ponto zero*⁷). É preciso deixar claro que tal projeto foi elaborado por imposição decorrente de nossa opção em fazer deste um trabalho de história oral. Respeitamos a definição de história oral que assumimos e, portanto, elaboramos o projeto a seguir, com base no exemplo de Projeto Sintético constante do “Manual de história oral” (MEIHY, 2005, p. 221-227), que elenca os seguintes itens em sua constituição:

- tema
- justificativa
- documentação
- metodologia
- hipótese de trabalho
- referências bibliográficas
- cronograma

Considerando que o *Tema*, a *Justificativa* e a *Hipótese de trabalho* já foram suficientemente abordados no capítulo introdutório deste trabalho, e que as referências bibliográficas constarão do final desta dissertação, partiremos do *Tema* apenas enquanto título do projeto e desenvolveremos os itens *Documentação*, *Metodologia* e *Cronograma*.

TEMA

História oral temática de pequenos proprietários de terras localizadas em Unidades de Conservação Ambiental: a experiência decorrente de uma ação do Ibama em 2002 e suas consequências no processo de educação ambiental.

DOCUMENTAÇÃO

Com o objetivo de enriquecer a pesquisa e assim proporcionar resultados mais expressivos, ampliamos nosso universo inicial de colaboradores. Assim, além dos relatos de

⁷ Entende-se por *ponto zero* “[...] a primeira pessoa ou grupo que é sondado para se proceder a continuidade das entrevistas.” (MEIHY, 1996, p. 53). “Há casos em que o ponto zero se transforma na primeira entrevista, mas normalmente isso ocorre não porque esse encontro seja mais informativo e não se desenrole segundo os padrões regulares do andamento de uma gravação, mas sim porque muitas vezes ele se transforma em guia capaz de orientar o andamento das entrevistas.” (MEIHY, 2005, p. 178).

pequenos proprietários rurais, trabalhamos também com o relato de pessoas que não se encaixam nessa categoria, mas que fazem parte da problemática estudada. Dessa forma, analisamos os relatos de:

Marlon – 30 anos, solteiro, 2º grau completo, trabalha como guia turístico, diagramador, fotógrafo e auxilia a família na gestão da Pousada Ajuru, nosso mais constante local de estadia em Aiuruoca. Consideramos o relato de Marlon como nosso ponto zero, já que ele foi nosso primeiro colaborador, auxiliando nos contatos iniciais com prováveis entrevistados e nos guiando por toda a região, detalhadamente conhecida por ele. Marlon esteve presente durante toda a ação do Ibama em 2002, pois foi contratado como fotógrafo pelo próprio Ibama.

Dirceu José – 53 anos, casado, 1º grau incompleto, proprietário de oficina mecânica, morador de um bairro periférico da cidade, mas fora da zona rural. Foi multado em 2002 por trabalhar com uma draga sem licença. Apesar da recepção bastante séria, aceitou nos ceder seu relato na hora, sem qualquer contato prévio.

Sargento Martins – 43 anos, casado, 2º grau, policial militar, atualmente servindo na Polícia Ambiental (normalmente chamada de Polícia Florestal). Quem agendou nosso encontro com o Sargento Martins foi Naide, proprietária da Pousada do Sol e grande colaboradora, que, embora não tenha nos cedido seu relato, nos auxiliou de várias maneiras, desde questões práticas até indicações de outros três colaboradores: Cícero, seu ex-marido, seu amigo Gilberto e seu primo Paulinho Senador. Um desencontro impediu a gravação da entrevista com Paulinho Senador.

Marco Túlio – 57 anos, divorciado, contador, morador da cidade, mas proprietário de um pequeno terreno na zona rural. Foi multado em 2002 e declarou ter passado meses doente em decorrência da multa. Marco Túlio é amigo e contador de Dirceu José, e foi por seu intermédio que realizamos nosso primeiro contato. Além de nos ceder a entrevista, Marco Túlio nos auxiliou constantemente durante todo o trabalho: nos levou a seu terreno na zona rural e nos apresentou pessoalmente a outros três colaboradores: sua sogra, dona Rosa, sua cunhada, Sandra, e seu amigo, Joaquim Bernardo.

Dona Rosa e Sandra – Dona Rosa tem 76 anos, é viúva, tem o ensino fundamental (“Eu estudei nas colinas lá da Ponte Alta... A minha escola não tinha ‘grau’, não tinha nada. A gente estudava um pouquinho e parava. Aprendi a ler.”) e é dona de casa. Mora na zona rural, onde nasceu e de onde só se ausentou durante o período de estudos de seus filhos, morando então na cidade. Dona Rosa fala pouco, mas quando fala é certa no que quer dizer. Seu

relato foi gravado juntamente com sua filha Sandra, 53 anos, viúva, 3º grau completo, moradora da zona rural. De início, Sandra apenas acompanharia a entrevista com sua mãe, como “espectadora”, mas acabou por ser uma excelente narradora.

Marquinhos – 44 anos, casado, biólogo com mestrado em Entomologia, professor e diretor de escola de ensino fundamental localizada na zona rural, onde mora. A gravação da entrevista com Marquinhos foi decorrência de uma feliz série de acontecimentos. Na casa de Marco Túlio, conhecemos o filho do sr. José Mauro, proprietário de um estabelecimento comercial na zona rural, mais especificamente num bairro rural chamado Tamanduá, e que já havia sido multado, porém não na ação do Ibama em 2002. Seu filho nos sugeriu que procurássemos o sr. José Mauro. Fomos até o Tamanduá, mas a conversa com o sr. José Mauro, embora gravada, revelou-se pouco fértil. Foi sua esposa, dona Fátima, quem acabou por sugerir uma visita à escola do local para uma conversa com Marquinhos, diretor da escola. Sua sugestão foi excelente. Marquinhos nos recebeu e cedeu um relato de mais de uma hora.

Joaquim Bernardo – 76 anos, casado, aprendeu a ler e a escrever com seu pai, em casa. Nascido e criado na zona rural, na Serra dos Garcia (a localização de sua propriedade pode ser vista na Figura 3: na relação de Cachoeiras, o item 14 marca a localização do Poço do Joaquim Bernardo, lugar de visita turística). Não temos pudor em confessar que foi o colaborador que mais nos emocionou, junto com sua esposa, Mariana (69 anos, também nascida na zona rural) e seu filho Dirceu, que acabaram por participar da gravação do relato. Joaquim Bernardo e dona Mariana são pessoas que podemos adjetivar como “simples” (jamais “simplórias”) e que revelam uma sabedoria de vida e uma forma de colocá-la em palavras que nos marcaram profundamente. Foi o relato mais longo, quase uma hora e meia de gravação, e só pressionamos o *stop* do gravador porque tínhamos outra entrevista agendada.

Cícero – 60 anos, divorciado, advogado “clínico geral”, como ele mesmo diz. Cícero foi entrevistado por dois motivos: costuma defender proprietários de terras na região que são multados por crimes ambientais e é ele mesmo um proprietário de terras na zona rural. Muito articulado, bem humorado e sincero, forneceu-nos um ponto de vista extremamente fértil.

Nosso grupo de colaboradores conta ainda com Gilberto, 29 anos, solteiro, com formação em Teatro, funcionário público na Secretaria de Cultura de Seritinga. Entrevistamos Gilberto por sugestão de Naide. Gilberto é famoso (isso não é um eufemismo) em Aiuruoca por ser um estudioso diletante da história e da cultura da cidade. Por esse motivo o entrevistamos, e também por ele nos oferecer uma visão certamente distante da questão

ambiental. De fato, Gilberto sequer menciona os acontecimentos de 2002, apesar de nossa insistência em formular perguntas sobre o assunto. Sua narrativa tem foco na cultura, na história de Aiuruoca, e sua visão de historiador nos surpreendeu positivamente⁸.

Segundo Bom Meihy (2005, p. 65), “[...] pode-se dizer que todos os projetos de história oral marcam os compromissos de categorização da memória”, categorias essas divididas entre 1. classe social; 2. etnia; 3. gênero e 4. circunstância histórica. “É imperioso justificar a estruturação de comportamentos que fazem da memória dessas – e de outras – categorias fator de identidades”. Assim, com base no perfil de nossos colaboradores, parece-nos correto escolher como “filtro que conduz a narrativa das experiências” a categoria *circunstância histórica*, já que os acontecimentos ocorridos na região de Aiuruoca em 2002 certamente funcionaram como filtro para as narrativas, “[...] evocando memórias que se organizam a partir de fatores circunstanciais que passam a ser fundamentais na vida das pessoas e dos grupos” (MEIHY, 2005, p. 68).

METODOLOGIA

Considerando *comunidade de destino* como o “motivo central que identifica a reunião de pessoas com algumas características afins” (MEIHY, 2005, p. 260), qualificando um grupo, *colônia* como “coletividade ampla que tem uma comunidade de destino marcada” (MEIHY, 2005, p. 260) e *rede* como “subdivisão da colônia, segmento específico de um grupo com afinidades definidas pela comunidade de destino” (MEIHY, 2005, p. 262), estabelecemos como *comunidade de destino* os proprietários de terras em regiões rurais brasileiras localizadas em ou próximas a Unidades de Conservação Ambiental que, por motivos decorrentes da falta de informação a respeito da legislação ambiental, tanto de forma geral quanto específica para essas áreas, produzem em desacordo com a lei. A questão das penalidades legais é apenas um marcador desse universo, já que seria impossível delimitá-lo de outra forma.

Como *colônia*, entendemos os proprietários de terras – comercialmente produtivas ou não – em regiões rurais localizadas em, ou nas proximidades de Unidades de Conservação Ambiental no município de Aiuruoca (MG), multados pelos órgãos reguladores das leis

⁸ Ao final de nossa pesquisa de campo, verificamos que seria interessante gravar mais um relato: o de Guilherme, proprietário de uma pousada localizada na Serra do Papagaio, multado em 2002 e, como se verá, personagem bastante citado em outros relatos. Infelizmente, isso não foi possível. Mas reproduzimos, no anexo F, mensagem pessoal recebida por angela.annunciato@gmail.com, onde Guilherme aborda a ação do Ibama em 2002 e o tema “preservação ambiental” como um todo.

ambientais. E, como *rede*, viabilizando o trabalho, temos os proprietários de terras localizadas em regiões rurais próximas a ou em Unidades de Conservação Ambiental no município de Aiuruoca que foram multados durante a ação do Ibama em julho de 2002, ou posteriormente a essa ação.

Após nossos primeiros contatos com pessoas envolvidas nessa questão e, principalmente, depois da coleta do primeiro relato, verificou-se que perguntas específicas a respeito dos temas “preservação do meio ambiente” e “legislação ambiental” não proporcionam grandes esclarecimentos. As respostas eram curtas e vagas, tornando o material resultante demasiadamente árido. Ao contrário, quando deixamos os colaboradores livres para falar a respeito dos temas propostos, o resultado foi bastante fértil. Dessa forma, optamos em não apresentar um questionário fechado no momento da gravação dos relatos, apenas levantando questionamentos pontuais nas ocasiões em que maiores esclarecimentos tornassem necessários.

Abrimos aqui um parêntese decorrente de aspectos teóricos da história oral. Ao definirmos nosso projeto como “história oral temática”, deveríamos necessariamente nos valer de um questionário, já que, nesse gênero específico de história oral, “[...] ele torna-se peça fundamental para a descoberta dos detalhes procurados.” (MEIHY, 2005, p. 163). No entanto, mais do que informação, desejamos obter as impressões dos pequenos produtores a respeito da ação do Ibama em julho de 2002, da legislação ambiental em vigor, da transmissão de informações relativas à tal legislação e da preservação do meio ambiente, já que nosso objetivo nada tem a ver com coleta de dados, mas sim com a experiência dos colaboradores. Tampouco pretendemos entender ou questionar a legislação ambiental brasileira ou a atuação de seus órgãos reguladores, e estudos a respeito desses temas não fazem parte deste trabalho. Sabemos que “[...] há projetos temáticos que combinam algo de história oral de vida.” (MEIHY, 2005, p. 165). Porém, não seria correto enquadrar nosso projeto na categoria “história oral de vida”. Assim, embora não tenhamos conduzido as entrevistas a partir de perguntas estanques, já que isso se mostrou infrutífero, apoiamos os “questionamentos pontuais” na seguinte relação de questões:

- *Você sabe por que foi multado?*

- *Você sabia que isso era proibido, que você poderia levar uma multa?*

- *Agora você já sabe que isso é proibido. Mas você entende por que é proibido?*

- *Você concorda com essa proibição?*
- *Você sabe de outras coisas que são proibidas?*
- *Houve alguma explicação sobre como fazer para produzir legalmente e não ser mais multado?*
- *Você já viu algum tipo de material (cartaz, cartilha, impresso, propaganda de rádio ou TV) que tentasse explicar essas proibições?*
- *Como eram esses materiais? Tente descrever.*
- *Eles só mencionavam o que é proibido ou explicavam o porquê da proibição?*
- *A maioria desses materiais é feita por órgãos do governo. Isso faz diferença? Se fosse um material feito por uma escola, ou uma igreja, você prestaria mais atenção, levaria mais a sério?*
- *Vale a pena produzir respeitando as leis ambientais, ou é mais barato pagar as multas?*
- *Você entende por que as leis ambientais existem?*

A esse rol de “questionamentos pontuais”, acrescentamos perguntas relativas especificamente à APA Serra da Mantiqueira, como:

- *Você sabe o que é uma APA?*
- *Você sabe que sua propriedade está dentro da APA Serra da Mantiqueira?*
- *Quando a APA foi criada, em 1985, você recebeu alguma orientação a respeito?*
- *Você sabe o que é e o que não é permitido fazer dentro de uma APA?*
- *Você conhece os limites geográficos da APA?*
- *Você concorda com as restrições ambientais impostas pela legislação referente à APA?*

Questionamentos mais abrangentes, feitos no início das gravações como forma de situar os colaboradores e orientar a entrevista, levaram em conta a temática “meio ambiente” de uma forma geral, assim como a relação do colaborador com a natureza no que diz respeito ao trabalho como produtor rural.

CRONOGRAMA

Devido a problemas de ordem prática, relativos à distância entre São Paulo e Aiuruoca e dificuldades de acesso à residência de alguns de nossos colaboradores, foi praticamente impossível seguir um cronograma à risca. Por mais que tentássemos agendar visitas, entrevistas e gravações com antecedência, as chegadas à Aiuruoca sempre revelavam surpresas, algumas desagradáveis, como a ausência do colaborador que seria entrevistado e outras extremamente providenciais, como encontrar pessoas desconhecidas que, ao tomar conhecimento de nossos objetivos, nos indicavam prováveis colaboradores. De qualquer forma, boa vontade, receptividade, hospitalidade e uma surpreendente compreensão da importância de nossos objetivos sempre foram constantes em todo o processo de pesquisa.

Todas as entrevistas foram gravadas utilizando-se um gravador de MP3, por sua praticidade, não necessidade do uso de fitas e alta capacidade de armazenamento (72 horas). Nenhuma das sessões de gravação ultrapassou 90 minutos de duração.

Todos os colaboradores que cederam seus relatos fizeram a conferência dos textos finais (em alguns casos, tivemos que realizar a leitura do texto em voz alta) e assinaram as cartas de cessão de direitos para uso dos textos devidamente aprovados. Algumas cartas de cessão não possuem firma reconhecida em cartório. Isso se explica porque alguns colaboradores não têm firma aberta e nos pareceu demasiado penoso solicitar tal procedimento a pessoas de idade avançada que moram na zona rural, muito distante de qualquer um dos três cartórios de Aiuruoca.

Finalmente, após a apresentação de nossa dissertação de mestrado, encaminharemos um exemplar da mesma a cada um dos nossos colaboradores e também à Casa de Cultura de Aiuruoca, numa primeira forma de “devolução” dos resultados, “condição básica para se justificar um projeto de história oral” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 17).

2 CARACTERIZANDO A REGIÃO

Na entrada da cidade de Aiuruoca, uma placa de sinalização turística possui os seguintes pictogramas⁹: Estrada Real, Montanha, Cachoeira e Arquitetura religiosa (Figura 1). Embora pouco ortodoxo, este nos parece ser um meio interessante para caracterizar uma cidade.

Figura 1 – Foto da entrada da cidade de Aiuruoca (MG)

2.1 Montanha e cachoeira

Uma iniciativa da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais criou vários circuitos turísticos (“[...] conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, por meio da integração contínua dos municípios, consolidando

⁹ Informação disponível no site do Ministério do Turismo: <http://institucional.turismo.gov.br/sinalizacao/conteudo/pictogramas.html>. Acesso em 13.08.2008.

uma identidade regional”¹⁰), e Aiuruoca, localizada no sul do Estado de Minas Gerais, próximo à escarpa da Serra da Mantiqueira, faz parte do “circuito montanhas mágicas da Mantiqueira” (Figura 2), juntamente com mais sete municípios que têm em comum um certo isolamento, grandes altitudes, abundância de rios e cachoeiras e condições adequadas para a prática de esportes radicais e turismo ecológico. Tais características naturais da região também motivaram a criação do Parque Estadual Serra do Papagaio e da Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira.

Figura 2 – Mapa do Circuito Turístico Montanhas Mágicas da Mantiqueira

O Parque Estadual Serra do Papagaio foi criado pelo Decreto nº 39.793, de 05 de agosto de 1998. Com uma área de 22.917 hectares, abrange parte dos municípios de Aiuruoca (Figura 3), Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto e está localizado dentro da APA Serra da Mantiqueira. Conforme parágrafo único do Artigo 1º do citado Decreto, a criação do Parque tem por finalidade “[...] proteger a fauna e a flora locais, as nascentes de rios e córregos da região, bem como criar condições para o desenvolvimento de pesquisas científicas e para a ampliação do turismo ecológico”¹¹.

¹⁰ Informação disponível no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais: http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=240&Itemid=82. Acesso em 11.09.2008.

¹¹ Documento disponível no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD): <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1547>. Acesso em 09.05.2008.

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, normalmente conhecida por Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹², que Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal vigente¹³, estabelece que um Parque Estadual é uma Unidade de

Figura 3 – Mapa do município de Aiuruoca, mostrando localização de cachoeiras, picos e do Parque Estadual Serra do Papagaio

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, normalmente conhecida por Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹², que Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal vigente¹³, estabelece que um Parque Estadual é uma Unidade de

¹² O Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, regulamenta artigos da Lei nº 9.985/2000.

¹³ “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

$$[\dots]$$

Proteção Integral, entendendo-se como “proteção integral” a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”, ou seja, “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” (MMA, 2004, p. 10). A criação de um Parque Estadual (assim como os Parques Nacionais e Naturais Municipais) tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais que possuam beleza cênica e sejam relevantes ecologicamente, “[...] possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (MMA, 2004, p. 7). Por ser de domínio público, as áreas particulares que estejam incluídas nos limites de um parque dessa categoria são desapropriadas, e sua visitação pública é permitida, embora normatizada (MMA, 2004, p. 7-8).

De acordo com informações publicadas em pesquisa realizada pela entidade civil sem fins lucrativos Valor Natural, responsável por desenvolver o Projeto Corredor Ecológico da Mantiqueira¹⁴, o Parque Estadual Serra do Papagaio passou a essa categoria de Unidade de Conservação quando sua administração foi assumida pelo Instituto Estadual de Florestas, em 1998 (IEF). Antes disso, a Unidade era uma Estação Ecológica, criada em 1990. A pesquisa informa que a mudança de categoria ocorreu “[...] devido à forte pressão para uso turístico do parque” (PINTO, 2005, p. 10-11). De acordo com o § 2º do Art. 9º do SNUC, é proibida a visitação pública a Estações Ecológicas, “[...] exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico”. Ainda segundo o relatório citado, um dos maiores problemas da Unidade (ao menos à data da publicação do trabalho, 2005) é a falta de regularização fundiária.

Estima-se que existam 108 pessoas morando no interior do Parque, com presença de animais domésticos. Segundo os entrevistados, o principal entrave à regularização fundiária é a não desapropriação por parte do Estado, uma vez que a maioria dos proprietários não se importaria com a venda. No entanto, alguns moradores apresentam forte resistência à venda das terras, especialmente na porção norte do Parque. (PINTO, 2005, p. 13).

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.” (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível no site da Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 04.10.2008.).

¹⁴ Disponível para download em arquivo em formato pdf no site da Valor Natural: http://www.valornatural.org.br/D_UCs.pdf. Acesso em 04.10.2008.

A deficiência em recursos humanos também é citada como um dos principais problemas de gestão da Unidade.

A APA Serra da Mantiqueira foi criada pelo Decreto nº 91.304, de 03 de junho de 1985¹⁵, e seus 411.184 hectares abrangem partes dos municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Bocaina de Minas, Delfim Moreira, Itanhandu, Itamonte, Liberdade, Marmelópolis, Passa Quatro, Passa Vinte, Piranguçu, Pouso Alto, Santa Rita do Jacutinga, Virgínia e Wenceslau Brás, no Estado de Minas Gerais; Campos do Jordão, Cruzeiro, Lavrinha, Pindamonhangaba, Piquete, Santo Antonio do Pinhal e Queluz, no Estado de São Paulo; e Resende, no Estado do Rio de Janeiro (Figura 4).

Figura 4 – Mapa da APA Serra da Mantiqueira

Conforme o Artigo 2º do referido Decreto, os objetivos da implantação da APA Serra da Mantiqueira são, além de “[...] garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional [...]”, proteger e preservar

- a) parte de uma das maiores cadeias montanhosas do sudeste brasileiro;
- b) a flora endêmica e andina;
- c) os remanescentes dos bosques de araucária;
- d) a continuidade da cobertura vegetal do espigão central e das manchas de vegetação primitiva;
- e) a vida selvagem, principalmente as espécies ameaçadas de extinção (BRASIL, DECRETO Nº 91.304, 1985).

¹⁵ Documento disponível no site do Ibama: http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=37&seq_tp_documento=3&seq_finalidoc=7. Acesso em 08.05.2008.

A instituição responsável pela supervisão, administração e fiscalização da APA Serra da Mantiqueira é a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema)¹⁶. A sede administrativa da unidade fica na cidade de Passa Quatro (MG), e, à época da conclusão da pesquisa, o Chefe da Unidade era o sr. Clarismundo Benfica do Nascimento.

Conforme dispõe a Lei nº 9.985/2000 (SNUC), artigo 7 item II, uma Área de Proteção Ambiental é uma unidade de conservação pertencente ao Grupo das Unidades de Uso Sustentável, ou seja, que permite exploração, desde que esta garanta “[...] a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (MMA, 2004, p.10). O Artigo 15 do SNUC define uma APA como uma área geralmente extensa, “[...] com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”. Além de proteger a diversidade biológica, a criação de uma APA tem por objetivo “[...] disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (MMA, 2004, p.09).

De acordo com a já citada pesquisa realizada pela Valor Natural para o Projeto Corredor Ecológico da Mantiqueira, as atividades desenvolvidas pela administração da APA Serra da Mantiqueira incluem “[...] vistorias para autorizações; atendimento à população; busca de desenvolvimento sustentável; articulação interinstitucional; educação ambiental; atendimento ao Ministério Público; desenho de procedimentos”. Os usos conflitantes que afetam a Unidade e seu entorno seriam ocupação desordenada e parcelamento do solo, desconhecimento da legislação e normas vigentes e um alto índice de infrações (PINTO, 2005, p. 16).

Por suas características flexíveis, que permitem a presença e a atividade humana em suas terras, as APAs são consideradas a categoria de Unidades de Conservação Ambiental mais “polêmica”. Normalmente, são áreas muito extensas, às vezes ultrapassando 5 milhões

¹⁶ Segundo o Artigo 15 do Decreto nº 91.304, “A APA da Serra da Mantiqueira será supervisionada, administrada e fiscalizada pela SEMA, em articulação com o Instituto Estadual de Floresta-MG, a Comissão de Política Ambiental – COPAM-MG, Prefeituras Municipais dos municípios envolvidos, Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente-CODEMAS-MG, Divisão de Proteção dos Recursos Naturais – DPRN, Secretaria de Estado de São Paulo, Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, do Estado do Rio de Janeiro”. (BRASIL. Decreto n. 91.304, de 03 de junho de 1985. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=37&seq_tp_documento=3&seq_finalidoc=7>. De acordo com pesquisa realizada pela Valor Natural, a gestão da Unidade é subordinada à Gerência Executiva do Ibama-MG (PINTO, 2005, p. 16).

de hectares, o que, aliado à possibilidade de uso direto¹⁷ de seus recursos naturais, dificulta a fiscalização e a viabilidade de seus planos de manejo¹⁸, já que estes devem incluir medidas que promovam a integração da APA com a “vida econômica e social das comunidades vizinhas”¹⁹. A população residente no interior de APAs, inclusive, deve participar da elaboração do plano de manejo, participação esta legalmente assegurada²⁰. Da mesma forma, conforme o § 2º do Art. 17 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC, a “[...] população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região”, como representantes da sociedade civil, devem participar do Conselho (no caso das APAs, consultivo) das Unidades de Conservação (MMA, 2004, p.42).

A APA da Serra da Mantiqueira teve seu Conselho Consultivo (Conapam) estabelecido em 2003, 18 anos depois de sua criação²¹. A respeito do processo de formação desse Conselho Consultivo, o Relatório publicado pela Valor Natural com o diagnóstico das Unidades de Conservação do Corredor Ecológico da Mantiqueira traz uma informação que parece referir-se aos acontecimentos de 2002 que deram origem a nosso trabalho de pesquisa, conforme relatado na Introdução desta dissertação:

Num contexto de grande descontentamento com a ação do órgão gestor da unidade, em dezembro de 2002 foi iniciado o processo de formação do Conselho Consultivo da APA Mantiqueira. Através da atuação do movimento ambientalista, diversas organizações se mobilizaram em torno da formação deste Conselho, que foi criado em setembro de 2003. O Conselho conta com 34 cadeiras, sendo 17 de órgãos governamentais e 17 da sociedade civil [...]. O Conselho é pouco representativo da espacialidade da APA, estando concentradas organizações com sede na região central da UC.

¹⁷ Conforme o item X do Art. 2º do SNUC, uso direto é “aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais”. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. 4. ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. 52 p.)

¹⁸ Conforme o item XVII do Art. 2º do SNUC, plano de manejo é “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, op. cit.).

¹⁹ Conforme § 1º do Art. 27 do SNUC (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, op. cit.).

²⁰ Conforme § 2º do Art. 27 do SNUC (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, op. cit.). O site do Ibama disponibiliza um link para o plano de manejo da APA Serra da Mantiqueira (<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=37>. Acesso 04.08.2008), mas, à época em que esta pesquisa foi realizada, o link abria uma página em construção. Segundo informação pessoal obtida com a direção da APA Serra da Mantiqueira, em mensagem enviada por apaserradamantiqueira@yahoo.com.br em 10.10.2008, ainda não existe um plano de manejo para a APA Serra da Mantiqueira.

²¹ Criado pela portaria nº 49, de 07 de maio de 2004. Informação disponível no site do Ibama: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=37>. Acesso em 04.10.2008.

É também pouco representativo da população local: 80% dos conselheiros é de origem urbana, boa parte deles mora fora da APA e menos de 1/3 nasceu na APA. No entanto, é formado por lideranças tanto com potencial de influenciar políticas públicas (em nível regional e nacional) como de imersão local (PINTO, 2005, p. 17).

O fato de não exigir desapropriação faz com que as terras que formam uma APA, muitas vezes, permaneçam nas mãos de proprietários particulares. Por um lado, isso é visto de forma positiva, pois a criação de uma APA não onera os cofres públicos com pagamento de indenizações por desapropriação. Além desse fator financeiro, a permissão da continuidade da presença de pessoas que vivam na área e a explorem de forma sustentável faz com que a criação de uma APA seja uma medida muito mais eficaz – e viável – no que diz respeito à proteção ambiental do que as grandes “áreas inabitadas” das Unidades de Conservação de Proteção Integral (RIBEIRO, 2005, p. 12). Tal característica, acredita-se, foi responsável pela criação de tantas APAs²² no Brasil. Mas há críticas no que diz respeito à verdadeira utilidade de uma APA, já que o fato de não haver desapropriações não garante a efetiva conservação do ambiente. Alguns estudiosos chegam a afirmar que a criação de uma APA se dá, muitas vezes, “[...] com fins demagógicos, pois a população não discerne uma categoria de uso indireto de uma de uso direto, cujas terras não necessitam de desapropriação” (PÁDUA, 2001, p. 431). Mas parece haver um consenso em verificar que a importância das APAs recai, sobretudo, sobre a facilidade que elas oferecem para o estabelecimento de corredores ecológicos, também chamados de Corredores de Biodiversidade. Conforme o item XIX do Art. 2º do SNUC, corredores ecológicos são

[...] porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades (MMA, 2004, p. 11).

²² O site do Ibama menciona a existência de 31 APAs no Brasil (<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=APA>. Acesso em 04.10.2008). Já o site *Ambiente Brasil*, em pesquisa própria, informa a existência de 40 unidades em território nacional (<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=/snuc/index.html&conteudo=/snuc/snuc6.html>. Acesso em 04.10.2008).

Aiuruoca é um dos 41 municípios que fazem parte do Corredor Ecológico da Mantiqueira, projeto financiado pelo Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF – Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos) e desenvolvido pela Valor Natural. O Projeto tem por objetivo “[...] estabelecer as bases técnicas para o planejamento biorregional e a implementação da porção mineira do Corredor Ecológico da Serra do Mar”, e sua proposta é “[...] estabelecer um mosaico de usos e ocupação da terra, que integre unidades de conservação com áreas de cultivo e pastagem, centros urbanos e atividades industriais” (COSTA et al., 2005). A APA Serra da Mantiqueira é uma das Unidades de Conservação que se localiza na região do Corredor, além do Parque Estadual Serra do Papagaio, Parque Nacional de Itatiaia, APA Fernão Dias e Floresta Nacional de Passa Quatro.

Por não exigir desapropriação, o estabelecimento de uma Área de Proteção Ambiental impõe diversas limitações aos moradores e proprietários de terras em seu interior. O Artigo 5º do já citado Decreto nº 91.304, documento que cria a APA Serra da Mantiqueira, proíbe, entre outras coisas,

[...] II – a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais, principalmente da Zona de Vida Silvestre, onde a biota será protegida com mais rigor;

III – o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;

IV – o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota, principalmente os remanescentes dos bosques de araucária, as manchas de vegetação primitiva e as nascentes de cursos d’água existentes na região (BRASIL, DECRETO Nº 91.304, 1985).

Conforme o Artigo 6º do referido Decreto, algumas ações dependem de autorização prévia da Sema, tais como obras de terraplanagem decorrentes da “[...] abertura de vias de comunicação, de canais, a implantação de projetos de urbanização, [...] e a realização de grandes escavações e obras, que causem alterações ambientais”. Tais autorizações somente serão concedidas

a) após estudo do projeto, exame das alternativas possíveis e avaliação de suas consequências ambientais;

b) mediante a indicação das restrições e medidas consideradas necessárias à salvaguarda dos ecossistemas atingidos.

Parágrafo único – As autorizações concedidas pela SEMA não dispensarão outras autorizações e licenças federais, estaduais e municipais porventura exigíveis (BRASIL, DECRETO Nº 91.304, 1985).

A fim de preservar os efluentes, o Artigo 7º do Decreto nº 91.304 também proíbe

- a) a construção de edificações, em terrenos que, por suas características, não comportarem a existência simultânea de poços para receber o despejo de fossas sépticas, e de poços de abastecimento d'água, que fiquem a salvo de contaminação, quando não houver rede de coleta e estação de tratamento de esgoto, em funcionamento;
- b) a execução de projetos de urbanização, sem as devidas autorizações, alvarás, licenças federais, estaduais e municipais exigíveis (BRASIL, DECRETO Nº 91.304, 1985).

Finalmente, o Artigo 14 considera as nascentes e seu entorno, num raio de 60 metros, como objetos de preservação permanente, “[...] exceto a faixa necessária para assegurar a utilização e o bom escoamento das águas” (BRASIL, DECRETO Nº 91.304, 1985).

Além das limitações impostas pelo Decreto que cria a APA Serra da Mantiqueira, o Código Florestal, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965²³, coloca outras restrições, válidas para as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs), que são, entre outras, as margens de rio, as áreas acima de 1.800 metros de altitude, os topos de morro e as encostas com declive superior a 45°. Tais restrições são válidas para todo o território nacional, independente de sua localização no interior ou não de uma Unidade de Conservação. Nas APPs, não é permitido qualquer tipo de uso dos recursos naturais. A mesma Lei, no Art. 16, dispõe sobre a obrigatoriedade da Reserva Legal²⁴, que deve ser de 20% (BRASIL, LEI Nº 4.771, 1965).

Desnecessário dizer que toda infração decorrente do desrespeito a qualquer dessas proibições acarreta multas que variam em valor, conforme a natureza do delito e a reincidência ou não do infrator, e que podem ser aplicadas pelo Ibama, pela Polícia

²³ Documento disponível no site da Presidência da República Federativa do Brasil: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm. Acesso em 07.10.2008.

²⁴ Conforme Art. 1º, § 2º, item III do Código Florestal, Reserva Legal é a “[...] área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.” (BRASIL. *Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm). Acesso em 07.10.2008.).

Ambiental, pelo IEF ou por qualquer dos órgãos reguladores das leis ambientais que tenham por função aplicar a lei²⁵. Por conta dessas possibilidades punitivas, e para que as Unidades de Conservação cumpram com seus objetivos ambientais, as próprias leis asseguram à sociedade informação a respeito do estabelecimento e funcionamento das Unidades de Conservação e da legislação relativa ao Meio Ambiente como um todo.

Assim, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981²⁶, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que “[...] tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar *[sic]*, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”, em seu Art. 2º, item X, aponta como uma de suas finalidades a “[...] educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. O item V do Art. 4º aponta como um de seus objetivos a “[...] difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, divulgação de dados e informações ambientais e formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico”. Um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, elencados em seu Art. 9º, é o Sistema Nacional sobre Informações do Meio Ambiente²⁷, citado no item VII, assim como “[...] a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes”, conforme o item XI (BRASIL, LEI Nº 6.938, 1981).

O Art. 22 do SNUC afirma o seguinte:

²⁵ A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) é o órgão que coordena a aplicação das Leis Ambientais no Estado de Minas Gerais, reunindo o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam). Informação obtida no site da SEMAD: http://www.semad.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=174&Itemid=128. Acesso em 07.10.2008.

²⁶ Documento disponível no site da Presidência da República Federativa do Brasil: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acesso em 09.05.2008.

²⁷ Conforme informações obtidas no site do Ministério do Meio Ambiente (<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=58>. Acesso em 08.10.2008.), “o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA é o instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei 6.938/81, responsável pela gestão da informação ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, de acordo com a lógica da gestão ambiental compartilhada entre as três esferas de governo. O SINIMA (...) possui três eixos estruturantes: o desenvolvimento de ferramentas de acesso à informação baseadas em programas computacionais livres; a sistematização de estatísticas e elaboração de indicadores ambientais; a integração e interoperabilidade de sistemas de informação de acordo com uma Arquitetura Orientada a Serviços – SOA.”.

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas (MMA, 2004, p. 23).

Já o Decreto nº 91.304, de 03 de junho de 1985, que cria a APA Serra da Mantiqueira, dispõe em seu Art. 4º as medidas a serem adotadas na implantação e funcionamento da UC em questão. Entre tais medidas consta a indicação das “[...] atividades a serem encorajadas ou incentivadas em cada zona, bem como as que serão limitadas, restringidas ou proibidas, de acordo a legislação aplicável [...]”, quando da efetivação do zoneamento da APA, e “[...] a divulgação das medidas previstas neste Decreto objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e as suas finalidades” (BRASIL, DECRETO Nº 91.304, 1985).

Há, ainda, uma lei específica sobre educação ambiental: é a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental²⁸. Nas Disposições Gerais, a Lei institui que a Política Nacional de Educação Ambiental envolve órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), órgãos públicos municipais, estaduais e federais, instituições educacionais e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. Conforme o Art. 8º, “As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar”, por meio de várias linhas de ação inter-relacionadas que incluem capacitação de recursos humanos, pesquisa, produção e divulgação de material educativo e acompanhamento e avaliação. A educação ambiental deve se dar no ensino formal e não-formal. Segundo informação obtida no site do Ministério do Meio Ambiente,

A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental está a cargo do Órgão Gestor, criado com a regulamentação da Lei nº 9.795/99 por intermédio do Decreto nº 4.281/2002, que é dirigido pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, tendo como referencial programático o

²⁸ Documento disponível no site da Presidência da República Federativa do Brasil: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 09.10.2008.

documento ProNEA, e assessorado pelo Comitê Assessor, consultado quando necessário²⁹.

Mesmo com a informação e a educação ambiental asseguradas pela lei, a realidade parece estar distante desse ideal. Como já dissemos na Introdução deste trabalho, não é foco de nossa pesquisa refletir sobre a adequação ou não da legislação ambiental à realidade do tema no País, mas acreditamos que comentar esse aspecto específico tem sua importância justificada por ser essencial à compreensão dos fatos, já que este primeiro capítulo se propõe a traçar um quadro geral da região de Aiuruoca e seus habitantes.

Como se verá adiante, a falta de informação a respeito das leis ambientais foi uma das queixas mais recorrentes de nossos colaboradores neste trabalho, tanto os que cederam seus relatos como os que apenas se dispuseram a conversar informalmente – mesmo que a situação tenha melhorado sensivelmente nos últimos anos, com o surgimento de iniciativas socioambientais por meio de associações, comitês, organizações não governamentais voltadas para o tema e projetos desenvolvidos por intermédio de parcerias público/privadas³⁰. A quantidade das leis ambientais parece ser o primeiro motivo para essa falta de conhecimento sobre o assunto. Mesmo que a iniciativa pela busca de informação parta dos próprios interessados – não apenas os habitantes de terras que estejam localizadas no interior de Unidades de Conservação Ambiental, mas todos nós, cidadãos brasileiros – o número de leis – federais e estaduais –, decretos, resoluções, deliberações e portarias é tão extenso, e a complexidade de seu conteúdo é tamanha, que não seria errôneo afirmar que apenas os profissionais de Direito têm estofos para compreender corretamente tal legislação. Pesquisa realizada pela Valor Natural cita que a segunda principal demanda das prefeituras dos municípios que compõe o Corredor para lidar com os problemas ambientais é a falta de informações técnicas e sobre procedimentos legais (a primeira causa apontada é a falta de recursos financeiros e humanos). Segundo relatório da pesquisa, essa carência de informação

²⁹ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=463>>. Acesso em 09.10.2008.

³⁰ Como o “Projeto Semear”, da Prefeitura de Rio Preto, o Projeto “Fortalecimento da Gestão Participativa da APA Serra da Mantiqueira”, desenvolvido pela Fundação Matutu/ Ibama/ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e parceiros locais, regionais e nacionais, e financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, e o “Programa Semeando”, projeto de educação ambiental do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais (Senar-MG), patrocinado pelo Sebrae, Bunge e Fundação Djalma Guimarães, com a parceria das Secretarias Estaduais de Educação, Meio Ambiente e Agricultura, dos Sindicatos Rurais, e instituições e empresas privadas (RIBEIRO, 2005b, p. 17).

seria “[...] uma das causas da falta de recursos financeiros para a gestão ambiental, uma vez que existem fundos estaduais e federais que poderiam ser acessados pelas prefeituras, mas que são desconhecidos ou não há pessoal capacitado para estruturar projetos” (RIBEIRO, 2005b, p. 9). Em obra também publicada pela Valor Natural, uma relação de leis, decretos e demais regulamentos legais sobre Unidades de Conservação Ambiental e temas afins elenca 45 itens (COSTA et al., 2005). Tal relação certamente não dá conta de toda a regulamentação legal sobre meio ambiente (não há menção, por exemplo, ao Código Florestal, Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965; Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981; e Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999).

Alheios a tal quantidade de leis e decretos, os turistas são presença constante na região. Em nossas viagens para Aiuruoca, a fim de realizar a pesquisa de campo necessária a este trabalho, pudemos perceber como a atividade turística faz parte da vida da cidade. Não se trata de um turismo ostensivo, o que justificaria um maior número de empreendimentos voltados para esse fim. Segundo dados do IBGE, em 2005 havia 38 unidades voltadas a alojamento e alimentação³¹. O que ocorre é uma convivência discreta e bastante pacífica entre a população local (tanto rural quanto urbana) e o número ainda pequeno de turistas, que, contudo, já fazem parte do cotidiano de Aiuruoca. É comum ver veículos de fora da cidade, principalmente jipes e motos, equipamentos do chamado “turismo de aventura”. Na praça central da cidade, a Casa de Cultura oferece informações sobre atrativos turísticos na região. A cidade possui uma associação de guias turísticos Associação dos Guias de Aiuruoca-MG (AGUIA) e, segundo informações colhidas em conversas informais com vários moradores da cidade, o ecoturismo vem crescendo a cada temporada, tomando o lugar da pecuária leiteira como fonte de renda para uma parte considerável da população.

Uma das consequências do turismo em Aiuruoca é a fixação de novos habitantes na região. São comuns os casos de turistas que visitaram a cidade, voltaram várias vezes e acabaram por fixar residência no local, normalmente na zona rural (sem, contudo, se tornarem produtores agropecuários). O Vale do Matutu é o maior exemplo disso. A região abriga uma “[...] comunidade de aproximadamente 120 pessoas que habitam a Serra do Papagaio há 18 anos”, formada por migrantes de grandes centros urbanos³².

³¹ Informação disponível no site do IBGE, item “Estrutura Empresarial 2005”: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 19.09.2008.

³² Informação disponível no site da Fundação Matutu: <<http://www.matutu.org/>>. Acesso em 19.09.2008.

2.2 Estrada Real

Aiuruoca também faz parte da Estrada Real, projeto criado em 2001 pelo Instituto Estrada Real, “[...] uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada por iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG”³³. Sua finalidade é estimular o turismo, preservar e revitalizar a região de entorno das históricas estradas reais, caminhos utilizados por bandeirantes e demais exploradores que partiram de São Paulo em direção ao atual Estado de Minas Gerais, no século XVII, em busca de ouro, assim como as estradas que levavam esse ouro para o litoral do Rio de Janeiro, de onde partiam os navios para Portugal. A Coroa portuguesa criou a Estrada Real em caráter oficial como forma de fiscalizar esse trânsito de mercadorias e riquezas, proibindo o trajeto por outras vias. Num total de 1.200 quilômetros, a Estrada Real é dividida em 3 partes: o Caminho Velho, que liga Parati a Ouro Preto, passando por São Paulo; o Caminho Novo, construído por volta de 1700, a pedido da Coroa, para ligar o Rio de Janeiro a Ouro Preto através de um trajeto mais curto – e mais fiscalizado; e a Rota dos Diamantes, que data do século XVIII e liga Ouro Preto a Diamantina, construída para escoar a produção de diamantes (SANTOS, 2001; ABREU, 1989; ANTONIL, 1982).

Aiuruoca foi um dos muitos povoados que surgiu às margens da Estrada Real, verdadeiro eixo de urbanização da região. Em carta ao Governador Geral do Brasil, datada de 29 de julho de 1694, Bento Pereira de Souza Coutinho faz a primeira menção conhecida ao nome Aiuruoca, usando o termo antigo “Juruoca”, de origem tupi: “*ajuru* = papagaio; *oca* = casa”, A carta, que narra o itinerário das bandeiras paulistas na região, faz referência ao Rio Grande, “[...] cujas cabeceiras nascem na Serra da Juruoca” (1903 apud COSTA, 1994, p. 59)³⁴. Porém,

[...] apenas no início do século XVIII seria realizada uma efetiva ocupação da área. Foi nessa época que João Siqueira Afonso transpôs a serra da Mantiqueira e entrou no território mineiro. Considerado o fundador de Aiuruoca, esse taubateano desertou das minas do ribeirão do Carmo, descobrindo em 1702 as minas do Sumidouro. Avançando doze léguas ao Sul, descobriu, em 1704, as minas de Guarapiranga (hoje, Piranga) e de São José. Dois anos depois, examinando o sertão ao Sul do caminho de São

³³ Informação disponível no site do Instituto Estrada Real (http://www.estrada-real.org.br/estra_real/quem_somos.asp), acesso em 11/09/2008.

³⁴ Revista do Archivo Público Mineiro, 1903, p. 924.

Paulo, descobriu as minas de Aiuruoca nas cabeceiras do rio Grande. (COSTA, 1994, p. 59).

Assim, João Siqueira Afonso fundou o Arraial de Aiuruoca por volta de 1706. O Distrito de Aiuruoca foi criado por alvará datado de 16.02.1724. Foi elevado à categoria de vila pela resolução de nº 17, de 14.08.1834, desmembrado do município de Baependi, e passou à condição de cidade pela lei provincial nº 1510, de 20.07.1868.

Vários distritos foram anexados à Aiuruoca desde sua fundação. “Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Aiuruoca se compõe de 7 distritos: Aiuruoca, Alagoa, Bom Jesus do Livramento, Carvalhos, Passa Vinte, Rosário da Bocaina e Bom Sucesso de Serranos.”³⁵. Com o passar dos anos, todos esses distritos foram elevados à categoria de município. A atual divisão territorial de Aiuruoca data de 1960.

Inicialmente ocupada por mineradores, a região de Aiuruoca aos poucos foi deixando de oferecer ouro para proporcionar outra riqueza: seu solo fértil. Agricultura e pecuária forneciam gêneros de subsistência à população e aos tropeiros que por lá passavam. Aliada ao fim de seu período de mineração, a localização da cidade, à beira do caminho das tropas, foi fundamental para essa mudança. Após uma breve passagem da cultura cafeeira, em meados do século XIX, “[...] a região retornou à economia predominante desde o fim do ciclo do ouro, fundada na cultura de gêneros de subsistência e na pecuária, que permanecem até hoje como as principais atividades do município” (COSTA, 1994, p. 61).

Atualmente, segundo dados do IBGE³⁶, Aiuruoca possui 6.099 habitantes em seus 650 km² (contagem da população 2007). Desse total, 46% está na cidade e 54% habita a zona rural. A população do município vem diminuindo há alguns anos. “Segundo o senso demográfico de 1980, o município de Aiuruoca contava com 7.517 habitantes – 28% de população urbana e 72% rural” (COSTA, 1994, p. 61). Cerca de 12% do total de habitantes não possui qualquer instrução, ou possui menos de um ano de estudo; 26% ganham até um salário mínimo; e 28% não possuem qualquer rendimento³⁷. Porém, “[...] por ser uma região com grande foco na pequena propriedade rural, [...] grande parte do que é consumido pelas famílias é retirado da

³⁵ Informação disponível no site do IBGE: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 18.09.2008.

³⁶ Todas as informações estatísticas deste capítulo, quando não citadas outras fontes, foram extraídas do site do IBGE: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> (acesso em 04.10.2008).

³⁷ Habitantes com 10 anos ou mais de idade.

própria propriedade, não sendo assim computado como rendimento monetário.” (MOUSINHO, 2005, p. 21).

O senso agropecuário de 2006 registra 377 estabelecimentos agropecuários, ocupando 35.527 hectares. Desse total, mais de 76% se dedica à produção de leite de vaca (há 19.959 cabeças de bovinos, em 361 estabelecimentos). O rendimento da produção leiteira é considerado baixo, tanto na criação comercial quanto na familiar. Pastos mais pobres e menores áreas planas para pastagem são algumas das justificativas para essa baixa produtividade (MOUSINHO, 2005, p. 43).

Segundo análise realizada por MOUSINHO (2005, p. 32), com base em dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, “[...] de uma maneira geral, a predominância na região é de pequenas propriedades”. Dos 377 estabelecimentos agropecuários registrados pelo senso agropecuário de 2006, 136 possuem lavouras permanentes; 254 possuem lavouras temporárias; 359 possuem pastagens naturais, e 242 têm matas e florestas em seu interior. 512 trabalhadores rurais possuem laço de parentesco com o produtor, contra 409 sem laço de parentesco. Em 2007, foram produzidas 9.000 toneladas de milho (Aiuruoca e Baependi são os maiores produtores da região do Corredor Ecológico da Mantiqueira) e 220 de feijão. Há ainda produção comercial de café, batata e frutas (tangerina e pêssgo), e criações de suínos (Aiuruoca está entre os maiores criadores da região do Corredor Ecológico da Mantiqueira) e galinhas.

Com relação à infra-estrutura e serviços, Aiuruoca possui 4 estabelecimentos de saúde, que disponibilizam 31 leitos (dados de 2005). O município ainda não conseguiu a universalização do serviço de abastecimento, com pelo menos um cômodo de todos os domicílios ligados à rede geral (MOUSINHO, 2005, p. 25), ainda que, por investir em saneamento básico e proteção ambiental, Aiuruoca seja beneficiada pela “Lei Robin Hood”, ou Lei do ICMS Ecológico³⁸, que tem por objetivo “[...] incentivar os municípios a criar ou manter áreas de conservação e/ou estimulá-los a promover políticas de desenvolvimento sustentável” (MOUSINHO, 2005, p. 54). A cidade conta com uma agência bancária, uma dos Correios, duas indústrias extrativas, 28 de transformação e uma de construção. Em 2007, a frota do município era composta por 775 automóveis, 69 caminhões, 64 caminhonetes, 10

³⁸ Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, regulamentada pela Lei nº 13.803/00, a “Lei Robin Hood III”. Essa lei estadual definiu “critérios de alocação de receitas fiscais da parte do ICMS que cabe às municipalidades para aquelas localidades que investem em saneamento e proteção ambiental” (MOUSINHO, 2005, p. 53).

micro-ônibus, 290 motocicletas e 9 ônibus. Segundo Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública, realizado pelo IBGE em 2001³⁹, Aiuruoca possui ao menos uma unidade de: videolocadora, clubes e associações recreativas, estádios ou ginásios poliesportivos, banda de música e orquestra. A mesma fonte de informações não registra qualquer ocorrência de: estação de rádio AM ou FM, geradora de TV, provedor de internet, livraria, biblioteca, museu, teatro e cinema. Há uma *lan house* na cidade, que oferece serviços de impressão de texto e fotos, e um estúdio de informática, que oferece criação de sites e materiais impressos de divulgação.

No que diz respeito à educação, em 2007 havia 968 alunos matriculados no ensino fundamental (323 na única escola pública estadual e 645 distribuídos entre as 8 escolas públicas municipais), com 66 docentes, e 185 no ensino médio (uma escola pública estadual), com 15 docentes. Há duas escolas públicas municipais de ensino pré-escolar. A UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos, com sede em Barbacena, MG, através de sua Rede de Ensino Normal Superior, que compõe sua Rede de Faculdades Isoladas de Educação e Estudos Sociais, mantém em Aiuruoca a Faculdade de Educação e Estudos Sociais, que disponibiliza um único curso, o Normal Superior.

O IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – de Aiuruoca é 0,736 (dados do ano de 2000). Como comparativo, o maior IDH-M da região, também em 2000, pertence a São Lourenço (0,839). No Brasil, o município de São Caetano possui o maior IDH-M (0,919)⁴⁰.

2.3 Arquitetura religiosa

Finalmente, o pictograma “arquitetura religiosa” faz menção à Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (Figura 5), construída em 1726. Localizada na praça principal de Aiuruoca, a igreja é parte do cotidiano da cidade. Seu sistema de som externo reproduz músicas e informações variadas. Às 18 horas, pontualmente, pode-se ouvir a Ave Maria, tradição ainda comum em muitas pequenas cidades brasileiras. Nas noites de sexta-feira, os

³⁹ Dados disponíveis no site do IBGE: <<http://www.ibge.gov.br/munic2001/tabelas.php?codmun=310120&descricao=Aiuruoca>> (acesso em 14.10.2008).

⁴⁰ Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU): [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm) (acesso em 14.10.2008).

alto-falantes reproduzem músicas e mensagens do tipo “correio elegante”, tendo papel ativo na recreação das pessoas que se reúnem na praça, antes ou depois da missa noturna.

Figura 5 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição

Tivemos a oportunidade de verificar o forte papel que a religião católica desempenha para a população de Aiuruoca quando nos hospedamos na cidade durante toda a Semana Santa de 2008. Há atividades em todos os dias, nas ruas e na Igreja Matriz, sempre anunciadas e pontuadas pelo seu sistema de som: procissões, apresentações teatrais e musicais, missas especiais com coral e música ao vivo. A representação de todos os Atos da Paixão é externa. Na noite do Sábado de Aleluia, o Sermão das Sete Palavras reúne grande quantidade de pessoas na praça principal da cidade, inclusive muitos moradores da zona rural. É difícil encontrar um lugar na praça, que fica literalmente lotada. Ao Sermão se segue a Procissão do Enterro e, na madrugada do sábado para o Domingo de Páscoa, por volta das 4 da manhã, os alto-falantes da igreja reproduzem várias músicas religiosas, iniciadas por “Aleluia”, interrompendo a música alta, jovem e vibrante que vem do clube noturno, atrás da igreja. Contrastes que convivem, aparentemente, sem grandes atritos, apresentando-se como uma

espécie de retrato de Aiuruoca: uma cidade que vive suas tradições e costumes intensamente, sem, contudo, se fechar ao que vem de fora.

Grandes contrastes não parecem existir entre as populações rural e urbana de Aiuruoca. Tal afirmação vem de nossas observações durante a pesquisa de campo para realização deste trabalho, quando tivemos um contato considerável tanto com os moradores da cidade quanto da zona rural. Os motivos parecem bastante claros: a maioria da população urbana tem suas origens na zona rural. Muitos possuem parentes morando fora da cidade e alguns mantêm propriedades no campo, onde ainda cultivam a terra – às vezes até de forma comercial. A “zona rural” é muito próxima da cidade e, embora existam locais de difícil acesso (tivemos que esperar épocas de seca para realizar algumas entrevistas, devido à impossibilidade de acesso oferecida por estradas muito erodidas pela chuva), é possível encontrar pequenas propriedades vizinhas da cidade, onde existe produção agropecuária. Muitas pessoas abandonaram o campo para morar na cidade, como parecem comprovar as próprias estatísticas do IBGE, já que, em 27 anos, a população urbana aumentou – de 28% para 46% do total de habitantes – e a população rural diminuiu – de 72% para 54% – variações de exatos 18 pontos percentuais em ambos os casos.

A população rural de Aiuruoca parece bastante próxima do que Maria Isaura Pereira de Queiroz chamou de “o campesinato brasileiro”, em sua obra homônima: uma camada social que não está nem entre os fazendeiros, nem entre os trabalhadores sem terra. Que pratica a policultura por meio de técnicas rudimentares de cultivo, utilizando mão-de-obra familiar, “[...] lavrando independentemente suas roças quando e como queiram” (QUEIROZ, 1973, p. 13), e assim abastece a própria família e a população circundante, através da venda da produção excedente, embora suas colheitas não visem obtenção de lucro. Que possui vínculo com a cidade e para ela se mobiliza por motivos econômicos (no caso de Aiuruoca, isso acontece, sobretudo, nos dias 20 de cada mês. É o “dia do leite”, quando os produtores de leite vão ao banco receber por suas vendas mensais. Nesse dia, há uma feira de roupas e utensílios que acontece numa das ruas da cidade) e religiosos (como ocorre às Semanas Santas). Que não está de forma alguma isolada espacial e culturalmente, pois “[...] se movimenta em sua vida quotidiana, conhecendo outros ambientes e outras configurações sociais diferentes da sua” (QUEIROZ, 1973, p. 14), e mantém vínculo diário com “o resto do mundo” pela TV (com poucas exceções, até as famílias mais humildes que moram na zona rural possuem um aparelho de TV em casa, “movido” à energia elétrica proveniente de geradores).

Em seu estudo, Maria Isaura Pereira de Queiroz também afirma que o campesinato brasileiro, lentamente, tende a desaparecer. No caso de Aiuruoca, as próximas páginas tentarão mostrar um dos porquês.

3 APLICANDO A TEORIA: ANÁLISE DOS RELATOS

Como já dissemos, nosso referencial teórico para análise dos relatos neste trabalho é centrado em quatro elementos: memória, identidade, experiência e estereótipo. Procuraremos explicar brevemente o porquê dessas opções.

O conceito de memória é um dos fundamentos da história oral. “Quando valorizado nas falas contidas nas narrativas, o conjunto de conteúdos expressos como fator decisivo para as análises aponta para questões relativas à memória como caminhos indicativos dos exames sociais” (MEIHY, 2005, p. 61). Todo relato nasce na memória e dela se vale em suas construções. Por isso, o conceito de memória (individual, social ou coletiva) se impõe como elemento teórico a ser utilizado em qualquer análise de relatos em história oral.

Porém, a memória, assim como seu processo construtivo, não deve ser estudada como um objeto isolado. A expressão da memória se realiza com base, entre outros fatores, na identidade de quem a exprime. “Por meio de entrevistas pode-se perceber as formas de organização das narrativas, que sempre se apóiam em relatos que evocam o passado, determinando a configuração da memória e suas relações com a identidade”. (MEIHY, 2005, p. 59).

À memória e à identidade, vem juntar-se o conceito de experiência como “[...] aspecto vinculado à versão de fatos ou processos vivenciais em que há juízo de valor.” (MEIHY, 2005, p. 260). Parece-nos impossível falar em história oral – que se vale de narrativas orais construídas a partir da memória para seus estudos – sem falar em experiência, já que “[...] as memórias são resultado de experiências vivenciadas” (RIBEIRO, 2007, p. 183).

Assim, memória, identidade e experiência são elementos teóricos praticamente inerentes a qualquer trabalho de história oral. Já o conceito de estereótipo como elemento teórico para análise dos relatos neste trabalho foi uma opção que surgiu no decorrer da pesquisa, justificada pela postura assumida por nossos colaboradores em relação ao Ibama. Postura, como veremos, bastante influenciada por uma visão estereotipada. Visão que, inclusive, assumimos como nossa, em determinados momentos da pesquisa, não só com relação ao Ibama, mas também perante nossos colaboradores. Este é um comportamento previsível que deve sempre ser levado em conta num trabalho de história oral, tanto a partir do pesquisador para o colaborador quanto o inverso, do colaborador para o entrevistador. Existem “[...] expectativas de comportamento de uma parte e de outra, pois todos têm

imagens estereotipadas a respeito uns dos outros, e os relatos obtidos estão sempre influenciados por elas.” (QUEIROZ, 1991, p. 83)

Consideramos que todos esses fatores estão de tal forma interligados que seria um erro separá-los, abordando-os como tópicos individuais. Por isso, optamos por empregá-los na análise dos relatos de forma conjunta, obedecendo, porém, uma ordem que surge naturalmente no decorrer da análise. Mas é preciso começar de alguma forma, e essa foi a que encontramos:

“Sou só um sertanejo, nessas altas idéias navego mal. Sou muito pobre coitado. Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração.”⁴¹

A epígrafe acima foi utilizada em nosso projeto de mestrado por nos parecer bastante pertinente no sentido de sintetizar em poucas linhas o que seria um perfil de nossa, então, comunidade de destino: pequenos produtores rurais, adultos com pouca instrução e baixa escolaridade, oprimidos e carentes de alguém que lutasse por eles, que não têm armas, como os velhos de Ecléa Bosi em *Memória e sociedade* (BOSI, 1995).

Com o passar do tempo, no decorrer de nossa pesquisa, fomos conhecendo alguns membros de nossa comunidade de destino que, aos poucos, deixaram de ser “elementos”, palavras entre aspas, e passaram à condição de pessoas com nome e voz. E essas vozes nos diziam cada vez com mais força que nossa epígrafe não passava de um grande equívoco.

Em momento algum nos deparamos com pessoas que sentissem “inveja” de nossa “suma doutoração”. Ao contrário, encontramos homens e mulheres que navegavam muito bem em qualquer de nossas “altas idéias”, se expressando com propriedade e nunca deixando de nos mostrar com veemência suas verdades e aflições. Mesmo os moradores da zona rural, por menor nível escolar que tivessem, jamais ficavam sem palavras, sem conseguir externar idéias e opiniões. Vimos que a escolha da epígrafe de nosso projeto de mestrado era, na verdade, fruto de uma visão distorcida pelo estereótipo.

Por isso, começaremos a análise dos relatos que compõe nossa pesquisa justamente por esse aspecto teórico.

⁴¹ ROSA, Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

3.1 Lugar-comum: definindo antes para olhar depois

“*Eles* não autorizam”. “*Eles* me multaram com três mil”. “*Eles* queriam me prender”. “*Eles* só explicam quando a gente faz errado”. Para Joaquim Bernardo, autor destas frases, “eles” são responsáveis por muitas coisas. Da mesma forma é para Sandra: “*Eles* desanimam a gente”. “Não adianta *eles* terem uma alternativa lá pra *eles*”. Ou para Dirceu José: “*Eles* multaram sem medir”. Mas, afinal de contas, quem são “eles”?

“Eles” têm muitos nomes: Ibama, IEF, Polícia Florestal, Governo, Estado. Porém, todos compartilham um mesmo rosto, severo, insensível, autoritário e, às vezes, indecifrável. É o rosto do poder, do órgão público que, de um só golpe, faz leis importunas, não divulga seus mandos e pune os infratores sem ouvir escusas. “Eles” estão muito distantes, “lá longe”, onde se criam as leis, e, sempre que aparecem, é para causar desconforto. “A pessoa tá trabalhando e vocês estão importunando”, é o que diz Dirceu. Seu pai: “Tem certas coisas que fica dificultando a pessoa”. A impressão geral é que “eles” não ajudam em nada porque, antes “deles”, tudo corria bem, com homem e meio ambiente convivendo pacificamente. “Não precisa (eles) vir avisar, não, porque a gente não gosta de estragar com fogo. Eu já sei disso. Fui criado assim, com meu pai”, diz Joaquim Bernardo, e completa: “Tem que respeitar. Isso a gente tá vendo que tem mesmo. E se eu estou precisando de uma água, eu vou devorar ela? É claro que não! Isso nem precisa eles orientar. Cada um cuida das suas nascentes”. O advogado Cícero confirma: “[...] mata, aqui na nossa região, todo mundo respeita.”; “Ninguém corta a própria água. Ninguém corta a própria vida. Suicídio é coisa rara.”

A partir desses elementos, acreditamos ser difícil não observar certo “pré-conceito” com relação aos órgãos reguladores da legislação ambiental (“eles”). Preconceitos, segundo Agnes Heller, que fazem parte do comportamento e do pensamento cotidianos, fixados na experiência, mas, simultaneamente, calcados em ultrageneralizações, em juízos provisórios, algo inevitável na vida cotidiana.

Cada uma de nossas atitudes baseia-se numa avaliação probabilística. Em breves lapsos de tempo, somos obrigados a realizar atividades tão heterogêneas que não poderíamos viver se nos empenhássemos em fazer com que nossa atividade dependesse de conceitos fundados cientificamente. (HELLER, 2004, p. 44).

Esses esquemas de comportamento, que nos parecem válidos mesmo para pessoas que habitam uma região rural e, supostamente, não realizam atividades tão heterogêneas assim, são provisórios por seu caráter de *doxa*, pois correspondem “[...] ao sentido comum, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais freqüentemente, na sua formulação lingüística corrente” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 176). São juízos passíveis de mudança que podem, contudo, permanecer praticamente imutáveis durante muito tempo. Assim, generalizando conceitos pela impossibilidade de fundamentação científica imposta pelo cotidiano, assumimos estereótipos, juízos previamente elaborados, às vezes herdados por tradição, opiniões que ganham o status de saber por conta da inevitável sucessão dos dias.

A própria limitação espacial da vida contribui para esse processo de adoção de estereótipos, já que conhecemos “pessoalmente” apenas uma pequena parte do mundo sensível. “Nossas opiniões abarcam, inevitavelmente, um espaço maior, um lapso de tempo mais longo e um número maior de coisas do que as que podemos observar diretamente. É preciso, portanto, que se formem do que os outros relataram e do que somos capazes de imaginar.” (LIPPMANN, 1972, p. 149).

Presenciamos alguns fatos, mas não presenciamos a maior parte dos fatos sobre os quais conversamos. Confiamos, porém, nas pessoas que viveram e presenciaram esses fatos, e o pensamento e o discurso cotidiano se alimentam dessa confiança social. (BOSI, 2004, p. 115).

Dessa forma, na tentativa de conhecer o que se poderia chamar de “realidade”, surge “[...] um processo de facilitação e de inércia. Isto é, colhem-se aspectos do real já recortados e confeccionados pela cultura. O processo de estereotipia se apodera da nossa vida mental.” (BOSI, 1977, p. 98).

E o que seria esse “processo de estereotipia”? Entre outras coisas, ele decorre, como diz Lippmann, das opiniões que formamos acerca de relatos alheios e da nossa capacidade de imaginação. Imaginação que não exerce seu poder somente sobre o que não presenciamos e apenas ouvimos falar. Ela alcança até mesmo o âmbito da experiência pessoal.

Nem mesmo a testemunha ocular traça um quadro ingênuo da cena. Pois a experiência parece mostrar que ela própria traz à cena alguma coisa, que dela retira mais tarde; e, o mais das vezes, o que supõe ser o relato de um acontecimento é, na realidade, uma transfiguração dele. Poucos fatos de que

temos consciência parecem ser apenas oferecidos. A maioria se afigura, em parte, construída. Um relato é produto conjunto do conhecedor e do conhecido no qual o papel do observador é sempre seletivo e geralmente criativo. Os fatos que vemos dependem da posição em que estamos colocados e dos hábitos de nossos olhos. (LIPPMANN, 1972:149-150).

Assim, por exemplo, nas grandes cidades, os olhos de motoristas de automóveis que viram ou apenas ouviram falar de motociclistas assaltando nos semáforos sempre verão em qualquer motociclista uma ameaça, e fechar a janela do carro enquanto o semáforo está vermelho é uma reação que tem origem, claro, no medo, mas também na figura estereotipada do motociclista-assaltante. Isso certamente acontece porque, “[...] na maior parte das vezes, não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos. [...] Colhemos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber o que colhemos na forma estereotipada, para nós, pela cultura.” (LIPPMANN, 1972:151).

A respeito dessas considerações, Lippmann narra uma curiosa experiência realizada num congresso de Psicologia em Göttingen, na Alemanha. Em determinado momento, durante o congresso, dois homens, um, vestido de palhaço e o outro, negro, entram abruptamente no auditório e começam a brigar. O incidente foi planejado e interpretado por dois atores, sem que os presentes tivessem conhecimento disso. Quarenta pessoas – segundo Lippmann, “observadores presumivelmente treinados” – foram convidadas a relatar o incidente. Os quarenta relatos foram feitos imediatamente após o ocorrido, e nenhum deles foi fiel aos fatos, devidamente documentados através de fotos. Segundo dados da pesquisa, dez relatos eram “pura invencionice”, vinte e quatro eram “meio lendários” e apenas seis puderam ser considerados “aproximadamente exatos”. Com a suposição de que seria menos trabalhoso narrar a cena observada ao invés de inventar uma cena diversa, Lippmann conclui que os quarenta observadores

[...] tinham visto o seu estereótipo de uma briga. No correr de suas vidas, todos haviam adquirido uma série de imagens de brigas e essas imagens lhes dançavam diante dos olhos. Num homem, tais imagens deslocaram menos de 20% da cena real; em treze, mais da metade. Em trinta e quatro dos quarenta observadores, os estereótipos se apropriaram, pelo menos, de um décimo da cena. (LIPPMANN, 1972, p. 152).

Assim, por mais que os habitantes da região de Aiuruoca tenham uma experiência pessoal a respeito dos órgãos reguladores da legislação ambiental, muito da imagem que possuem em relação a eles resulta de estereótipos. Pudemos sentir isso claramente desde os primeiros contatos com nossos colaboradores. Mesmo as pessoas que nunca foram multadas, ou até as que não possuem terras onde pratiquem alguma forma de atividade agropecuária, têm uma opinião desfavorável às ações realizadas por tais órgãos. Marquinhos, diretor da escola em Tamanduá, fez em seu relato um comentário específico sobre esse aspecto, ao refletir a respeito dos lados positivo e negativo das multas aplicadas: “A imagem dos órgãos ambientais acaba ficando negativa. Talvez, nesse balanço entre coisas positivas e negativas, a imagem está negativa”.

Essas impressões se estendem, inclusive, a qualquer órgão público, e abarcam questões que vão da burocracia à suposta desonestidade. “Pra você cortar uma árvore que está precisando cortar no fundo do quintal é uma burocracia”, diz Cícero. “O Ibama fica aí, desfilando de carrões, todos importados, a óleo, cantando pneu... E, de repente, esses camaradas vêm aqui e te enfiam a faca e acabam com você em três tempos, às vezes, sem interesse nenhum [...] E a Justiça é morosa e não tem jeito. O povo é escravo da lei”. Dona Rosa chega a questionar as intenções das leis que deveriam proteger a natureza. Durante uma conversa sobre a possibilidade de autorização para realização de queimadas mediante pagamento de licença, ela dispara: “Você protege a natureza, mas se pagar, tudo bem, a natureza vai pro espaço”. Marco Túlio parece concordar com dona Rosa: “O Ibama tá aí é pra proteger os ricos, não é pra proteger a natureza. Porque quem tem dinheiro, lá, todo mundo tá fazendo o que quer e o que não quer. Agora a gente que não tem dinheiro não pode fazer nada, fica com a terra inútil”.

Sandra, ao mencionar a falta de informações a respeito da legislação ambiental, diz que “eles” só se manifestam quando o assunto é punição: “Aí é que aparece alguém, porque vai pegar dinheiro, aí vem. Por isso tem bastante gente que foi multada”. Pensamento semelhante tem Marco Túlio: “Infelizmente, nós estamos caminhando hoje, nesse país que está essa vergonha que a senhora está vendo, por causa disso aí, porque tudo o que é competência do governo, pra ele esclarecer a população, orientar, educar o povo, eles não fazem os procedimentos. E depois querem multar as pessoas! Querem arrecadar dinheiro!”. Até mesmo organizações sindicais não são bem vistas. Sandra: “A gente paga uma taxa de sindicato, uma Contribuição Sindical, que eu acho que é duas vezes o imposto que a gente paga. Pergunta se alguém sabe o nome do presidente do sindicato? Eles mandaram avisar qual é o nome?”.

Dona Rosa confirma que, informação, ninguém fornece, ninguém manda: “Pra mim eles não mandaram, não. Só manda a conta...”.

A imagem que se tem dos órgãos representativos do poder é tão ruim que chegam a ser claramente mencionadas suspeitas a respeito de arbitrariedades e inverdades. “*Eles* são mentirosos. Eu vou falar pra senhora, eu sei que está sendo gravado, mas eles mentem vergonhosamente. Mentiram que eu tenho um poço de criar peixe, que não é verdade, porque não há a menor possibilidade de criar peixe num poço com a quantidade de água que tem lá” (Figura 6), diz Marco Túlio.

Figura 6 – Segundo o Ibama, poços para criação de peixe na propriedade de Marco Túlio

O advogado Cícero narra um fato onde a palavra “mentira” não é mencionada, mas a situação não deixa dúvidas a respeito. Segundo ele, um cliente teve 14 hectares de terra incendiados. “Só que era samambaia. Não tinha uma árvore”. O fogo “sapecou uma árvore, só, na beira do mato. [...] Veio o Ibama do Rio de Janeiro, aquela coisa toda, na divisa do Estado do Rio, e fotografa, e multa, e ação em cima do meu cliente. Disseram que ele havia queimado 14 hectares de floresta nativa. [...] Fui fazer a defesa, peguei o laudo do Ibama, com as fotografias deles. Constatei o quê? Tiraram umas 5, 6, 7 fotografias da mesma árvore, de vários ângulos. Aí desafiei, requeri uma perícia e pedi ao Ministério Público que mostrasse o

material lenhoso, porque imagina o tanto de carvão queimado em 14 hectares. Não tinha um saco de carvão, não tinha nada, era tudo samambaia. Absolvi meu cliente”. Dirceu José, multado por trabalhar com uma draga sem a devida autorização, chega a se sentir perseguido: “Todas as dragas da região também não tinham documentação. Por que só eu fui multado, e os outros não? [...] Ninguém tinha registro. E todos continuam tirando areia até hoje”. O mesmo Dirceu José também recebeu multa por fazer uma terraplanagem sem observar a distância legal entre a obra e uma nascente: “E olha só, de novo só eu fui multado. Tem uma casa 300 metros atrás da minha que fez terraplanagem perto da nascente da água. Ninguém multou. Nem lá foram!”.

É claro que tais afirmações, vindas de alguém que foi multado, podem ser interpretadas de várias maneiras. Mas podemos identificar pontos em comum em outros relatos. Cícero exprime sua opinião de quem conhece a lei e defende os que por ela são penalizados: “Se você tem uma área grande, você pode *bosquear*. *Bosquear* é você não tirar uma área inteira; é tirar as candeias que servem pra alguma coisa, as mais grossas, mas sem danificar. [...] O rico pode *bosquear*. O pobre desmata e o rico *bosqueia*. O pobre é visado; ele desmata, ele corta, ele danifica, ele estraga. O rico *bosqueia*. Os ricos pegam o fruto, os pobres pegam a lenha. Entendeu a diferença?”. Em outro momento do relato, ele volta a tocar no assunto: “Quem paga é o pobre. Porque, às vezes, você dá queixa e não tomam uma atitude. Não tomam ou não convém tomar uma atitude. Quer dizer, são dois pesos e duas medidas. Depende do caso. É a lei do mais forte; dois pesos e duas medidas”. Ele contemporiza: “Mudou um pouco, claro. Nós não temos, hoje, aquelas – vamos dizer – aquelas arbitrariedades, aquelas coisas todas que nós tínhamos tempos atrás e mais atrás e mais atrás... Mas a impunidade, a demora, a morosidade, os privilégios, ainda existem”.

Entendemos que interpretar essas vozes como reveladoras de um processo de estereotipia é uma opção. Mas tomamos esse caminho por levar em consideração outros indícios. A começar de nossa própria experiência. Quando, em agosto de 2002, tomamos contato com a problemática que procuramos aqui estudar, assumimos o estereótipo “Ibama = vilão; pequenos produtores rurais = vítimas”, uma **opinião** justificada pela violência com que a ação do Ibama foi realizada (uma ação isolada, causada por um motivo específico, e bastante “impactante”, segundo Sargento Martins). Dois anos depois, quando voltamos à Aiuruoca para verificar as reais possibilidades de fazer do ocorrido em 2002 um objeto de estudo, já começamos a perceber algumas mudanças nessa equação. Conversando despretensiosamente com várias pessoas, percebemos que o Ibama – personificação de todos

os órgãos que regulam a legislação ambiental – não era exatamente um “vilão”, da mesma forma que os pequenos produtores rurais poderiam ser considerados vítimas, sim, mas da falta de informação, e não de um poder arbitrário.

“Pensar não é uma atividade subjetiva, é um relacionamento entre sujeito e objeto. É só essa relação com o objeto que nos faz passar da opinião para o conhecimento” (BOSI, 1977, p. 101). Assim, nos quatro anos seguintes, seguimos o processo científico que analisa hipóteses para concluí-las verdade ou equívoco. E verificamos que nada é tão estanque a ponto de ser expresso em uma fórmula maniqueísta que opõe certo e errado, vítima e algoz, poderoso e oprimido. As relações são mais complexas e, entre outros fatores, assim o são justamente por um dos elementos estar tão mergulhado em visões estereotipadas, em certa medida herdadas de um passado em que o poder público era visto como autor de abusos e truculências. Ao mencionar um trabalho de cadastramento de águas que está sendo realizado em todas as propriedades da região, Sargento Martins afirma que chegar “fardado, com a viatura”, favorece uma certa rejeição por parte dos proprietários de terras. Em nossas inúmeras conversas com a população de Aiuruoca, sempre lamentando a impossibilidade de registrar todas elas em uma gravação, pudemos notar que essa rejeição em relação ao Ibama (sempre lembrando que “Ibama” é o nome escolhido para personificar todo e qualquer órgão ambiental, e não exatamente o órgão em si) era muito mais forte na população mais velha. Os mais jovens, para quem um poder público opressor é apenas um capítulo em um livro de História, não pareciam compartilhar dessa visão. Gilberto, nosso mais jovem colaborador, sequer toca no assunto, parecendo muito mais interessado no futuro de Aiuruoca e inclusive observando mudanças nas relações de poder: “(no passado) tinha quem mandava e, aqui, eu posso crescer sozinho. Eu posso fazer faculdade de turismo. Agora não tem mais o dono, lá, gritando e mandando. Setenta funcionários tirando leite de vaca e o filho dele na faculdade de Direito, sendo mantido por aquilo. Agora, inverteu. Aquele que tira leite de vaca também pode ser um advogado”. Quando fala sobre a imagem negativa dos órgãos ambientais, Marquinhos, que não é tão jovem quanto Gilberto mas possui o olhar de um professor e diretor de escola, deixa à mostra uma visão mais livre de estereótipos: “Mas eu acho que o produtor tem uma parcela nisso, também. Tudo bem, ele tem falta de oportunidade, tem coisas assim, mas tem algo, também, que é um dever do produtor, que ele não está fazendo”.

Não queremos dizer com isso que todos os relatos sobre inverdades, arbitrariedades, processos burocráticos e supostas desonestidades devam ser encarados como inverdades. Ao adotarmos a História Oral como metodologia para nosso trabalho, não cabe a nós duvidar do

que nossos colaboradores tão gentilmente se dispõem a nos narrar (e, em muitos casos, documentar). Embora não estejamos realizando um trabalho de História Oral de Vida, já mencionamos que “[...] a questão da verdade nesse ramo da história oral depende exclusivamente de quem dá o depoimento.” (MEIHY, 2005, p. 149). Por isso, concluímos como verdadeira nossa hipótese de que há uma visão estereotipada a respeito dos órgãos que regulam a legislação ambiental, tomamos como verdade as queixas de nossos colaboradores (o que, inclusive, justifica essa visão estereotipada) e finalizamos essa reflexão com as sábias palavras de Cícero: “em todo ramo, nós temos profissionais de todo o tipo. Tem “a” e tem “b”. Mas é assim e não tem jeito”. Certamente algumas generalizações se criam por conta de ações de indivíduos isolados, resultando em máximas do tipo “todo baiano é preguiçoso” ou “todo político é corrupto”, conclusões que resultam “[...] dessa tendência a formar noções simplificadas que recobrem os elementos contraditórios do real, ignoram exceções e permanecem rigidamente imunes à experiência.” (BOSI, 1977, p. 99).

Eis, portanto, o estereótipo de órgão ambiental que encontramos em nossa pesquisa: “eles” atrapalham, não informam, não educam e, ao invés de proteger a natureza, se portam como órgãos arrecadadores de dinheiro. E desconhecem informações importantes, que deveriam conhecer e divulgar: “nem o policial que me autuou, no último depoimento que eu tive na justiça, ele não sabia definir (os limites da APA Serra da Mantiqueira)! [...] Nem eles sabem direito”, diz Marco Túlio. Sandra: “Você vai no IEF lá de Caxambu e eles perguntam: “Onde você está situada?”. Estou situada assim e assim. Aí, o IEF liga pro Ibama: “É área da APA ou não é área da APA?”. Eles nem sabem onde que é a área da APA e onde que não é área da APA. Nem eles sabem!”. Até mesmo Cícero se refere a esse desconhecimento por parte dos órgãos ambientais: “Às vezes, nem a própria Florestal sabe onde passa a divisa (da APA Serra da Mantiqueira) direito”.

É curioso observar, porém, que essa imagem negativa a respeito dos órgãos ambientais faz com que haja uma espécie de “desrespeito” à sua autoridade e, principalmente, às proibições impostas pela lei, decorrendo disso uma obediência cega, sem consciência. Existe medo e respeito, mas o motivo é financeiro: o medo de ser multado e ter que pagar a multa, ou recorrer dela e, conseqüentemente, gastar tempo e dinheiro com advogados. “O povo respeita. O povo tem medo. É mais medo do que consciência. A multa é pesada, é mais ou menos R\$ 4.000,00 por hectare. E às vezes a terra não vale mais de mil reais”, diz Cícero. Marquinhos: “Se pegar no financeiro, aí as pessoas acordam. Eu acho que a multa faz um pouco esse papel”.

Esta constatação derrubou mais um estereótipo que assumimos no início de nossas pesquisas: a de que encontraríamos pessoas submissas, acuadas e amedrontadas por estarem a mercê de um poder opressor. Pessoas silenciadas “pelo discurso autoritário, instaurador de uma mentira com força e poder de verdade” (MOTTER, 1994, p. 70). No decorrer de nossa pesquisa, pudemos observar que a maioria das pessoas multadas não silencia, ao contrário: desafia a lei, contesta, questiona. O breve relato de Dirceu, filho de Joaquim Bernardo e dona Mariana, mostra isso de forma contundente: “O pai falou pros cara que multou ele: ‘eu vou fazer um negócio. Eu vou pegar as terras, vou vender, vou comprar uma arma de fogo pra cada filho. Nós vamos entrar no banco e ir matando, porque vocês querem é isso, porque a pessoa tá trabalhando e vocês estão importunando. Então eu compro uma arma de fogo e aí entra no banco e vai roubar, matar, que é assim que vocês gostam’. Aí o cara falou: ‘que é isso, o senhor tá nervoso’. E o pai falou: ‘não, nervoso não, é que isso dá raiva na gente!’”. O próprio Joaquim Bernardo conta um episódio aparentemente corriqueiro, mas que mostra um pouco essa atitude desafiadora: “Veio o pessoal do IEF. Falaram que era pra mim aceirar o que é meu. Eu falei pra ele: ‘eu não te prometo nada, não. Porque não tem jeito de eu fazer aceiro e não tem ninguém fazendo aceiro. O que eu posso fazer é, se aparecer um fogo por lá, eu corrigir e dar jeito de apagar. Mas fazer aceiro, eu não te prometo nada, não; se os outros fizerem, eu faço’”.

É claro que, como diz Marlon, “é só falar em Ibama que fazendeiro já fica com o pé atrás”. Mas, aqui também, o medo é motivado pela possibilidade da multa. No início de nossa pesquisa, tivemos alguma dificuldade em encontrar possíveis colaboradores porque, ao mencionar a palavra “Ibama”, a retração era imediata. Num primeiro momento, traduzimos essa retração como medo “do poder”. Com o tempo, porém, percebemos que o único medo era de ser multado, e, com alguma insistência, conseguimos vencer essa resistência ao deixar claro que não oferecíamos ameaça simplesmente porque não estávamos lá para realizar denúncias. É curioso notar a existência de um medo generalizado de que pessoas “de fora” tenham como objetivo denunciar atitudes do povo local que ferem a legislação ambiental. “A ação de 2002 foi porque teve denúncia”, diz Cícero. Segundo Sargento Martins, “a gente conta mais é com denúncia da população pra poder combater [os crimes ambientais]”. Joaquim Bernardo diz textualmente que “os de fora” atrapalham a vida da população local porque não têm interesse em cultivar a terra e realizam constantes denúncias: “Aqui piorou muito depois que começou a entrar gente de fora. Porque eles compram um terreno cultivado e larga mão. Não compra pra roçar. Então, os daqui, do mato, nós estamos sendo expulsados

pelos de fora! Eu moro aqui, nasci aqui. E tem uma mulher que mora ali, danada pra perseguir. Ela é de fora, acho que de São Paulo. Se ela ver eu cortar um pau, ou com um pau na cacunda, ela me multa”. E é igualmente curioso observar que, ao menos segundo Sargento Martins, são justamente essas pessoas “de fora” que cometem os maiores delitos: “O povo da nossa região é um povo muito bom, muito educado, muito respeitador em todos os sentidos. As infrações que a gente encontra aqui, de meio ambiente, normalmente são de pessoas de fora. O nosso povo, o povo do Matutu, os nativos, aqui, se eles exploram, exploram de uma forma mais sustentável, algo que a pessoa precisa mesmo, ali, que ele utiliza. A gente lavra muito auto de infração, e a maioria é mesmo do pessoal de fora. Não turista, mas gente que veio, adquiriu terra aqui e cortou, desmatou, degradou...”.

A despeito de nossa condição “de fora”, contudo, a partir do momento em que conseguíamos deixar claro nosso objetivo – e mostrar nosso documento de identificação da Faculdade de Educação da USP sempre era um facilitador –, nossos colaboradores, principalmente os que já tinham recebido multas, mudavam de atitude e se empenhavam em demonstrar não sua inocência, mas sua honestidade e sua falta de interesse em prejudicar a natureza. Era como se o fato de falar para um gravador fosse a possibilidade de criar um documento, dando à fala um status “oficial”. Essa postura de pessoa honesta e trabalhadora nos parece reveladora de uma certa identidade, como veremos a seguir.

3.2 Processos de construção: lembrança, pertencimento e tradição

Vimos que o estereótipo, muitas vezes, tem origem em opiniões sobre fatos que sequer presenciamos. O mesmo se passa com nossa memória, que é capaz de “lembrar” de acontecimentos ocorridos até mesmo em épocas anteriores a nosso nascimento. Também “lembramos” com frequência de fatos que não presenciamos, mas tomamos conhecimento através da mídia, do relato de outras pessoas, de livros. Nossa memória, inclusive, nos prega peças e costuma misturar o que vivemos com o que ouvimos falar. Podemos citar aqui uma experiência pessoal: até pouco tempo, narrávamos com orgulho nossa participação no comício pelas “Diretas Já” ocorrido na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984. Porém, recentemente, nos surpreendemos ao descobrir que, nessa data, estávamos fora de São Paulo. Realmente, participamos de vários comícios durante o movimento “Diretas Já”, mas daquele, especificamente, não. O que acontece é que lemos tanto a respeito, e vimos tantas fotos e vídeos, e acreditamos no testemunho de amigos que “estavam lá conosco”, que

misturamos essas impressões com a lembrança dos acontecimentos efetivamente vividos, como se nossa memória tivesse se apropriado do que não viveu e transformasse tudo numa só sensação, numa só lembrança. Lembrança que se baseia também no que ouvimos dizer. “É lá (no Palácio da Memória) que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos ou pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem.” (SANTO AGOSTINHO, 1996, p. 268).

Talvez, se a Língua Portuguesa permitisse diferenciar o que vimos do que apenas ouvimos dizer, essa “confusão” não aconteceria.

Sinto-me compelido a acrescentar *ou pelo menos foi o que me disseram*. Em turco, temos um tempo verbal específico que nos permite distinguir o que ouvimos dizer daquilo que vimos com os próprios olhos; quando relatamos sonhos, contos de fadas ou fatos do passado que não podemos ter testemunhado, é esse o tempo que usamos. É uma distinção muito útil quando “rememoramos” as nossas primeiras experiências de vida, o berço em que dormíamos, o carrinho de bebê em que éramos empurrados, nossos primeiros passos, tudo da maneira como nos foi contado pelos pais, histórias que ouvimos com a mesma atenção arrebatada que poderíamos dar a algum relato brilhante de outra pessoa. É uma sensação tão agradável quanto a de nos ver a nós mesmos em sonho, mas pagamos por ela um preço elevado. Depois que se gravam em nossos espíritos, os relatos alheios sobre o que fizemos passam a contar mais do que as coisas de que nós mesmos nos lembramos. (PAMUK, 2007, p. 16)

A memória individual, portanto, “[...] não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade.” (HALBWACHS, 2004, p. 58).

Dessa forma, nossa memória vai alimentando nossa voz com a voz de outros. “Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver que nos espantaríamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós.” (HALBWACHS, 2004, p. 51).

Bom seria se apenas nossa capacidade de lembrar com menor ou maior grau de exatidão fosse responsável por tais apropriações e desvios. Porém, não só o passado, mas o

presente certamente influi na construção da memória. Falando sobre os três tempos existentes – presente das coisas passadas, presente das presentes e presente das futuras, Santo Agostinho se refere à “lembrança presente das coisas passadas” (SANTO AGOSTINHO, 1996, p. 328). Não apenas o que vimos, mas o que vemos hoje trabalha sobre nossas lembranças, o que torna “[...] impossível que duas pessoas que viram o mesmo fato, quando o narram algum tempo depois, o reproduzam com traços idênticos.” (HALBWACHS, 2004, p. 80). Não apenas essas duas pessoas são diferentes entre si, mas cada pessoa “hoje” é diferente do que foi “ontem”, o que acarreta diferentes pontos de vista a respeito de um mesmo assunto. “A memória é seletiva” (POLLAK, 1992, p. 4) justamente por esse motivo.

Adam Schaff, discorrendo sobre o fazer histórico, nos ensina que a construção histórica é seletiva e os critérios de seleção dependem do presente. Este determina o que merece ser “enxergado” no passado. Os critérios de seleção dos materiais históricos variam, criando uma transformação na própria imagem histórica. Elementos sem importância ganham relevância, e fatos antes considerados essenciais caem no esquecimento. Ou seja, a história “se modifica” em função dos interesses do presente. (ANNUNCIATO, 2007, p. 146).

Portanto, assim como “reescrevemos continuamente a história porque os critérios de avaliação dos acontecimentos passados variam com o tempo” (SCHAFF, 1986, p. 272), também “reescrevemos” nossas lembranças a partir do que somos hoje. No momento mesmo em que estamos narrando um fato passado, valendo-nos de nossa memória, realizamos essa seleção, em função de vários fatores que incluem o contexto em que a narração está sendo feita, o público ouvinte e até mesmo nosso estado de espírito: “A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.” (POLLAK, 1992, p. 4).

Todos esses fatores certamente devem ser levados em conta quando analisamos os relatos de nossos colaboradores. Embora não muito distante no tempo, a questão central dos relatos sempre foi um acontecimento ocorrido, em média, 5 anos antes da realização das gravações. Durante esse período, muito deve ter sido falado, discutido, pensado a respeito não só dos acontecimentos de 2002, mas da problemática como um todo. Muitas outras coisas relativas a multas e dificuldades decorrentes da legislação ambiental provavelmente

aconteceram na região de Aiuruoca. Essa sobreposição de fatos, lembranças, vozes e sentimentos vão construindo um quadro. "A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada." (HALBWACHS, 2004, p. 75-76). Essa imagem, esse quadro construído, é apresentado a nós num determinado momento, que possui contexto próprio: a narrativa é feita para uma pessoa que diz estar “querendo aprender um pouquinho”; a gravação se apresenta como uma oportunidade para criar um documento, reafirmar inocência, apresentar convicções, mostrar o próprio conhecimento, poder ser ouvido; há preocupações pessoais, atuais, que ajudam a organizar a narrativa. Tudo isso

[...] mostra que *a memória é um fenômeno construído*. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992, p. 4-5).

Organização esta que é realizada a partir do hoje. "Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais. Tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos." (HALBWACHS, 2004, p. 29).

Esses “vários depoimentos” não se apóiam somente sobre a memória pessoal (autobiográfica), mas também sobre a memória social (histórica). “A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral.” (HALBWACHS, 2004, p. 59). A memória individual de cada um de nossos colaboradores se apóia na memória social. Esta, por sua vez, “[...] é sempre muito ampla e compreende a memória coletiva, que é relativa a um grupo menor.” (MEIHY, 2005, p. 72). A memória coletiva é a memória do grupo, da comunidade, comum a seus elementos. “O passado, portanto, só pode ser recuperado pelo presente por meio de processos de interação social.” (RIBEIRO, 2007, p. 192). Cada um dos relatos de nossos colaboradores seria, conseqüentemente, "um ponto de vista sobre a memória coletiva”, que muda conforme o lugar que o indivíduo ocupa, sendo que este lugar também muda, segundo as relações mantidas com outros meios. (HALBWACHS, 2004, p. 55).

Da memória coletiva sobre a qual se apóia a memória individual também fazem parte nossas referências culturais, com tal força que talvez fosse possível recuperar a memória autobiográfica a partir dessas referências. No romance “A misteriosa chama da rainha Loana”, de Umberto Eco, Bodoni, o personagem principal, perde a memória pessoal, mas conserva a memória coletiva. Ele fala através de personagens e citações literárias, às vezes sem conhecimento disso, e não reconhece os próprios filhos e netos. Quando alguém lhe pergunta o nome, ele responde: “Espere, está na ponta da língua”, como se o próprio nome fosse uma informação decorada, e não uma espécie de “materialização” da existência e da individualidade. A partir dessa perda da identidade – e aí já vemos que identidade e memória estão profundamente interligadas –, há todo um recomeço adâmico, permitido apenas através das referências culturais, da memória coletiva. Auxiliado por livros, gibis antigos, canções populares e objetos de seu passado, Bodoni vai reconstruindo sua memória pessoal, sua identidade. E Eco, através da voz de outro personagem da história, o médico de Bodoni, nos fala também sobre esse processo de reconstrução da memória: “Não pense na memória como um armazém onde deposita as recordações e depois vai pescá-las exatamente como se fixaram na última vez. [...] Recordar é reconstruir, com base também no que soubemos ou dissemos tempos depois.” (ECO, 2005, p. 29-30).

Essas referências culturais não fazem parte apenas da cultura “letrada”. A memória social é histórica, sim, mas vai além desse âmbito “oficial”.

Não é pertinente a oposição entre uma memória coletiva que seria popular e oral e uma memória histórica, erudita e escrita. Ao se concordar com a idéia de Halbwachs de que a lembrança não se mantém sem uma rede de sociabilidade dinâmica, é importante lembrar que essas redes não se limitam a instituições reconhecidas, como as escolas, mas se estabelecem de forma livre no cotidiano das pessoas. (RIBEIRO, 2007, p. 198).

Como reconstrução individual edificada sobre tantas variantes, não é de se estranhar que os relatos de nossos colaboradores a respeito da ação do Ibama em 2002 (único acontecimento em comum que permite tal análise nos relatos) sejam algo díspares entre si. Enquanto Cícero, advogado, nomeia o suposto pivô dos acontecimentos e dá o devido destaque à gravidade do delito cometido (“o que o Guilherme, da ‘Pousada do lado de lá’, o que ele fez foi uma barbaridade! Aquilo era caso de polícia e de prender, de imediato, e inafiançável. O problema foi a terraplanagem. A estrada foi um corte na mata de mais de três

ou quatro quilômetros”), Marco Túlio, multado em 2002, sequer menciona a estrada que teria motivado a vinda do Ibama. O mesmo ocorre com sua cunhada Sandra, que não estava em Aiuruoca em 2002 mas fala sobre o assunto como quem participou do ocorrido, talvez por fazer parte da família de um dos multados. O professor e diretor de escola Marquinhos estava na região em 2002 e declara lembrar o que aconteceu. Menciona a estrada como motivo da ação do Ibama mas não nomeia a pessoa autuada (“*Eles* estavam abrindo uma estrada, derrubando mata”). E não emite opiniões sobre o fato, mais uma vez mostrando uma visão livre de estereótipos: “eu não fui lá no local, eu não chequei, eu não vi. Então, não é bom fazer uma colocação se você não vivenciou ela por inteiro. Eu estaria emitindo um julgamento de uma coisa que eu não sei”. Sargento Martins, representante da lei, conhece bem os fatos e reconhece o alcance do que aconteceu, mas, de forma bastante ética, não revela nomes: “O estopim daquilo foi uma infração ambiental muito grande ocorrida aqui na Serra da Canjica, em Baependi. Foi uma abertura de estrada, uma série de coisas lá, que geraram a vinda do Ibama, do próprio IEF, da Polícia Ambiental, da Polícia Federal... [...] Mas foi sob gerência do Ibama, mesmo. E foi impactante, sim, porque teve helicóptero, viaturas de todos os órgãos o tempo todo, aí gerou essa coisa toda... Lógico que o comentário foi grande”. Joaquim Bernardo, também autuado em 2002, sabe que Guilherme foi multado, mas desconhece o porquê e nem considera a gravidade de seu delito ambiental, inclusive declarando sua admiração pessoal por Guilherme (com o aval de sua esposa, Mariana): “Esse aí não ofende ninguém, esse tal de Guilherme. Na verdade, ele cuida das coisas dele. Não amola. Vê o que vê e não amola. Eu não sei por que multaram ele”. Dirceu José, um dos autuados em 2002, também não menciona a abertura da estrada como causa da ação do Ibama, apenas declarando que tudo aconteceu por conta de denúncias anônimas. Finalmente, Marlon, o único que presenciou toda a ação do Ibama por ter sido contratado como fotógrafo, diz que tudo aconteceu “porque estava tendo muita denúncia em relação a uma determinada área. Denúncias graves. Aí eles montaram uma operação pra fiscalizar essa área. Só que eles vieram pra ver essas denúncias graves e os fazendeirinhos pequenininhos, esse pessoal que corta lenha pra pôr no fogão à lenha, (também foi multado). Mas nessa ação aí do Ibama não quiseram saber de nada, vieram tacando a caneta. Eu acho que eles deveriam usar o bom senso. Quem faz pra ganhar dinheiro é uma coisa. E quem faz pra sobreviver, é outra”. Embora não a mencione, Marlon sabe da estrada (“Teve multa de 750 mil, pra você ter uma idéia”), mas em nenhum momento entrou em detalhes sobre ela ou seu autor.

Interessante ressaltar que são justamente os multados em 2002 que não mencionam em seus depoimentos a estrada aberta ilegalmente como motivadora da ação do Ibama, focando suas narrativas em suas próprias multas e dissabores. Por tudo que vimos, ouvimos e aprendemos durante os quatro anos de nossa pesquisa, acreditamos ser praticamente impossível que essas pessoas desconheçam tal fato. Por pertencerem ao único grupo identificável, o “grupo dos multados em 2002”, esses colaboradores parecem compartilhar alguns elementos construtores de suas memórias, o que os leva a realizar recortes semelhantes em suas narrativas. O que é bastante compreensível, por tudo o que vimos até agora. Afinal de contas,

[...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (NORA, 1993, p. 9).

Dirceu José, Marco Túlio e Joaquim Bernardo fazem parte da mesma “classe” por terem em comum, além da região em que vivem, o fato de narrarem em seus relatos o sofrimento causado por injustiças decorrentes, entre outras coisas, da falta de informação. Esse grupo identificável possui uma memória coletiva que “[...] se alimenta de imagens, sentimentos, idéias e valores que dão identidade e permanência àquela classe.” (BOSI, 2004, p. 22).

Michel Pollak resume o que vimos sobre os elementos que constituem a memória, tanto individual quanto coletiva:

Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa **se sente pertencer**. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. [...] A memória, essa operação

coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar **sentimentos de pertencimento** e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1992, p. 2;7, grifos nossos).

Nossos grifos referem-se à sensação de pertencimento que uma comunidade oferece, seja ela uma comunidade “de vida ou de destino, cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) ‘vivem juntos numa ligação absoluta’, e outras que são ‘fundidas unicamente por idéias ou por uma variedade de princípios’.” (BAUMAN, 2008, p. 17). No caso do “nosso” grupo, que é composto por pessoas que têm em comum não só o fato de terem sido multadas, mas também o fato de produzirem em desacordo com a lei por falta de conhecimento e/ou alternativa (o que caracteriza, em história oral, nossa comunidade de destino), e que pode ser identificado como uma comunidade de vida ou de destino, essa sensação de pertencimento deve muito ao lugar onde esse grupo vive. Lugar, na maioria das vezes, de nascimento e permanência por toda a vida. Lugar que origina e guarda grande parte da memória – individual e coletiva. Um lugar de memória.

Embora tenhamos nos apropriado da expressão, não nos referimos aqui ao conceito de “lugares de memória” adotado por Pierre Nora, a lugares de memória como monumentos, como “[...] testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade, [...] empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais.” (NORA, 1993, p. 13) que, pertencendo ao dia-a-dia, são familiares e portanto perdem “sua virtude de lugar de memória” (NORA, 1993, p. 23). Não se trata de um “lugar de memória” a substituir o “homem-memória”, mas sim um lugar de memória que faz parte mesmo da identidade, justamente por pertencer ao dia-a-dia e ser familiar, por dar ao indivíduo um elo, essa sensação de pertencimento. Um ponto de referência coletiva.

Se o “comportamento da burguesia do fim do século XIX” começou a tornar patente um “processo de perda de referências coletivas” (GAGNEBIN, 2007, p. 59), pudemos detectar na cidade de Aiuruoca, no início do século XXI, referências coletivas que subsistem.

Poderíamos dizer “heroicamente”, mas não se trata de heroísmo, e sim de circunstância. Aiuruoca, assim como tantas outras cidades dos interiores de nosso País, mantém essas referências coletivas não como forma de teimosa resistência à modernidade, mas como decorrência de um cotidiano que envolve trabalhar a terra, freqüentar a igreja em dias de festa e saber o nome de seu vizinho, mesmo que ele more a mais de 10 quilômetros de distância. Esse “cotidiano” que resulta em apego pelo lugar não é exclusividade da vida rural. Numa cidade como São Paulo, nos apegamos aos bairros onde moramos por anos a fio. "Só de pensar que vou abandonar o Centro pela primeira vez na minha vida me dá vontade de chorar. Se eu ‘tivesse’ bem das pernas, andava o tempo todo pelas ruas daqui". É o que diz uma moradora do Edifício Mercúrio, no Centro de São Paulo, uma senhora de 77 anos, 22 dos quais morando no mesmo quarteirão, diante da ordem de despejo emitida pela Prefeitura, para construção de uma praça próxima ao Mercado Municipal, conforme informação publicada numa matéria na internet⁴². A mesma matéria diz que “o temor seguinte é a retirada em janeiro (de 2008) das barracas de camelô da região da 25 de Março – os comerciantes informais já perderam a moradia e perderiam também o ganha-pão no mês seguinte”. Num paralelo talvez um pouco primário e certamente “romântico”, vemos o mesmo acontecer com os moradores da zona rural da região de Aiuruoca, com a legislação ambiental que dificulta a pequena produção agropecuária a fazer as vezes de ordem de despejo. Sem direito a “auxílio-aluguel” ou qualquer tipo de assistência social. Cícero: “Tem bastante gente saindo do campo, sim. O problema é o seguinte: o nativo, às vezes, sai porque, primeiro, o preço do leite é ruim. A segunda coisa é que numa propriedade pequena, o resultado é de subsistência. Então, se ele não pode queimar um campo, às vezes, pra dar um pasto, a pessoa não tem condições e, se não pode queimar, então ela fica sem o pasto para o gadinho, vamos dizer assim, cinco vacas. O campo vai secando, então, se você queimar, ele brota. Muito bem. Ele também não tem dinheiro para formar um pasto. Dependendo da altura, ele não pode formar e nem usar o trator. Então, às vezes, ele acaba vendendo e vai embora. Vai pra cidade ou pra outro lugar e muda de ramo. [...] Agora, isso tudo acontece só depois que virou APA. Porque, antes, você queimava normal. Você tinha um terreno de pastagem, aí você queimava, vamos dizer, dez hectares esse ano. Muito bem. O outro, você reservava. Daqui a dois anos, você queimava o outro. Fazia um rodízio. Então, não estragava tanto. Hoje, não pode. Ou, então, às vezes,

⁴² BERTOLOTTO, Rodrigo. Praça derruba prédios e despeja moradores no centro de SP. *UOL Notícias*, São Paulo, 17.12.2008, 07h06. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/12/17/ult5772u2225.jhtm>>. Acesso em 17.12.2008.

acontece um acidente e queima tudo. Quer dizer, não resolveu nada”. Joaquim Bernardo: “A gente gosta de fazer plantação. Mas fica muito dificultado, porque não pode fazer. [...] E tem a candeia. Tá tudo perdendo, aí, no mato. As cercas, as divisas, tá tudo acabando. E não pode cortar candeia pra gente cuidar dessas coisas. [...] E o campinho, aí, que servia pra um pastinho... Não pode fazer nada; tá isolado, aí, à toa. A gente não pode cuidar em nada. Nem um pau seco que cair a gente pode pegar. [...] A gente fica dificultado. Tanto que acontece igual ao Zé Pedro (vizinho de Joaquim Bernardo, que abandonou sua propriedade e foi morar “dentro da cidade”, segundo dona Mariana, sem nem ao menos vender suas terras) e mais outros, que vai abandonando e vai indo pra cidade. E, aí, é ruim”. “Aí, muda pra cidade e morre de fome. E fica largado, fumando porcaria. Então, ficando na roça é melhor, porque fica entretido no serviço e não pensa nada quanto é ruim”, diz Dona Mariana.

Poderíamos fazer outros paralelos entre situações similares no campo e na cidade, mas faremos apenas mais um: Massimo Canevacci, antropólogo estudioso da comunicação urbana nas grandes metrópoles, ao explicar sua iniciativa em estudar a cidade de São Paulo, conta que um de seus primeiros estímulos foi “uma confissão de uma pessoa que, cheia de saudade, dizia que em São Paulo há muito tempo não se podia mais ver as estrelas, por causa da poluição. [...] Mas essa mesma pessoa dizia que nunca trocaria de cidade. Não se tratava do tradicional orgulho citadino, mas sim de uma questão de **ritmo**” (CANEVACCI, 1993, p. 10, grifo nosso). É esse ritmo cotidiano um dos elementos da sensação de pertencimento. Ir para a cidade “fumar porcaria” seria abandonar esse ritmo e seu “lugar de memória”. Não mais pertencer, perder as referências coletivas.

De todos os colaboradores com quem conversamos, incluindo os que não nos cederam seus relatos, apenas Gilberto não fala a respeito do tema “abandonar o campo e ir para a cidade”. Dirceu: “alguém tem que dar uma prensa nesse povo (os órgãos ambientais), porque nós tem que viver na terra, senão tem que ir pra cidade, então, ué”; Sandra: “Por causa disso (das multas e da dificuldade em produzir no campo), tem muita gente indo embora, saindo daqui da zona rural. Olha, se você der uma volta lá na Aiuruoca, for dar uma olhada lá na cidade... 40% foi daqui pra lá. Não pode fazer nada aqui, aí vai pra lá... Vai para o mercado comprar. Mas tá todo mundo indo embora, ninguém produz... [...] Eu acho que vai ficar cada vez mais difícil, porque as pessoas estão indo para a cidade, e isso porque na cidade tudo é mais fácil. E não estão plantando. Ninguém está plantando. E daqui a pouco a cidade explode... Não comporta isso”. Sandra, inclusive, menciona a história de seus próprios irmãos, que abandonaram o campo e acabaram voltando: “O Jairo, esse que mora aqui com a

minha mãe, vendeu o terreno dele e foi pra cidade. O Zé Cornélio vendeu o terreno e foi pra cidade. O Tônico vendeu e foi pra cidade. Foram embora. Mas lá eles não faziam nada. Eles vinham fazer aqui. Saíam de lá e vinham trabalhar pra cá, para os outros. Eles trabalhavam para os primos, para o Dr. João, pra quem tinha o terreno. Porque eles se arrependiam. Depois que venderam o terreno e foram embora, é que eles foram ver que a terra, para eles, era a vida deles”; Marco Túlio toca várias vezes no assunto: “se eu tenho uma terra e nessa terra eu não posso fazer nada, então pra que que eu vou querer a terra?”; “Com relação a essa coisa de proteção ambiental... [...] nós, nesse país, não podemos viver em função de uma autoridade ambiental, porque todo mundo precisa produzir alimento! O homem do campo tem que ficar no campo, e o Ibama vai expulsar o cara do campo!”; “E por conta disso as pessoas acabam saindo da zona rural, tá acontecendo aqui, tá no jornal que eu dei pra senhora, esse que fala da reunião do Codema⁴³, a senhora vai ler, vai ver o pavor! No dia em que eu estava na reunião, tinha produtor rural que chorou, homem velho, de 70 anos, chorando de medo, de pavor de ter que sair da zona rural”; “O que aconteceu (depois da ação em 2002) é que muita gente acabou mudando pra cidade. Porque ficaram com medo de morar na zona rural. A pessoa passou a ter medo, em vez de ter alegria, tem medo.”

Marquinhos também fala sobre o assunto, mas nos oferece um contraponto, uma outra visão, focada no comportamento dos jovens: “E por tudo isso as pessoas estão indo embora. Principalmente os jovens. Eu acho que a educação que nós temos na zona rural, e também a mídia, contribuem com isso. Onde estão os valores? Estão nos grandes centros. Lá, tudo é bonito, tudo é lindo, tudo é fácil, tem emprego, tem isso e tem aquilo. Tudo que tem de bom está lá, aqui não tem. Aqui, é difícil o transporte, a estrada é de terra, a gente atola o carro no barro, as pessoas não são lindas, bonitas, arrumadas, pintadas e essa coisa toda. Fica muito essa coisa do valor estar fora e não estar dentro. A gente tem sempre uma educação assim, de que tudo o que é bom está fora de mim, não está em mim. Tudo o que está bom está fora do meu lugar, não está no meu lugar. Então eu acho que isso pega. Eu percebo isso nos alunos. Como meus alunos são de zona rural, eu percebo o seguinte: que os pais dizem pros filhos que a zona rural é ruim. Que ele trabalha no braço, ganha pouco, que é muito sacrificado... E, aí, então, o que ele quer para o filho dele? Ele quer o emprego da cidade, porque o valor está lá, fora. [...] Então, tem disso, eu vivi muito isso. Eu sou nascido e criado na roça, meu pai mexia com leite. Eu fui embora porque os valores estavam lá fora. Lá fora, estudei, me formei. E

⁴³ Chefe da APA Mantiqueira assusta homem do campo. *Jornal Panorama Sul Mineiro*, 15.09.2002, pág. 17. Cópia parcial da matéria encontra-se no Anexo C.

tive a percepção de que não era nada disso, pra mim os valores estão aqui. Então eu voltei. Mas pra perceber isso eu tive que sair. [...] Porque, por exemplo, hoje, eles não querem estar aqui, mas quando passar essa fase, pode ser que eles queiram estar aqui. Nessa avaliação, a gente tem que tomar cuidado com ela ao falar: ‘está todo mundo insatisfeito, todo mundo quer ir embora’. Não é bem assim. O adolescente, ele quer sempre ir embora, ele quer algo novo, está na busca, na descoberta, é normal que eles queiram ir embora. Tem isso, essa coisa da insatisfação deles, o que é normal da idade”. Sandra completa: “Só ficam os mais velhos, os jovens vão embora, e quando volta, volta para descansar e não para fazer mais nada”.

Podemos verificar através desses relatos um “desejo de modernidade” por parte dos jovens, ao contrário dos mais velhos, como Dona Rosa e Joaquim Bernardo, que afirmam veementemente seu desejo de permanecer em seus lugares de memória, em manter sua identidade. Porque “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo.” (POLLAK, 1989, p. 8).

O poder da memória sobre a identidade é assunto discutido exaustivamente e até a literatura de ficção científica já abordou o tema. No conto *We Can Remember It For You Wholesale* (em tradução livre, "Podemos recordar para você, por um preço razoável"), de 1966, o autor norte-americano Philip K. Dick conta uma história que se passa no ano de 2048, onde é possível viajar sem sair do lugar, bastando para isso comprar memórias de viagens. No conto, o personagem principal perde sua identidade e acredita ser alguém que na realidade não é, simplesmente porque sua memória pessoal foi apagada e, em seu lugar, implantada a memória de outra pessoa. “A memória pode ser pensada como forma de ser.” (RIBEIRO, 2007, p. 183). É na memória que trazemos o que vivemos, portanto, o que somos. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 2005, p. 469). Natural, pois, que manter algum tipo de ligação com o próprio passado, e também com o passado histórico, seja fundamental para a formação e a preservação da identidade. “Do vínculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade.” (BOSI, 2004, p. 16). Essa ligação com o passado, entre outras formas, pode ser garantida com a permanência nos “lugares de memória”, mantendo assim as referências.

Em seu livro intitulado *Identidade*, Zygmunt Bauman, nascido na Polônia mas privado de sua cidadania polonesa, acolhido pela Grã-Bretanha e naturalizado britânico, inicia sua fala contando um episódio no qual, tendo recebido o título de doutor *honoris causa*, precisou

escolher qual hino nacional seria executado durante a cerimônia de outorga: o polonês ou o bretão. Ao mencionar sua “exclusão oficial” da Polônia, ele se refere ao “[...] poder habilitado a separar quem está ‘dentro’ de quem está ‘fora’, quem faz parte de quem não faz.” (BAUMAN, 2008, p. 16). Mais adiante, refletindo sobre as “‘comunidades’ (às quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem)”, ele afirma:

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. (BAUMAN, 2008, p. 17 e 18).

Manter a identidade, portanto, por mais que não exista consciência desse movimento, significa “se manter firme a tudo isso”, permanecer no campo, junto aos seus familiares, amigos, vizinhos, mantendo o ritmo do cotidiano num lugar que, mais do que ser reconhecível, é parte do processo de reconhecer a si próprio. Pollak fala sobre a “ligação fenomenológica” entre memória e identidade, e identidade no sentido da imagem que adquirimos no decorrer da vida, construída (talvez num processo semelhante à construção da memória) como referência tanto para os outros quanto para nós mesmos, imagem edificada e apresentada

[...] para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. Nessa construção da identidade – e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise – há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante

do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 5).

Acreditamos que todos estes fatores ajudam a explicar aquilo que percebemos em nossos colaboradores que foram multados, e que traduzimos como uma vontade de provar a própria honestidade através do relato a nós cedido, relato gravado e, portanto, convertido em documento. A ação do Ibama seria, nesse sentido, um elemento destruidor, ou pelo menos “desestruturador” dessa imagem de si próprio (e também para o outro). “Transformaram a gente em bandido”, diz Marco Túlio. “Eu hoje estou com o meu nome sujo, não tenho mais condições de ter nada na minha vida, porque colocaram meu nome na dívida ativa, estou respondendo um processo durante 12 anos, quer dizer, vai prescrever em 12 anos, e eu vou ter que continuar brigando, porque não é meu objetivo assumir um crime que eu não cometi. Porque, de acordo com a legislação, eles deveriam orientar a população, é clara a legislação. Eu estou batendo nessa tecla e vou bater nem que seja no Supremo Tribunal Federal. Porque eu não vou assumir mesmo, em hipótese alguma! Porque eu não sou criminoso, eu não cometi nenhum crime ambiental, eu não fiz nada contra a natureza”. “Eu pelo menos não passei pelo constrangimento que passou o seu Dirceu, que chegaram lá com metralhadora e tudo”. “Fizeram uma proposta pra mim, pra eu assumir o crime e pagar com horas de serviço, mas eu não quis porque se eu aceitasse isso aí, aí que eu ia pirar mesmo da cabeça, porque eu não tenho esse princípio, eu tenho ética, eu tenho moral, eu não vou fazer uma coisa contra a minha moral, contra a minha dignidade. [...] Eu não posso assumir um crime que eu não cometi. [...] Eu jamais iria fazer qualquer coisa lá se eles tivessem me dado orientação. Eu não tenho interesse nenhum em prejudicar um lugar onde eu vou morar! O nome do sítio lá é São Francisco, eu sou amante da natureza! É tudo o inverso!”. Dirceu José: “Todo mundo disse pra eu não trabalhar naquele dia (da ação do Ibama em 2002), que o Ibama ia me pegar e me multar. Mas eu fui tirar a minha areia porque não tinha o que esconder, não estava roubando. O pessoal do Ibama chegou de avião, todos armados, mandando pôr as mãos pra cima e tudo. Eu disse que não era malandro, tinha documentos, era uma pessoa igual a ele, só estava trabalhando pra sustentar minha família”.

Essa preocupação com a imagem – de si e para os outros – direciona nosso olhar para a questão da honestidade, que é tratada como um bem, que foi herdado e deve ser transmitido. Joaquim Bernardo nos fala de seu pai, que lhe ensinou a “dever e pagar, tratar e cumprir”: “Meu pai era um homem muito trabalhador e graças a Deus ensinou, a nós, a trabalhar e a

lidar com os outros. Dever e pagar, tratar e cumprir. Ele era homem de amizade”. Dirceu José emprega o filho na própria oficina mecânica porque não pode “deixar um menino de 17 anos à toa, parado em casa”. Sandra defende o trabalho para os jovens porque, sem uma ocupação, “viram todos marginais e prostitutas, porque não têm o que fazer. Quer dinheiro, quer consumir e não tem como, aí vai fazer o que? Quando a gente é criança, mas trabalha, a gente tem uma responsabilidade, a gente começa a aprender a usar o dinheiro, a gente começa a ter uma responsabilidade, uma formação. É uma formação! Agora, o jovem está perdido porque ele não tem formação nenhuma, ele não tem nada, ele não tem uma base”. Sargento Martins desenvolve um trabalho educativo com jovens através do futebol onde “não precisa ser bom de bola, tem que ser homem”; leia-se “honesto”. Esse traço de caráter que adquire o status de bem a ser legado é transmitido por palavras e atitudes. Ele é transmitido como uma sabedoria de vida, como um conhecimento adquirido. Como experiência. Uma experiência “que repousa sobre a possibilidade de uma tradição compartilhada por uma comunidade humana, *tradição* retomada e transformada, em cada geração, na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho.” (GAGNEBIN, 2006, p. 50).

Quando usamos a palavra “tradição”, não queremos com isso usar esse termo no sentido oposto a “moderno”. Não se trata de diferenciar “sociedades ‘tradicionais’, sem política, e sociedades ‘modernas’, com política” (HOBSBAWM, 1998, p. 218). Apenas acreditamos que, como diz nosso colaborador Gilberto, “Aiuruoca foi a 12ª cidade a ser fundada no Estado de Minas, entre mais de oitocentas. Isso tem um significado”. Não acreditamos que nossa comunidade de destino seja uma comunidade isolada no tempo e no espaço, imune ao progresso e à modernidade. Já nos referimos a isso no capítulo primeiro desta dissertação. Os moradores de Aiuruoca, mesmo os habitantes de locais mais isolados, têm contato diário com a “modernidade” através da televisão, do rádio, dos turistas cada vez em maior número, da convivência com pessoas das mais variadas origens (e esse contato se propaga entre os próprios moradores, formando uma corrente). O que nos parece é que a região – ainda – desfruta de um “tempo diferente”. Numa de nossas visitas à cidade, durante os agradáveis cafés da manhã em companhia de Naide, dona da Pousada do Sol e grande colaboradora, fazíamos nossa “agenda diária” que, como em São Paulo, incluía inúmeras atividades, cada uma durando o tempo estritamente necessário. Naide ria e dizia: “você está em Minas, relaxe”. Logo entendemos o que Naide queria dizer e não tivemos alternativa a não ser aceitar a existência desse “tempo diferente”. Explicamos: se estivéssemos em São Paulo, nossa agenda diária seria dividida em várias visitas curtas a alguns colaboradores, para

agendar gravações, completar dados, solicitar documentos assinados. Em Minas, conseguíamos fazer algo como um terço dessas atividades justamente por conta desse “tempo diferente” que não aceita uma visita apenas com fins “práticos”. Sempre foi impossível ir à casa de um colaborador e conseguir nossos intentos sem antes conversar sobre os mais diversos assuntos, entrar, sentar, tomar um café, comer alguma coisa. Esse “tempo diferente”, acreditamos, favorece a “capacidade de intercambiar conhecimento através de um sistema comum de referências”, que “podemos denominar experiência”. (ANGELO, 2000, p. 13). Esse “tempo diferente”, então, seria “o tempo da experiência, o tempo de compartilhar e preencher significações” (ANGELO, 2000, p. 14). Já falamos no ritmo do cotidiano que traz como consequência um apego ao lugar onde se vive. Esse ritmo teria mais uma consequência, que seria propiciar a transmissão da experiência.

A transmissão [de conhecimentos] tanto diz respeito ao passado mais longínquo, que pode mesmo ser mitológico, quanto ao passado muito recente, à experiência do dia-a-dia. Ela se refere ao legado dos antepassados e também à comunicação da ocorrência próxima no tempo; tanto veicula noções adquiridas diretamente pelo narrador, que pode inclusive ser o agente daquilo que está relatando, quanto transmite noções adquiridas por outros meios que não a experiência direta, e também antigas tradições do grupo ou da coletividade. (QUEIROZ, 1991, p. 3).

A própria história oral só é possível mediante a existência de pessoas que se proponham a narrar alguma coisa. Nosso trabalho, inclusive, muito se valeu da capacidade natural que o “mineiro” possui para contar histórias, algumas delas edificantes, outras apenas corriqueiras. Por isso, mesmo sabendo que “é comum nos trabalhos de história oral” retomar o texto de Walter Benjamin intitulado “O narrador” para, “ao contrário de Benjamin”, afirmar que o narrador não morreu (RIBEIRO, 2007, p. 173), optamos por retomar o texto de Benjamin em função da importância que a transmissão da experiência parece ter para nossa comunidade de destino – e para as conclusões a que chegaremos neste trabalho. Não podemos afirmar que “o narrador não morreu”, ao menos se pensarmos nesse narrador “clássico”, que habita nossa memória como o camponês sedentário ou o marinheiro comerciante a contar histórias à beira do fogo. Mas acreditamos em outra imagem de narrador, e esse certamente não morreu. É o narrador que transmite sua experiência de forma muito prática, e que também é mencionado por Benjamin. “O senso prático é uma das características de muitos narradores

natos” (BENJAMIN, 1996, p. 200). Essas narrativas não seriam feitas “de forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias. (BENJAMIN, 1996b, p. 114), mas de ações calcadas na experiência, na tradição. E a compreensão dessas “narrativas” se daria justamente porque, na comunidade tradicional da região de Aiuruoca, ainda existe o tempo da experiência.

O que queremos dizer com isso é que nossa comunidade de destino não parece estar sujeita à vida moderna que, “[...] com sua enxurrada de estímulos, cria para o sujeito um ambiente de ‘choque’.” (ANGELO, 2000, p. 14). Se “choque”, na concepção benjaminiana, corresponde a “receber um estímulo atrás do outro, praticamente sem interrupção” (ANGELO, 2000, p. 15), acreditamos que, no caso da comunidade aiurocana, “choque” significa ter seu local de moradia, às vezes de nascimento, sujeito a mudanças impostas por uma lei desconhecida, que impede a realização de atividades tradicionais. Temos uma tendência natural a vincular o termo “tradicional” a manifestações culturais, e nossos próprios colaboradores, às vezes, usavam a palavra “cultural” quando talvez fosse mais correto usar “tradicional” (Cícero: “Aqui na região, aonde a terra é tipicamente campo, a pessoa tem aquela *cultura* de às vezes queimar o campo pra vim um pasto”; “A *cultura*, aqui, sempre foi de você poder queimar o campo”; Sargento Martins: “Aiuruoca tem aquela *cultura* antiga de fazer tudo igual. É como queimada, ‘meu avô queimava, meu pai queimava, então eu também vou queimar’. É difícil você tirar da cabeça das pessoas esse negócio de tradição, de costume”). Assim, ao mencionarmos atividades tradicionais que têm sua realização impedida pelas leis ambientais, nos referimos a queimadas, plantações próximas às margens dos rios e demais procedimentos normais ao dia-a-dia produtivo da comunidade, procedimentos esses que vêm sendo praticados há décadas e, aparentemente, sem prejuízo ao meio ambiente. Cícero: “O seu Joaquim Bernardo, e tantos outros, ele sempre plantou (na beira do rio). E ele sempre fez desse jeito, vem fazendo desse jeito”. Marco Túlio: “Teve um senhor lá, um vizinho meu, chamado Joaquim Bernardo, que ele plantou uma roça de milho perto do córrego, coitado, a vida inteira ele fez isso, deve ter uns 80 anos de idade”. “E a coisa pra ele [o habitante da zona rural] é tradicional, ele acostumou com uma série de defeitos, por exemplo, a senhora vai chegar numa propriedade rural e vai ver o curral na porta da cozinha. [...] Tá errado, mas em 80% das propriedades antigas aqui, a senhora vai encontrar isso aí, o curral tá na porta da cozinha, onde vai dar mosquito, uma série de coisas. Eles não tiveram orientação”.

Na região de Aiuruoca, portanto, o “tempo da experiência” permite que o conhecimento seja transmitido e as tradições sejam mantidas. Mas isso, como vimos, pode perpetuar procedimentos que não devem ser taxados de “errados”, mas que hoje, com a atual legislação ambiental, prejudicam o próprio habitante da região, sem falar na natureza (que, afinal de contas, é o motivo da criação de UCs e leis de proteção ambiental). Marquinhos menciona uma resistência natural a práticas “novas”, que não sejam tradicionais: “[...] tem uma resistência, sim, às coisas novas, que não são tradicionais. Eu me lembro quando eu comecei aqui na escola, a gente fez uma feira cultural e veio uma pessoa da comunidade. Uma! ‘Nossa! Preparamos pra gente mesmo...’. Hoje, você lota a escola! Então, quer dizer, isso vai sendo quebrado, ao longo do tempo”.

A população rural, então, resiste. Ao novo, por apego à tradição. A uma visão menos vilanesca do Ibama, por um processo de construção de estereótipos, a nosso ver, bastante justificado. E à crescente pressão em abandonar seus lugares de memória, de pertencimento, de identificação e reconhecimento, motivada, entre outros fatores, pela dificuldade em conviver com a legislação ambiental. Reconhecer esse processo talvez torne possível elaborar mecanismos que possam introduzir o “novo” sem romper violentamente com tradições, viabilizando a permanência dessa população em seus lugares de origem. Nossas conclusões a respeito de tudo o que até agora foi dito neste trabalho esperam ser uma contribuição nesse sentido.

MANTENDO AS RAÍZES: ALGUMAS CONCLUSÕES

“E ali, no grande Vale, ela cantou as divisas de Javé; onde a gente vive até hoje...”⁴⁴.

“Se é uma coisa do Governo, eu acho que ele tem condições de fazer uma demarcação mais correta, não essa que se baseia pelo rio, pela cerca, pela árvore... Não pode ser igual a da gente, aqui. Porque a nossa é dividida assim, porque ninguém tem tanta condição. Agora, se o Governo resolve tombar uma área, ele deve ter como dividir isso. É diferente. Não dá pra falar que ‘cem metros pra cá da casa do Fulano é APA’”. Ao ouvirmos essa fala de Sandra, foi impossível não lembrar das “divisas cantadas” do filme “Os narradores de Javé”: “Nesse contrário de rumo, até onde um homem possa andar num dia inteiro de marcha, há de ser terra nossa.” (ABREU; CAFFÉ, 2004, p. 73).

Bem menos poética é a delimitação geográfica da APA Serra da Mantiqueira, que consta do Artigo 3º do Decreto nº 91.304, documento que dispõe sobre a implantação da APA:

Art. 3º – A APA da Serra da Mantiqueira tem a seguinte delimitação geográfica: tem início no cruzamento da Estrada de Ferro Campos do Jordão, com a divisa dos municípios de Santo Antônio do Pinhal e Pindamonhangaba (ponto 00)(Folha Tremembé); segue em direção norte pela divisa dos municípios de Santo Antonio do Pinhal e Pindamonhangaba até cruzar a primeira curva de nível de cota altimétrica 1800 (um mil e oitocentos) metros (ponto 01); segue em direção nordeste pela curva de nível de cota altimétrica 1800 (um mil e oitocentos) metros até o cruzamento com o Ribeirão das Perdizes (ponto 02) [...] (BRASIL, DECRETO Nº 91.304, 1985).

A esses 596 caracteres seguem-se mais 17.907 a descrever as divisas da APA Serra da Mantiqueira. Sem poesia, claro, como deve ser a redação de um Decreto. E sem a menor possibilidade de compreensão, ao menos para pessoas leigas no assunto. Pessoas como as que

⁴⁴ ABREU, Luís Alberto de / CAFFÉ, Eliane. *Narradores de Javé – Roteiro*. Imesp, São Paulo, 2004: 72.

moram no interior ou nas proximidades da APA, principais interessadas no conhecimento dessa informação.

Como já dissemos, tanto a educação ambiental quanto a divulgação de informações concernentes à legislação ambiental são obrigações do Poder Público, direitos assegurados por lei à população. Porém, mesmo com os materiais educativos produzidos após 2002, aos quais nos referimos na Introdução deste trabalho, parece não haver dúvida quanto ao fato de que a falta de informação é uma das principais razões para que a legislação ambiental seja desrespeitada. O “não poder fazer” é uma orientação que só é dada depois do delito cometido, e não vem acompanhada de maiores explicações: “E outra coisa que eu não acho certo é que você não pode fazer, mas ninguém te comunica o que é que você não pode fazer. Era hora de o Governo preparar uma cartilha, preparar um material de conscientização e mandar para todo o produtor rural. Ele tem o endereço para mandar o imposto, então, anexa no imposto uma cartilha. Explicando que isso é prática que você pode, isso não pode etc. Isso conscientiza. A pessoa vai parar pra ler. Agora, a pessoa só fica sabendo do que não pode quando vem multar”, diz Sandra. Sua mãe concorda: “A gente nem sabe se é certo ou se não é”. Marco Túlio fala sobre essa questão várias vezes em seu relato: “A primeira obrigação deles (o Estado) era marcar, definir a área, fazer a consulta pública, conforme diz a legislação, pra depois fazer qualquer tipo de procedimento ou pronunciamento. Eu entendo assim, e o parecer do professor de Direito Ambiental também pensa da mesma forma⁴⁵. Não sou eu, é o professor de Direito Ambiental! Ele pensa o seguinte: que se o Estado não cumpre a sua obrigação na área de esclarecimento, como é que ele vai punir uma pessoa?”. “Eles (os moradores da zona rural) não recebem a educação que merecem. Eu tenho gente da família da minha mulher, que a gente conversa e percebe, é só falta de orientação, só isso, é falta de educação ambiental, mais nada. Tem que fazer uma campanha bem feita, uma coisa educativa, que o povo vai passar a respeitar. Em vez de estragar... Por exemplo, era moda antiga do povo aqui criar porco dentro da água. É só orientar ele, que é pra ele tirar o porco de lá, que ele pode aproveitar o adubo, uma série de coisas”. “Você pega o caboclo lá do mato, é matuto, então se você pegar e impor uma legislação sem fazer um processo educativo com ele, a senhora massacra ele! Tem que dar educação pra ele, tem que orientar ele”. Marquinhos também observa o mesmo processo: “Porque não tem orientação antes. Nessa coisa de 2002, não teve. Mesmo esporadicamente. Um foi multado porque arou uma área que não podia arar.

⁴⁵ Ver Anexo D: trecho do livro *Direito Ambiental*, de Paulo de Bessa Antunes, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2002, 6ª edição.

Mas ele não foi informado se aquela área podia ou não ser arada. Outro que desmatou um pedaço pra plantar uma roça. Ou outro que o terreno era muito íngreme, por exemplo, arou morro abaixo. É uma questão de orientação. Eu, por exemplo, muita coisa eu não sei, então, às vezes, eu posso errar porque não sei. No caso, quando você pensa no produtor rural... A gente ainda procura meios: se eu quero fazer uma coisa, eu vou na internet ou pergunto pra não sei quem e começo a buscar informações antes de fazer. As pessoas, não. Elas não sabem e nem têm noção desse horizonte de possibilidades que está por trás disso. Não é questão de não buscar informação, é nem saber o que pode ser buscado. Por isso, eu acho que a educação tem que estar muito focada em cima disso, e em cima da ação do dia a dia”. Joaquim Bernardo diz que só foi orientado após receber a multa em 2002, mas tal orientação parece ter sido pouco esclarecedora: “Depois da multa eles me orientaram assim: ‘Se for arar, tem que respeitar trinta metros da margem do rio’. Mas eu não sei se é quinze de cada lado ou é sessenta”. Dirceu José: “Acho que, primeiro, alguém teria que chegar e explicar... Ter alguém em Aiuruoca, o pessoal da Polícia Florestal... Orientar a gente. Primeiro orienta, depois multa. Eu acho que tem que ser assim, não é chegando na primeira vez e já multando. [...] Antes de eu ser multado, não sabia nada dessas leis. Só tivemos conhecimento das leis depois que fomos multados. Eu não concordo. Tinha que avisar antes. Agora eu entendo de lei, e eu fiz o que fiz porque todo mundo fazia. Ninguém nunca me falou que lá em cima é parque, e não pode fazer terraplanagem...”.

A falta de informação seria, então, um dos principais motivos para o desrespeito à legislação ambiental por parte das populações que vivem em zonas rurais, dentro ou fora de Unidades de Conservação. Vimos, entretanto, que o desrespeito à legislação ambiental é apenas o início de um processo que tem como principal consequência o abandono do campo por suas populações nativas. Sair da zona rural seria a solução para as dificuldades de produção decorrentes, entre outros fatores, das proibições impostas pela lei. Lei que tem como objetivo preservar o meio ambiente, mas parece não levar em consideração que o homem faz parte desse meio ambiente. Mais ainda: lei que parece não se dar conta que a população nativa das regiões rurais é uma das grandes armas para a preservação da natureza.

“A utilização dos recursos naturais é, para os Yanomami, resultado de uma longa e aperfeiçoada tradição, que atingiu um ponto de equilíbrio que permite a este povo crescer numa região pouco fértil, sem destruir o meio ambiente” (EUSEBI, 1991: 90). Claro que nossa pesquisa não trata do estudo de populações indígenas, mas a relação entre a população nativa das regiões rurais e o meio ambiente possui diversos paralelos com a mesma relação

vivida pelo povo Yanomami, por exemplo. Nos referimos a esse “ponto de equilíbrio” que parece ter sido uma realidade até, no caso de nossa pesquisa, o “advento” APA Serra da Mantiqueira. Temos consciência de que algumas práticas tradicionais empregadas pelos pequenos produtores rurais na produção agropecuária são deficientes e prejudiciais ao meio ambiente (e aos próprios produtores), práticas inclusive mencionadas por alguns de nossos colaboradores, como a criação suína em rios e lagos e a construção de currais próximos à cozinha das habitações. Porém, nos parece que o simples haver áreas a serem preservadas é um indicativo de que não houve degradação significativa do meio ambiente, ao menos não realizada pelas populações locais, que têm todo o interesse em preservar a própria casa. Mesmo as queimadas, quando praticadas em pequenas extensões, da forma correta e em sistema de rodízio, como mencionado por alguns de nossos colaboradores, não parecem ser responsáveis por grandes danos à natureza⁴⁶. Tanto isso é verdade que a própria legislação permite a realização de queimadas, desde que devidamente controladas e legalmente autorizadas. Segundo Sargento Martins, “[...] existe o pequeno agricultor que desrespeita a lei ambiental por falta de instrução, mas é em menor proporção. E quando ocorre, é como eu te falei, ele comete a infração, mas é dentro da necessidade dele”. Ao que parece, essa necessidade é insuficiente para causar grandes danos ao meio ambiente, cabendo a grandes empreendimentos – normalmente realizados por pessoas não nativas da região – tal responsabilidade. Já mencionamos um trecho do relato do mesmo Sargento Martins, dizendo que os grandes infratores ambientais são pessoas “de fora”. A criação – importantíssima – de Unidades de Conservação, portanto, preservaria o meio ambiente da ação danosa desses grandes empreendimentos, mas acabaria por interferir demasiadamente no dia a dia da população rural. Nas palavras de Sandra: “eu tenho uma área de preservação ambiental enorme! Enorme! A pedra, lá, é tudo preservação ambiental. Eu não posso mexer com uma pedra porque está dentro da APA. Quer dizer, eu – uma pessoa – estou sendo penalizada”. Essa “penalização”, muitas vezes, tornaria inviável a sobrevivência dos moradores da zona

⁴⁶ No site do Ibama (<http://www.ibama.gov.br/emergencias/institucional/monitoramento-de-fogo/>, acesso em 04/01/2009), a definição de queimada sequer menciona eventuais prejuízos ao meio ambiente, desde que realizada de forma controlada: “A queimada é prática agropastoril ou florestal que utiliza o fogo de forma controlada para viabilizar a agricultura. A queimada deve ser regida pela aplicação controlada do fogo à vegetação natural ou plantada, sob determinadas condições ambientais que permitam que o fogo mantenha confinada a área, dentro de uma intensidade de calor e uma velocidade de propagação compatíveis com os objetivos do manejo. A queima deve ser autorizada pelo Ibama ou pelo órgão estadual competente”. Com relação à emissão de poluentes em decorrência de queimadas, o site do CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (<http://meioambiente.cptec.inpe.br/>, acesso em 04/01/2009) disponibiliza ferramentas de pesquisa a respeito de emissões de queimadas (Monóxido de Carbono, Dióxido de Carbono, Metano e Material Particulado). Os dados relativos à região de Aiuruoca são nulos para todas as emissões.

rural, que se veriam sem outra saída a não ser abandonar o campo. Os grandes interessados na preservação dessas áreas, conseqüentemente, não estariam mais presentes para preservá-las. Como diz Marco Túlio: “quem é que tá defendendo a Amazônia? Não é o matuto lá da Amazônia? Quem defende é quem mora!”.

Tal paradoxo parece não ter solução possível. Mesmo eventuais ajustes nas leis ambientais seriam certamente insuficientes para que todos ficassem satisfeitos e o meio ambiente – homem inclusive – devidamente protegido. O que fazer, então?

Possíveis soluções

Boa vontade política, seriedade e bom senso seriam respostas demasiadamente óbvias a essa questão, e estão fora do âmbito de nossa pesquisa. O que nos interessa aqui é apontar caminhos, através da educação, que possam contribuir para, ao menos, mitigar parte da problemática por nós estudada. Manter a população rural no campo parece ser um ponto central nesse sentido. Viabilizar a pequena produção agropecuária dentro do que determinam as leis ambientais seria, então, a resposta mais plausível. E até onde pudemos verificar em nosso trabalho, nada disso é possível sem informar e educar a população rural no que diz respeito a essas leis.

Mas como fazer isso? Como vencer a resistência ao novo, a práticas não tradicionais, à orientação que vem “de fora”?

Vimos que a região de Aiuruoca ainda vive o “tempo da experiência”, que permite a valoriza a transmissão de um conhecimento tradicional, passado de pai para filho. Essa transmissão de experiência seria feita por um “narrador” que teria como principal característica seu senso prático. Essa narrativa, “num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação, [...] não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida tirá-la dele” (BENJAMIN, 1996, p. 205). Talvez, então, a simples divulgação de informações não seja suficiente. É preciso “mergulhar a coisa” – a informação – na vida de quem precisa dessa informação.

Cartilhas e folhetos explicativos não fazem isso. Seria preciso transformar a informação em narrativa. Inserir a informação em narrativas, que pudessem ser compreendidas como experiências de vida.

Segundo Marlon, “caboclo da roça não gosta de ler. Não adianta. Brasileiro não gosta de ler”. Antes de sonhar com o dia em que isso não seja verdade, é preciso buscar alternativas que contornem essa realidade. Brasileiro não gosta de ler e, infelizmente, às vezes, nem sabe. Mas gosta de ouvir. Não estamos aqui propondo a criação de um exército de narradores a desfiar histórias de vida pelos interiores do Brasil. Mas a utilização de mídias como o rádio – de alcance regional e produção viável financeiramente – poderia ser uma solução interessante. Não como mero transmissor de informações, do tipo “não é permitido construir em terrenos acima de 1.800 metros”, ou “tire sua guia antes de fazer uma queimada”. Mas como meio de difundir narrativas, como radionovelas ou mesmo simples histórias contadas. Até a música seria uma forma mais eficiente de fixar a informação do que cartilhas que geralmente não são lidas.

O que queremos dizer com esse tipo de breve e despretensiosa sugestão é que a informação é algo efêmero, mas a narrativa resiste ao tempo. “Não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória” (HALBWACHS, 2004, p. 64). Não seria essa uma outra forma de falar que é a experiência que fixa? Acreditamos, portanto, que uma busca por linguagens alternativas para a educação ambiental de populações rurais deva levar esse aspecto em consideração.

O “corpo a corpo” de que fala Marquinhos também seria uma solução. Embora de alcance bastante local e reduzido, parece ser eficiente: “no Senar⁴⁷, a metodologia do trabalho é essa. A gente vai pro campo, o cara bota a roupa e a gente vai pro campo pra mexer com abelha, lá, na roça dele, aonde ele está com as colméias dele. Nós vamos abrir as colméias dele, com todos os erros, com todos os acertos que tem e aprender com aquilo. É uma coisa muito focada no aprender fazendo. Eu acho que essa metodologia, eu vejo que funciona muito”. Uma metodologia calcada na experiência. Na transmissão de práticas, não de conteúdos. Nesse sentido, a oferta de alternativas de produção que estejam de acordo com a legislação ambiental seria essencial. Valendo-nos mais uma vez das palavras de Marquinhos, “a gente sente que as pessoas têm muito poucas alternativas. Não é assim que faz, mas como é que faz? As pessoas só dizem o que não pode fazer, mas não dão a alternativa de como fazer diferente. Então, se eu não posso queimar, o que é que eu posso fazer? Se eu não posso desmatar, o que é que eu posso fazer? Isso é uma coisa que a gente sente muita falta”. Suprir essa falta é imperativo, mas há que se saber a forma como isso deve ser feito. E aqui

⁴⁷ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

novamente entramos na questão da experiência. A informação não pode ser imposta, vinda “de cima”, ou não atinge seus objetivos. Ela deve ser transmitida horizontalmente. A cartilha sobre queima controlada (Anexo E – Cartilha do IEF), por exemplo, não deveria ter um técnico do IEF a fornecer informações, e sim um pequeno produtor rural. Encontrar o meio ideal para que essas informações cheguem a quem precisa delas, e sejam incorporadas na vida dessas pessoas, é um grande desafio, o qual certamente não vencemos, mas esperamos ter contribuído para que isso, um dia, venha a acontecer.

O que não podemos fazer, jamais, é incorrer no erro de julgar a população rural como ingênua, simplória e, portanto, indiretamente “culpada” por sua falta de informação. Apenas, essa informação não atinge seu alvo, ou o faz de maneira não eficiente. Acreditamos que encontrar a forma correta para transmitir um conteúdo específico seja o grande diferencial entre atingir ou não objetivos no âmbito da educação ambiental. A deficiência não está em quem precisa da informação. Para quem acredita que essas pessoas não passam de “povo da roça”, reproduzimos aqui as palavras de Gilberto: “Nada! Mineiro tem aparência de bobo, mas já vendemos muito queijo pra vocês!”.

Talvez o mesmo Gilberto, com sua visão de historiador diletante, esteja certo ao afirmar que Aiuruoca vive um momento entre ciclos. Não é o “fim” de Aiuruoca e, por extensão, de um campesinato ainda existente no Brasil: “Eu não uso a palavra ‘acabar’, eu uso ‘transformar’. Porque, pra gente entender o que se passa, a gente tem que olhar pra história. Encerrou um ciclo, que foi o ciclo do ouro, encerrou um outro e, agora, outro. É visível, mas ninguém enxerga. Não é acabar. Quando acabou o ouro em Aiuruoca, foi a mesma coisa! Só que um ciclo de história não acaba onde começa o outro. Tem esse período de transição”. Este atual ciclo por si só já um tanto indefinido, entre cultura leiteira e agricultura de subsistência, talvez realmente dê lugar ao “ciclo do turismo”. O próprio Gilberto chama atenção para uma curiosidade: “Imagina o casarão do século XVIII, do ouro. Quando vê, acabou o ciclo do ouro e veio o ciclo da agricultura. Os casarões ali, resistindo àquilo tudo. Acabou a agricultura e veio o leite. Quando vê, acabou o leite e veio o turismo. E o mesmo casarão virou pousada, virou hotel. Como é o caso da Fazenda São Pedro. Veja que engraçado. Como se adaptou. Pra mim, o maior símbolo de transformação é um casarão colonial, que se adaptou a todas essas fases. É a maior prova de que está ocorrendo o ciclo do turismo. É curioso. A própria coisa da APA valoriza o turismo. É complicado, claro. [...] De repente, você tem uma APA onde você não pode cortar, não pode fazer um monte de coisas... Lógico que, como no século XVIII, é pelo interesse, também. Mas é uma medida de preservação. Até por uma questão de

sobrevivência. Eu acredito que tenha dado um impacto muito mais favorável porque, quando se criou a APA, acho que ninguém esperava que o turismo, aqui, ia ficar desse jeito. Então acabou valorizando. Aiuruoca tem APA, tem Parque Estadual... Isso valoriza o turismo, então eu acho que veio mais pro bem do que pro mal”. Gilberto enxerga outros caminhos, como a produção artesanal realizada por “esse pessoal pequeno, que mora na roça”. Esperamos que esses caminhos não excluam o nativo das regiões rurais, e que ele possa desfrutar das benesses desse novo ciclo sem se tornar mais um “caboclo na cidade”.

REFERÊNCIAS⁴⁸

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1989. 164 p.

ABREU, Luís Alberto de; CAFFÉ, Eliane. *Narradores de Javé: roteiro*. São Paulo: Imesp, 2004. 176 p.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. In PERELMUTTER, Daisy; ANTONACCI, Maria Antonieta. *Ética e história oral*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1997. p. 145-155.

ANGELO, Débora Mallet Pezarim de. *De majestades e camisas: comunicabilidade e estranhamento*. Os conceitos de experiência e vivência de Walter Benjamin em alguns relatos de leitores: um estudo. 2000. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ANNUNCIATO, Angela. Uma voz, um fato, duas versões: lembranças que se escolhem. *Oralidades – Revista de história oral* (Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da FFLCH, USP), n. 2, p. 143-151, jul-dez/2007.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1982. 239 p.

APPA, Renira Cirelli. *Polidez lingüística nas conversações de telemarketing*. 2005. 104 f. Dissertação (Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BACCEGA, Maria Aparecida; CITELLI, Adilson Odair. Retórica da manipulação: os sem-terra nos jornais. *Revista de Comunicações e Artes*, São Paulo, n. 20, p. 23-29, abril 1989.

⁴⁸ De acordo com: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023*. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, agosto de 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 110 p.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 219-229

BENJAMIM, Walter. O narrador. In *Obras escolhidas*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. v. I. p. 197-221

_____. Experiência e pobreza. In *Obras escolhidas*. 7. ed. Paulo: Brasiliense, 1996b. vol. I. p. 114-119.

BOSI, Ecléa. A opinião e o estereótipo. *Revista Contexto*, São Paulo, n. 2, março de 1977, p. 97-104

_____. *Memória e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. 484 p.

_____. *O tempo vivo da memória*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. 219 p.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica*. São Paulo: Studio Nobel, 1993. 238 p.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 555 p.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 149-164.

COSTA, Cláudia; HERMANN, Gisela; SOARES, Miriam Ester; AZEVEDO, Paula (orgs.). *Série Corredor Ecológico da Mantiqueira, I: Temas de Interesse para a Gestão Ambiental*. Belo Horizonte: Valor Natural, 2005. CD-ROM.

COSTA, José Pedro de Oliveira. *Aiuruoca*. São Paulo: Edusp, 1994. 256 p.

ECO, Umberto. *A misteriosa chama da rainha Loana*. Rio de Janeiro: Record, 2005. 453 p.

EUSEBI, Luigi. *A barriga morreu!* São Paulo: Loyola, 1991. 147 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 277 p.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável*. São Paulo: Max Limonad, 1997. 577 p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 114 p.

_____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. 223 p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. 197 p.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 121p.

HOBBSAWM, Eric. Os camponeses e a política. In *Pessoas extraordinárias*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 215-239.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In MEIHY, José Carlos Sebe B. (org.). *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 33-47.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2005. 544 p.

LIPPMANN, Walter. Estereótipos. In STEINBERG, Charles (org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 149-159.

MEIHY, José Carlos S. B. História oral: um *locus* disciplinar federativo. In MEIHY, José Carlos Sebe B. (org.). *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 48-55.

_____. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 291 p.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História oral – como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007. 176 p.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. 4. ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. 52 p.

MOTTER, Maria Lourdes. A linguagem como traço distintivo do humano. *Revista Princípios*, n. 34, São Paulo, Anita Garibaldi, agosto/setembro/outubro 1994, p. 68-72.

MOUSINHO, Miriam Gomes. *Diagnóstico sócio-econômico do Corredor Ecológico da Mantiqueira*. Belo Horizonte: Valor Natural, 2005. 58 p. Disponível para download em <http://www.valornatural.org.br/D_eco.pdf>. Acesso em 16.05.2008.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, São Paulo, CEDUC, n. 10, dez 1993, p. 7-28.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Área de Proteção Ambiental. In BENJAMIN, Antônio Herman (org.). *Direito Ambiental das áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 425-433.

PAMUK, Ohran. *Istambul*. São Paulo: Cia das Letras, 2007. 408 p.

PESSANHA, José Américo Motta. O sono e a vigília. In NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 33-55.

PINTO, Isabel Andrade. *Diagnóstico das Unidades de Conservação do Corredor Ecológico da Mantiqueira*. Belo Horizonte: Valor Natural, 2005. 39 p. Disponível em: <http://www.valornatural.org.br/D_UCs.pdf>. Acesso em 16.05.2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível para download em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em 23.07.2008.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível para download em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em 11.03.2008.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. In PERELMUTTER, Daisy; ANTONACCI, Maria Antonieta. *Ética e história oral*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1997. p. 13-33.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. 171 p.

_____. *O campesinato brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 242 p.

RIBEIRO, Karla Oddone. *Ação coletiva, conselho consultivo e gestão: um estudo na Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira*. 2005. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005. Disponível em: <<http://www.cipedya.com/doc/156669>>. Acesso em 16.05.08.

_____. *Caracterização Institucional do Corredor Ecológico da Mantiqueira*. Belo Horizonte: Valor Natural. 2005b. 22 p. Disponível em: <http://www.valornatural.org.br/D_inst.pdf>. Acesso em 16.05.08.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Tramas e traumas: identidades em marcha*. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 416 p.

SANTOS, Fernando de Maria. *Prática e aprendizado (a importância da Agência Universitária de Notícias como jornal-laboratório)*. Tese (Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 316 p.

SANTOS, Márcio. *Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001. 179 p.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. 317 p.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 385 p.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 33-41.

Em meio eletrônico:

AMBIENTE BRASIL. *Unidades de Conservação*. Área de Proteção Ambiental. Disponível em:

<<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/snuc6.html>>. Acesso em 04.10.2008.

BERTOLOTTO, Rodrigo. Praça derruba prédios e despeja moradores no centro de SP. *UOL Notícias*, São Paulo, 17.12.2008, 07h06. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/12/17/ult5772u2225.jhtm>>. Acesso em 17.12.2008.

BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 04.10.2008.

BRASIL. *Decreto n. 39.793, de 5 de agosto de 1998*. Cria o Parque Estadual da Serra do Papagaio. Site da . Disponível em:

<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1547>>. Acesso em 09.05.2008.

BRASIL. *Decreto n. 91.304, de 03 de junho de 1985*. Dispõe sobre a Implantação da APA Serra da Mantiqueira. Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=37&seq_tp_documento=3&seq_finaliddoc=7>. Acesso em 08.05.2008.

BRASIL. *Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965*. Institui o novo Código Florestal.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm>. Acesso em 07.10.2008.

BRASIL. *Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio

Ambiente. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em 09.05.2008.

BRASIL. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/lei_9605_98.pdf>. Acesso em 26.11.2008.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis /19795.htm>. Acesso em 09.10.2008.

CPTEC (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos). *Emissões de queimadas*. Disponível em: <<http://meioambiente.cptec.inpe.br/>>. Acesso em 04.01.2009.

FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente). Disponível em: <<http://www.feam.br/>>. Acesso em 26.11.2008.

FUNDAÇÃO MATUTU. Disponível em: <<http://www.matutu.org/>>. Acesso em 19.09.2008.

IBAMA. *Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira*. Informações sobre a UC 37. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=37>>. Acesso em 04.10.2008.

IBAMA. *Área de Proteção Ambiental*. Lista de UC da categoria. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=APA>>. Acesso em 04.10.2008.

IBAMA. *Emergências ambientais*. Monitoramento de fogo. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/emergencias/institucional/monitoramento-de-fogo/>>. Acesso em 04.01.2009.

IBGE CIDADES. *Aiuruoca, MG*. Informações estatísticas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 18.09.2008.

IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros*. Gestão Pública 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/munic2001/tabelas.php?codmun=310120&descricao=Aiuruoca>>. Acesso em 14.10.2008.

INSTITUTO ESTRADA REAL. Disponível em: <http://www.estradareal.org.br/estra_real/quem_somos.asp>. Acesso em 11/09/2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=463>>.

Acesso em 09.10.2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Informações institucionais*. Sinalização. Anexo 5.

Pictogramas. Disponível em:

<<http://institucional.turismo.gov.br/sinalizacao/conteudo/pictogramas.html>>. Acesso em

13.08.2008.

NASCIMENTO, C. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por

<angela.annunciato@gmail.com>, em 10.10.2008.

PNDU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Atlas do Desenvolvimento*

Humano do Brasil. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)

[M%2091%2000%20Ranking %20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)>.

Acesso em 14.10.2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS. *Circuitos Turísticos*.

Informações administrativas. Disponível em:

<[http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=240&Itemid=](http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=240&Itemid=82)

[82](http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=240&Itemid=82)>. Acesso em 11.09.2008.

SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável).

Disponível em:

<[http://www.semاد.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=174&Itemid=](http://www.semاد.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=174&Itemid=128)

[128](http://www.semاد.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=174&Itemid=128)>. Acesso em 07.10.2008.

SENAR MINAS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Disponível em:

<[http://www.senarminas.org.br/Content.aspx?Code=15&Parent Code=1&ParentPath=None&](http://www.senarminas.org.br/Content.aspx?Code=15&Parent Code=1&ParentPath=None&ContentVersion=C)

[ContentVersion=C](http://www.senarminas.org.br/Content.aspx?Code=15&Parent Code=1&ParentPath=None&ContentVersion=C)>. Acesso em 30.12.2008.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981. 196 p.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 141 p.

BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. v. II. 277 p.

BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. v. III. 271 p.

BARROS, Diana Luz Pessoa de.; FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003. 96 p.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular*. Leituras de operárias. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 192 p.

BURGOS, Elisabeth. *Meu nome é Rigoberta Menchú*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 399 p.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade: texto e história*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 133 p.

CANTINHO, Maria João. *O anjo melancólico*. Coimbra: Angelus Novus Editora, 2002. 179 p.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. 351 p.

_____. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 345 p.

COSTA, Ana. *Corpo e escrita*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 168 p.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989. 297 p.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 79 p.

_____. *Vigiar e punir*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 262 p.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. In NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 95-124.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 200 p.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 548 p.

LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005. 159 p.

MATOS, Olgária C. F. *Os arcanos do inteiramente outro*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 360 p.

MEIHY, José Carlos S. B. *Brasil fora de si*. Experiências de brasileiros em Nova York. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. 384 p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 153 p.

MOTTER, Maria Lourdes. Consciência lingüística de Fabiano. *Revista Princípios*, n. 32, São Paulo, Anita Garibaldi, fev./abr. 1994, p. 65-69.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973. 157 p.

SCHAFF, Adam. A objetividade do conhecimento à luz da sociologia do conhecimento e da análise da linguagem. In KRISTEVA, J.; REY-DEBOVE, J.; UMIKER, D. J. (orgs.). *Ensaio de Semiologia*. Eldorado, s/data. v. 1. São Paulo: Eldorado, s/d. p. 247-268.

TALAMONI, Jandira L. B.; SAMPAIO, Aloísio Costa. *Educação ambiental: da prática pedagógica à cidadania*. São Paulo: Escrituras, 2003. 112 p.

APÊNDICE – RELATOS

Os relatos a seguir são apresentados em ordem cronológica de captação.

Marlon – Aiuruoca, 19 de março de 2007

Nesses órgãos, um ou outro se preocupa com essa coisa de informar e educar. Tem umas idéias, tipo cartilha, coisas assim, de linguajar popular. Mas o pessoal faz errado porque é mais barato, não adianta. Corta, mete fogo, por questão de cultura, de tradição de passado, então faz hoje em dia porque é economicamente viável. Eles fazem em função do dinheiro, e não tem informação do que vai acontecer em longo prazo. Aí vêm esses órgãos e já chega “carcando” a caneta, não explicam nada. Porque esses órgãos são de fiscalização e punição, você pode ver que não tem nenhum órgão que fala que é informativo, educativo. Mas já que não tem esse tipo de órgão, eles deviam multar, tudo bem, mas também deviam informar. A gente sabe que nenhum brasileiro pode alegar desconhecimento de lei, mas aqui no Brasil não tem nada que te explique as leis, você já reparou isso? Eu fiz um curso de guarda-parque pelo IEF e até estranhei, porque tinha uma matéria sobre legislação. Porque nunca tem. Nada, nem em escola, nem sobre direito do consumidor. É até engraçado, mas devia ter uma lei obrigando que ensinassem as leis nas escolas.

Esse negócio que aconteceu aí, o Ibama veio com tudo. Porque estava tendo muita denúncia em relação a uma determinada área. Denúncias graves. Aí eles montaram uma operação pra fiscalizar essa área. Só que eles vieram pra ver essas denúncias graves e os fazendeirinhos pequeninhos, esse pessoal que corta lenha pra pôr no fogão à lenha, e que é previsto em lei que você tem direito a uma quota de 3 metros cúbicos, não sei se é por mês, não lembro, mas você tem esse direito, quando é pra subsistência. Mas nessa ação aí do Ibama não quiseram saber de nada, vieram tacando a caneta. Eu acho que eles deveriam usar o bom senso. Quem faz pra ganhar dinheiro é uma coisa. E quem faz pra sobreviver, é outra.

Agora, há muito pouco tempo, criaram um negócio chamado “Prevfogo”⁴⁹. É um órgão informativo. Ele lança umas cartilhinhas ensinando como prevenir, não ter acidente com incêndio florestal. Então eles vão até os fazendeiros, porque geralmente é fazendeiro que põe fogo, mesmo, pra queimar campo, e de repente sai do controle e vira incêndio florestal. Porque aqui nessa área, incêndio natural não existe. É nula a chance. Existe, até. Mas pouco, muito pouco. Aí eles vão com aquela cartilha, lá... Tá melhorando. Como eu conheço muito por aqui, eles até já me chamaram pra ajudar a distribuir as cartilhas, ir com eles nas fazendas. Mas eles fazem umas cartilhas que, pelo menos as mais antigas, não tinha nada a ver. Ensinando o que é o fogo, composição, nome científico de planta... Essas coisas o povão não

⁴⁹ Prevfogo – Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Criado através do Decreto nº 97.635, de 10 de abril de 1989, que regula o art. 27 do Código Florestal. Conforme o Art. 2º do referido Decreto, o Prevfogo promove a prevenção de incêndios florestais e sua coordenação está a cargo do Ibama (http://www.ibama.gov.br/flora/decretos/97635_89.pdf, acessado em 26/11/2008).

quer saber. Eles querem saber é que se tocar fogo vai matar o carrapato, vai baixar o mato. Ninguém fala as consequências disso. Agora tá mudando, já estão falando sobre isso, mas depois de muito quebrar a cara. Viram que ninguém entendia nada, que usavam a cartilha pra acender fogo... A gente já viu cartilha jogada no meio do mato, na beira da estrada. O pessoal pega aqui na cidade e joga fora. Porque aqui tem o dia de receber o leite. Que era dia 15, agora passou pro dia 20. É quando os fazendeiros vêm todos pra cidade. Então eles tinham mania de montar umas banquinhas, pra passar informação. Um ou outro você tinha tempo de conversar, mesmo. Mas a maioria era só entregar cartilha, e esse negócio de só entregar a cartilha não funciona. Caboclo da roça não gosta de ler. Não adianta. Brasileiro não gosta de ler. Tem que ser um negócio visual, desenhado, historinha em quadrinho. Infelizmente são essas bobeirinhas que funcionam. Aqui tem a rádio local, e já teve programa assim, informativo. Foi idéia do pessoal da Prevfogo com o pessoal da Brigada de Incêndio daqui. Na época de seca, davam uns toques pro pessoal pelo rádio, pra tomar cuidado. Ninguém fala nada que não pode, nem explica, só avisa pra tomar cuidado. Porque pela lei, mesmo, é proibido. Mas não adianta, todo mundo faz. E a não ser que a polícia florestal pegue em flagrante, não tem como provar quem colocou. Mas tem como multar o dono da terra, porque a responsabilidade de apagar o fogo é do dono da terra. Mas eles podem alegar que estava fora de controle, que não tinha gente pra apagar, não deu tempo, e fica o dito pelo não dito.

Em 2002, foi aquela coisa que eu falei, que teve muita denúncia e que eles vieram tacando multa pra todo mundo. A coisa foi tão grande que, depois, teve umas reuniões com o povo pra explicar o que aconteceu. Os fazendeiros começaram a reclamar muito com a prefeitura e aí a prefeitura resolveu marcar uma reunião entre os fazendeiros, as pessoas que foram multadas. O que eu acho engraçado é o seguinte: se você é multado, é porque fez alguma coisa que tá errado. Mas teve muita, mas muita multa mesmo pra pessoal que não estava sabendo por que estava sendo multado. Por que? Porque não conhecia nada, não sabia de nada. Eu fui contratado na época pra tirar fotos das infrações. E nos autos das infrações, tem o código e o nome da infração. Mas ninguém sabia que poderia ter sido multado por aquilo. Então as pessoas fazem errado porque não sabem. Pra lei isso não interessa, mas é isso o que acontece, fazem porque não têm informação. Em 2002 foi assim. A maioria que foi multada nem sabia que existia lei sobre aquilo que fez. Tinha gente que sabia, claro. Teve multa de 750 mil, pra você ter uma idéia. Mas a maioria não sabia. Tipo construir a menos de um metro da beirada do rio, ou acima de 1800 metros de altitude, que é área de preservação permanente, aí enfeitou a casa inteirinha com bromélia e orquídea, que é extração e não pode... Vai cozinhar e cozinha com candeia, que é madeira de lei, que tem que ter plano de manejo pra tirar, e o plano de manejo é uma porcaria e não resolve nada... É assim. Por exemplo: você sabe que não pode desmatar na beirada do rio. É área de preservação permanente. Todo mundo sabe “mais ou menos” que não pode desmatar na beirada do rio. Mas essa lei é de 1965. Quase meio século que existe a lei. Eu acho que meio século, era pra tudo quanto é brasileiro conhecer a lei! Você sabia que praia é área de preservação permanente? E se é APP, não pode entrar veículo automotor, não pode entrar animal silvestre, não pode fazer construção, e todo mundo constrói em praia, anda de carro... Duna é APP, e os

bugues estão lá. E é APP. É um tipo de APP. Pode olhar na lei. Lei 9.605⁵⁰. É de 1989, se não me engano.

Com esse negócio de muita multa, é só falar em Ibama que fazendeiro já fica com o pé atrás. Já tem medo, não fala, esconde tudo.

Um que era bom de você conversar era o seu Joaquim Bernardo. Ele foi multado e não tinha noção nenhuma de que estava errado. O que ele fez, ele fez a vida inteira. Nunca imaginou que era contra a lei.

Dirceu José (“Zé do Neco”) – Aiuruoca, 22 de junho de 2007

Tenho tudo documentado com fotos. Vou mostrando todas pra senhora, enquanto a gente conversa. Aquele dia, em julho de 2002, foi um dia muito alvoroçado no município. Eu estava realmente tirando areia. A draga era minha, mas as terras, não. Todo mundo disse pra eu não trabalhar naquele dia, que o Ibama ia me pegar e me multar. Mas eu fui tirar a minha areia porque não tinha o que esconder, não estava roubando.

O pessoal do Ibama chegou de avião, todos armados, mandando pôr as mãos pra cima e tudo. Eu disse que não era malandro, tinha documentos, era uma pessoa igual a ele, só estava trabalhando pra sustentar minha família. O fiscal disse que ia me levar pra delegacia e eu respondi que não ia, só se ele me prendesse. Disse também que iria parar a draga. Então ele pegou meus documentos e me notificou. Eu assinei a notificação, e ele disse que eu deveria ir até Baependi, na pousada São Miguel, para prestar satisfações.

Lá, eu e meu advogado fomos recebidos por Manoel José de Farias, agente de fiscalização, matrícula 06860081360. O cartão dele está sempre aqui, na minha mesa. Ele é do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, do Parque Nacional de Itatiaia. Ele aplicou as multas e eu disse que havia mais duas dragas trabalhando no mesmo rio que eu trabalhava. O “seu” Américo da Silva estava abaixo de mim, e Evair Correia, acima. E perguntei por que só eu havia sido multado, e eles não. Ele mandou eu cuidar da minha vida. Fiquei revoltado. Todas as dragas da região também não tinham documentação. Por que só eu fui multado, e os outros não? Aiuruoca, Seritinga, Carvalhos, Serranos, Liberdade... Ninguém tinha registro. E todos continuam tirando areia até hoje. Carvalhos tira sem registro, Seritinga hoje tem registro, Serrano hoje tem registro, Liberdade não tem registro...

Quando voltei pra Aiuruoca, eu abandonei a draga. O local virou um matagal. Veja nesta foto. Eu puxei a draga para cima e amarrei, pras águas não carregarem. A areia que eu estava tirando está aqui, na foto. Veja até onde sobe o rio, quando ele enche muito. Ele até joga areia pra fora. Esse rio tem de oito a 10 metros de altura. Vendi a draga depois que Sandro Mendes registrou o rio. Ele ficou com a draga. A chave da draga, que estava com a Polícia Florestal de Aiuruoca, só foi devolvida ao Sandro quando ele mostrou a documentação.

⁵⁰ Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/lei_9605_98.pdf, acessado em 26/11/2008)

Depois disso, entrei com recurso, através da minha irmã, Maria de Lourdes Siqueira, que é advogada. Havia mais duas multas: por uma terraplanagem 30 metros perto da água, e por uma estrada. Terraplanagem, todo mundo faz, pra construir casa. Mas eu posso provar que não fiz nenhuma das duas. Fui à Procuradoria da República, em Belo Horizonte. Provei com fotos que já havia estrada antes de eu comprar a propriedade. Coloquei as fotos na mesa e eles ficaram admirados. Esta é a foto da estrada, que foi feita por um irmão meu, há mais de 15 anos. Ele entrou com o trator e veio até o fundo desse mato aqui, e fez uma represa que existe até hoje. Para vir água pro bairro, que não tinha água. A estrada já existia, eu só fiz a limpeza. Coloquei grama para não escorregar a terra... Essa outra foto mostra como era antes de passar a máquina. Veja como tinha uma estrada.

A outra multa foi porque a terraplanagem que eu fiz está a menos de 30 metros da água. Eles multaram sem medir. Eu medi e dá 72 metros da nascente. Olhe esta outra foto. Eu fiz a terraplanagem aqui, onde está essa árvore, em cima desse patamar. Eu recuperei a beirada com grama, canalizei toda a água que vinha da estrada, cerquei a nascente da água... Nunca desmatei. Até café eu plantei lá. E olha só, de novo só eu fui multado. Tem uma casa 300 metros atrás da minha que fez terraplanagem perto da nascente da água. Ninguém multou. Nem lá foram!

Também falaram que eu fiz uma erosão no meu terreno, e que minha propriedade precisa ter uma reserva legal. Eu ainda não fiz na lei, porque o engenheiro de Avelange, o senhor José Olímpio, meu amigo, fez um trato comigo, disse que faria a reserva legal e não me cobraria nada. Estou esperando. Mas eu tenho a reserva legal até folgando. Olhe nessa foto, essa mata eu deixei todinha, nunca cortei um pau lá, desde quando eu comprei. E a erosão, veja esta foto, do dia em que eu comprei a terra. A erosão já estava lá. Veja. Nem cerca tinha. Eu fiz a minha cerca todinha de mourão de cimento, e não usei madeira de lei. Para não comprometer a lei. Porque, a partir do momento que eu conheci meu erro, eu não continuei. Hoje, sou dono de uma oficina, tenho lavador... Aqui está a foto da minha oficina quando comecei a montar. Eu tiro foto de tudo, porque a foto é a verdade. A gravação é a língua. A minha oficina é a única registrada dentro de Aiuruoca. Eu provo! Pago imposto... Nunca vendi óleo de motor, aqui. Produtos para prejudicar o meio ambiente. Tenho cinco caixas de decantação. Pra saída do lavador. A água sai limpinha... O meu óleo é vendido para uma firma de Varginha... Eu tenho as Notas Fiscais. Todos os funcionários da minha oficina são registrados. Sem registro, só meu filho, de 16 anos. Isso foi denunciado pro promotor. Eu assumi e perguntei para o promotor o que eu deveria fazer com o meu filho, então... Porque ele toma conta, ele é capaz, não bebe... É um menino que tem estrutura de 20 anos... Não posso deixar um menino de 17 anos a toa, parado em casa. Meus funcionários usam máscara, macacão, bota de borracha. Na cidade, existem lavadores que não usam nada. Jogam todos os resíduos na rede de esgoto pública... Ninguém toma providência.

A oficina já foi vistoriada duas vezes, só eu em Aiuruoca sou vistoriado, isso não acontece com os outros lavadores. Eu fui multado em Aiuruoca porque alguém mandou. Eles vieram especificamente me multar... É só política... E olha que eu sou do lado do prefeito, imagine se fosse contra! Eu só trabalho com documento. Trabalho com a Cemig, com a

Prefeitura, quem quer Nota Fiscal eu dou... Não sonego imposto... Dou folga semanal pra todo mundo. Só eu em Aiuruoca. E estou sendo multado porque, enquanto eu estou pagando imposto, os outros estão trabalhando clandestinamente... Ganhando dinheiro... E eu, fechando no vermelho. Infelizmente é isso.

Eu culpo muito o Everaldo Campos, do Codema. A função dele seria a de orientar o povo. Todo mundo se revoltou com isso. Você acha que todo mundo tem que saber que tem que ter o alvará de funcionamento?

Uma pessoa da Feam⁵¹, de Belo Horizonte, veio fazer uma vistoria aqui, e ele foi muito educado... Disse que, na terraplanagem da minha propriedade, eu era obrigado a plantar 50 pés de araucária. Só tinha 37. Mas eu mostrei pra ele a caixinha de muda, ele fotografou, junto com uma moça, e disse que tinha sentido firmeza no que eu fiz... Hoje, tem quase 60 pés a mais lá.

Eu só queria dizer uma coisa: lei para todos, igual. Aí o mundo melhorava mais um pouquinho. Se eu não posso usar chapéu, ninguém pode! Infelizmente, aqui em Aiuruoca é tudo diferente. Aqui em Aiuruoca, filho de papai nem pra cadeia vai. Rouba, fuma maconha... Quando vão investigar, dizem que não podem prender! Quem é pobre, eles nem investigam, eles levam.

Eu denunciei para a Florestal de Aiuruoca, para o comandante em Lavras, um vizinho meu que estava fazendo uma represa na água que vinha da minha propriedade. E essa represa ia prejudicar a canalização de esgoto de trinta e tantas casas, que cai no córrego. Fui avisado pelo retireiro que trabalha na propriedade dele. E o Florestal ainda teve a capacidade de falar que eu fui errado, que eu devia ter procurado meu vizinho antes... Denunciei também um pequeno laticínio, que é pareado com a minha casa e usa lenha nativa, e eles também não tomam providência. Eu não denuncio ninguém. Eu denunciei esse vizinho porque um Florestal me disse que ele é quem me denunciou em 2002. Eu guardei aquilo na cabeça, cinco anos. Agora dei o troco pra ele... E dei em Lavras meu nome, meu CPF, minha Identidade, eu não fui anônimo.

Acho que, primeiro, alguém teria que chegar e explicar... Ter alguém em Aiuruoca, o pessoal da Polícia Florestal... Orientar a gente. Primeiro orienta, depois multa. Eu acho que tem que ser assim, não é chegando na primeira vez e já multando. Sem saber se eu podia ou não podia pagar a multa. Por isso fiquei revoltado. Porque eles fizeram uma espécie de ditadura, fiscalizando a mim e aos outros não. Meu amigo Marco Túlio, que é o meu contador, estava fazendo uma casa num local, e tem gente que está acima dele fazendo casa e não foi multado, e ele foi! A obra está parada e ele sofre até hoje.

Antes de eu ser multado, não sabia nada dessas leis. Só tivemos conhecimento das leis depois que fomos multados. Eu não concordo. Tinha que avisar antes. Agora eu entendo de lei, e eu fiz o que fiz porque todo mundo fazia. Ninguém nunca me falou que lá em cima é

⁵¹ Feam – Fundação Estadual do Meio Ambiente. “A Feam tem por finalidade executar, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a política de proteção, conservação e melhoria da qualidade ambiental no que concerne à prevenção, à correção da poluição ou da degradação ambiental provocada pelas atividades industriais, minerárias e de infra-estrutura, bem como promover e realizar estudos e pesquisas sobre a poluição e qualidade do ar, da água e do solo”. <http://www.feam.br/>, acesso em 26/11/2008.

parque, e não pode fazer terraplanagem... A prefeitura que fez a terraplanagem lá! Como é que o prefeito manda fazer uma terraplanagem pra mim, sendo que é ilegal? Falei isso em Belo Horizonte... Quem tinha que saber melhor que era proibido fazer terraplanagem seria o prefeito, não eu! Como é que ele manda? Não só pra mim, pra todo mundo ele manda. Falo tudo isso daí do fundo do coração, eu passei vários sofrimentos... Estou recorrendo das multas. A verdade é que multa, até agora, eu não paguei nenhuma. Eu tenho documentos da Procuradoria da República, provando que foi arquivado o processo. Estão aqui, vou até acender a luz pra senhora ver melhor. Viu só, foi arquivado, tudo arquivado. Mas só que eu reflorestei muito mais do que estava. Eu dei pra terra mais do que ela tinha.

Hoje, fazemos tudo certinho. Nem lixo aqui a senhora vê. A senhora não acha um saquinho plástico em redor da minha oficina. De tarde, todos os lixos vão para o tambor de lixo. Faço essas coisas agora pelas informações que recebi. O pessoal do Matutu, mesmo, tenho muita amizade com o Paulo Machado, o Rômulo... Eles explicaram pra mim que a lei é essa, que não pode jogar lixo, saquinho plástico. A gente vai ganhando espaço e vai documentando também as coisas. Gosto muito de documento. E gosto muito das fotos. É na palavra e na foto que se fala. Na caneta que se documenta. Na língua não documenta.

O Ibama e o IEF não forneceram nenhuma orientação. Tudo que sei, foi através de amigos. Depois das multas, que alertaram todo mundo, já teve várias reuniões na Casa da Cultura, e várias palestras explicando. Eu participei de várias palestras na Casa da Cultura. E relatei em várias palestras por que as multas só saem pra alguns, não pra todos. Tem uns folhetinhos falando sobre essas coisas de lei ambiental que ajudam muito porque educam o povo. Antigamente, não se via uma caça, uma pesca... Hoje, até onça tem. Cachorro do mato, codorna, ninguém caça mais, ninguém tem pássaro preso na gaiola mais. Não tinha canarinho aqui, o povo pegava, levava pro Rio, pra São Paulo, para vender. Hoje não fazem mais isso. Melhorou muito essa parte. A cidade também melhorou. Antes, o lixo era tirado na carrocinha de burro. Hoje tira no caminhão, com sobre grade, e não está cabendo. Hoje tem o lixão, fizeram um buracão, jogam o lixo lá, depois de uma certa época a máquina vai lá e entope aquilo tudo. Não é o certo. Mas não tem outro caminho... Nós sabemos que jogar a rede de esgoto no córrego da cocheirinha não é o certo. Mas não temos outro caminho.

Educaram muito o povo. A Lena, da Casa da Cultura, principalmente. Hoje, para queimar um campo, ela tira Guia. Quem não tirou, Florestal vai lá e multa. A minha garagem tem um galpão que é cheio de pardal. Eles sujam os carros, sujam tudo. Até a Florestal falou para eu dar tiro de chumbinho. Eu não posso fazer isso, sabe por quê? Se eu der tiro de chumbinho neles e alguém me vê, eles me denunciam e a minha moral vai cair. O que eu faço, de vez em quando, é jogar umas bombinhas, dessas que as crianças usam. Jogo 3, 4 bombinhas e espanto os pardais, que vão arrumar moradia em outro lugar. Mas eu, matar, não, de jeito nenhum... Não tenho um pássaro preso, não caço... O que eu posso fazer pela natureza, eu faço. E provo. Pode perguntar, eu brigo dentro da cidade inteira, em qualquer lugar.

Sargento Martins – Aiuruoca, 24 de março de 2008

Eu sou de Lavras, perto de Três Corações. Eu me formei soldado e fui pra Carvalhos, fiquei dois anos, e depois vim pra cá em 1990. Já recusei o título de cidadão aiurocano duas vezes... Ou três, nem sei mais... Eu recusei porque considero que sou daqui, então eles tem que dar esse título pra quem é de fora!

Aqui nós somos da Polícia Militar, que estendeu um braço para cuidar do meio ambiente. Já tinha o bombeiro e o policial rodoviário, e então a PM começou a desenvolver um trabalho voltado ao meio ambiente. É um trabalho conveniado com o Ibama, em nível federal, e com a SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais). Aqui nós temos a APA (Área de Proteção Ambiental) da Serra da Mantiqueira. Todo o trabalho que é feito dentro da APA é em convênio com o Ibama. Fora da APA é em convênio com a SEMAD. Era com o IEF (Instituto Estadual de Florestas), mas a SEMAD englobou isso tudo.

Antigamente, a preservação ambiental era mais no sentido florestal. Hoje mudou, porque o meio ambiente é muito amplo, então a gente trabalha com fiscalização de postos de gasolina, caça, pesca, queimada, garimpo, enfim, toda e qualquer ação ligada ao meio ambiente. Aqui, no caso, a gente trabalha com sete municípios, numa área total de 2.408 km². Somos apenas quatro, então são 602 km² pra cada um de nós olhar. Ou seja, é humanamente impossível, mas a gente tem um trabalho bem feito, tanto a parte de fiscalização quanto a parte de educação ambiental. A gente trabalha fazendo palestra, também. Eu faço um trabalho particular com crianças, desde 1994, que de início é ensinar futebol, mas a gente acaba inculcando outras coisas. Eu brinco com eles, “não precisa ser bom de bola, tem que ser homem”. E a idéia da gente com escola também é essa, agora no dia 14 de março fizemos uma palestra em Seritinga, para ensino fundamental e médio.

Mas voltando às nossas funções. Nós estamos trabalhando com o IGAM, que é o Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Estamos fazendo todo o cadastramento das propriedades rurais da comarca. É difícil, são todas as propriedades, a pessoa tem que preencher quatro folhas, tudo pra saber como é que está sendo usada a água, onde ela nasce, que tipo de tubulação existe, é trabalhoso. Mas ao mesmo tempo eu considero uma coisa muito gratificante, porque o tempo todo você está em contato com a natureza, só lugar bonito...

O povo da nossa região é um povo muito bom, muito educado, muito respeitador em todos os sentidos. As infrações que a gente encontra aqui, de meio ambiente, normalmente são de pessoas de fora. O nosso povo, o povo do Matutu, os nativos, aqui, se eles exploram, exploram de uma forma mais sustentável, algo que a pessoa precisa mesmo, ali, que ele utiliza. A gente lavra muito auto de infração, e a maioria é mesmo do pessoal de fora. Não turista, mas gente que veio, adquiriu terra aqui e cortou, desmatou, degradou... Hoje a moda é plantio de eucalipto, então estava ocorrendo muito desmatamento por causa disso, a gente conseguiu fechar um pouquinho. A exploração de candeia, também, que aqui é muito comum, tem pessoas de fora que mexem com isso e a gente já conseguiu dar uma travada nisso aí,

diminuiu muito. Era em Carvalhos que estava ocorrendo muito, mas é um ponto que diminuiu bastante.

Na nossa região ainda tem muito caçador, acho que a maior dificuldade que a gente tem é de pegar o caçador e o pescador que utiliza rede, porque ele tem uma vantagem muito grande, já que nós somos visualmente identificáveis. A gente aparece de viatura e eles nos vêem de muito longe, normalmente a caça é a cavalo, num local mais alto, então o infrator vê a gente e foge, é praticamente impossível chegar sem ser visto, dar um flagrante, então parar o crime ambiental é mesmo muito difícil. Mas dentro do possível a gente faz tudo o que pode, a gente dá palestra, conversa com criança... De cada 20 com quem a gente fala, se puder trazer dois pro nosso lado, já é mais dois pra divulgar a sua idéia, não é?

Aiuruoca até que não tem muita infração ambiental, não. O maior índice que a gente tem é Carvalhos, Bocanha de Minas e Liberdade, são as três que a gente tem mais problema com relação a meio ambiente.

Existe o pequeno agricultor que desrespeita a lei ambiental por falta de instrução, mas é em menor proporção. E quando ocorre, é como eu te falei, ele comete a infração, mas é dentro da necessidade dele. A legislação é muito ampla, e os valores de multa são variáveis, então você tem a possibilidade de poder aplicar a multa dentro da realidade da pessoa e dentro do tamanho da degradação que ela fez, lógico. Tem uma série de atenuantes e agravantes que a gente tem que levar em consideração quanto vai lavrar um auto de infração. Se for reincidência, a gravidade, o grau de instrução do infrator também é avaliado, tá tudo aqui na legislação que a gente leva na viatura, tem uma série de itens ali que você tem que avaliar quando vai lavrar um auto de infração.

Você quer ver uma coisa que eu falo muito, e que é verdade? Os que se dizem ambientalistas estão sempre cometendo infração, ele acaba de conversar com você aqui, faz uma denúncia, que está acontecendo isso e aquilo, e às vezes a coisa nem é do tamanho que ele imagina, que ele está passando pra você. Pois ele acaba de conversar com você, e ele está fumando e joga o cigarro no chão. Isso, claro, não são só os ambientalistas, tem muita gente que faz isso.

Com relação ao trabalho que eu faço, desde 1994... É que eu sempre gostei de jogar futebol, sempre joguei. Eu vim pra cá em 1990, e em 1994 eu tive a idéia de treinar crianças. Avisei alguns, fui pra quadra, comecei com 6, 7... Hoje, considerando adulto e criança, tem em torno de 80, 90, só eu treinando. A criançada do começo eu não abandonei, não. Eles eram pequeninhos em 1994, foram crescendo, hoje estão adultos e eu continuo treinando eles do mesmo jeito, e continuo com as crianças, de 8 até 14, 15 anos. É gostoso, é um ritmo bom, eu faço um estilo meio militarizado, sabe? E aí eles gostam... Meu filho treina lá também, é importante isso... E tudo dentro do que eu falei, daquela idéia de ser homem. Eu comparo muito com o seguinte: se começar a treinar comigo e der continuidade, pode não ser hoje um grande jogador de futebol, mas ele trabalha, é um servente de pedreiro, trabalha numa loja... Os que iam treinar e viam que a disciplina era meio rígida, esses iam, paravam um mês, iam, paravam dois meses, apareciam uma vez por ano ali, e não deram continuidade. Muitos, claro, são bons homens hoje, mas muitos que escorregaram por aí não deram continuidade lá. Muitas vezes eu falo isso com os meninos durante o treino mesmo, “lembra daquele menino

que treinava aqui, que hoje está mexendo com droga? Então, ele não vinha treinar. Veio, sentiu que não era bom, e tal...”. Mas é uma coisa que eu gosto muito de fazer. Eu não estou tendo é tempo pra me dedicar a eles, não... Porque você viu, 3 homens trabalhando na parte operacional, um na parte burocrática o dia inteiro, então fica complicado, né? E problema de meio ambiente tem o tempo todo em todo o lugar. Quando começa a queimada, a gente trabalha com as outras coisas e também com a queimada. Acabou a queimada, tem época de pesca, é muito problema com beira de rio, pessoal pescando com rede... Caça, é praticamente o ano todo.

A maioria das infrações é do pessoal de fora, mas tem infrator daqui também, e aí é onde entra o pequeno agricultor. Aiuruoca tem aquela cultura antiga de fazer tudo igual. É como queimada, “meu avô queimava, meu pai queimava, então eu também vou queimar”. É difícil você tirar da cabeça das pessoas esse negócio de tradição, de costume. Acho que é o pior problema que a gente tem. Quando chega a época de queima a gente já vai ficando preocupado, no ano passado nós tivemos um incêndio florestal muito grande aqui, em Liberdade, chegou a atingir 3 propriedades, mas isso vem dessa cultura mesmo, de fazer as coisas como o avô e o pai faziam, e a pessoa nem sabe o malefício que está trazendo. Com esse cadastro da água que eu falei também é difícil. A gente chega fardado, com a viatura, a água nasce dentro da propriedade do cidadão, você diz que precisa fazer um cadastro das águas, aí fica aquela coisa de “ai, meu Deus, a água é minha, agora eu vou ter que pagar”... E a gente diz que ele não vai ter que pagar, não, é só um cadastro pro IGAM, a gente explica tudo pra pessoa... Mas aí o pessoal fica cabreiro, são 4 folhas pra preencher, dando informação de diâmetro de cano, quanta água que ele usa... O cara vai pensando: “eu vou ter que pagar isso também?”. É complicado, como é que você põe isso na cabeça dele, que é só cadastro, só coleta de informação? A gente tem que saber conversar, tentar explicar... Felizmente a gente não tem sido muito rejeitado em relação a isso, não.

Caça também tem. Diminuiu, a gente percebe que diminuiu, mas ainda tem gente que caça. E vem gente de fora, parece que em Cruzília tem bastante gente que gosta de caçar, acho que o principal aqui é gente de Cruzília. Eles caçam paca e capivara, que eles abatem pra comer. E tem uma tal de corrida ao veado, onde os caçadores vêm com cavalos, cachorros... Dizem eles que é só por fazer, que é bonito, tal, mas é crime, porque é perseguição a um animal, além de que o animal está correndo e então está sujeito a cair num buraco, se machucar, morrer... O cachorro vai chegar bem antes que os caçadores lá onde está o veado, e é capaz de matar, então é crime, sim. A gente conta mais é com denúncia da população pra poder combater. Mas é como eu falei, é humanamente impossível... Ontem nós estávamos em Carvalhos o dia todo, saímos muito cedo, quatro horas da manhã, e retornamos aqui era mais de oito da noite. A gente estava cobrindo uma área X lá em Carvalhos. Mas e as outras áreas de Carvalhos? E as outras de Aiuruoca, da região toda? Então, a gente tem que contar com a sorte. Tem bastante denúncia, tem um telefone que a gente deixa à disposição, quando a gente faz palestra a gente incentiva pra que eles denunciem, tanto pra nós quanto para o policiamento da cidade, que avisa a gente através de comunicação por rádio, porque telefone é ruim de pegar em alguns lugares por aqui. Mas mesmo assim eu acho que a gente tem conseguido, pelo menos eu tenho ouvido mais elogios do que críticas, isso é importante. “Ah,

aumentou passarinho, aumentou bicho, a floresta está mais preservada...”. Pelo menos é isso que a gente tem ouvido.

Esse trabalho com o meio ambiente existe faz tempo, desde que eu era garoto, não sei te falar certinho há quanto tempo existe em Minas Gerais. Aqui em Aiuruoca, desde 1988, 1989, acho que por essa época a Polícia Ambiental foi instalada aqui. Tudo é dividido em grupos, no Estado de Minas Gerais todo. No caso da nossa região, nós pertencemos a Lavras. Lavras é uma companhia, falando nas ramificações da Polícia. São Lourenço é um pelotão e nós somos subordinados a esse pelotão. Então tem Itamonte, que olha X cidades, tem São Lourenço mesmo, que olha X cidades, nós, aqui, com 7, e Andrelândia, que estava com 6 e ganhou mais duas de presente e foi pra oito.

Essas palestras que eu falei, a Polícia já faz há muitos anos. O meu antecessor não gostava muito disso, não, mas cada um tem um estilo, eu já gosto. Gosto mais de escola, porque associação de produtor rural tem poucas, e eles se reúnem com muito pouca gente. Mas na escola, você passando pro menino, pro aluno, ele com certeza vai levar pra casa aquilo lá e vai puxar a orelha do pai dele, “ó, pai, tá errado isso”, e um puxão de orelha do filho dói mais que uma canetada nossa.

Tem que ter bom senso. Eu crio canário belga, que é permitido. Ele não consegue sobreviver fora da gaiola. Eu estou indo até de encontro a algumas coisas nossas, acho que pode ser até ilegal, mas não é imoral. Vou explicar: aqui, a região é muito pobre. Às vezes, quando você chega na casa de uma pessoa e tem um, dois pássaros só, aquela coisa de cultura rural, de ter aquele pássaro ali, é crime. E o que a fiscalização manda fazer: manda dar um auto de infração pra pessoa, são R\$ 500,00 cada passarinho. E R\$ 500,00 pra uma pessoa que ganha R\$ 300,00... Então, existe dentro da legislação uma coisa chamada entrega voluntária. Só que a entrega voluntária funciona assim: você tem que me procurar. Mas a gente, mesmo assim, faz uma troca, “você solta o passarinho que eu vou te trazer outro que pode ter”. Aí, quando ocorre isso, que é uma pessoa muito pobre, muito paupérrima mesmo, ele solta e depois de um certo tempo eu vou lá e dou dois ou três dos que eu crio pra ele. É uma iniciativa minha, claro, nem teria como a Polícia fazer uma coisa dessas. Mas o intuito é esse mesmo, uma troca, quando a pessoa não tem mesmo condição de pagar uma multa. Você vai dar um auto de infração pra uma pessoa que não tem nem o que comer?

Mas as palestras, a gente correu atrás disso, aqui em Aiuruoca. A gente fez transparências de vários assuntos, tivemos a doação de uma televisão e um videocassete, a gente pede pras pessoas, se tiverem fitas sobre meio ambiente, pra doar pra gente, e assim a gente vai tentando incrementar de alguma forma. Na época em que nos deram a televisão, foi um rapaz de São Paulo que tem um terreno em Seritinga, ele me perguntou se eu não queria um DVD, e eu disse que era melhor que um videocassete, com certeza, que o videocassete já estava obsoleto. Mas eu tenho muita fita, aí como eu passo pra DVD? Naquela época, faz uns 3 anos que ele fez a doação, a gente tinha muita fita e eu não me lembro de alguém que fizesse a conversão, mas futuramente, quem sabe a gente consegue um DVD.

A primeira palestra que eu fui fazer com essa televisão, foi interessante, porque é uma televisão pequena, tem o quê, 20 polegadas? Nós estávamos em Coqueiros. Quando aparecemos com a televisão, um menino lá da Fazenda Santa Tereza disse assim: “olha só que

tamanho de televisão!”. Talvez nem televisão ele já tivesse visto... Aqui tem muito disso, população que está bem isolada, aqui na região mesmo... Nós fomos lá em Mirantão, pros lados de Bocanha de Minas, é divisa com Rezende, no Rio de Janeiro... O comandante daqui, na época, aqui do policiamento da cidade, levou uma caixinha com gelo, não lembro por que, mas eu sei que um menino lá veio, viu o gelo, pegou... Nunca tinha visto gelo! Foi o que, em 1989, 1990... Hoje é claro que já evoluiu muito, mas ainda tem muita gente parada no tempo aqui na nossa região.

Além do trabalho com meio ambiente que a gente tem que fazer, a gente participa do trabalho de segurança pública o tempo todo. Já ocorreu da gente encontrar pessoa morta, com tiros, lá em Bocaina, na divisa... Aí tem que tomar as providências, isolar o local, chamar a perícia... Nesse dia, nós chegamos às 5 horas da manhã... E fomos sair de lá às duas da tarde, do local do crime, porque até chegar a perícia e tal... Assalto a caminhão ocorre muito aqui, assalto a banco... Ainda bem que tem poucos bancos! Mas teve um em Alagoa, teve um em Serranos, há alguns anos... Assalto a caminhão de gado... Então a gente participa do cerco, da perseguição, e isso toma um tempo, também, a gente deixa de fazer o serviço ambiental... Lógico que é com prazer que a gente faz, na verdade é um ajudando o outro. Nós tínhamos um quartel inteiro, aí o pessoal da segurança pública estava sendo despejado e nós cedemos lugar pra eles. Ficamos com uma sala, que eles são em mais pessoas. Mas foi importante a vinda deles pra cá, porque assim sempre tem alguém aqui que recebe uma denúncia pra nós, repassa pra gente, o material que fica aqui sempre tem alguém vigiando, então a gente vai se ajudando mutuamente.

Quanto àquela ação do Ibama em 2002... O estopim daquilo foi uma infração ambiental muito grande ocorrida aqui na Serra da Canjica, em Baependi. Foi uma abertura de estrada, uma série de coisas lá, que geraram a vinda do Ibama, do próprio IEF, da Polícia Ambiental, da Polícia Federal... A Polícia Civil eu não me recordo de ter participado dessa ação, não. Mas foi sob gerência do Ibama, mesmo. E foi impactante, sim, porque teve helicóptero, viaturas de todos os órgãos o tempo todo, aí gerou essa coisa toda... Lógico que o comentário foi grande. Eu acredito que depois disso aí houve uma preocupação, sim, em se informar mais e melhor, e cuidar mais do meio ambiente... Acho que melhorou, no meu entender melhorou... Tem que ter um “chacoalhozinho”, porque senão não funciona. Uma área tão grande pra fiscalizar... A gente faz uma operação por ano aqui, que a gente chama de Operação APA. O helicóptero vem, plota os pontos com GPS durante o sobrevôo, e depois a gente vem com 8, 10 viaturas, por terra, num dia, e vai vendo se tem autorização. Se tem, ótimo. Se não tem, é auto de infração... Isso é uma coisa que, quer queira, quer não, ajuda também a distribuir informação. Hoje a gente vê muito mais as pessoas ligando aqui, parando a gente na rua, até mesmo quando a gente tá de folga, ligando na casa da gente pra saber como tem que fazer, qual órgão tem que procurar... Houve uma melhoria, uma busca por informação. A intenção daquela ação não era essa, era específica por conta da estrada, mas depois foram descobrindo uma série de outras infrações... Na época o gerente do Ibama direcionou a ação pra outros lugares, vieram uns agentes de outros lugares, então foi feito uma série de autuações, durante vários dias, lá na Serra da Canjica acho que foi uns 5, 6 dias... Então, no meu entendimento, houve uma melhora grande em relação a essa procura de

conhecimento, e a própria conscientização da população, que é como eu te falei, o pessoal da região já não comete tanta infração como antes. Se toda ação tem uma reação, essa foi uma boa reação. Antes de 2002, nunca tinha havido uma ação desse tamanho, mas a gente tinha essa nossa operação que eu te falei, a Operação APA, isso sempre existiu. Mas uma operação com tantos órgãos participando... Chegou a vir secretário do meio ambiente, não sei se o ministro chegou a vir, não sei se o José Carlos de Carvalho era o ministro na época... Veio procurador do meio ambiente, veio televisão, então foi uma coisa grande mesmo. A pessoa que abriu a estrada atingiu vários pontos que tinha água, e água é área de preservação permanente. Outro detalhe, não sei ao certo, mas tenho quase certeza que lá dá mais de 1.800 metros de altitude. Área de preservação permanente também. Não toda a estrada, mas parte dela. Porque quando chega um pouco acima da Cachoeira dos Garcias já vai chegando próximo a 1.800 metros, e ele tá bem acima lá. E o Parque (do Papagaio) é dentro da APA (da Mantiqueira), e na época me parece que o Ibama considerou tudo como APA ali, porque o Parque não estava delimitado ainda, não estava bem esclarecido. E como não havia autorização... Pra se construir uma estrada tem uma série de normas, tem que ter um projeto, pra onde que vai a água da chuva... Eu não participei da autuação, mas parece que não tinha nenhum critério, foi cortada mata pra abrir a estrada, inclusive as árvores foram colocadas abaixo, num lugar escondido, então teve uma série de infrações. O valor da multa foi bem alto. E foram infrações que a pessoa sabia, porque é uma pessoa bem esclarecida. A ninguém cabe alegar desconhecimento de lei, e nesse caso foram pessoas esclarecidas, com certeza. Até foi um ambientalista, inclusive...

Se quiser utilizar essa ação de 2002 como um divisor de águas, pode, mas as coisas vêm acontecendo numa somatória dos anos, não foi somente por isso, não... Deixa eu puxar a sardinha pro nosso lado: em especial acho que a nossa participação foi construindo um resultado, esse contato com a população que a gente tem, as próprias autuações que a gente lavra, “opa, fui autuado por isso”, e aí a pessoa fica atenta, “esse tipo de coisa eu não posso fazer”. Alguém numa palestra ouviu alguma coisa, e passa pra frente... E aqui tem várias pessoas que ajudam, eu considero o pessoal da Casa da Cultura, eles têm bons projetos, é um pessoal ecologicamente educado, eu particularmente só tenho visto coisas boas.

Eu acho que a gente está num patamar razoável, tem muita coisa pra melhorar mas estamos num patamar razoável. Há 3, 4 anos, nosso trabalho era muito precário. Hoje, a dificuldade que a gente tem é de efetivo, é pouca gente, mas o Governo de Minas tem nos fornecido viaturas muito boas, combustível não falta mais... Agora temos dois computadores, um vai trocar, vão mandar um novo, então as coisas vão acontecendo. Tem internet direto... A respeito de comunicação via rádio, parece que vai melhorar, então meios pra trabalhar a gente tem, com certeza. Tá faltando só mandar mais uns 3 ou 4 pra trabalhar aqui.

Marco Túlio – Aiuruoca, 24 de março de 2008

A senhora pode ver aqui nessa manchete do jornal “Panorama Sul Mineiro, de 15 de setembro de 2002: “Chefe da APA da Mantiqueira assusta homem do campo”⁵². Tudo que aconteceu a senhora vai encontrar aí. Essa matéria fala do caso em geral, do que aconteceu, mas fala que quando eu fui dar a entrevista não saía a voz... Nossa, a senhora não imagina o que nós passamos aqui na mão desse pessoal do Ibama. Depois tem uma outra matéria aqui que também fala dessas coisas, que é responsabilidade deles. E tem aqui um documento, que eu vou entregar pra senhora, que é a defesa que eu fiz, explicando os motivos da minha revolta, também tem uma carta que eu mandei, tem o parecer de um professor de Direito Ambiental também, dizendo claramente que eles deveriam ter orientado a população, que não poderiam ter feito o que eles fizeram aqui⁵³. Fizeram um verdadeiro massacre aqui em cima da gente. Ou seja, foi um ato de irresponsabilidade – eu sei que isso está sendo gravado – do chefe da APA da Mantiqueira, eles pintaram e bordaram em cima da gente aqui da zona rural. Transformaram a gente em bandido.

Para a senhora ter uma idéia, esse chefe da APA, depois, foi exonerado do Ibama porque o Ibama concluiu que ele não estava procedendo corretamente. Agora, segundo informações que eu tenho hoje, essa mesma pessoa que fez tudo isso com a gente foi um dos maiores responsáveis por desmatamento aqui da área da APA da Mantiqueira. Ele está fazendo uns projetos... Como ele tem gente ligada a ele lá dentro do Ibama, ele está facilitando planos de manejo. Aquela região tem muita candeia, então ele está facilitando, e cobra muito caro do pessoal, cobra coisa de R\$ 20.000,00, um negócio assim. Pra facilitar. Então, segundo essas informações, hoje ele está morando em Baependi, aliado a um escritório especializado na área, e ele veio na época aqui só pra nos perseguir. Não sei se ele seguia alguma orientação política, mas eu sei dizer que ele trouxe um problema pra nós dum tamanho que a senhora não imagina. Eu hoje estou com o meu nome sujo, não tenho mais condições de ter nada na minha vida, porque colocaram meu nome na dívida ativa, estou respondendo um processo durante 12 anos, quer dizer, vai prescrever em 12 anos, e eu vou ter que continuar brigando, porque não é meu objetivo assumir um crime que eu não cometi. Porque, de acordo com a legislação, eles deveriam orientar a população, é clara a legislação. Eu estou batendo nessa tecla e vou bater nem que seja no Supremo Tribunal Federal. Porque eu não vou assumir mesmo, em hipótese alguma! Porque eu não sou criminoso, eu não cometi nenhum crime ambiental, eu não fiz nada contra a natureza. Eu fiz uma terraplanagem porque eu fiz uma casa pra eu morar lá! E a terraplanagem foi feita com uma máquina da prefeitura! Porque eles tinham interesse em pegar a terra e usar pra colocar num atoleiro que ninguém passava. Aí tiraram uns 60 caminhões de terra e jogaram lá no atoleiro. Eu falo isso no processo do Ibama e ninguém tá nem aí... Na época, segundo eles, deveria ter uma autorização do Ibama porque o terreno está dentro da APA da Mantiqueira. Mas eles são mentirosos. Eu vou falar pra senhora, eu sei que está sendo gravado, mas eles mentem

⁵² Uma cópia da matéria encontra-se no Anexo C.

⁵³ Trata-se de trecho do livro *Direito Ambiental*, de Paulo de Bessa Antunes (6. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002). Cópias desse “parecer” e dos outros documentos citados por nosso colaborador encontram-se no Anexo D.

vergonhosamente. Mentiram que eu tenho um poço de criar peixe, que não é verdade, porque não há a menor possibilidade de criar peixe num poço com a quantidade de água que tem lá. Isso eu não tenho certeza, mas eu tenho a impressão que eles mentiram lá na justiça dizendo o seguinte: que eu estou dentro da APA. Eu não estou dentro da APA, eu entendo assim, porque de acordo com a legislação, a obrigação deles era marcar onde é a APA, pra gente ficar sabendo! Mas como ninguém marcou, e até hoje está correndo na justiça isso, nem o policial que me autuou, no último depoimento que eu tive na justiça, ele não sabia definir! Então o próprio processo está contestando as barbaridades que eles fizeram lá. Nem eles sabem direito, então o camarada lá, o chefe da APA na época, mandou autuar todo mundo considerando a rodovia. Da rodovia pra cá. Agora, eu posso estar numa área adjacente à APA, mas é mentira eles dizerem que eu estou na APA. Então a APA tem que esclarecer a justiça, pra que a justiça seja feita com rigor. Depois que eu estudei, porque eu comecei a estudar as leis, aí eu aprendi o seguinte: que o que marca a APA é o divisor de água, então o meu terreno está pra cá do divisor de água. Existe uma área adjacente de 9 km. que também é considerada como pertencente à APA, mas lá na justiça eles tinham que esclarecer esses detalhes. A primeira obrigação deles era marcar, definir a área, fazer a consulta pública, conforme diz a legislação, pra depois fazer qualquer tipo de procedimento ou pronunciamento. Eu entendo assim, e o parecer do professor de Direito Ambiental também pensa da mesma forma. Não sou eu, é o professor de Direito Ambiental! Ele pensa o seguinte: que se o Estado não cumpre a sua obrigação na área de esclarecimento, como é que ele vai punir uma pessoa? Infelizmente, nós estamos caminhando hoje, nesse país que está essa vergonha que a senhora está vendo, por causa disso aí, porque tudo o que é competência do governo, pra ele esclarecer a população, orientar, educar o povo, eles não fazem os procedimentos. E depois querem multar as pessoas! Querem arrecadar dinheiro! E o chefe da APA na época, ele esteve aqui, arrogante, ameaçando as pessoas, com policial da Polícia Federal com metralhadora, como se a gente fosse bandido!

A senhora vai levar um depoimento meu. Eu já tinha feito a terraplanagem, e quando eu vi a situação, eu fiquei tão apavorado que eu corri lá em Itamonte, que é mais de 70 km. daqui. Eu corri lá pra tentar fazer um registro, ver se eu conseguia, mas cheguei lá e me trataram igual um cachorro, lá. Eu fui tão mal tratado, me receberam com tanta má vontade lá, que eu peguei e vim embora, fiquei lá a tarde inteira e vim embora. Me senti um camarada atordado, totalmente desorientado.

Como aconteceram as multas: veio esses carros da polícia e foram pegando as pessoas. Aí pegou o seu Dirceu, lá, e assim foi. Eu tava lá em Itamonte, e não consegui nada. Aí passaram uns dias e me chamaram aqui na delegacia florestal. Eu me senti até mal, o policial me deu café, me senti mal do susto que eu levei. Porque pra eles não é nada, mas pra mim, R\$ 5.000,00 era muito dinheiro na época, eu não tinha condição de pagar. Eu não me importaria de pagar se eu tivesse cometido um crime, se eu tivesse ciência disso, eu ia tentar arrumar dinheiro pra pagar, mas eu não cometi crime! Por que eles não cumpriram a parte deles? A obrigação é deles, eles têm que orientar a população.

Eu pelo menos não passei pelo constrangimento que passou o seu Dirceu, que chegaram lá com metralhadora e tudo. Quando me chamaram na delegacia, deixa eu explicar

pra você, o pessoal da Florestal foi até delicado comigo. Como aconteceu: eles me chamaram lá. Me falaram que eu tinha sido multado em R\$ 5.000,00. Eu levei um susto tão grande que eu comecei a ficar doente. Aí comecei a me sentir mal, o policial me deu um café, ele percebeu que eu não estava legal, porque eu tinha ficado apavorado, quando eu vi o estardalhaço, aí eu pensei, “nossa senhora...”. Porque eu comprei o terreno lá pra eu fazer uma casa, pra eu morar na minha velhice. Não foi pra destruir nada. Eu não sou nenhum bandido. Eles é que nos transformaram em bandidos.

Eu fiz a terraplanagem, até ia levar a senhora lá pra ver mas hoje não vai dar por causa da chuva⁵⁴. Eu fui lá ontem e a senhora precisa ver o estado da estrada. Se a senhora estivesse no carro a senhora ia ver, porque lá não tem estrada, acabou a estrada, tem praticamente muito pouca estrada. O problema é que, depois da chuva, tem que esperar uns dois dias pra secar. O carro, pra a senhora ter uma idéia, a gente desce, ele desce automaticamente, não tem controle nenhum. Chegou lá em cima, soltou o carro e ele vai descer até lá embaixo. Ontem me deu até pavor na hora de descer. A chuva me pegou lá ontem, que eu estava lá trabalhando.

Só pra completar, eu considero que esse pessoal do Ibama, não estou dizendo hoje, mas na época, e o presidente do Ibama, esse pessoal todo, eles não estão preparados corretamente pra trabalhar num serviço desses, porque o que acontece: eles não podem, por exemplo... Eu fiz defesa aqui, apelei para o presidente do Ibama, “pô”, como é que os caras tem consciência... Mandeí o parecer do professor... Como é que eles vão multar a pessoa sem eles cumprirem a parte deles? A lei é muito clara, sem a pessoa saber, sem a pessoa ter conhecimento, como que a pessoa... Se eles não dão educação pra pessoa, como é que a pessoa vai saber o negócio? Agora a lei é clara, se a lei não dissesse nada, aí eu era um criminoso, tinha que aceitar, abaixar a cabeça e ficar quieto. Mas a lei é muito clara, a lei diz que para criar uma APA eles têm que fazer o que manda a legislação! Então eu não vou me transformar num bandido porque eu não posso assumir! Fizeram uma proposta pra mim, pra eu assumir o crime e pagar com horas de serviço, mas eu não quis porque se eu aceitasse isso aí, aí que eu ia pirar mesmo da cabeça, porque eu não tenho esse princípio, eu tenho ética, eu tenho moral, eu não vou fazer uma coisa contra a minha moral, contra a minha dignidade. Se eles não têm lá moral, ética, que é uma coisa muito séria... Eu fui educado de uma maneira diferente. Eu não posso assumir um crime que eu não cometi. Se o Supremo Tribunal me condenar como criminoso, eu vou andar de cabeça erguida porque eu sou consciente que eu não cometi. Eu vou à última instância, mas eu quero que seja feito dessa maneira. Eu jamais iria fazer qualquer coisa lá se eles tivessem me dado orientação. Eu não tenho interesse nenhum em prejudicar um lugar onde eu vou morar! O nome do sítio lá é São Francisco, eu sou amante da natureza! É tudo o inverso! Quando minha mulher comprou o terreno da mãe dela, como no terreno o pessoal catava, cortava a mata lá, roubavam à vontade, eu fui obrigado a botar o terreno no meu nome. O terreno é da minha companheira, mas o que que acontece: a placa que está lá, eu botei como se fosse meu pra espantar os bandidos. Tinha gente que ia caçar paca lá, uma série de coisas, e hoje não tem mais nada disso, todo mundo

⁵⁴ Vale mencionar que a vontade de provar sua honestidade era tamanha que Marco Túlio nos levou até o terreno naquele dia mesmo. A foto que consta da Figura 6 foi tirada nesse dia.

tem medo, porque sabem que eu também sou bravo! Pessoal sabe que pode tirar uma lenha por lá. Inclusive tem um lugar que eles avançaram na mata e eu botei uma placa lá na frente!

Eu implorei pro pessoal do Ibama, porque se eu tenho uma terra e nessa terra eu não posso fazer nada, então pra que que eu vou querer a terra? Eu não tô desmatando, já fiz a reserva legal, tá tudo documentado, não tem processo de erosão nenhum em volta. Tem só a terraplanagem, que foi feita, mas hoje tem uma casa que está sendo construída devagarzinho, quem tá construindo a casa sou eu mesmo. Eu sou o pedreiro, eu sou o servente, eu fiz a planta da casa, mas eu fiz porque eu não vou destruir a natureza lá. Eu ia fazer um negócio bem feitinho, mas como eles me criaram essa problemaiada danada... Já era pra estar pronto lá, eu queria plantar frutíferas, pra atrair passarinho pra lá, uma série de coisas. Mas eles começaram a me criar tanto problema que ficou a obra parada. Eu fiz um barraco de lona lá, e um dia deu uma chuva tão forte que carregou o barraco, aí eu fui obrigado a fazer um barraco de tijolo... Eu toco a obra só na seca, mas sou eu mesmo que toco. Agora eu vou fazer um projeto, há pouco tempo o pessoal mandou procurar o pessoal do IEF pra fazer um projeto. Mas pra fazer o projeto tem que pagar o arquiteto, que é caro, e eu não tenho condição pra isso, só quando eu aposentar. Quando eu aposentar, se eu puder, eu vou contratar o cara, e aí faz um negócio bem feitinho. Mas o Ibama tá aí é pra proteger os ricos, não é pra proteger a natureza. Porque quem tem dinheiro, lá, todo mundo tá fazendo o que quer e o que não quer. Agora a gente que não tem dinheiro não pode fazer nada, fica com a terra inútil. Quem tem dinheiro tá fazendo, a prova tá lá, tem construções acima da minha construção, enormes. Não tô denunciando ninguém aqui, porque eles sabem, eles fizeram os procedimentos corretos. Só que pra fazer esse tipo de procedimento é caro, eu já consultei, é muito caro. Eu vou gastar dinheiro pra fazer um projeto lá, vão me cobrar 6, 7 mil reais. E como é que eu vou fazer? Se sou eu que estou construindo a casa, sozinho, de sábado e domingo, porque pedreiro custa caro... Eu vou fazer tudo direito, mas tem que esperar aposentar, porque aí tem o dinheiro da aposentadoria, e eu vou ter que continuar trabalhando, é o único jeito. Se eu tenho lá uma área de mais ou menos 360 mil m², eu não posso construir numa área equivalente a um prédio de 100 m²? Pra senhora ter uma idéia, no próprio barraquinho que eu fiz, eu fiz fossa séptica, fiz tudo bonitinho, não quero poluir nada, não quero estragar nada. Não é meu objetivo. O que eu queria fazer lá, por exemplo, eu tenho uma água que corre lá direto, tenho as minhas nascentes, e minhas nascentes são baixas. Então tem uma água encanada lá. Essa água, como está sendo jogada fora, meu objetivo era criar um poço pra mim, e aproveitar a água, depois que eu fosse morar lá, pra fazer um processo de irrigação natural pras frutíferas que eu queria plantar lá. Em vez de jogar a água fora, eu tô aproveitando ela diversas vezes, num sistema rotativo. Com isso eu estou gerando um benefício pra região, porque tem muito passarinho que vai beber água lá, eu queria criar uns sapinhos, sabe, criando vida no meio ambiente. Eu queria fazer o inverso do que eles estão falando que eu fiz. Vou mostrar umas fotos pra senhora. Olha só, o terreno é bonito, tem uma vista linda de lá. Eu tinha um monte de fotos, mas a maioria eu mandei pro Ibama, pro processo. Olha só aqui nessas fotos, pra não gerar processo de erosão, por causa da chuva, eu mesmo coloquei mata lá, gramei tudo, encanei a água. Essas fotos são da época da ação do Ibama. Olha os 3 poços que eles falaram que eu iria

criar peixe. A senhora acha que dá pra criar algum peixe aqui? Olha a máquina da prefeitura aqui nessa foto, a máquina que fez a terraplanagem.

Com relação a essa coisa de proteção ambiental... A única coisa que eu vou falar pra senhora que eu achei positivo, mas eu acho que não vingou, é a teoria do Lula de desmembrar o Ibama, porque eu acho que o pessoal do Ibama hoje, eles me tratam bem, mas eu acho eles arrogantes. Irresponsáveis e inconseqüentes, porque o que acontece: nós, nesse país, não podemos viver em função de uma autoridade ambiental, porque todo mundo precisa produzir alimento! O homem do campo tem que ficar no campo, e o Ibama vai expulsar o cara do campo! Eu acho eles arrogantes nesse sentido, são inconseqüentes, porque eles estão lá ganhando um salário bom, extraordinário, lá, como funcionário público, e quando aparece um trabalho... Por exemplo, eu tive uma resposta da carta que eu mandei pro pessoal do Ibama depois de 4 anos! Gastaram 4 anos e tanto pra eu ter uma resposta! Como é que uma pessoa vai viver na zona rural desse jeito? Se eu preciso cortar um pau, lá, um único pedaço de pau, eu vou cortar, mas se cai uma árvore lá, pra senhora ter uma idéia, hoje, eu tenho medo! Cai uma árvore lá e eu fico com medo de pegar a árvore, de aproveitar aquela madeira da árvore! Eles estão fazendo uma coisa totalmente errada. Isso é que contraria o meio ambiente, porque é o seguinte, eu tô fazendo posteação lá, de concreto. Tô falando pra senhora porque isso controla, porque a madeira seca é carbono. A senhora sabe disso. Agora o que acontece: um poste de concreto, pra gerar ele, eu tô gerando poluição. Eu podia pegar a minha madeira sequinha, lá, bonitinha, se fosse um processo mais simples, uma coisa com mais respeito ao homem do campo, poderia, claro, mas eu vou mexer com esse povo de que jeito? E por conta disso as pessoas acabam saindo da zona rural, tá acontecendo aqui, tá no jornal que eu dei pra senhora, esse que fala da reunião do Codema⁵⁵, a senhora vai ler, vai ver o pavor! No dia em que eu estava na reunião, tinha produtor rural que chorou, homem velho, de 70 anos, chorando de medo, de pavor de ter que sair da zona rural.

Depois, dessa época pra cá, eles não deram mais grandes problemas, não, mas quem entrou naquela história teve que pagar. Teve um senhor lá, um vizinho meu, chamado Joaquim Bernardo, que ele plantou uma roça de milho perto do córrego, coitado, a vida inteira ele fez isso, deve ter uns 80 anos de idade, aí o agente do Ibama chegou lá, multou e ele teve que pagar. Eles não recebem a educação que merecem. Eu tenho gente da família da minha mulher, que a gente conversa e percebe, é só falta de orientação, só isso, é falta de educação ambiental, mais nada. Tem que fazer uma campanha bem feita, uma coisa educativa, que o povo vai passar a respeitar. Em vez de estragar... Por exemplo, era moda antiga do povo aqui criar porco dentro da água. É só orientar ele, que é pra ele tirar o porco de lá, que ele pode aproveitar o adubo, uma série de coisas. Hoje eu tô sabendo mais das coisas porque eu estudei muito o assunto, pra tentar me defender. É que infelizmente, a senhora sabe, a gente tem que contratar advogado, o advogado, às vezes, não responde aquilo que a gente quer, e a gente não tem recurso pra contratar um advogado de São Paulo, do Rio de Janeiro, que custa uma fortuna... Então a gente tem que ficar pagando por isso tudo, a gente paga até pela pobreza da gente.

⁵⁵ Chefe da APA Mantiqueira assusta homem do campo. *Jornal Panorama Sul Mineiro*, 15.09.2002, pág. 17. Cópia parcial da matéria encontra-se no Anexo C.

Eu entendo o seguinte, eu vejo, por exemplo, que eu tenho parentes lá da minha mulher, eu vejo, então você pega o caboclo lá do mato, é matuto, então se você pegar e impor uma legislação sem fazer um processo educativo com ele, a senhora massacra ele! Tem que dar educação pra ele, tem que orientar ele. E a coisa pra ele é tradicional, ele acostumou com uma série de defeitos, por exemplo, a senhora vai chegar numa propriedade rural e vai ver o curral na porta da cozinha. A senhora já viu um negócio desses? Tá errado, mas em 80% das propriedades antigas aqui, a senhora vai encontrar isso aí, o curral tá na porta da cozinha, onde vai dar mosquito, uma série de coisas. Eles não tiveram orientação. Então se cabe ao governo dar uma orientação, é só orientar o povo, fazer um negócio bem feitinho, e não ficar querendo transforma o Ibama num órgão de arrecadação. É só isso que eles fazem. Porque os interesses, mesmo, do meio ambiente, não são defendidos, prova é o que tá acontecendo lá na Amazônia, que a senhora tá vendo. Eles desmatam pra tudo quanto é lado lá. “Ah, mas não tem, porque o pessoal não tá tomando conta...” Mas e quem tá autorizado? E o dinheiro que pode estar correndo por fora? Então tem que orientar o povo, tem que dar educação porque o próprio cidadão da zona rural... quem é que tá defendendo a Amazônia? Não é o matuto lá da Amazônia? Quem defende é quem mora! Eu também queria morar na zona rural, e aí eu poderia... Por exemplo, o nosso prefeito aqui, deviam ir atrás dele, porque ele passa a máquina nas estradas constantemente. Um erro gravíssimo! É um processo de deterioração dos rios, porque ele passa a máquina, e às vezes uma estrada que era boa, como a estrada que eu ia lá no meu sítio, há 5 anos atrás eu ia lá direto e a estrada era boa. Mas o que ele faz: pra ser mais simples, ele vai e passa a máquina, aí vai criando um processo de erosão dum tamanho que a senhora não imagina. Toda essa terra que ele vai gerando com a passagem da máquina vai cair no rio, vai entupir o rio... Então isso aí ninguém orienta, ninguém cobra nada. E criaram caso a toa em cima da gente. Eu fico revoltado porque eu pejei na época, fiquei doente... Passei mal pra caramba... Tive que fazer um tratamento caro... Quem pagou foi o governo, porque eu acabei sendo obrigado a tomar remédio de mil reais por mês, e tive que recorrer ao SUS porque eu não tinha condições pra isso. E tudo originado da forma como eles vieram abusando no procedimento com a gente.

Depois que houve esse procedimento, eu acho que o povo ficou mais assustado. Informado, não. A prova é que até hoje, se eu levar a senhora lá, a senhora vai ver que não tem marca da APA. Ou seja, eu continuo sem saber aonde é que é a tal da APA. Até a presente data eu estou na mesma situação. Conclusão: era obrigação deles informar onde é a APA! Eu quero saber onde é a APA. Eu liguei pro chefe da APA hoje, a pouco tempo, e ele diz que não tem condições de demarcar, mas a legislação não tá dizendo que ele tem que demarcar? Isso depois de 6 anos! Agora como é que eu vou saber aonde é a APA? Eu levei uma sobrinha, com um outro engenheiro, com aparelho de GPS... Por que eu estou falando que mentiram na justiça? A princípio eles diziam que eu estava no limite. Depois o procurador da justiça pediu pra eles confirmarem se eu estava dentro ou fora ou no limite, porque aí eu poderia alegar... E aí afirmaram que eu estava dentro do limite, mas afirmaram errado, porque eu levei lá essa sobrinha minha e ela fez um mapa lá na hora em que nós chegamos com o aparelho de GPS, que só de chegar lá no local a senhora percebe que a linha da APA é diferente, ela mostrou pra mim isso tudo lá. Eu estou respondendo por um crime

que, na realidade, eu não cometi. Estou arriscado até de pegar uma prisão aí, e por causa de quê? Por causa de irresponsabilidade.

Como eu, tem muitas pessoas, tem outros que pagaram a multa de medo, é muito comum aqui pra nós isso, o pessoal é muito medroso.

Hoje continua tudo na estaca zero. Não tem demarcação, nem plano de manejo pra educar o povo. O que aconteceu é que muita gente acabou mudando pra cidade. Porque ficaram com medo de morar na zona rural. A pessoa passou a ter medo, em vez de ter alegria, tem medo. Eu mesmo estou lá na minha terra, às vezes tem um pau seco lá e eu tenho medo de pegar o pau, e chegar alguém e me multar outra vez! Tudo isso desiludiu muita gente, quando a gente pensa agora na zona rural, pensa com uma preocupação maior.

Nesse aspecto, o povo ficou mais com medo, mais cismado, então caça já não tem mais tanto, mas ainda tem, tem muita gente ainda que caça, mas melhorou alguns aspectos nesse sentido. Mas foi na base do medo, não foi na base da educação.

Dona Rosa e Sandra – Aiuruoca, 20 de junho de 2008

DR. Nasci em 1932, lá na Serra dos Garcia, lá em cima, perto do Marco Túlio, pra lá do terreno que ele tem nos Garcia, bem pra cima. Eu vim de lá com uns seis, sete anos, quando desci pra Ponte Alta. Depois vim pra cá. Sempre morei na zona rural. Eu estudei nas colinas lá da Ponte Alta... A minha escola não tinha “grau”, não tinha nada. A gente estudava um pouquinho e parava. Apreendi a ler.

Aqui a gente produz pra gente mesmo consumir, não vende nada. Tem a horta, tem frango, ovos, feijão, milho, essas coisas...

S. Às vezes nem dá pra gente, tem até que comprar. Na época da colheita, não. Mas perto do final do ano, quando vai acabando, tem que comprar. Porque não se coloca nenhum veneno, nada. Então, o milho estraga antes, o feijão, também... Não tem como guardar...

DR. Minha vida, desde criança, sempre foi de trabalhar – porque a gente tinha que trabalhar –, fazer as coisas, ajudava a fazer polvilho, a mexer com as vacas... Era isso. Meus pais tinham gado e eu ajudava. Aqui, agora, não tem gado. Assim de corte, não, só de leite, umas vaquinhas. Aqui eu só mexo com as galinhas. Aí cresci... E com 22 anos eu casei... Casei com um viúvo que tinha quase a idade da minha mãe. Ele morava aqui e eu morava na casa do meu pai. Não nos Garcia, aqui mais pra baixo. Aí deu loucura, né? Casei e comecei a cuidar dos filhos, ele tinha oito filhos, eram todos marmanjões, já. Mais ou menos da minha idade. Aí tive mais seis filhos. Ficou um total de quatorze.

S. Nunca teve uma empregada... Ela teve alguém que ajudava de vez em quando, mas a responsabilidade era toda dela, que se virava, né? A minha infância foi uma infância linda. Sabe por quê? Por exemplo, tudo o que a gente queria, ela fazia pra gente. Goiaba, não perdia

uma goiaba, era tudo doce. Pêssego: doce. Tudo assim. Farinha? Nunca comprava farinha; era tudo feito aqui. Não comprava nada. Tudo era ela quem fazia.

DR. Em dia de fazer quitanda, eu fazia o almoço, arrumava a cozinha, fazia a quitanda e arrumava o resto do serviço. Eu sozinha.

S. A “quitanda” que ela fala é, por exemplo, fazer pão, rosca... Coisas para a semana toda. E assava tudo no forno à lenha.

DR. Mas agora não estou fazendo mais nada. Eu não estou prestando mais não... Aqui nessa casa, agora, mora eu, a Sandra e um filho casado, com dois filhos. E o Jairo, um enteado. Esse não quis sair. Casou, saiu, deu umas voltas, a mulher “chifrou” ele, e ele não teve onde ficar. Todos os outros filhos foram embora. Todo mundo casou.

S. Eu fui para São Paulo, a minha outra irmã foi pra Cruzeiro. A Silvana e o Marco Túlio foram pra cidade, pra Aiuruoca, e os outros casaram e ficaram um tempo aqui. Depois que meu pai deu pra cada um o seu terreno, cada um foi fazer a sua casa e foi embora. O Jairo ficou aqui. Todo mundo da família mexe com criação de gado, cultura... Só mexe com isso, quem ficou mexe com isso.

Essa propriedade não está na APA. Mas minha mãe tem um terreno lá perto do Marco Túlio. Do lado do dele. Lá é APA. E tem muita candeia nesse terreno dela. Pelo que a gente lê, pelo que a gente estuda, a candeia cresce até uma altura. Depois, é melhor limpar para poder nascer mais. Porque caem todas as sementes e, se ficar ali abafado, não nasce. E aqui, a candeia é muito útil para algumas coisas. Pra fazer cerca... Não para jogar fora. Aí, a gente vai no IEF, de vez em quando, pra ver esse problema, pra poder tirar candeia lá no terreno da minha mãe. Mas é muita burocracia, eles desanimam a gente. Eles não têm noção nenhuma de engenharia, de nada. A primeira coisa que tem que levar é uma planta do terreno, com todas as nascentes, com toda a região de mata, a região de candeia. Tem que chamar um engenheiro pra fazer a planta. E custa dinheiro, né?

DR. Até foto dos “paus” tem que tirar!

S. Pois é, pra cortar uma árvore tem que levar a foto da árvore que vai ser cortada. É tanta coisa... Às vezes não tem nem como. Teve um ano que caiu uma tromba d’água e levou um tanto de árvore lá pra baixo. Para aproveitar aquelas que a água levou, tinha que tirar a foto lá em baixo, no meio da terra. Não teve como. Não sei se tinha que pagar uma taxa pra poder usar...

DR. Tem que pagar. Acabou que não aproveitou nada. Largou tudo lá.

S. Pois é, a gente acabou desistindo. Era tanta burocracia que ninguém usou. Perdeu tudo. Esse terreno da minha mãe é inutilizado, não se pode fazer nada nele. Nada. Ela não

pode limpar o terreno, mas não tem como usar o terreno como está. Não pode cortar uma árvore. Então, ela tem o terreno e não tem. Mas isso é porque está dentro da APA.

DR. Lá tem essa história, mas aqui, para queimar o campo e fazer pasto pras vacas, tem que pagar. Tirar a licença e pagar o imposto. Tem que pagar pra poder queimar.

S. Agora, se é uma prática que não é boa, se eles não aprovam e não liberam a queimada, por que é que com a licença você pode queimar? Por que é que eles não ensinam uma prática diferente para não se usar a queimada?

DR. Você protege a natureza, mas se pagar, tudo bem, a natureza vai pro espaço.

S. Porque, se a queimada é uma prática que eles já chegaram à conclusão de que não é legal, de que não é bom para a natureza, tem que ter uma alternativa. E a alternativa, eles têm que ensinar pra quem? Pra quem está, diretamente, ligado à natureza. Não adianta eles terem uma alternativa lá pra eles. E outra coisa: aqui, ninguém que está dentro da APA sabe disso. Ninguém sabe.

DR. A gente só veio descobrir esse negócio de APA depois que o Marco Túlio foi construir a casa dele.

S. Porque chegaram lá e já foram multando o Marco Túlio, falando mil e umas... Mas ninguém teve a decência de avisar: “olha, o senhor está dentro de uma área que vai ser tombada, que vai ser área da APA”. Ele que é dono não sabia! Ninguém sabe, ninguém sabe nada.

DR. No dia a dia aqui, agora, a gente trabalha nesse sentido: se chegar lá e der uma denúncia, eles vão atrás e multam.

S. É. É na base da denúncia. Mas não tem uma conscientização, não comunica nada pra ninguém, ninguém sabe de nada. Eles resolvem lá e lá fica. Não chega até aqui. Você está fazendo alguma coisa, chega alguém aqui e já vai te multando. Você nem sabe que está dentro daquela área porque ninguém nunca falou. Eu tenho um terreno lá em cima da pedra, dessa pedrona aí. Até hoje ninguém falou nada. O imposto, a gente paga. Eles sabem o endereço pra cobrar o imposto. Eles sabem o endereço pra tudo. Mas, pra mandar alguma coisa comunicando: “olha, sua terra está dentro da área da APA...” Não, nem uma mínima comunicação. E se eu resolvesse ir lá fazer uma casa? Na hora em que eu estivesse fazendo a casa, eles iriam lá me multar... Eles iam me prender... Eles iam fazer mil coisas. Mas ninguém avisou nada, nada. Tem endereço, tem tudo, porque recebe o imposto. Você vai no IEF lá de Caxambu e eles perguntam: “Onde você está situada?” Estou situada assim e assim. Aí, o IEF liga pro Ibama: “É área da APA ou não é área da APA?”. Eles nem sabem onde que é a área da APA e onde que não é área da APA. Nem eles sabem! Se é uma coisa do Governo, eu acho

que ele tem condições de fazer uma demarcação mais correta, não essa que se baseia pelo rio, pela cerca, pela árvore... Não pode ser igual a da gente, aqui. Porque a nossa é dividida assim, porque ninguém tem tanta condição. Agora, se o Governo resolve tombar uma área, ele deve ter como dividir isso. É diferente. Não dá pra falar que “cem metros pra cá da casa do Fulano é APA”. Porque ele não avisou o seu Fulano que a cem metros da casa dele é a APA. Tem que avisar o seu Fulano, porque o seu Fulano é o dono, que paga o imposto. É o cara que está trabalhando ali, na terra. Agora, se o seu Fulano vai lá e faz um buraco na área da APA, coitado do seu Fulano... Aí é que aparece alguém, porque vai pegar dinheiro, aí vem. Por isso tem bastante gente que foi multada. Tem o Marco Túlio...

DR. Eu tenho um cunhado que tem um processo de candeia.

S. Os irmãos da mãe, eles moram todos praquelles lados da APA. Os meus tios moram pra lá. O meu avô, a casa dele era para o lado da APA. Todos estão para aqueles lados. Eu não sei como é que eles conseguem... A dificuldade que eles estão tendo... O Genésio foi multado porque queimou o campo, não foi? O Genésio, naquela vez em que ele colocou o fogo?

DR. Esse negócio de proteção da natureza... A gente não pode cortar um “pau” pra fazer uma lenha... A gente não pode fazer nada. A gente nem sabe se é certo ou se não é.

S. Eu acho que a gente tem que respeitar a natureza porque ela dá o troco. A gente está vendo o que está acontecendo aí. Agora, eu acho que não é uma pessoa ou um grupo de pessoas numa comunidade que é responsável por isso. É todo o mundo. Inclusive quem está na cidade, principalmente, porque lá eles devastam, acabam com tudo. Agora, aqui, a gente não pode fazer nada e tem que preservar porque eles destruíram lá... Claro que aqui precisa ser feita alguma coisa. Não é derrubar tudo e acabar com tudo. Mas, por exemplo, eu, no meu terreno, eu não posso fazer nada porque a maior parte do meu terreno é mata. Então, quer dizer, eu tenho uma área de preservação ambiental enorme! Enorme! A pedra, lá, é tudo preservação ambiental. Eu não posso mexer com uma pedra porque está dentro da APA. Quer dizer, eu – uma pessoa – estou sendo penalizada. Eu sou obrigada a fazer a preservação por mil que não fizeram. Então, acho que tinha que ser dividido. A cidade, por exemplo, não podia ser “limpa”, sem nada de árvore. Tinha que ter um parque, tinha que ter a área da cidade preservada. E eles seriam os responsáveis, as pessoas que moram na cidade. A cidade destrói tudo e a gente fica aqui, preso nisso. Não pode fazer nada. E outra coisa que eu não acho certo é que você não pode fazer, mas ninguém te comunica o que é que você não pode fazer. Era hora de o Governo preparar uma cartilha, preparar um material de conscientização e mandar para todo o produtor rural. Ele tem o endereço para mandar o imposto, então, anexa no imposto uma cartilha. Explicando que isso é prática que você pode, isso não pode etc. Isso conscientiza. A pessoa vai parar pra ler. Agora, a pessoa só fica sabendo do que não pode quando vem multar. Vem multar, ameaça. Vai prender. A pessoa que você fala pra ela que vai prender, ela quer morrer, porque não pode ser presa. Então, eu acho que é uma coisa muito errada... Por causa disso, tem muita gente indo embora, saindo daqui da zona rural. Olha, se

você der uma volta lá na Aiuruoca, for dar uma olhada lá na cidade... 40% foi daqui para lá. Não pode fazer nada aqui, aí vai pra lá... Vai para o mercado comprar. Mas tá todo mundo indo embora, ninguém produz... Só ficam os mais velhos, os jovens vão embora, e quando volta, volta para descansar e não para fazer mais nada. Eu acho que vai ficar cada vez mais difícil, porque as pessoas estão indo para a cidade, e isso porque na cidade tudo é mais fácil. E não estão plantando. Ninguém está plantando. E daqui a pouco a cidade explode... Não comporta isso.

E outra coisa: Aiuruoca é uma cidade em que os bairros são muito rurais. Todos os bairros são mais rurais. Eu acho que o Governo, sei lá, o Estado, a Prefeitura, deviam fazer um convênio, alguma coisa... Colocar um posto de saúde, atendimento odontológico, alguma coisa em cada bairro para a pessoa não precisar ir pra cidade resolver essas coisas... A moça que trabalha aqui na casa de minha mãe, se você falar para ela que ela tem que ir à cidade fazer uma consulta, ela entra em desespero, porque ela vai perder um dia de trabalho. Eu acho que tinha que ter alguma coisa mais próxima. Todo mundo depende da cidade. Você vê a cidade como está ficando. Tem dia que não dá para transitar na cidade direito. Então acho que tinha que ser mais distribuído. O hospital em Aiuruoca é bom. Além de atender a cidade daqui, ainda atende a todas as cidades vizinhas. Funciona bem, os médicos são bons... Mas se tivesse um atendimento de saúde em cada bairro, que fosse duas vezes na semana, ou três vezes... Não sei, mas acho que ia melhorar um pouco a vida das pessoas. Porque senão as pessoas não vão querer mais ficar aqui.

DR. Eu não sairia daqui.

S. Aqui a gente vende o leite. O meu irmão tira leite das 05h00 até as 09h00. Eles acordam às cinco da manhã. Até umas oito e meia, nove da manhã, está tudo aqui. E, depois disso, à tarde tem de novo. Mas você sabe quanto está o litro de leite? Pagou hoje R\$0,70. Setenta centavos, é o que pagam aqui pelo litro de leite! Do ano passado pra cá foi que melhorou. Antes pagavam R\$0,15.

DR. Aqueles que tiram bastante leite, esses têm um incentivo, esses recebem mais. Esses que tiram pouquinho, que nem a gente... O que tira menos, recebe menos. E pra sustentar a criação toda... É caro.

S. Tem ração. Tem uma época, essa época, agora, da seca, junho, julho, que não chove muito, tem que comprar muita ração. É na base da ração porque não tem pasto. Além da ração, tem remédio. O remédio, um pouquinho de remédio, estoura o orçamento porque é tudo muito caro. E não tem incentivo, não tem nada. Eu trabalho direto no vermelho! Sobrar dinheiro, não sobra. É tudo em função daí da lida.

DR. No mês em que dá para acertar tudo, tem que dar graças a Deus. É raro!

S. E aí vai todo mundo embora... Os filhos homens da minha mãe não foram embora. Fomos embora nós, as mulheres. Os homens dela ficaram. O problema, também, eu acho, é que eles vão muito embora porque têm que estudar. Aqui, agora, está melhorando... Porque tem faculdade em Caxambu, tem em São Lourenço, tem Três Corações, Varginha, é mais próximo, dá para ir e voltar. Então, você pode ver que neste ano, os jovens, não foi aquela debandada; não foi todo mundo. Tem muita gente que ficou porque estuda próximo. Vai e volta. E o trabalho também, é outra coisa. Vai todo mundo embora porque não tem opção.

DR. Meus filhos todos estudaram. A Sandra ainda estudou mais. A Neomar, também, depois que casou e foi embora, estudou mais. A Silvana não quis estudar, trabalha e não quis estudar. E os homens não quiseram estudar, não. É um bicho meio danado, não é? Os meninos, pra estudar era um sacrifício!

S. A minha mãe tinha que ir pra cidade, ficar com a gente morando lá, pra estudar, e meu pai ficava aqui com os outros homens. A gente tinha uma casa lá na cidade. Meu pai ficava aqui e toda a sexta-feira ele ia, e toda segunda ele voltava.

DR. Eu não gostava de ficar lá na cidade. Dez, vinte anos, acho... O Renato, esse que mora aqui, parou de estudar depois que o meu marido morreu. Eu fiquei meio sozinha e tal, e vim embora, voltei pra cá. Eu não quis ficar lá mais, não. Não sei. Acho que porque começou muita fofoca, e eu resolvi vir embora. Tinha dias em que eu estava sozinha, lá. Mas ralei um tempo... Nossa Senhora! Eu já tinha seis filhos meus. E a criançada de fora que juntava?

S. É verdade... Era um trânsito muito grande de criança... E sem contar que tem que comprar tudo lá. Aqui, uma boa parte, não é comprada. Agora lá, tem que comprar tudo. Até que dava pra aproveitar o que produzia aqui. O meu pai levava, a maioria ele levava. Mas a gente, na cidade, a gente quer consumir outras coisas. E criança, ainda por cima... A minha sobrinha, por exemplo, ela não toma o leite daqui; ela toma o leite de caixinha. E não é que faz mal, é que ela não gosta. O frango daqui, ela não come; ela come o frango da granja.

DR. Se faz um frango da granja, ela come. Se faz o frango caipira, ela não come.

S. É essa a mentalidade. A televisão influencia, porque tem propaganda na televisão, direto. Então, o que está na televisão é o que eles querem comer. E a gente não tinha. Na época em que éramos crianças, nem televisão a gente tinha. Não tinha a influência. A gente comia o que tinha e pronto. Hoje, a televisão influencia muito. A televisão, eu acho, é um material que é usado para uma coisa que não devia ser. Devia ser para a educação, educativo. Tem muito alcance e não aproveita.

Os meus irmãos... O Jairo, esse que mora aqui com a minha mãe, vendeu o terreno dele e foi pra cidade. O Zé Cornélio vendeu o terreno e foi pra cidade. O Tonico vendeu e foi pra cidade. Foram embora. Mas lá eles não faziam nada. Eles vinham fazer aqui. Saíam de lá e vinham trabalhar pra cá, para os outros. Eles trabalhavam para os primos, para o Dr. João,

pra quem tinha o terreno. Porque eles se arrependiam. Depois que venderam o terreno e foram embora, é que eles foram ver que a terra, para eles, era a vida deles.

Hoje é tudo diferente. A gente, com 12 anos, todo mundo trabalhava. Todo mundo tinha uma responsabilidade. Isso foi a melhor coisa pra mim. Os jovens, hoje, não podem trabalhar. E aí viram todos marginais e prostitutas, porque não têm o que fazer. Quer dinheiro, quer consumir e não tem como, aí vai fazer o que? Quando a gente é criança, mas trabalha, a gente tem uma responsabilidade, a gente começa a aprender a usar o dinheiro, a gente começa a ter uma responsabilidade, uma formação. É uma formação! Agora, o jovem está perdido porque ele não tem formação nenhuma, ele não tem nada, ele não tem uma base.

DR. O Gilmar começou a trabalhar com treze anos. O “Cornelinho” começou a trabalhar na venda com nove anos. O Renato, quando meu marido morreu, ele estava com onze e veio pra cá pra trabalhar.

S. Eu estudei quatro anos em Lorena. Eu acho que aquela região de Lorena, Guará, aquela região funciona tão bem... Porque você tem como estudar, você tem como trabalhar... E a agricultura dali funciona, aquele vale fornece arroz quase que para o Brasil inteiro! E você vê a assistência que eles têm. Eu tinha um professor que era de Pindamonhangaba, e tinha outro de Taubaté. Eles faziam parte da Secretaria de Agricultura de lá do vale, alguma coisa assim... Nossa, mas eles dão uma assistência muito boa. Mas aqui... Tem a Emater. Mas eu acho que a Emater se limita muito lá na Prefeitura. E a prefeitura não faz nada... E também não tem nada, não tem associação nenhuma. Eu acho que devia ter uma cooperativa para essa venda do leite, que devia incentivar a produção de queijo, de leite, de doce... Essa cooperativa ia vender essa coisa toda e dava um dinheiro melhor. Melhor do que ficar nessa dependência. Tem gente que fica quatro, cinco, seis meses e não recebe o dinheiro do leite. Os laticínios compram. Eles determinam o preço do leite. Agora tem vários laticínios, entrou uma concorrência e melhorou um pouco. Mas teve uma época que era só um e ele pagava quanto queria e quando queria. É uma coisa muito desorganizada. Não tem nenhuma organização. Mas, também, o pessoal não é muito unido. Não tem união. Eu acho que se falar que tem uma reunião para falar sobre isso... Se vai, vai uns 5 curiosos. Quem não é curioso, não vai. Quem não é curioso, é desconfiado e não vai. Não vai pra frente.

Aquela história das multas, lá em 2002... O Marco Túlio, nossa, ele ficou arrasado. Olha o que é que aconteceu: ele ia para lá, pra terrinha dele, ele tinha o sossego dele, ele descansava e tudo. Foram lá e fizeram todo aquele “auê” com ele... Deixou o homem piradinho... Porque ele ficou pirado, coitado! Nervoso... Atrapalhou o trabalho dele, atrapalhou a vida dele pra correr atrás de Ibama. E o que é que aconteceu? Pergunta se mandaram uma cartinha para o vizinho do Marco Túlio falando que eles estão na área do Ibama e que não pode mexer lá. Foram lá e multaram o Marco Túlio, que não sabia de nada, ele nem sabia que a terra dele estava dentro da APA. Agora, pergunta se alguém comunicou aos vizinhos do Marco Túlio. Se alguém avisou: “olha, multamos o seu vizinho por isso, por isso e por isso. Então o senhor não faça a mesma coisa que ele fez porque o senhor será

multado, porque o senhor está na área da APA”. Pergunta se alguém recebeu algum comunicado...

DR. Agora, o imposto, chegou tem que pagar; se não pagar...

S. A gente paga uma taxa de sindicato, uma Contribuição Sindical, que eu acho que é duas vezes o imposto que a gente paga. Pergunta se alguém sabe o nome do presidente do sindicato? Eles mandaram avisar qual é o nome?

DR. Pra mim eles não mandaram, não. Só manda a conta...

Marquinhos – Aiuruoca, Tamanduá, 20 de junho de 2008

Sou daqui do povoado de Tamanduá, um povoado na zona rural, a uns 18 quilômetros da cidade. Minha família é daqui mesmo. Eu fiquei muito tempo fora. Fiz biologia, fiz mestrado com abelhas, na área de apicultura. Eu desenvolvo a apicultura na região e estou na direção da escola. E fiquei aqui, faz um tempo, por seis anos. Saí quatro anos e estou aqui de novo, no segundo ano, na direção da escola. E é uma escola que dá pra gente trabalhar. O Tamanduá é um povoado que agrega vários povoados. No caso, a escola centraliza os povoados do entorno, é uma escola pólo. A gente atende os povoados Cangalha, Nogueira, Campina, Quatro Olhos e um outro povoadinho que tem aqui, que se chama Pântano. Todos os alunos desse entorno estão aqui na escola, que tem de 1º ao 9º ano do ensino fundamental, até a oitava.

Toda ação que a gente faz aqui tem uma repercussão num âmbito maior, então facilita por isso. Todo trabalho que a gente faz de educação ambiental, sexualidade, a parte de turismo, que a gente vem trabalhando bastante, tem essa repercussão, ela atinge um número de pessoas maior.

Eu costumo dizer que eu não seria diretor de nenhuma outra escola. Essa que tem essa característica rural. E é uma coisa que você faz um pouco mais livre, você tem uma autonomia de fazer seus projetos. Eu trabalho com a horta, eu trabalho com a parte de planta medicinal, tem uma chácara em que a gente produz a alimentação da escola, então isso é diferenciado de outra escola. Parte da merenda vem da nossa horta, a gente produz aqui mesmo. A outra parte vem da merenda escolar. Então, dá pra gente ir fazendo esses projetos, que eu acho bem interessantes.

A escola tem um currículo básico, pela LDB⁵⁶, como toda escola tem, e você tem uma parte diversificada. Essa parte diversificada, você pode adequar, de acordo com a realidade da escola. Aqui, por exemplo, nós temos uma disciplina que se chama olericultura. Ela tem do 1º ao 9º ano. A olericultura é você trabalhar com a horta. Se a gente está numa região de zona rural, é interessante que você trabalhe na inserção dessas pessoas na zona rural. Essa disciplina, ela faz isso: as crianças vão pra horta, a gente trabalha com elas na horta, elas vão

⁵⁶ LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

produzir, a gente faz produção de muda em viveiro. É uma maneira de você estar passando pra eles umas técnicas e um conteúdo junto com isso, pra que eles possam ficar em casa. A minha idéia seria que a escola fosse um referencial, pra eles ficarem produzindo em casa. Aí produz uma comida de qualidade, diversifica a sua alimentação em casa. E depois a gente faz tipo um paisagismo, porque é legal, também, a gente morar num lugar bonito. A gente usa essa disciplina pra fazer isso. Mas como a gente trabalha também com uma transversal, que é meio ambiente, ética, cidadania, e essas coisas todas, então isso entra em qualquer disciplina. Essa, especificamente, fica mais com a parte técnica de trabalhar com isso.

Fora isso, a gente faz palestras... Fiz um evento interessante em Aiuruoca, no ano passado, no dia do meio ambiente. Fiz aqui na escola, com o tópico de Agro Ecologia, e fizemos na faculdade um evento convidando a comunidade toda. Nós passamos aquele filme do Al Gore, “Uma verdade inconveniente”, e fizemos uma discussão em cima disso. Nós tivemos 150 pessoas lá. Foi bem legal. Eu achei que o pessoal deu uma assustada com o que viu.

Dentro dessa área ambiental, deu uma oportunidade, a gente vai e passa um conhecimento. Mesmo na lida, por exemplo, quando você está lidando com produtores rurais... Por exemplo, o cara vai fazer uma queimada. A gente diz: “Olha, a queimada causa esse e esse problema”. Você vai colocando pra elas quais são os inconvenientes de se praticar daquela maneira. Mas a gente sente que as pessoas têm muito poucas alternativas. Não é assim que faz, mas como é que faz? As pessoas só dizem o que não pode fazer, mas não dão a alternativa de como fazer diferente. Então, se eu não posso queimar, o que é que eu posso fazer? Se eu não posso desmatar, o que é que eu posso fazer? Isso é uma coisa que a gente sente muita falta. E muitas vezes nem mesmo a gente tem. Eu fiz biologia, mas a biologia leva a gente pra um caminho muito teórico. Essa parte prática fica falha. Você sabe que as universidades são falhas nisso. É muita teoria, e a pessoa, quando chega no campo... Eu pensei: o quê é que eu vou ensinar pra essas pessoas? Só que elas podem trabalhar diferente. Então, a gente vem trabalhando isso com os produtores na medida do contato diário e na escola. Por exemplo, todos os pais dos alunos são produtores, porque a escola é 100% de zona rural, então eu só trabalho com produtor rural. Nas reuniões de pais, nas festinhas da escola, em tudo isso, as pessoas estão aqui. Então, esse corpo a corpo... É assim mesmo, informal, é corpo a corpo. Mas a gente faz palestras, também. Quando tem uma oportunidade, a gente faz. Por exemplo, no ano passado, nós fizemos esse evento sobre agro ecologia, então a gente convidou os produtores. Veio um agrônomo da Emater⁵⁷, que trabalha muito nessa área de ecologia, e foi interessante. Ele falou assim: “Olha, você pode banhar as suas vacas com folha de pinheiro. Você faz um extrato de folha de pinheiro e banha a sua vaca, que cura o carrapato. Ou pode fazer um extrato da folha de mamona e controlar a formiga cortadeira”. Quer dizer, são alternativas. Você fazer uma compostagem, por exemplo. São alternativas. Nesses momentos, a gente passa diretamente pro produtor. Ele trouxe muitas alternativas. Explorou, um pouco, uma cartilha – a Emater forneceu uma cartilha – e passamos essas “receitinhas” pra quem quisesse. Como que eu faço? Pego 40 folhas de mamona, macero e

⁵⁷ A Emater.MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – é uma empresa vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

vou aplicar 2 litros em cada formigueiro. Eles pegaram a “receitinha”. Que é aquela coisa da alternativa. Você não vai usar o agrotóxico? Então você usa a folha de mamona, entendeu? Ao invés de você usar o “Ivomec”⁵⁸ ou não sei o quê, você usa o extrato da folha de pinheiro. Uns acreditam, outros não acreditam, e tem outros que pagam pra ver, e outros não pagam. E assim vai.

Outra coisa que a gente tem usado muito, aqui, é o Senar⁵⁹. Em São Paulo também tem. Aqui, tem o Senar Minas, que é muito atuante. Existe uma entidade conveniada, e nós trazemos os cursos pra escola. Nós tivemos o curso, este ano, de higienização, alimentação, esse direcionado às cantineiras, porque estava muito em cima da alimentação: a qualidade e a limpeza dos alimentos. Como que você prepara uma alimentação balanceada? Fizemos um outro, de plantas medicinais, e desse participam alunos que têm idade para participar, e professores, porque é interessante que a gente tenha alguém com conhecimento na escola para estar reproduzindo isso, e produtores. Pra chamar os produtores, a gente faz um convite geral, e realiza o curso na escola. Fizemos um de agricultura orgânica, que a gente já introduziu na horta. Vão ter outros, de inseminação – que não é na escola, esse aí, a infra estrutura da escola não serve. Isso é uma coisa que a gente faz, que já leva isso direto para o produtor. Mas a gente sente que ainda há muita carência de informação. De oferecer alternativas, quer dizer, como que eu faço diferente do que eu sei? Eu aprendi assim, meu pai fazia assim, e tal. Essa coisa da tradição é complicada. Tem uma dificuldade, tem uma certa resistência a esse novo, a procurar esse novo e a aceitar esse novo. Quando a gente trabalhou com essa coisa de agro ecologia, as pessoas não acreditavam. O “Ivomec” é eficaz, mas será que a folha do pinheiro adianta? E pinheiro é o que mais tem aqui. E o agrônomo falou uma coisa interessante. Parece que as vacas, quando estavam muito infestadas de carrapato, procuravam comer a folha do pinheiro, que normalmente elas não comem. Então, você via elas pastando os ramos do pinheiro, que espeta um pouquinho. Parece que é uma defesa, uma defesa que o bicho já tem por instinto. O cachorro não come capim, mas se estiver com dor de barriga, ele come, então parece que ele sabe o que tem. E quem começa a observar esses detalhezinhos começa a perceber coisas que podem funcionar e eles não sabem. Mas tem uma resistência, sim, às coisas novas, que não são tradicionais. Eu me lembro quando eu comecei aqui na escola, a gente fez uma feira cultural e veio uma pessoa da comunidade. Uma! “Nossa! Preparamos pra gente mesmo...”. Hoje, você lota a escola! Então, quer dizer, isso vai sendo quebrado, ao longo do tempo.

Uma coisa aqui na escola que eu acho muito forte e difícil da gente trabalhar, é que, como eu estou numa escola que é 100 % rural, muitas vezes os pais não tiveram oportunidade, estudaram muito pouco. Há uma resistência grande dos pais com relação ao estudo, ao conhecimento, seja ele qual for, aplicado ou teórico. Eles vêem a escola como uma ameaça e não como uma oportunidade, pelo menos eu percebo isso. Por exemplo, meu filho vai saber mais do que eu, e isso é uma coisa meio complicada, administrar isso depois. Porque ele vai chegar com uma idéia nova, ele vai querer implantar uma idéia nova, e aí, como é que fica

⁵⁸ Medicamento veterinário injetável indicado para o tratamento e controle de parasitos internos e externos dos bovinos.

⁵⁹ O SENAR MINAS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – é uma entidade privada vinculada à-Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG).

isso? Há a resistência do pai em aceitar, por uma questão de hierarquia, mas por uma questão cultural também. Percebo isso bem forte. Então, se você chama o pai, por exemplo, pra uma palestra, eles estão vindo, mas você vê que há uma certa resistência, que é o que mexe com auto estima, com essa coisa que eles não desenvolveram. O estudo, para eles, não é tão importante quanto é pra gente, por exemplo.

Eu acho que as mudanças, digamos assim, mais consistentes, elas são a longo prazo. A longo prazo, você percebe mudanças, eu vejo isso. Eu já estou aqui na escola há oito anos, e estive quatro anos fora, então já são doze anos de contato. Você percebe que está havendo uma mudança, lenta, mas você percebe uma mudança.

Aqui, essa região toda está na APA. E tem muito problema de multa. Por exemplo, a gente está numa região de montanha, as terras mais férteis estão nos vales dos rios. Então as pessoas aravam o vale dos rios pra fazer o plantio do milho, do feijão, batata... Porque aqui é um plantio mais de subsistência, e já teve pessoas que foram multadas por isso. Porque essas áreas, as margens dos rios, são áreas de preservação. Queimada também, praticada sem controle. Tem que pegar autorização pra fazer. Mesmo que você tenha uma área em que você possa utilizar a queimada controlada, direcionada, tem que ter autorização. E aqui você ainda muito problema de queimada praticada de maldade. Chega, põe fogo... Tem anos em que a gente tem que juntar 10, 20 pessoas e sair apagando fogo. É um horror. Em 2006, nossa! Teve uma queimada aqui, nós juntamos 20 pessoas... Incêndio, mesmo. Alguém chegou, tocou fogo na estrada e o fogo tomou conta. Pegou dentro de mata, e a gente apagando fogo dentro de mata... Foram dois dias e a gente intoxicado de fumaça, de tanto apagar fogo. Não veio ajuda oficial nenhuma. O povo é que deu jeito, mesmo. Aqui ainda tem um pouco de coisas que eles fazem, os mutirões, vai um monte de gente e um ajuda o outro. Quando acontece alguma coisa que a gente precisa, tem essa coisa de ter a ajuda das pessoas em volta, aí a gente consegue controlar.

Mais é isso: é queimada e desmatamento. Desmatamento em nascente, retirada de madeira ilegal. Esse desmatamento, a maioria é pra consumo próprio. Por exemplo, o cara quer fazer uma cerca. Ele tem que tirar um mourão, mas ele não pode tirar. Então, se pegar... O guarda florestal passou, tem uma cerca na beira da estrada, com mourão que foi tirado, ilegal, aí ele vai atrás. Já teve caso aqui. Ali, perto do José Mauro, onde você passou, fizeram uma cerca, e o cara foi multado. Todo mundo sabe que não pode tirar. Mas eu acho que essa coisa do controle... Porque a pessoa quer usar pra subsistência, então vem a coisa da madeira sustentável, que é a saída. Eu posso tirar um mourão de candeia? Posso. Desde que eu plante outras candeias. A candeia é nativa da região e já tem um projeto, de uma amiga, que ela trabalha com candeia. Então, ela vai fazendo um reflorestamento com candeia, fazendo esse manejo. Até é um projeto que a gente vai desenvolver agora, aqui na escola. É a produção de mudas, produzir dez mil mudas de candeias. É o projeto dos viveiros familiares. Então, como é direcionado à família, eu puxei pra escola, porque a gente vai produzir as dez mil mudas na escola. Essas mudas são vendidas, já com destino certo, e agente vai trabalhar com os alunos. Alguns adultos vão ficar como responsáveis pelo trabalho, mesmo, e os alunos vão estar ajudando, desde a produção da muda, do desenvolvimento dela, até ela ir para o campo. Então, a gente está produzindo uma planta, que é nativa, que os produtores rurais usam, em

grande escala, porque fazem cerca delas, e eles vão estar plantando. Eu acho que é uma idéia interessante pra estar desenvolvendo aqui; os alunos vão aprender a produzir, e eles podem produzir a candeia em casa, e reflorestar em casa. Porque, se tiver esse reflorestamento, a lei permite tirar madeira. Só que ainda pouca gente sabe disso. Está sendo divulgado agora. Esse projeto dessa amiga, ela desenvolve junto com a Universidade Federal de Lavras e com o IEF, o IEF está junto. Então, cada plantio que você faz, você rende... Porque, por exemplo, a candeia, é interessante você distinguir um plantio natural de uma cultura. Porque ela ocorre de maneira desordenada no campo. Então, a candeia, ela dá mancha, "manchas de candeia", "mancha de araucária". E, quando você planta enfileiradinho, em ruas, você já caracterizou o plantio. Mas mesmo assim, está sendo registrado o plantio. E eles estão vendendo essa candeia, depois, pra quê? Pra mourão, pra cerca e pra extrair o óleo, o óleo de candeia, que tem efeito medicinal e é fixador de perfume. Então a gente vai produzir no segundo semestre as dez mil mudas de candeia na escola. E eu acho, acho, não, tenho certeza, que esse é o papel da escola, de ver que tem alternativas. Essa questão do sustentável, por exemplo. Sustentável é isso: é você produzir; é você plantar suas frutas, você plantar suas madeiras. E, aí, você vai tirando. A própria candeia, o manejo dela, uma candeia mãe, ela vai deixando um grupo de filhas. Então, no roçar o pasto, ao fazer limpeza do pasto, você pode estar selecionando. Quer dizer, isso tem que ser dito ao produtor. Então, ele seleciona, ele vai tirar a candeia adulta e vai ter, lá, dez novinhas crescendo. Aí, aquelas dez novinhas estão grandes, ele vai tirar uma ou outra e aí vai ter mais filhas. Então, você vai fazendo esse manejo. Isso a gente vai passando na escola, com o viveiro, com a horta. Eu acho que é uma maneira de a gente estar inserindo o pessoal. E tem aceitação. É curioso. Por exemplo, a gente estava fazendo uma pesquisa na escola, fizemos uma redação: os alunos, se eles fossem o diretor da escola, cada um deles, o que é que eles fariam? Como é que eles iam gerir a escola? Como é que eles iam fazer? A gente viu que uma das coisas fortes é que eles manteriam a horta, manteriam o viveiro. Então, o que ficou na redação deles – a gente pegou de 5ª à 8ª –, ficou na redação deles, bem claro, isso, de que o viveiro e a horta é um ponto importante da escola. Esse é um sinal de que eles assimilaram essa idéia, é interessante. No ano passado, a gente fez uma horta muito boa. O que sobrou, a gente trocou, levava na feira e trocava por coisas que não têm aqui. Por uma fruta que não é da região, verduras que a gente não conseguiu cultivar, ou não é de época. A gente fazia a troca e vinha pra merenda. Chegamos a vender algum excedente e retornar o dinheiro pra escola. Eu achei que eles ficaram empolgados, eles viram que têm potencial, que funciona. Foi uma idéia interessante.

Eu estava aqui em 2002 e lembro do que aconteceu. Foi o maior "auê" na cidade! Foi uma coisa que teve uma repercussão grande. Eu não sei dizer exatamente o que aconteceu. Teve uma época, até, que eu participava de um Codema⁶⁰, em 2002, e isso chegou no Codema. Inclusive uma pessoa do Ibama foi no Codema e falou, mostrou o enfoque e coisas assim. Pelo que me parece, existia mesmo algo que era ilegal. Eles estavam abrindo uma estrada, derrubando mata. O próprio Ibama tem alguma documentação disso. Agora, a maneira que eles agiram, é difícil de você julgar se foi correta ou não foi correta. Acho que toda ação, ela não pode ser só punitiva, ela tem que ser educativa, se não, não faz sentido. Eu

⁶⁰ Codema: Conselho de Defesa do Meio Ambiente.

não peguei a história inteira. Essa pessoa do Ibama, ela realmente mostrou documentos, fotos etc. Mas eu não fui lá no local, eu não chequei, eu não vi. Então, não é bom fazer uma colocação se você não vivenciou ela, por inteiro. Eu estaria emitindo um julgamento de uma coisa que eu não sei. Mas o que você percebe? Eu acho que existem os dois lados. Existe essa parte da coisa pública, que, às vezes, não faz a coisa direcionada da maneira que tem que ser. E você tem, do outro lado, os proprietários, seja de APA ou de regiões que não estão na APA, que também fazem as coisas que não podem ser feitas. Então, eu acho que tem as duas coisas. Agora, como equacionar isso, é que é a grande sabedoria da história. Que é você não só punir, mas educar. Órgãos como a Emater e outros órgãos públicos teriam que fazer esse trabalho de chegar no produtor e apresentar alternativas. Porque não tem orientação antes. Nessa coisa de 2002, não teve. Mesmo esporadicamente. Um foi multado porque arrou uma área que não podia arar. Mas ele não foi informado se aquela área podia ou não ser arada. Outro que desmatou um pedaço pra plantar uma roça. Ou outro que o terreno era muito íngreme, por exemplo, arrou morro abaixo. É uma questão de orientação. Eu, por exemplo, muita coisa eu não sei, então, às vezes, eu posso errar porque não sei. No caso, quando você pensa no produtor rural... A gente ainda procura meios: se eu quero fazer uma coisa, eu vou na internet ou pergunto pra não sei quem e começo a buscar informações antes de fazer. As pessoas, não. Elas não sabem e nem têm noção desse horizonte de possibilidades que está por trás disso. Não é questão de não buscar informação, é nem saber o que pode ser buscado. Por isso, eu acho que a educação tem que estar muito focada em cima disso, e em cima da ação do dia a dia. Por exemplo, eu trabalho com o Senar⁶¹; eu sou instrutor de apicultura no Senar. Então, no Senar, a metodologia do trabalho é essa. A gente vai pro campo, o cara bota a roupa e a gente vai pro campo pra mexer com abelha, lá, na roça dele, aonde ele está com as colméias dele. Nós vamos abrir as colméias dele, com todos os erros, com todos os acertos que tem e aprender com aquilo. É uma coisa muito focada no aprender fazendo. Eu acho que essa metodologia, eu vejo que funciona muito. Vamos sair e fazer um dia de campo e vamos ver: olha, nós temos essas áreas aqui e tal... Onde é que está ocupado e não poderia estar ocupado? Quais são os erros que a região apresenta em termos ambientais? Nós temos esse ribeirão aqui, e não tem uma mata ciliar. Por que é que aconteceu isso? Eu acho que as pessoas têm muito medo de ensinar assim. Eu coloco muito isso para os professores, aqui. Vai falar sobre o bairro? Anda pelo bairro e fala do bairro andando, olhando e vendo o que é que tem. Eu vou falar de ambiente, então a gente anda, eu posso sair com os alunos e fazer, eu tenho esse privilégio de poder fazer isso. E funciona mais. Então, é sair mesmo na realidade e trabalhar na realidade, não ficar num negócio teórico, que “tem que ser assim, tem que ser assado”. Eu vejo que isso funciona muito no Senar. Como no caso das abelhas, você vai num apiário e está tudo errado. Como é que eu vou chegar pro cara e falar que está tudo errado? Eu vou

⁶¹ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. “O SENAR MINAS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – é uma entidade privada vinculada à FAEMG – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais. Foi criado no dia 7 de abril de 1993 e atua na realização gratuita de cursos, treinamentos, seminários, palestras e uma série de outros eventos que têm como finalidade profissionalizar e melhorar a qualidade de vida da população rural”. (SENAR MINAS. Disponível em: <<http://www.senarminas.org.br/Content.aspx?Code=15&ParentCode=1&ParentPath=None&ContentVersion=C>>. Acesso em 30.12.2008).

dizer pra ele como é que ele poderia estar fazendo. Você aprende com o erro, e com o acerto, também, é claro! Você vai dizendo: “Olha, aqui está legal; podemos fazer assim e tal...”. Eu acho que a educação tem que passar por essa via.

No último dia 5, dia do meio ambiente, nós fizemos, aqui na escola, uma atividade com os alunos que ficou muito legal. Nós saímos com eles e subimos uma montanha. Fomos até lá no alto. Com o primário, que é uma turma menor, a gente foi até mais baixo. Com a outra turma, a gente foi até no topo. E aí, nesse caminho, a gente foi falando com eles. Então, por exemplo, se tinha uma nascente e está desmatada, a gente falava “olha, aqui é uma nascente e está assim, assim e assado”. Eles foram vendo, na realidade deles, o que é que tinha. A mata ciliar, o que é? Quais as espécies que têm na região? Temos o angico, temos o ingá, temos a pitanga... São as típicas da região. E eles guardam. Nós fomos falando, na medida em que fomos subindo e descendo, e depois, quando chegou, aqui, eles fizeram uma produção conjunta; uma produção, não de texto, mas de desenho. E muitos trouxeram a imagem daquilo que eles tinham visto. Então, isso fica pra eles, na prática. Eu acho que tem que passar, mais ou menos, por aí.

Eu acho que o que aconteceu em 2002 foi um chacoalhão. Foi uma coisa que chamou muito a atenção, então as pessoas deram uma acordada pra ver o que é que precisa realmente, como é que é essa história. Até de uma maneira não muito sadia, porque ficou aquela coisa, assim, da punição. E é uma coisa engraçada, porque essas ações, elas têm um lado negativo, mas acabam tendo um lado positivo, porque as pessoas ficam mais alertas, mais atentas para o que está acontecendo. Se você chegar numa palestra e disser que o ambiente está assim, está assado, as pessoas não vão esquentar muito a cabeça com isso, não. Agora, se você chega e coloca a coisa quando vem assim, que dá esse susto, aí as pessoas ficam mais atentas. Tem esse lado que é, até, positivo nessa história toda. Mas eu acho que tem uma questão que vem despertando mais as pessoas. Não se falava, em nível de mídia, de questões ambientais. Só nos discursos políticos que começaram a vender, um pouquinho, dessa imagem da ecologia e de não sei o quê. Mas na mídia mesmo, isso não era colocado. Hoje está mudando. Por exemplo, passou um Globo Ecologia, de 3 meses, só sobre essa questão ambiental. Excelente! Aqui, o alcance da mídia é mais a Globo, Jornal da Globo, e coisas assim. Mas esses programas mais diferenciados, como o Globo Ecologia, o Globo Ciência, a própria Futura, tem muita coisa excelente que está passando sobre essa questão ambiental. Pra criança, muito bom! Mas é uma programação que as pessoas, normalmente, não vêem. É s, SBT, Globo, aquela coisa mais comercial. Mas mesmo nessas comerciais, está aparecendo. Você vê que a coisa está tomando uma proporção grande então começa a aparecer nas redes comerciais, também. No próprio rádio, nas próprias notícias. Acho que isso tem chamado a atenção das pessoas, que vêem que a coisa está mudando, que está ficando séria. Por exemplo, aqui na região, o pessoal tem muito problema com as vacas que urinam sangue. Alguma coisa está causando isso. Câncer de bexiga, sei lá, mas alguma coisa está causando isso. Isso deu um impacto muito grande, um prejuízo financeiro muito grande. Começam a se perguntar: por que é isso? Ah! É samambaia, é braquiária⁶², é não sei o quê. Quer dizer, tem “n” fatores e

⁶² O termo *braquiária* é a designação comum às plantas do gênero *Brachiaria*, da família das gramíneas. Serve de alimento para o gado bovino, que o consome enquanto pasta.

ninguém sabe, exatamente, o que acontece. Mas pode ser uma questão ambiental que está intervindo nisso? Pode. Aí, fica aquela coisa: “Antes não era assim, e agora é assim”. É a samambaia? Mas sempre teve a samambaia, a samambaia é nativa da região há muito tempo. Se antes não tinha esse problema, por que é que está tendo agora? Estão aparecendo problemas que não tinham, esse é um, mas têm outros. “Antes eu plantava minha roça, e minha roça dava tanto, agora não dá tanto mais. O que está acontecendo?” Essas mudanças são sentidas no dia a dia, e as pessoas notam. Notam, especialmente, se ferir o bolso. Se pegar no financeiro, aí as pessoas acordam. Eu acho que a multa faz um pouco esse papel. Elas não deixam de ter esse efeito. Aí, você tem que avaliar se isso é mais benéfico do que maléfico. Mas que tem um efeito... Tem os dois lados, acho. Agora, o grau que tem de cada lado, eu acho que vai depender da ação local. Porque a imagem dos órgãos ambientais acaba ficando negativa. Talvez, nesse balanço entre coisas positivas e negativas, a imagem está negativa. Mas eu acho que o produtor tem uma parcela nisso, também. Tudo bem, ele tem falta de oportunidade, tem coisas assim, mas, tem algo, também, que é um dever do produtor, que ele não está fazendo. Eu acho que ainda precisa caminhar muito.

Eu acho que a mídia tem um papel de formadora de opinião muito forte, e forma uma opinião errada. Acho que as pessoas não são culpadas, mas elas são produto do meio e o meio está errado. Na verdade, nesse contexto todo, você tem que mudar muita coisa. Uma TV, aí, de longo alcance, como a Globo, se ela trabalha essa coisa da educação, sério, e não o Serginho Groissman falando um minutinho de uma coisa que não tem nada a ver... Fala que aquilo é “educação”, por exemplo: como é que escreve a palavra “x”? É com “x” ou com “ch”? Isso é coisa pra boi dormir, pra inglês ver, isso pra mim não é educação. Eu acho que na própria novela... Você cria uma novela das seis, por exemplo, e põe um monte de coisa interessante de ecologia, de manejos que deram certo, estradas rurais, como que elas deveriam ser com os diques secos... As pessoas vão ver aquilo. Imagina uma cena, um cara fazendo um troço, lá no meio rural: “Olha, isso aqui deu certo. Eu tinha um problema “x” e resolvi o problema, só com essa ação”. Vai ter um alcance absurdo. Mas essas coisas não são feitas. Há uma falta de disponibilidade das pessoas, as pessoas estão muito focadas no econômico. E hoje, estão começando a ter problemas no econômico, porque ele é fruto de uma série de coisas que estão de alicerce, ali. Por exemplo, se eu não tenho um controle natural legal, a minha pastagem também não vai bem, aí a praga da lavoura vai aumentar... Tudo isso acaba caindo no econômico, mas isso não é visto. Essa relação não é vista. Então, se ela não é vista, perde o efeito. Tinha que enxergar que a produção de leite está relacionada com os bichos da mata nativa, que fazem o controle biológico dos bichos que atacam o gado, por exemplo, uma relação dessas. Ou que a diversidade, ela faz bem porque, ao invés de eu comer um negócio só, ou se minha vaca come só braquiária, ela vai ficar doente. Agora, se ela comer um monte de coisas... É que nem eu, se eu comer só arroz, eu vou ficar desnutrido. Essa relação, ela precisa ser mostrada, que as coisas estão ligadas e todas são dependentes umas das outras, é um elo. O que o ser humano está fazendo? Quebrando esses elos e fazendo um troço solitário. Então, não funciona. Eu acho que passa por tudo isso.

E por tudo isso as pessoas estão indo embora. Principalmente os jovens. Eu acho que a educação que nós temos na zona rural, e também a mídia, contribuem com isso. Onde estão os

valores? Estão nos grandes centros. Lá, tudo é bonito, tudo é lindo, tudo é fácil, tem emprego, tem isso e tem aquilo. Tudo que tem de bom está lá, aqui não tem. Aqui, é difícil o transporte, a estrada é de terra, a gente atola o carro no barro, as pessoas não são lindas, bonitas, arrumadas, pintadas e essa coisa toda. Fica muito essa coisa do valor estar fora e não estar dentro. A gente tem sempre uma educação assim, de que tudo o que é bom está fora de mim, não está em mim. Tudo o que está bom está fora do meu lugar, não está no meu lugar. Então eu acho que isso pega. Eu percebo isso nos alunos. Como meus alunos são de zona rural, eu percebo o seguinte: que os pais dizem pros filhos que a zona rural é ruim. Que ele trabalha no braço, ganha pouco, que é muito sacrificado... E, aí, então, o que ele quer para o filho dele? Ele quer o emprego da cidade, porque o valor está lá, fora. E nem assim eles dão o valor pra educação. Parece que vai ser meio mágico, ele estuda aqui, e vai lá, e arruma o emprego. Os alunos não valorizam muito a escola. Quando ele sai, faz o caminho que o pai quis que ele fizesse. Mas aí, pra arrumar o emprego, exigem dele a escolaridade. Aí eles voltam aqui – e eu já tive muitos casos desses – e dizem: “Olha, aquilo que você falava pra gente, que a escola era muito importante...”. Aí, só aí eles vêem o valor da escola, porque lá eles foram exigidos. Aqui, por exemplo, se ele faz a 8ª série e fica na zona rural, isso aí não tem valor nenhum, a escola não serviu de nada. Se a escola não servir pra promover ele pra fora, a escola não serve de nada. Então, pra que é que eu preciso da 8ª série pra ficar na zona rural? Então, tem disso, eu vivi muito isso. Eu sou nascido e criado na roça, meu pai mexia com leite. Eu fui embora porque os valores estavam lá fora. Lá fora, estudei, me formei. E tive a percepção de que não era nada disso, pra mim os valores estão aqui. Então eu voltei. Mas pra perceber isso eu tive que sair. Pra perceber isso eu fiz o caminho de ida e de volta, o retorno. E tenho muitas dificuldades em ter retornado. Talvez, o salário que eu teria lá fora, eu não tenho aqui. Talvez, as facilidades que eu teria lá fora, eu não tenho aqui. Mas o que é que eu consigo ver? Que tem outros valores que não são esses. E esses, eu tenho aqui. E esses valores a mídia não mostra. Isso não se conta na mídia. É um assunto instigante! Quando a gente fez a caminhada pra subir a montanha, no dia do meio ambiente, minha esposa estava junto, ela é bióloga também. Nós estávamos com 56 alunos, lá em cima, e nós perguntamos pra eles quantos estavam satisfeitos de morar aqui, do jeito que eles moravam. Parece que foi um negócio de 14 ou 16 em 56. Então, quer dizer, 40 querem ir embora. Não estão satisfeitos de morar aqui. Depois, eu e a Jaqueline, que é minha esposa, estávamos discutindo isso, e ela falou assim: “Quando você faz uma avaliação, você tem que tomar cuidado, porque ela tem muita coisa pra você olhar nela. Marcos, a gente tem que ver o seguinte: a faixa etária, o adolescente...”. Claro. Porque, por exemplo, hoje, eles não querem estar aqui, mas quando passar essa fase, pode ser que eles queiram estar aqui. Nessa avaliação, a gente tem que tomar cuidado com ela ao falar: “Não. Está todo mundo insatisfeito, todo mundo quer ir embora”. Não é bem assim. O adolescente, ele quer sempre ir embora, ele quer algo novo, está na busca, na descoberta, é normal que eles queiram ir embora. Tem isso, essa coisa da insatisfação deles, o que é normal da idade.

Sobre essa questão dos valores: os valores estão aqui ou estão lá? A gente discutiu isso com eles. Perguntamos isso pra eles: por que é que as pessoas estão vindo pra cá e comprando terras aqui, e querendo morar aqui? Isso está cada vez mais forte. O Matutu, hoje, está todo

ocupado com pessoas de fora. Nogueira é um lugar que tem bastantes pessoas de fora. Cangalha, e aqui no Tamanduá também. A pessoa faz uma casa e tem um lugarzinho, um cantinho pra descansar do stress da cidade. Questionamos o porquê das pessoas estarem fazendo isso. É sinal de que os valores não estão lá. Se as pessoas estão saindo de lá e vindo buscar aqui, e a gente está buscando lá, o que é que tem de errado nisso? Começamos a discutir isso com eles. Eles começam a ver as coisas, a gente estava dando esses toques pra eles começarem a perceber isso. Se as pessoas estão vindo buscar alguma coisa aqui, é porque isso aqui está interessante. Tem alguma coisa boa. E o que é essa coisa boa? O que é morar lá fora? Acho que uma coisa que falta, muito, aqui, é as pessoas saírem e verem a realidade lá fora. Aí, sim, eles podem confrontar as duas coisas e fazer a escolha. Se eu não tenho o outro parâmetro, como é que eu vou escolher? Eu estou até pensado que, talvez, uma grande coisa da escola seria mostrar essa outra realidade, porque essa aqui eles já sabem. Talvez não enxerguem a importância dela, mas eles conhecem essa realidade. Talvez, se eu levar eles pra São Paulo, e a gente passar um dia em São Paulo e voltar, talvez o efeito seja interessante... Talvez o grande motivador, que a gente fica procurando o tempo todo na escola, seja esse, o de mostrar áreas degradadas, cidades degradadas, coisas degradadas... Aí, eles iam falar: “Nossa! Agora estou vendo as duas coisas.”

“Seu” Joaquim Bernardo e “Dona” Mariana – Aiuruoca, 20 de junho de 2008

SJ: Eu sou de lá do Matutu. A minha família, o meu pai, meu avô é de lá. O meu pai se casou, morou em Jacareí um pouco, e depois ele veio pra cá e ficou aqui. Eu nasci aqui, a família dele nasceu quase toda aqui. E ficamos aqui, até hoje! Meu pai era um homem muito trabalhador e graças a Deus ensinou, a nós, a trabalhar e a lidar com os outros. Dever e pagar, tratar e cumprir. Ele era homem de amizade. Morreu novo, com 42 anos. Eu vou falar pra senhora, ele era um homem que, se ele durasse, aí, uns 60 anos, ele tinha comprado muita terra. Essas terras que a senhora vê, nessa grota aqui, eram todas dele. Hoje é que os irmãos foram vendendo, foi passando... Mas era tudo dele, compradas no braço! Eu ainda lembro um pouco. Quando ele morreu, eu era novo, ainda. Ele colhia muito mantimento. Naqueles tempos não tinha estrada, levava no lombo de um burro, lá pra Carvalhos, pra vender. Ele era sacudido... Porco, criava... Aí, engordava vinte, trinta, tudo de uma vez. Ah, ele era sacudido. Aí nós tínhamos que trabalhar mesmo. Nós sofremos! Trabalhava dia inteiro e, de noite – ele tinha uma leitura boa, sabe –, de noite tinha que estudar, rapaz! Ele metia a mão na gente. Ah, batia. Mas coitado, é engraçado até, ele perdeu o tempo dele todo, porque quem aprendeu um bocadinho foi só eu. O resto não. E era 15, ao todo. Aí morreu 3, ficou 12. Eu estudei com ele, aqui. E eu já estava adiantado! Já estava estudando manuscrito. Hoje não usa mais, o livro está aí, até hoje. Quando ele começou a me ensinar a fazer conta, ele teve úlcera. Operou, mas naquele tempo úlcera era um veneno, morriam quase todos. Ele operou e, depois, ele facilitou, carregou peso... Morreu.

A gente gosta de fazer plantação. Mas fica muito dificultado, porque não pode fazer. Porque eu ainda arei ali um pedacinho pra mim plantar e me multaram com três mil. Três mil.

Um pedacinho à toa! E tem a candeia. Tá tudo perdendo, aí, no mato. As cercas, as divisas, tá tudo acabando. E não pode cortar candeia pra gente cuidar dessas coisas. Dinheiro pra comprar, a gente não tem. E ter em casa e perder? E agora? Como é que vai dispor de dinheiro? E o campinho, aí, que servia pra um pastinho... Não pode fazer nada; tá isolado, aí, à toa. A gente não pode cuidar em nada. Nem um pau seco que cair a gente pode pegar. Eles não autorizam, não. Eles ainda falam: “Se você quer tirar, você tira”. Mas autorizar, eles não autorizam. O curral acaba, não tem jeito de renovar porque não pode cerrar um pau, não pode nada. A gente fica dificultado. Tanto que acontece igual ao Zé Pedro e mais outros, que vai abandonando e vai indo pra cidade. E, aí, é ruim.

Aqui, eu mexo com umas vaquinhas, mas é pouquinho, só a conta de alimentar. O que eu cuido é disso. O dinheiro que eu tiro é das vaquinhas. Agora, não tá tendo jeito de cuidar, porque não pode cuidar em nada; não pode arrumar uma cerca, não...

DM: E ainda pra ter as vaquinha é caro. Tem que comprar farelo.

SJ: Tem que comprar farelo, é remédio, é tudo. E aqui é serra, o pasto é fraco. Planta cana, e a cana não sai, é um ano, só, e depois acaba. E a gente fica apertado aí. A gente, além de estar precisando, perde o que tem em casa. Aí tem que comprar ou deixar sem fazer, porque eles não autorizam. Ao menos, se eles autorizassem pra gente usar e gastar ali, aonde precisa no terreno, pra arrumar uma cerca, uma cerca de divisa. Que tem que arrumar, mesmo, eu provo, mostro pros outros. Tá tudo caindo, com madeira branca que a gente põe, às vezes, pra levantar a cerca.

Lá em 2002 eu fui multado com três mil. Foi dessa vez, em 2002, foi que eles me multaram com três mil. Era pra plantar milho. Ele me multou e não deixou cuidar mais. Não é pra pôr a mão ali. Aí, perdi o serviço. Foi porque eu não sabia que não podia. Eu sabia que não podia cortar árvore na beira da água, e tal e tal. Mas que não podia arar, eu não sabia. E eu arei. Na beira d'água, e tinha que deixar trinta metros. Mas eu não sabia. E ninguém nunca me falou nada antes. Falou depois. Igual à mulher, vizinha, aqui, que ela está por dentro dessa coisa toda. Ela viu o trator entrando pra arar. E ao invés de mandar falar pra mim “olha, fala pra ele que não pode arar, se arar, vai ser multado”. Não falou nada. E quando foi de tarde – foi um dia só de trator, foi umas horinhas, só – quando foi de tarde Florestal já chegou aqui. Foi os daí de Aiuruoca. Aí eu acho que eles não quiseram falar nada, e fizeram como quem não conhecia nada. “O senhor tá arando?” Tô. “Acabou de arar?” Acabei. Era um pedacinho só. Ainda pegaram uns frangos e foram embora. No outro dia, veio um lá de Itamonte, e me multou com três mil. Aí me deu um trabalho. Eu nem sei se acabou. Eu corri atrás disso pra burro! Depois, com um ano veio uma cobrança de cinco mil. Aí eu mandei recorrer. Veio uma intimação pra mim ir em Belo Horizonte. Entrei com um recurso, que eu não podia ir, porque eu não podia viajar de carro. Perguntei se eu podia ser ouvido mais perto. Depois de passar mais um tempo veio uma intimação pra mim ir em Varginha. Aí, lá em Varginha, eu fui porque é mais perto. Tive que alugar carro. Essas coisas dá trabalho pra gente. Acho que lá em Varginha resolveu alguma coisa, porque lá foi a última vez que eu fui. Já deve estar fazendo uns cinco anos. A multa eu não paguei. Paguei advogado, essas coisas. Mas, além da

Varginha, depois, veio outra intimação pra mim. Aí, eles queriam me prender. Conversei com o advogado meu que fez a defesa pra mim. Ele era lá de Pouso Alegre. Liguei pra ele e ele falou: “Não, o negócio que eu arrumei pra você acabou. A multa acabou. Agora, eles querem te prender”. Mas aí, lá fora, entrou um deputado a meu favor, nesse caso, e eu acho que resolvi. Depois disso, nunca mais. Por enquanto tá quieto. Mas não sei se acabou.

Depois desse acontecido, já veio gente aqui pra explicar, mas só pra explicar negócio de fogo. Veio o pessoal do IEF. Falaram que era pra mim aceirar o que é meu. Eu falei pra ele: “eu não te prometo nada, não. Porque não tem jeito de eu fazer aceiro e não tem ninguém fazendo aceiro. O que eu posso fazer é, se aparecer um fogo por lá, eu corrigir e dar jeito de apagar. Mas, fazer aceiro, eu não te prometo nada, não; se os outros fizerem, eu faço”. Eu mostrei pra ele aquela vertente lá no alto, que é divisa. Como é que faz aceiro lá? Não é nem problema de precisar de gente pra fazer. É que não tem jeito, mesmo. Nessa serra, justamente, não dá pra fazer. Tem lugar que não vara. É cerro, não vara. Eu falei pra ele que, em toda a minha vida, eu não gosto que o fogo queima aonde não é pra queimar. Então, a gente cuida mesmo. “Não precisa vocês vir avisar, não, porque a gente não gosta de estragar com fogo”. Eu já sei disso. Eu fui criado assim, com meu pai. Em dia de queimar campo, a gente esperava dar uma chuva boa, brotar um bocado, porque aí o fogo não ia entrar no mato. Chovia hoje, amanhã dava um solzinho, pronto, vamos queimar o campo. E o fogo só queimava onde era pra queimar. Mas depois que o Florestal entrou com essa lei deles, eles proíbe e ninguém queima. Além de fazer falta, é perigoso, porque se a gente não queima com cuidado, o dia em que aparece um fogo, queima muito, e não apaga. Na seca, principalmente. O ano passado, precisou vir até avião pra apagar o fogo. O sujeito passa fumando, joga fora, se pegar um estrume de cavalo, incendeia. Depois, não aparece quem pôs e quem não pôs, e fica queimando. E pra apagar não é mole, não. Agora eles falaram pra mim: “Você sabe que, se aparecer um fogo no que é seu e estragar, você vai pagar?” Eu falei: “Não, eu não pago, não. Às vezes, eu estou trabalhando, e aparece um fogo, e eu não estou por perto, e eu é que vou pagar? Não!”. Eu posso corrigir, acabar com o fogo. Mas eu ser responsável? Passa um cachaceiro, um tonto, e põe fogo, ou um malvado que, às vezes, não me gosta, e põe fogo lá, pra fazer maldade pra mim, e eu que pago? Minha divisa é lá no alto. Se passar um mau humorado que põe um fogo lá, de malvadeza ou qualquer coisa, eu que pago? Não.

Quando eles liberavam pra queimar, eu tirava a guia. Tirava a guia e só queimava o campinho. Eu esperava chover, as candeias ficavam todas verdes. Mas agora, de uns três anos pra cá ou quatro, eles não quiseram mais liberar. Liberou o que é pareado comigo, o João Nereu queimou. Mas eu fui tirar a guia e eles não quiseram me dar a guia, não. Disse que o meu terreno tava muito dentro do APA. Muito perto. Porque tava dividindo com o APA. Aqui tá fora. Mas tá perto. Então não autorizou, não. Eu queria que eles fizessem assim: “Joaquim, você queima; mas se fizer estrago, você vai pagar a multa”. Eu estou sabendo, não vou queimar o que não pode. Aquilo me serve. Serve pras criações comerem. Porque o campo, se não passar um foguinho nele, nada come; só come o broto. Agora, fica um terreno, aí, onde eu fico pagando imposto dele e eu não posso trabalhar... O que tem nele é candeia e o campinho. Até já quiseram comprar aquela parte, mas não quis vender. Porque, se eles comprarem, aí é que não pode tirar nem um pedaço de pau, mesmo. Então, eu não quis vender porque, mesmo

eles não deixando cortar, se eu tiver muita necessidade, eu vou campear uns secos, que já morreram, e vou usar. Agora, se eu vender, não pode nem entrar lá. Aí piora. Pau seco e morto eu pego pra necessidade minha, correndo perigo. O Paulinho Senador comprou um terreno perto da casa de Zé Mauro, e fez a cerca no corredor. Por causa disso foi multado em seis mil. Ele tinha que fazer essa divisa, porque tem estrada, tem corredor. Ele tinha que fazer! Mas não teve jeito, pagou seis mil de multa.

Depois da multa eles me orientaram assim: “Se for arar, tem que respeitar trinta metros da margem do rio”. Mas eu não sei se é quinze de cada lado ou é sessenta. E arar pra baixo, na direção de descida, também não pode. De trator, não pode não.

Candeia? Eles não autorizam, não. Mas acho que se for em Andrelândia, se for lá falar com eles, acho que pode. E a cerca fica acabando e a criação da gente, amolando o vizinho. E a do vizinho estraga o que é da gente, no ponto de surgir briga. Porque as divisas sempre são assim: a senhora divide comigo, então metade da cerca é sua e metade é minha. Então, quando passa na da gente, a gente tem que corrigir. Mas candeia não pode usar, não. Tem que comprar eucalipto e o mourão do eucalipto, além de ser caro – e a gente não tem dinheiro pra cuidar da vida – além de ser caro, não atura nada. Apodrece à toa. A candeia dura. Se for o cerne, eu vou falar: conforme o pau, dura a vida de uma pessoa. Eucalipto, não. Ele estraga. Ele não agüenta, não.

Esse negócio de lei ambiental, eu vou falar pra senhora. É de uns tempos pra cá. Faz tempo que tem. Aí, é multa. Não pode caçar, não pode fechar passarinho e não pode cortar na beira d’água. Tem que respeitar. Isso a gente tá vendo que tem mesmo. E se eu estou precisando de uma água, eu vou devorar ela? É claro que não! Isso nem precisa eles orientar. Cada um cuida das suas nascentes. Mas, de primeiro, nós queimava, roçava um palmo, dessa grossura. E depois, quando não queimava direito, nós enfogueirava, queimava aquilo tudo, limpava e plantava. Agora, não pode. Roçar? Não pode. Queimar? De jeito nenhum. Mas quando a gente fazia antes, era tudo sem destruir. Conforme eu tô falando pra senhora, pra queimar um roçado, a gente capinava um tanto e aceirava pra queimar só o roçado. Era assim. Todo mundo. Agora não pode e pronto.

Eles só explicam quando a gente faz errado. Estando quieto, ninguém vem orientar. E pra gente procurar, é tudo longe. Eu só vou pra cidade se for preciso, pra ver um remédio e fazer compras. Agora, criam essas leis, lá longe, e a gente não sabe. Por isso eles me morderam aqui. Eu não sabia que não podia.

DM: E o Zé Pedro, coitado. Fiquei com tanta dó, deixou uma casa boa aí. Hoje ele mora dentro da cidade.

SJ: Pois é isso que acontece. Essas capoeiras que a senhora está vendo, quando eu era novo – porque eu nasci e me criei aqui – era tudo pasto. Com esses apertos, não pode cuidar de nada. Então foram indo pra cidade, foram largando... Hoje, muita terra de planta tá aí, largada. O povo acabou abandonando. Ninguém quer mato mais, porque não pode cuidar de nada. Igual aqui... Pago o imposto, cuido, mas se eu precisar de plantar, não pode. Se eu

facilitar de roçar, ao invés daquilo me servir, eu tenho que enfiar a mão no bolso... E ainda levo processo em cima.

DM: Por isso tem muita gente indo embora. Nossa Senhora! E muito!

SJ: O Zé Pedro, o que é dele, acabou. O mato está entrando dentro de casa. O pasto, largou mão... Ele ainda não vendeu a terra.

DM: Ele tá pedindo caro. No mato, quem é que vai dar?

SJ: Aqui, pra vender um terreno, tem que ser cultivado. Pro sujeito comprar uma vaquinha e pôr ali, ou um gado solteiro, pra fazer uma internada. De outro jeito, só se for pra gente de fora, que quer capoeira mesmo. Aqui piorou muito depois que começou a entrar gente de fora. Porque eles comprem um terreno cultivado e larga mão. Não compra pra roçar. Então, os daqui, do mato, nós estamos sendo expulsados pelos de fora! Eu moro aqui, nasci aqui. E tem uma mulher que mora ali, danada pra perseguir. Ela é de fora, acho que de São Paulo. Se ela ver eu cortar um pau, ou com um pau na cacunda, ela me multa. Então, aborrece a gente e a gente já vai saindo... Vai indo embora daqui. Ela melhorou um pouco, porque ela foi pra cidade. Mas quando acontecia de sumir um bezerro meu, que às vezes cai num buraco, qualquer coisa assim, e eu ia campear, ela ficava me seguindo. Pra ver o que eu ia fazer. Essas coisas vão aborrecendo o povo do mato.

DM: Aí, muda pra cidade e morre de fome. E fica largado, fumando porcaria. Então, ficando na roça é melhor, porque fica entretido no serviço e não pensa nada quanto é ruim.

SJ: Esse povo de fora que vem pra cá, a maior parte está com a vida feita. Uns aposentados, outros que têm um ganho bom, aí vai pra fora, trabalha dois, três dias, uma semana no mês e ganha aquele dinheirão. Esse povo vem pra empregar dinheiro, mas não cuida de nada. A maior parte não cuida de nada. Eu não me importo. Eu quero assim: vem um de fora e compra um terreno pareado comigo. Ele que cuide do jeito dele. Mas não mexe com a minha vida. Deixa que, o dia em que eu fizer errado, eles vêm e me multam. Porque o pior do mato é o pessoal do mato! Não é “IBAMBA”, não. Porque eles estão pra lá. Muitas coisas você faz errado, mas eles não estão vendo. Mas se a senhora está com um linguarudo dentro de casa... Se ele vê você cortar alguma coisa, ele já corre lá e liga pra Florestal. Eu não quero prejudicar nada, eu sou assim. Essa mulher mesmo, que eu falei. Depois que eu arei e ela me denunciou e eu fui multado, ela arou beira de rio, também. Aí eles falaram pra mim: “Vai lá e deda ela.” Eu falei: eu não. Por enquanto, eu não paguei nada da multa, graças a Deus já vai indo, e eu não vou mexer com a vida dela, não. Eu gosto assim: cada um cuida da sua vida. Se não for pra orientar no que é bom, no que é ruim não precisa. Porque, eu vou falar pra senhora, seja a Florestal, seja o que for: andar na linha, certinho, ninguém anda. Todos têm o seu “rabinho de coelho”. Tem. Todo mundo que cuida, é negociante, tem umas coisas que ele vende sem nota... Aqui, todo mundo tem aonde o outro pegar. Então, vamos parando porque,

se for pra legalizar todinho, só se a senhora sentar ou ficar deitada, fica deitado quieto e não cuida de nada. Se deve, não paga. Se trata, não cumpre. Porque a gente, nós, do mato, principalmente – mas acho que é todo mundo –, pra andar direitinho e não dar prejuízo pros outros, a vida é custosa. Eu sou assim: a gente tem que cuidar do que tem, aproveitar o que Deus deu, pra não ser pesado pros outros, não estar dando prejuízo pros outros, não ser preciso avançar no que é do outro, roubando.

DM: Conta o caso pra ela, Joaquim, da mulher que quer fazer outro caminho pra ela sozinha. Explica pra ela.

SJ: Ela quer um desvio, sabe. Ela queria pôr um mata-burro na porteira. Eu não concordei. Aí tocamos uma demanda e tudo. Fomos lá e a juíza falou: “Vocês entrem num acordo, porque é melhor. A porteira é na porta de sua casa, então mata-burro não pode pôr. Mas você também tem que dar o desvio pra ela. Tudo por conta dela. Ela é quem faz, ela é quem está precisando”. Ficou arrumado assim. Mas ela não fez. Já faz uns três anos. Esses dias agora, eu arrumei uma carregadeira pra aterrar um curral pra mim. Pois ela viu eu trabalhando ali e falou pra aproveitar e fazer pra ela. Acredita?

O Marco Túlio, eu fiquei com dó dele naquela ocasião, quando foi multado. O homem descampou um cantinho pra fazer casa pra ele morar. E processaram ele, eu não sei se venceu. Eu me encontrei com ele hoje e ele falou que está brigando ainda. Ele é sabido! Ele é instruído! Não é bobo não. Mas ele até ficou mal de saúde. Eu achei errado. Lá naqueles lados não é mina d’água, não é nada, não é mata. E ele não poder fazer a casa dele lá, gente! Tem certas coisas que fica dificultando a pessoa. E o plano dele era bom, de fazer uma casa lá, pra ele morar... Brecou tudo. As coisas nem tem lá onde ficar. Eu achei aquilo errado. Tem um homem que mora aqui, o Guilherme. Ele tem numa pousada lá em cima. Multaram ele em setecentos mil! Agora estão pelejando pra tirar ele de lá. Mas se o homem comprou e fez pousada, cuida, é de lá que ele vive, querem tirar ele de lá e levar pra onde? Então, tem é que comprar dele e pagar o que ele gastou.

DM: Coitado! Eu tenho muita dó dele. Ele é um homem muito bom.

SJ: Eu conheço ele. Esse aí não ofende ninguém, esse tal de Guilherme. Na verdade, ele cuida das coisas dele. Não amola. Vê o que vê e não amola. Eu não sei por que multaram ele. Lá é alto. Nem de carro não pode ir lá mais. Ele construiu uma casa só de pedra. Tudo catado aqui no campo. Pura pedra. Na época que ele fez, podia. Hoje não pode tirar pedra. Não! Pedra solta, não to falando de cavoucar. Eles não deixam tirar nem pedra solta. Estou arrumando o curral, tava uma buraqueira, vaca caindo dentro do curral. Aí aterrei ele e estou mandando ladrilhar. Eu vou tentar tirar pedra já arrancada, tentar catar essas pedras, porque o dia em que eles vierem ver, eu vou falar: “Vocês olhem aonde eu tirei as pedras, pra ver se eu cavouquei”. Vou fazer assim, pra tentar ladrilhar o curral. Pra poder juntar um esterco pra pôr numa horta e ficar bom.

DM: Angela, pra viver nesse lugar aqui, não tá certo, não. Está muito erradíssimo! Outro dia veio uns quatro ou cinco, não é Joaquim? Queimaram lá em cima, no alto. Criatura do céu! Vieram apertar a gente, pra ver se tinha notícia, se sabia quem era...

SJ: Foi a vez em que veio avião pra apagar. Eu falei: “Chega. Estou cuidando da minha vida. Não quero saber dessas coisas”.

DM: Eles vêm pra procurar, pra saber. Eu fiquei chateadíssima com aquilo.

SJ: Depois, quando brotou pasto e apareceu gado por lá, voltaram outra vez pra perguntar da marca, se eu sabia de quem era o gado. De quem fosse o gado, era quem tacou fogo. É um homem de São Paulo, esse que ficou apertando a gente pra saber. É do “IBAMBA”.

DM: Apertando o velho de novo... Ah, não! Que inferno! Olha aqui, se existir o inferno, nós estamos nele, aqui. Eu tenho uma filha que mora no Rio. Ela fala que lá é muito melhor. Eu falei que ela devia vir embora. “Ah, não, mãe. Aqui ganha dinheiro. Aqui gasta, mas aqui ganha dinheiro. Eu vou embora pra aí e o que é que eu vou ganhar? Eu não vou ganhar nada”. Eu falei: “Tá certa, você não está errada”. Eu tenho muita vontade de sair daqui porque aqui a gente não agüenta não. Eu não quero – eu falo de verdade – eu não quero ficar aqui.

SJ: E eu, se deixar por minha conta, eu morro aqui. Eu vou pra Aiuruoca, pra cidade, e se eu pousar, no outro dia eu quero vir embora. Hoje a senhora me vê na cidade, amanhã a senhora nem vê. Ela me dá vergonha, a cidade, me dá vergonha. Tanto que, quando eu vou na cidade, meus amigos de lá até se preocupam, “o que é que aconteceu, tá fazendo o que aqui?”. Eu só vou se preciso, mesmo. Nasci e me criei aqui. Já estou com 75 anos, graças a Deus. Minha peleja tá aqui. É duro, mas eu estou dando graças a Deus. Eu falo pra ela que se ela quiser ir, ela vai. Mesmo sendo assim, difícil. Prefeitura, por exemplo. O que pode servir a gente, eles não arrumam. Já faz uns dez anos ou mais que eles estão medindo aqui, estão fíncando “estaquinhas”, e a luz não sai. Aqui é luz de gerador. Pôs luz em duas casas aí pra cima, e aqui, nada. A senhora achou a estrada ruim? Agora está ótima! Agora é que nem se fosse asfalto. A senhora precisava ver antes. Aquela construção do outro lado ficou parada um tempo porque o caminhão não passava na estrada. E essa estrada aqui, quando fez, fomos nós que fizemos do nosso bolso. Foram três pessoas que fizeram: eu, um tal de Mauricio e o Sidnei. A prefeitura não quis fazer, aí nós fizemos.

Antigamente eu plantava mais. Eu plantava muito porque a minha família estava reunida, eles trabalhavam todos comigo. Não vendia, era só pra casa, mesmo. Agora não dá mais... O leite, a gente vende. Mas tem que levar. Quando a estrada está ruim, nós levamos o leite lá embaixo. Às vezes chove e o caminhão não sobe. Levo no lombo do burro. Nós levamos naquela fazenda que tem lá pra baixo. Quando chove, até eles têm que levar lá

embaixo. E o preço do litro de leite... Tá baratinho. O mês passado eu vendi a R\$0,59 o litro, agora melhorou um bocadinho, agora foi R\$0,65. Tem bem uns compradores. É engraçado, os pequenos têm preço classificado: se tirar menos de cem litros paga pouquinho; se tirar bastante, de cem pra cima, duzentos, quinhentos litros, aí eles pagam bem. O sujeito que tira bastante leite, ele já é forte, ele pode comprar um gado bom e tratar melhor. Mas a gente, aqui, apertado, já possui um gado mais fraco, a gente não pode tratar.

Dirceu, filho de Joaquim Bernardo

A multa que o meu pai foi pagar, ele não sabia que não podia roçar capoeira. Madeira, todo mundo sabe que não pode cortar. Mas o pai arou a beira (do rio)... Era pasto. Ele arou e tacaram a multa no pai. Nossa senhora, ele ficou todo aborrecido. A senhora vê, eu fui criado com canjiquinha, que não tinha condição de comprar arroz. Nós trabalhava no mato, ia pro mato cedo e só voltava de noite. Nem estudar nós não estudou, uai. Que não teve condição de estudar. E o Ibama chegou aí, chegou pondo bronca! Você tem uma terra e você não pode plantar nada pra comer! A pessoa tendo um pedacinho de terra, e não estando fazendo bagunça, ele tem que se alimentar, tem que plantar, senão não adianta possuir uma terra! Do que vale uma terra se você não pode plantar um nada na terra, num pode mexer na terra, que adianta ter a terra? O pai falou pros cara que multou ele: “eu vou fazer um negócio. Eu vou pegar as terras, vou vender, vou comprar uma arma de fogo pra cada filho. Nós vamos entrar no banco e ir matando, porque vocês querem é isso, porque a pessoa tá trabalhando e vocês estão importunando. Então eu compro uma arma de fogo e aí entra no banco e vai roubar, matar, que é assim que vocês gostam”. Aí o cara falou “que é isso, o senhor tá nervoso”. E o pai falou “não, nervoso não, é que isso dá raiva na gente”. O pai criou a gente, a gente foi criado tudo nessa terra aí. Diz que não pode cortar candeia, e olha, daqui uns anos, vai soltar gado aqui e vai pegar o gado lá em Caxambu, São Paulo, o gado vai andando. Porque a pessoa tem que autorizar pra fazer uma cerca. Então não faz. Aqui mesmo, olha: é divisa. Se não fecha, fica comum, aí solta gado e vai lá pra baixo, solta lá e vem pra cá. Aí eu falei pro pai, “o senhor tem que conversar”, e o pai falou: “não converso mais nada! E não corto madeira mais”. E eu falei, “mas esse negócio não pode ficar assim, não, pai”. O negócio é pro uso da pessoa, não é desmatar nada... Mata não pode desmatar, porque se começar a desmatar, acaba a água, e é ruim pra nós mesmos. Aí o cabra fala assim: “mas aqui a água secou tudo!” Mas secou e não é dizer que desmatou, não, é de tanto vocês ficarem em cima, Deus lá de cima tá vendo, vocês estão errados e Ele manda secar a água de um lugar que nunca foi roçado. Que tem lugar lá que nunca foi roçado e secou a água. Tem uma água lá que não usa, e secou. Aí vem e fala que é por causa de ter roçado, e não tem nada a ver com isso aí, não. De primeiro, nós roçava mata, só na beira d’água não roçava, roçava onde ia plantar, plantava milho, chovia o mês inteiro, a água tinha com fartura. Aonde você chegava tinha água. E agora, aonde nunca foi roçado não tem água. Aí eu falei “ó, pai, alguém tem que dar uma prensa nesse povo, porque nós tem que viver na terra, senão tem que ir pra cidade, então, ué”.

Gilberto – Aiuruoca, 21 de junho de 2008

Eu acho que, pra você entender a história de Aiuruoca, você tem que entender a história do Estado de Minas. Aiuruoca foi a 12ª cidade a ser fundada no Estado de Minas, entre mais de oitocentas. Isso tem um significado. Com relação à fundação, a data oficial é 1706, essa é a data que está na internet e que todo mundo conhece. Mas o que era considerado, na época, era a data da construção da paróquia, porque quem mandava era a Igreja. Então, a paróquia de Aiuruoca é que é a 12ª paróquia do Estado. Por aí você vê a importância do lugar, porque, pra ser elevada à paróquia, pra ter uma igreja, a importância dela no Estado era muito grande. Porque fundação é quando o cara pegou o ouro daqui, e levou na casa de fundição de ouro de Taubaté, pagou o quinto pro rei e deu o manifesto. Então, o rei tomou ciência daquilo. Mas a região já existia, já se sabia da região porque já tinha chegado gente aqui em 1692. A fundação em si é apenas uma parte burocrática. O registro de gente na região é de 1692. Tem uma carta do padre João de Faria Fialho⁶³, que era de São Sebastião. Ele descreve: Do pico, que é o Pico do Papagaio, avisto Baependi, avisto Ibitipoca... Tanto que Aiuruoca, Ibitipoca e Baependi são da mesma idade, as três. Depois, ele mandou essa carta. Se você acessar a internet, vê que a carta é de Bento Pereira de Souza Coutinho. A data que se vê é 1694, mas essa é a data de quando a carta chegou a Portugal. Mas a carta foi escrita em 1692, pelo padre João de Faria Fialho. Mas por que é que o padre João de Faria Fialho chegou aqui? Porque, em 1532, Martim Afonso de Souza chegou em Itamonte. Então, você pode ver que a região é de 1532, quando teve a primeira entrada, mesmo, em Minas, quando começou aquela coisa. Então aí já teve a formação de Aiuruoca? Não. Mas aí começou. Quando teve o manifesto do ouro, que todo mundo ficou sabendo que tinha ouro, e os relatos sertanistas descrevem o Rio Aiuruoca como uma cobra dourada. O quê eles querem dizer com isso? Que era tanta pepita de ouro que não precisava batear, era de aluvião. Você pegava e pronto. Você imagina o Rio Aiuruoca “dourado”, como eles falavam, uma “cobra dourada”? Então, o que aconteceu? Desceu todo mundo! Veio todo mundo pra cá! Começaram a vir as primeiras famílias, os primeiros sesmeiros, as primeiras sesmarias... Mas, quem eram esses? Na sua maioria, portugueses. Do reino, os menores começaram a vir. Já tinha alguns índios. Aí você tem jesuítas... E esses portugueses, de que parte de Portugal eles eram? Vieram dos Açores, vieram de Braga, de Guimarães. E, na sua maioria, cristãos novos. Daí, você começa a compreender o Estado de Minas, que é totalmente hebraico. Quer mais judeu do que no Estado de Minas? Duvido que tenha! Então, você vê que é uma multi mistura cultural, e isso se aplica a Aiuruoca mais ainda. Porque é pequeno, então, você nota. Em São Paulo, você não ia notar nunca, no Rio não, mas aqui, você já percebe da onde vem. Então, você imagina: influência judaica, influência moura – que teve bastante –, você pega os portugueses, que já têm misturado um monte de coisas, e vem pra cá, onde havia a população indígena... Nossa, é uma misturada! Os índios tinham um nome muito engraçado: Aiuruãs, quase ninguém sabe dessa tribo. A gente está até começando a olhar se, realmente, o nome

⁶³ Roteiro da viagem do padre João de Faria Fialho, descoberto pelo geólogo e geógrafo Orville Derby (1851-1915) e divulgado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, e também pelo engenheiro, geólogo e político Pandiá Calógeras (1870-1934) na obra *As minas do Brasil e sua Legislação*, obra em três volumes publicados entre 1904 e 1905 (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938. Coleção Brasileira.).

“Aiuruoca” saiu da tribo ou se é de casa de papagaio, porque de “Aiuruãs” pra “Aiuruoca”... Mas, isso são coisas que a gente, ainda, não tem ao certo.

Agora, você imagina: toda a cultura de Aiuruoca, esse berço cultural dela, saiu daí. Você imagina a influência jesuítica gigante; você pega os portugueses, que já vinham daquela área de Portugal. Você tem tradições, aqui em Aiuruoca, que você não vê em outros lugares. Aí você fala: Ah! Mas, você está puxando a sardinha pra Aiuruoca! Não é uma questão de bairrismo. É que o que tinha na região era só Aiuruoca e Baependi. Essas cidades que nós temos, aqui, Serranos, Seritinga, Carvalhos, Bom Jardim, era tudo Aiuruoca. Desmembrou em 1950. Então, a influência de Aiuruoca é muito grande... Isso tudo aqui era Aiuruoca. Carvalhos, era Carvalhos da Aiuruoca; Bocaina da Aiuruoca, Alagoa da Aiuruoca, Serranos de Aiuruoca... Porque eram, literalmente, bairros. Bairros, não. Nem subdistrito. O único distrito que tinha era o Distrito de Carvalhos, que foi emancipado antes de todo mundo, em 1915. O resto, literalmente, eram fazendas de Aiuruoca. Só que, depois, começou a ter capelas, teve a igreja de Serranos, que é de 1777, se eu não me engano. Então, começou a ter igrejas, mas eram subordinadas a Aiuruoca, era um arraial de Aiuruoca. Aqui era a sede. E Aiuruoca dividiu o poder com Baependi. São Tomé de Baependi, Conceição do Rio Verde... Eram duas cidades principais. Daí, você tem paróquia, depois, você tem freguesia, depois, você tem vila e, depois, você tem *city*. Que toda a organização era no estilo francês, ou seja, freguesia quando tem a igreja, aí vila e *city*. Porque pra você constituir a vila, você só precisa de dois Poderes, o Legislativo e o Executivo. Quando você vira *city*, aí você passa a ter o Executivo, porque aí você tem a sede da comarca. A Comarca de Aiuruoca é de 1878. Aí você vê: o quê é que Aiuruoca representava? Tudo quanto é coisa com referência à cultura, era daqui. Tudo saía daqui, pra essas cidades todas. A luz elétrica saía daqui, os músicos saíam daqui. A influência dela, ou era aceita, ou era na “marra”, porque aqui é que estavam as principais famílias. Você pode ver pelos casarões no centro da cidade: não é qualquer casarão, são de um padrão, pra época, muito elevado. E grandes. Naquele casarão, pra baixo do banco, morava o vice-presidente da Província de Minas. Então, era aquele peso. A influência dessa coisa de família até hoje é sentida. A gente costuma brincar: a cidade é muito pequena, mas o município é grande. É verdade. A cidade está aqui, pequena, mas o município, são seiscentos e tantos quilômetros. São latifúndios, desde o período colonial. Existem famílias que têm fazendas do século XVIII, que a propriedade passou de geração em geração. Então a questão da família é muito importante. Porque, aqui, todo mundo é parente de todo mundo. A não ser agora, essa geração que casou com gente de fora. E o mais engraçado é que, quando casa com gente de fora, aí confunde mais ainda, porque o Vale do Paraíba, quem colonizou foi Aiuruoca. Vassouras, Barão de Aiuruoca, Resende, quem fundou foi Aiuruoca. Os Aiuruocanos foram pra lá em 1745. Tudo tinha uma ligação com Aiuruoca. E está tendo um retorno. O pessoal de São Paulo... Outro dia, um amigo de São Paulo me mandou um e-mail, pedindo pra eu fazer uma árvore genealógica pra ele. Aí, quando eu vi o sobrenome “Leite Ribeiro”, eu falei: Ah! É de Aiuruoca! Parece que esse negócio de árvore genealógica está voltando. Todo mundo, agora, está fazendo árvore genealógica. Tá todo mundo querendo ser nobre, mas tá difícil... Uma que eu tenho certeza é a Naide. A família dela, a família Toledo Piza, é descendente do Duque de Borgonha.

Enfim, tem essa coisa da família, a influência hebraica é muito sentida, tem a influência de algumas regiões de Portugal... É engraçado que Aiuruoca tem toda essa tradição, mas não tem congado, não tem reisado, não tem festa do divino... Mas, por que é que não tem? Tinha. Você vê em relatos da Câmara, porque a Câmara dava dinheiro pro reisado. Mas, com o tempo, isso acabou. Tinha a irmandade do rosário, tinha isso tudo, mas, com o tempo, acabou se perdendo, porque, na verdade, isso acabou sendo absorvido. Algumas famílias não gostavam, essas coisas, e acabou. Até um primo meu está fazendo um estudo sobre a música, e a gente percebeu uma coisa e acabou rindo muito, porque hoje tem a banda, e todo mundo é clarinho, mas no século XIX, era todo mundo preto. Os melhores músicos eram negros. E eram músicos de Ouro Preto, que vieram morar aqui. Então se criou uma faceta do Estado de Minas aqui dentro. Tem essa identidade aiuruocana, que eu acredito que tenha nascido após 1840, e que a partir daí se firmou. Depois da vila, mesmo, que foi em 1834, acho que aí começou a ter uma identidade aiurocana, mesmo. Mas, até então, era Estado de Minas. Amplo. Por isso, tudo o que tem aqui, você vai achar no Estado.

Economicamente falando, primeiro foi o ouro. Foi de 1706, da data de fundação, até 1812. Depois, inverteu pra agropecuária, que está até hoje, mas que já está no final do ciclo. A gente nota que agora está indo pro turismo. Então, você imagina Aiuruoca no século XVIII, que se sustentou com o ouro, no século XIX, com o leite, com o queijo e agricultura, e nesse século, agora, com o “ouro turístico”. Mas sem perder a característica de ambas. Mas o pessoal ainda é arredo com o turismo. Está sendo uma passagem dolorida, essa entre esses ciclos. Eu acredito que, quando foi do ouro pra agricultura, não foi tão dolorido, porque a agricultura já existia com o ouro, uma coisa dependia da outra. Foi uma transição fácil. Agora, essa, eu acho um pouco mais complicada. Porque, de fato, está encerrando uma coisa e é o “novo”, literalmente, que está vindo. Muito novo. É complicado, porque a cidade, a região, tem um potencial gigante e não sabe o que fazer com isso. Diferente do século XVIII e século XIX, em que uma coisa coexistia com a outra.

Tem, também, uma herança africana muito grande. Outro dia, a gente estava vendo uns documentos sobre um carregamento de escravos que veio pra cá. Nossa! Eram muitos negros! Pra trabalhar nas minas. E hoje você não vê negros na cidade. Por que? Porque aqui era a sede. Era, vamos dizer, a casa grande. O que é que os negros fazem? Fogem. Você tem Cruzília, em que a população é 80% de negros. Você vai pra São Vicente, 80% é negro. Por quê? Porque eles saíam daqui e iam pra esses lugares. Aqui era a senzala deles, então eles fugiam. Tanto que Cruzília, praticamente, nasceu como quilombo. Minduri, como quilombo. São Tomé das Letras, também saíram negros daqui pra lá. A gente foi fazer um cronograma, um inventário, eu lembro que li inventários de 1770 até 1950. Se você for pegar de 1770 até a abolição, todas as famílias de Aiuruoca tinham escravos. Mas estavam mais para livres do que para escravos. Mesmo essa questão negra, na cidade, não era tão terrível. E o engraçado é que tinha escravos que tinham escravos! Esses dias, eu fui fazer uma transcrição pra esse meu amigo, meu primo, que está fazendo um trabalho sobre isso, e vi que teve um monte desses casos. Escravos que ficavam livres, ficavam ricos e tinham escravos. Então, a gente não vê esse sofrimento de senzala, como se via em Ouro Preto, como se via em Mariana. Existir, existiu, mas menos, porque eles estavam mais pra livres. Ficaram poucos aqui. Você vai

encontrar mais negros na zona rural. E nessas cidades que eu falei. Quando estive em Cruzília, num carnaval, eu me surpreendi. Levei um susto. Muitos negros. Fui numa peça de teatro em Minduri e me assustei, também, com a quantidade de negros na cidade. O meu avô era negro, a minha avó, italiana. Eu dou risada porque falam que eu não sou negro. Tá bom... Olha o meu cabelo! Embora as feições estejam mais pra árabe, porque tenho, também, na família. Eu dou risada porque, quando eu faço uma pergunta sobre esse assunto, as pessoas ficam bravas. Aí eu falo: mas o meu avô era negro! Aí fica todo mundo calminho...

Uma coisa que eu acho engraçada e é, até, um comentário muito particular. As pessoas falam que Aiuruoca está acabando. Mas não é. Eu não uso a palavra “acabar”, eu uso “transformar.” Porque, pra gente entender o que se passa, a gente tem que olhar pra história. Encerrou um ciclo, que foi o ciclo do ouro, encerrou um outro e, agora, outro. É visível, mas ninguém enxerga. Não é acabar. Quando acabou o ouro em Aiuruoca, foi a mesma coisa! Só que um ciclo de história não acaba onde começa o outro. Tem esse período de transição. Eu dou risada e digo: como é que uma cidade está acabando? A questão administrativa não entra, porque é uma questão de cabeça. Às vezes, pra administrar nosso próprio dia-a-dia é complicado... Eu não entro nessa questão, não nesse sentido. O aiuruocano vai embora da cidade, trabalha, trabalha, trabalha, se aposenta, vem e compra uma fazenda. Depois, ele olha e fala: Nossa! Mas tá acabando! Lógico! É muito fácil falar isso. Mas, você sair da sua fazenda e entrar aqui, pra ajudar, você não faz. É complicado. É muito particular mesmo, isso que eu estou falando. Teve um cara que chegou aqui uma vez e falou: “Nossa, essa água tá nojenta, tem que colocar Copasa⁶⁴”. Eu concordo. Mas a gente tem que ver que é uma cidade que tem uma população muito pobre, da qual eu também faço parte. O cara vem e diz “Não, mas o que é isso? Tem que ter qualidade”. Eu disse: Tem. Tem que ter. Mas o custo pra cá é diferente... Tudo aqui é diferente. Quando você compra uma farinha de trigo, que aqui é R\$ 1,50, você pode comprar, lá em São Paulo, por R\$ 0,20, só fazendo uma comparação. Aí, ele foi ficando bravo, foi ficando bravo... “É. Mas no meu condomínio eu pago tanto e tenho uma água.” Aí, eu falei: Quanto você paga no seu condomínio? “Ah! Eu pago R\$5.000,00 por mês”. Beleza! O cara tem uma cobertura em Belo Horizonte, rico pra caramba. E uma pessoa que tem dois quartos, só, e não tem nem o que comer, como é que ele vai pagar a água? Então, você tem que achar meios. Mas não tem nada acabando, não. Sim, houve um declínio. Existiu esse declínio, como aconteceu nos outros períodos históricos da cidade. Mas está vindo um outro período que eu, provavelmente, não vou pegar. Quem vai pegar vai ser essa geraçãozinha que está aí. Eu acredito que daqui a dez, vinte anos, que vai começar a firmar essa questão. Eu não vejo como declínio, eu vejo como transformação. Como foi antes. A gente tem o século XVIII, século XIX e século XX, que, aí, pegou, também, a questão do leite. Então, são três: o ciclo do ouro, o ciclo da agricultura e o ciclo do leite. O da agricultura é século XIX, que eram as grandes fazendas. Se experimentou de tudo. O café, eu acredito que tenha feito parte, também. Mas milho, feijão, era gigante. Tanto que no finalzinho do século XIX, por volta de 1870, o imperador mandou fazer, aqui, um campo prático de experimentação. Aquele alto que você vê, ali, perto do posto de saúde, aquilo tudo era um campo agrícola de experimentação do império. Mandava trigo do Chile, uva não se de onde...

⁶⁴ Copasa MG – Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Para experimentar, tirar as mudas e espalhar pelo país. Dali é que surgiu o que o pessoal chama de “campo prático”. O nome era esse mesmo, campo prático de experimentação. O pessoal da zona rural fala que a terra não é boa? Agora. Mas teve um período em que a agricultura... Essas fazendas todas viviam disso, quando acabou o ciclo do ouro. Agora é só leite, que já é do século XX, que é de 1900 pra frente. Então, foram três e agora, o quarto ciclo que a gente está iniciando. Agora, você imagina o sofrimento. Gente estudava fora, mantido pelo leite. Se formava médico, advogado... Tudo pelo leite, que era o “ouro branco”. Era uma coisa monstruosa, gado holandês. Tem uma fazenda aqui, a própria Fazenda São Pedro, mas a Fazenda Campo Lindo, eram cabeças e mais cabeças de gado. O grau da cultura leiteira aqui no sul de Minas, mais em Aiuruoca, foi tão grande que o Governo do Estado chamou os dinamarqueses pra vir aqui, incrementar a cultura do leite. O queijo prato saiu daí. Saiu uma publicação na Dinamarca, um neto de um dinamarquês me mostrou, uma publicação do Governo de Minas solicitando a vinda deles pra cá, pra incrementar a cultura leiteira, porque o negócio estava borbulhando. Só que a qualidade não era, ainda, uma qualidade no nível de Europa. Aí vieram quatro dinamarqueses. Um deles ficou em Aiuruoca. Em Seritinga, que é a cidade onde eu trabalho, tem a fábrica Skandia, até o símbolo é um escandinavo... Porque eles eram da Escandinávia. Mas quando começou a década de 90, começou a quebradeira. Disso eu lembro porque, até a década de 80, o leite ainda era tudo isso que eu falei. Mas então o pessoal já começou a perder muita coisa, o leite desvalorizou, começou a questão da pasteurização e aí encerrou. Ainda existe, mas não tem aquela força que tinha na metade do século XX. Agora está começando outra coisa. Você vê que o pessoal está partindo pra uma outra coisa. Uma coisa curiosa que me chama a atenção. Imagina o casarão do século XVIII, do ouro. Quando vê, acabou o ciclo do ouro e veio o ciclo da agricultura. Os casarões ali, resistindo àquilo tudo. Acabou a agricultura e veio o leite. Quando vê, acabou o leite e veio o turismo. E o mesmo casarão virou pousada, virou hotel. Como é o caso da Fazenda São Pedro. Veja que engraçado. Como se adaptou. Pra mim, o maior símbolo de transformação é um casarão colonial, que se adaptou a todas essas fases. É a maior prova de que está ocorrendo o ciclo do turismo. É curioso. A própria coisa da APA valoriza o turismo. É complicado, claro. Como deve ter sido complicado, no século XVIII, quando teve o manifesto do ouro e a Coroa portuguesa restringiu a entrada na região. Na APA, é a mesma coisa, o mesmo impacto. De repente, você tem uma APA onde você não pode cortar, não pode fazer um monte de coisas... Lógico que, como no século XVIII, é pelo interesse, também. Mas é uma medida de preservação. Até por uma questão de sobrevivência. Eu acredito que tenha dado um impacto muito mais favorável porque, quando se criou a APA, acho que ninguém esperava que o turismo, aqui, ia ficar desse jeito. Então acabou valorizando. Aiuruoca tem APA, tem Parque Estadual... Isso valoriza o turismo, então eu acho que veio mais pro bem do que pro mal. Mas eu acho que, se realmente é um ciclo, que não aconteça como aconteceu no século XVIII, no século XIX e no século XX, porque a grande diferença, da atualidade, dessa coisa nossa que difere dos três ciclos passados, é que lá tinha quem mandava e, aqui, eu posso crescer sozinho. Eu posso fazer faculdade de turismo. Agora não tem mais o dono, lá, gritando e mandando. Setenta funcionários tirando leite de vaca e o filho dele na faculdade de Direito, sendo mantido por aquilo. Agora, inverteu. Aquele que tira

leite de vaca também pode ser um advogado. Então, eu acho que agora é que o bicho vai pegar! Porque esse pessoal pequeno, que mora na roça... Quem faz artesanato, por exemplo. Eles já têm essa visão de que estão fazendo aquilo pra ser exposto, já estão querendo vender fora. Alguns até já se lançaram com peças maravilhosas, eu já vi uma senhora que faz uns abajures, fiquei, assim, espantado. Claro que é complicado. Uma vez eu estava no Rio de Janeiro e vi uma peça que achei parecida com uma que eu tinha visto aqui. Aí, me aproximei do cara, perguntei de onde era a peça, ele disse que era de Minas, e eu perguntei o preço: R\$ 480,00. Depois encontrei com o cara que faz, aqui, e perguntei o preço: “Eu vendo a R\$ 2,00 cada uma”. Então, quer dizer, eles estão correndo atrás, mas ainda falta alguém que chegue e dê uma assessoria. Eu acredito que a mentalidade da zona rural continua a mesma, mas com uma visão lá na frente. Uma vez eu fui num outro município vizinho, tinha uma mulher que fazia uns xales, toda simplesinha ela, a casa simplesinha... Negócio próprio dela, tudo feito no tear. Perguntei: quanto custa esse xale? “Quatrocentos e noventa”! Eu falei: Nossa Senhora! A senhora não é burra, não! Então, está mudando muita coisa. No caso de Aiuruoca, são 315 anos, então é muito difícil você quebrar uma cultura, quebrar padrões, quebrar coisas que são realizadas há tantos séculos. O comportamento, a maneira de se falar, a maneira de se cumprimentar... Mas está mudando. Acho que o acesso à informação, o acesso a um monte de coisas, acho que isso é muito favorável. Está mudando. Alguns, ainda, infelizmente são passados pra trás. Mas a maioria está se adaptando ao ciclo. Eu fico analisando: tem muita gente boa que está conseguindo se manter. Falta é mais incentivo, mas a questão da mentalidade mudou demais. É o ciclo, não tem jeito, não tem como ficar fora. É difícil você ver uma casa na roça que não tenha parabólica. Às vezes o turista olha e fala: “ah, é tudo povo da roça”. Nada! Mineiro tem aparência de bobo, mas já vendemos muito queijo pra vocês!

Cícero – Aiuruoca, 22 de junho de 2008

Eu sou advogado, como diz aqui no interior, “clínico geral”. Polivalente. Tem que entender de tudo um pouco. Não interior não cabe especialização. Então tem que saber de tudo um pouquinho porque você é abordado a qualquer hora sobre “n” assuntos. Então eu faço de tudo: criminal, civil, trabalhista... E nisso eu tenho alguns clientes que já foram multados por questões ambientais, já tive mais, mas sempre aparece. Multas, às vezes, porque queimou um campo pra plantar, coisa pequena, três, dois hectares, um hectare... Aqui na região, aonde a terra é tipicamente campo, a pessoa tem aquela cultura de às vezes queimar o campo pra vim um pasto etc., porque aquilo também não dá nada mais. Quer dizer, a queima estraga, o fogo estraga, lógico, mas às vezes a pessoa não tira uma licença, ou vai tirar uma licença e é muito burocrático, demora muito, quando chega a licença, e às vezes nem sai, já passou a época de aproveitar o pasto. Então às vezes a pessoa faz por conta própria. Mas hoje, até que a incidência disso é muito pouca. O povo respeita. O povo tem medo. É mais medo do que consciência. A multa é pesada, é mais ou menos R\$ 4.000,00 por hectare. E às vezes a terra não vale mais de mil reais.

A demora é o principal empecilho. E a falta de assistência. Aqui, por exemplo, se você precisa de uma licença, você tem que ir até Andrelândia. De repente você vai lá e não acha o engenheiro. Ou você entra com pedido aqui e acumula, porque a região é grande. Aí não tem retorno. Pra você cortar uma árvore que está precisando cortar no fundo do quintal é uma burocracia. Até um pau seco que cai o pessoal tem medo de pegar. É medo, não é cuidado com o meio ambiente, não.

Existe um mínimo legal que você pode aproveitar de uma mata que esteja na sua propriedade, que é de 20%. Mas dependendo da inclinação, da localização, da proximidade da água, ou da altitude, não pode tirar nada. Porque não tem jeito, mesmo. Agora, mata, aqui na nossa região, todo mundo respeita. Problemas com isso são casos isolados. O que ocorre é que às vezes você tem uma terra só de mata, então você tem que tirar alguma coisa! Eu tenho 3 hectares de mata, por exemplo, e eu não posso tirar um pouco? Deixar 30, 40%? Posso. Mas pra você chegar lá é um processo que demanda tempo, distância e custo, então você vai sair daqui pra Andrelândia, é uma hora e meia de viagem. Você vai lá e às vezes não encontra o engenheiro. Aí você tem que voltar. E assim vai.

Vou te dar um exemplo. Uma vez, eu tinha um terreno aqui, chamei o engenheiro, e tinha uma área de encrave, sabe, madeirinha, porcaria, só madeira branca. Chamei, fez o croqui, tal, e autorizou eu tirar mais ou menos um hectare. De uma propriedade de 48 hectares, eu tinha 16 de mata. E tinha umas 3, 4 árvores de jacarandá velhas, braquiadas, que tinha que arrancar porque ia atrapalhar. Ele autorizou. Eu tirei a licença e paguei. Não era caro, na época era uns 90 reais. Era pra tirar uns 6 caminhões de lenha, pra aproveitar aquilo. Atrasei com a licença. Venceu a licença, deu 3 meses. Eu tinha que tirar outra licença, pagar de novo. Tirei a licença. Aproveitei 6 caminhões de madeira e vendi aqui, esparramadinho, só pra aproveitar. Tirei as notas fiscais, tudo direitinho. Mandeí um fax pro engenheiro. Devolveram. Não aceitava por fax. Que eu tinha que mandar um Xerox porque o fax desaparece depois de 5 anos. Eu concordo. Mas custava eles tirarem o Xerox do fax? Enfim, eu não mandei o Xerox. Aí mandaram uma multa pra mim de R\$ 200,00. Eu não paguei. Já prescreveu, então tá bom. A Receita Federal não vai executar R\$ 200,00. Pra eles sai mais caro. Então é falta de boa vontade.

Punir é muito fácil. Agora, ensinar é muito difícil. Então, o problema é falta de educação, de cultura, de educação, principalmente, mas falta de apoio, também. Falta de assistência, falta de retorno. Porque é muito fácil proibir. Você não pode entrar na minha casa, eu proíbo, é fácil. Mas é só ensinar: se você limpar o pé, você pode entrar. As multas, aqui na região, são porque o pessoal faz errado por necessidade, às vezes até por acidente. Não é porque não conhece a lei, não, todo mundo já sabe que é proibido, hoje. O que acontece é não conseguir uma licença pra queimar um campinho, vai ter que fazer um aceiro etc.

De certa feita, no Estado do Rio de Janeiro, aqui perto, meu cliente fez o aceiro, numa área de mais ou menos 14 hectares, e era pastagem, não era mata, não. Não tinha uma árvore. Só que a área ficou sem roçar uns dois anos e samambaia cresceu. Então ele fez o aceiro, pediu a licença, por escrito, e tudo bem. E tá demorando, e tá demorando, veio a época da seca... E tem uma estrada que margeia a propriedade. Num dia de festa, aquele capim seco, tudo aceirado, tacaram fogo. Tacaram fogo e queimou os 14 hectares. Só que era samambaia.

Não tinha uma árvore. Muito bem. Tinha uma mata ciliar e uma nascente dentro da propriedade mesmo, e aí o pessoal da fazenda correu pra apagar o fogo antes de entrar na mata. E sapecou uma árvore, só, na beira do mato. Só sapecou. Muito bem. Veio o Ibama do Rio de Janeiro, aquela coisa toda, na divisa do Estado do Rio, e fotografa, e multa, e ação em cima do meu cliente. Disseram que ele havia queimado 14 hectares de floresta nativa. Ele seria obrigado a replantar 7.777 árvores. Fui fazer a defesa, peguei o laudo do Ibama, com as fotografias deles. Constatei o quê? Tiraram umas 5, 6, 7 fotografias da mesma árvore, de vários ângulos. Aí desafiei, requeri uma perícia e pedi ao Ministério Público que mostrasse o material lenhoso, porque imagina o tanto de carvão queimado em 14 hectares. Não tinha um saco de carvão, não tinha nada, era tudo samambaia. Absolvi meu cliente. Ministério Público recorreu e entrou com mandado de segurança contra a sentença do juiz. Perdeu lá em cima. Ainda condenou o Estado a pagar uma multa, na época, de R\$ 400,00 pra mim. E até prescreveu, porque eu esqueci, e nem recebi. Imagine, eles disseram que lá tinham queimado árvores, mudas de jacarandá, de jabuticaba, disso, daquilo, e naquela região quase não existia aquele tipo de madeira. No laudo do Ibama do Estado do Rio de Janeiro. E não deram a licença pra ele. Ele saiu da Bocanha, que lá é APA, foi a Passa Quatro pedir a licença, não conseguiu, tinha um engenheiro em Passa Quatro que deixava a desejar, voltou acho que duas vezes lá pra conseguir a licença pra queimar o pasto. Com samambaia de dois metros, não tem jeito de fazer nada, ou queima, ou mete o trator. Terreno inclinado não dá trator. Foi isso que aconteceu. Quer dizer, aí fica difícil.

Outro, aqui, na mesma região, o mesmo tipo de problema: samambaia com dois metros. Também não deram a licença. Eu falei pra ele: o senhor pega o trator e revira com o trator. É só samambaia. O homem tinha duzentos hectares e precisava limpar uma área de quatro que era samambaia; já era pasto, precisava limpar porque estava falhado e não deixaram. Ele queimou. Queimou e as cinzas, lá de cima, caíram todas aqui, no meio da praça. A polícia foi lá e multou. Na época eram uns quatro hectares; multaram ele em quatro mil Reais, mil por hectare. A terra, na época, valia trezentos. Como ele era aposentado, eu fiz a defesa dele, expliquei e falei para o Ibama executar. Expliquei que ele era aposentado, que a terra valia trezentos e a multa era mil e que era samambaia; e, realmente, era. Não tinha árvore. Não queimou uma árvore. Foi só pelo ato de ter posto fogo. Também não pagou a multa e o Ibama, também, não deu retorno, até hoje, e isso já está fazendo uns seis ou sete anos.

E o fato de ser APA, aqui, complica mais ainda. Aqui complica porque você tem que ir a Passa Quatro. Quando é da rodovia pra cá, é em Andrelândia, é IEF. E não está nada muito bem demarcado. Está mais ou menos. Às vezes, nem a própria florestal sabe onde passa a divisa direito. Parece que estão marcando, aqui, o Parque dos Papagaios, agora, eu não sei como... Estão indenizando à razão de oitocentos Reais por hectare. Quando é APA, o dono da terra que está dentro recebe indenização⁶⁵. Eles falam que vai receber R\$ 800,00 por hectare.

⁶⁵ Aqui o sr. Cícero parece ter-se equivocado, misturando as definições legais de APA e Parque Estadual. Realmente, proprietários de terras no interior de Parques Estaduais são indenizados, já que as terras são desapropriadas. Isso não acontece no caso de APAs, onde não há desapropriação. O Parque Estadual Serra do Papagaio, como o próprio nome diz, é um Parque Estadual, não uma APA. Porém, o Parque está dentro da APA, o que justifica plenamente sua fala.

Estão fazendo agora, mas já faz tempo que o Papagaio existe. Agora eles estão querendo... o DER está demarcando isso aí, o DER. O Departamento de Estradas de Rodagem, que ficou obsoleto, acabou... Eles estão demarcando a Serra do Papagaio.

Tem coisa que, quando é APA, não pode fazer. Quando é APA, dependendo da inclinação, da altitude e tal, você não tira, não. Não pode tirar nada. Quando é mais baixo, aqui, você pode tirar umas partes. Mas mesmo fora de APA, tem coisa que não pode fazer, não pode desmatar. Proximidades de água, por exemplo, tem que deixar trinta metros pra fazer uma construção. Isso não pode. Mas quando é APA, aí complica, aí não pode mais coisas, não pode porque, realmente, se você, vamos dizer, tirar o “cabelo” da mata, lá em cima, ela vai ficar “careca” muito tempo. Não é? Aí vem a erosão e um monte de coisas e tal. É sério, é muito sério. Se deixar, estraga muito, tanto beira de rio como montanha...

Queimada, hoje, já tem muito pouco. O pessoal já se conscientizou de que a queimada prejudica. Só que falta, eu acho, uma assistência melhor; no caso, de mostrar para o proprietário que tem as vantagens de fazer tudo na lei. Não é só proibir.

Às vezes, passar o trator, pode. É só você arar transversal, tipo cultura de milho. Mas acontece que é tão difícil conseguir a liberação que aí não libera e a pessoa acaba fazendo escondido e errado. Aí, vem uma chuva e dá a erosão. Se arar reto, vem uma chuva forte e leva tudo. Agora, se arar atravessado, não tem problema. Mas acaba fazendo escondido. E escondido, você já viu, é às pressas. Não dá. Então, eu acho que isso, essa dificuldade em liberar, é um fator que complica.

Aquela história de 2002... O que o Guilherme, da “Pousada do lado de lá”, o que ele fez foi uma barbaridade! Aquilo era caso de polícia e de prender, de imediato, e inafiançável. O problema foi a terraplanagem. A estrada foi um corte na mata de mais de três ou quatro quilômetros. É estranho, também, que ninguém soubesse, porque quatro quilômetros de estrada, você não abre de um dia pro outro. Esse é o primeiro problema, mas não foi o principal. O problema foi mesmo a terraplanagem, ele fez uma terraplanagem num lugar de pirambeira. Ele fez uma terraplanagem, uma coisa monstruosa! Acho que ele ia construir, sei lá. Mas foi um negócio grande e absurdo! E naquela altura! O que ele fez lá, nem com autorização, ele ia conseguir. Ele agrediu, mesmo, o meio ambiente. É pirambeira, vai dar erosão... E fez sem licença, sem nada. Lá é APA, é lá na virada do Baependi.

Agora, se você tem uma área grande, você pode “bosquear”. “Bosquear” é você não tirar uma área inteira; é tirar as candeias que servem pra alguma coisa, as mais grossas, mas sem danificar. O problema é que “bosqueia” o ano inteiro... Não tira tudo daqui, mas tira um pouquinho dali, outro dali... E outra coisa: o rico pode “bosquear”. O pobre desmata e o rico “bosqueia”. O pobre é visado; ele desmata, ele corta, ele danifica, ele estraga. O rico “bosqueia”. Os ricos pegam o fruto, os pobres pegam a lenha. Entendeu a diferença?

A ação de 2002 foi porque teve denúncia. Ouvi dizer que teve, porque essa estrada já estava sendo feita e já existia e a Florestal não fazia nada. E 4 quilômetros, não é nada pequeno... Eu te pergunto: a Florestal, de carro e de helicóptero, não viu a estrada de quatro quilômetros? A Muralha da China se vê até da lua! De helicóptero não viu a estrada de 4 quilômetros?

Enfim, o chefe da APA veio, mas não foi iniciativa dele. Isso foi denúncia. É que o negócio era gritante. Aí teve que fazer ibope, pra mostrar serviço. E acabou multando um monte de gente. E o cara tá lá, do mesmo jeito. O estrago feito ficou. A estrada que abriu ficou aberta. Ele continua com a pousada dele, lá.

Aí, depois disso, o que aconteceu? Ficou todo mundo com medo. Então dá medo e não faz. Então tem que procurar se informar. Se a informação não vem, você tem que ir atrás. Às vezes, você consegue, às vezes, não. Só que você tem que saber pelo menos que essa informação existe. E antes disso, ninguém nem sabia. A cultura, aqui, sempre foi de você poder queimar o campo. Quando chegava agosto você queimava o campo pra dar pasto, até janeiro ou fevereiro. Grandes queimadas. Hoje, não. Hoje você não vê queimada mais. Você não vê fumaça nessa região. É muito raro. Então, o pessoal, por medo, se conscientizou que o fogo é proibido.

Os problemas que eu defendo são mais por causa de fogo, mesmo. Às vezes, você tira uma árvore, assim, que de repente você não observou a metragem, alguma coisa... Mas aqui não tem desmate. Aqui tem um caso ou outro, esporádico, mas desmate, não. Todo mundo preserva a sua nascente, a sua mata, porque sabe que é proibido. Ninguém corta a própria água. Ninguém corta a própria vida. Suicídio é coisa rara. Quem é multado é mais por conta da burocracia, a incidência é pouca... Coisas gigantescas, iguais a essas aí, de 2002, não. Ninguém se atreve a isso. Só um cidadão de fora e com outra perspectiva na cabeça... Hoje todo mundo sabe que é proibido e que prejudica.

Tem bastante gente saindo do campo, sim. O problema é o seguinte: o nativo, às vezes, sai porque, primeiro, o preço do leite é ruim. A segunda coisa é que numa propriedade pequena, o resultado é de subsistência. Então, se ele não pode queimar um campo, às vezes, pra dar um pasto, a pessoa não tem condições e, se não pode queimar, então ela fica sem o pasto para o gadinho, vamos dizer assim, cinco vacas. O campo vai secando, então, se você queimar, ele brota. Muito bem. Ele, também, não tem dinheiro para formar um pasto. Dependendo da altura, ele não pode formar e nem usar o trator. Então, às vezes, ele acaba vendendo e vai embora. Vai pra cidade ou pra outro lugar e muda de ramo. Porque, às vezes, você tem quarenta hectares e é só campo. Se você não tiver condições de formar um pasto, você tem que vender porque só vai ter pasto na metade do ano, se queimar. Agora, se não queimar, não tem nada. Aí não dá. Agora, isso tudo acontece só depois que virou APA. Porque, antes, você queimava normal. Você tinha um terreno de pastagem, aí você queimava, vamos dizer, dez hectares esse ano. Muito bem. O outro, você reservava. Daqui a dois anos, você queimava o outro. Fazia um rodízio. Então, não estragava tanto. Hoje, não pode. Ou, então, às vezes, acontece um acidente e queima tudo. Quer dizer, não resolveu nada.

Informação, hoje, tem. Hoje, tem. E antes de 2002 também tinha. Conhecimento o povo já tinha e já sabe que é proibido há tempos. Então, às vezes, faz por conta da demora, da burocracia, e mais porque precisa fazer. Sabe que é proibido, mas não tem outro jeito. Mas sabe que, se queimar, dá cadeia, até. Às vezes, é pra plantar um feijão pra subsistência... Você planta feijão, uma rocinha de meio hectare ou menos. Menos que um campo de futebol. Às vezes, você tem sessenta hectares de terra e você não pode plantar pra você comer? O seu Joaquim Bernardo, e tantos outros, ele sempre plantou. E ele sempre fez desse jeito, vem

fazendo desse jeito. Mas o povo já aceitou. Já sabe que é proibido. Já sabe que certas coisas prejudicam. O que está faltando é racionalizar e fornecer meios para que você não fique privado do que é seu. É isso. Ora, então eu tenho sessenta hectares e não posso plantar uma roça de feijão de um hectare? Eu não posso tirar nada, tirar uma candeia pra fazer uma cerca na minha propriedade? O grande leva vantagem e faz isso. Porque ele, às vezes, tem trezentos hectares e pode tirar um pouco. Agora, eu, que tenho dez, não posso tirar nada. Então é mais uma questão legal. Porque fazer lei é muito fácil. O problema é fazer cumprir a lei adequadamente e fornecer meios para que você possa ter acesso a essa lei. O Ibama fica aí, desfilando de carrões, todos importados, a óleo, cantando pneu... E, de repente, esses camaradas vêm aqui e te enfiam a faca e acabam com você em três tempos, às vezes, sem interesse nenhum... Quem paga é o pobre. Porque, às vezes, você dá queixa e não tomam uma atitude. Não tomam ou não convém tomar uma atitude. Quer dizer, são dois pesos e duas medidas. Depende do caso. É a lei do mais forte; dois pesos e duas medidas.

Outra coisa: se tiver um incêndio acidental e a terra for sua, responsabilizam você. Eu estou defendendo um cliente que tem uma estrada – uma estrada pública – que passa no meio da fazenda. A fazenda tem, mais ou menos, oitocentos hectares. E pegou fogo na pastagem de capim gordura. E o fogo veio – é longe – e veio, subiu o morro e desceu o morro... E o fogo ia atravessar a estrada, tem um laguinho lá, e um brejo, e ia atingir a propriedade. O prejuízo pros fazendeiros foi grande porque puseram fogo. Às vezes, joga cigarro na estrada, ou na beira de um rio porque vai caçar por lá. Quer dizer, ele não ia queimar quinhentos hectares de pasto de propósito! Muito bem. O que é que eles tiveram que fazer? Tiveram que atacar o fogo com o próprio fogo. Eles meteram fogo numa parte seca que estava beirando a água pra limpar o terreno e o fogo não pular pra propriedade. Muito bem. Aí, a Florestal foi lá e multou porque queimaram uns três ou quatro hectares beirando a água, uma área de brejo, sem nada. Mas ele perdeu quinhentos hectares que queimaram dele! Pois ele foi multado em R\$ 16.000,00. Eu estou defendendo ele. Eu pedi uma perícia; provei que o fogo no brejo foi necessário pra evitar que a propriedade não fosse atingida pelo incêndio. Um incêndio que não foi ele quem começou, mas puseram ele como o “colocador” do fogo, o fogareiro. Então, além dele perder quinhentos hectares, ainda foi multado em mais R\$ 16.000,00. Por queimar uma área de pasto. Não era mata, não; queimou o pasto. E não teve conversa. Não fizeram um inquérito pra apurar quem pôs o fogo, onde começou o fogo, nada disso. Só meteram a multa. É culpado, a terra é sua, você que pôs o fogo, você que queimou. A perícia que eu pedi constatou que o fogo colocado na margem foi necessário para impedir o incêndio na propriedade, e que o fogo inicial foi acidental, ou proposital de outra pessoa, e não do meu cliente, porque ele nem estava lá. Isso está se arrastando na Justiça já faz uns cinco anos. E não prescreve. Depois que entra na Justiça, não prescreve. O juiz demora três, quatro, cinco anos pra dar uma sentença... Dez anos e fica por isso mesmo. Não prescreve. É a coisa dentro da legalidade. Pode demorar uns trinta anos. Você, como advogado, cobra, faz o que pode, mas enquanto não decidir, tá correndo, não tem prescrição. E a Justiça é morosa e não tem jeito. O povo é escravo da lei. Mudou um pouco, claro. Nós não temos, hoje, aquelas – vamos dizer – aquelas arbitrariedades, aquelas coisas todas que nós tínhamos tempos atrás e mais atrás e mais atrás... Mas a impunidade, a demora, a morosidade, os privilégios, ainda existem.

Existe porque, em todo ramo, nós temos profissionais de todo o tipo. Tem “a” e tem “b”. Mas é assim e não tem jeito. Acho eu que, se tivesse melhor orientação, melhor formação e menos corrupção, funcionava bem. O país é muito bom! Tem tudo! O povo, também, é bom! Mas só que obrigam... Você convive com certas coisas e você tem que... Ou você entra no meio, ou você abaixa a cabeça. Porque, se você contestar... Herói morto não tem valor. Então, infelizmente, você tem que viver de acordo com o ambiente. Tem que ter jogo de cintura. Mas, é pena, porque o povo brasileiro, por excelência, já é submisso. Já descende de submissão de índio, de escravo e etc. Então, o povo é calmo. Nós não temos a origem do sul-americano... Espanhol, que já é mais quente... O povo é submisso, é calmo, é pacato. O brasileiro é um povo bom...

É um paradoxo danado. Porque, às vezes, você tem a lei assim: não pode cortar um jacarandá! Mas o jacarandá, ele vai ficando velho e o que é que acontece? Ele broqueia. Ele não dá mais nada. Então, você fica com uma árvore no meio do pasto que você precisa tirar para o sol vir e outras coisas, porque aquela árvore não serve pra mais nada, a não ser pra fazer um ninho de um passarinho. Mas você não pode tirar. Quer dizer, você não pode melhorar. Se tiver seis, sete jacarandás velhos de cento e tantos anos, tudo torto, não aproveita nada. A maioria do jacarandá na região é tudo torto, mas você não pode tirar. Tem que ficar lá. Por que é que não se diz: “vamos tirar esse jacarandá e vamos plantar outro no lugar. Vamos aproveitar a muda do jacarandá que tem aqui. Você tira um e planta vinte”. Não existe isso. Mas se existisse, todo mundo faria. Eu plantei, agora, na minha propriedade, 2.500 eucaliptos daquele cheiroso, lá num cantinho... Pra quê? Pra ter, futuramente, madeira pra fazer uma cerca. Eu tenho mata. Mas amanhã, quando eu precisar de madeira, eu não vou poder tirar uma candeia de lá. Então, eu estou plantando eucaliptos, num cantinho. Quando você planta, você pode usar. Eu plantei longe de árvores, eu plantei longe de tudo. Mas ninguém me ajudou a fazer isso. Ninguém me falou: “por que é que o senhor não planta 2.000 árvores pro senhor?”. Nessa propriedade que eu plantei 2.000 árvores, são cinquenta hectares de terra. Devo ter uns dez hectares de mata. O resto é campo e pastagem formada. Então, eu plantei eucaliptos porque, eu plantando 2.000 árvores, daqui uns cinco anos eu tenho madeira pra muito tempo. Mas ninguém veio me falar pra plantar, me oferecer um incentivo pra fazer isso... Ninguém. Eu precisei fazer um curral. Eu tenho essa madeira. Eu “bosqueei”, tirei o que eu precisava, o que servia, sem estragar nada. Tá feito. Pronto. Acabou. E eu tirei porque eu vi um vizinho meu, aqui, que é grande, e fez quatro quilômetros de cerca e usou candeia nativa dos dois lados. Comprou um pouco, mas não comprou tudo. Não tem Nota Fiscal de tudo. São quatro quilômetros dos dois lados! Dá oito quilômetros de cerca de candeia! Eu desabuso se ele tem nota. E desabuso quem vier falar que eu não podia fazer. Quando eu vi a cerca, o tamanho da cerca, eu não acreditei. Oito quilômetros. Dois lados, quatro de cada lado. Dois vizinhos fortes. E tudo de fora, fazendeiro grande. Você acha que tem Nota disso tudo? De candeia! Veja bem, não é eucalipto tratado, não, é de candeia. Manda contar os mourões pra ver se tem nota de tudo.

Eu tenho um terreno em Liberdade que tem cem hectares de mata. Não reza nada, não produz nada e eu não poso fazer nada. Talvez eu possa tirar a metade do mato, mas não compensa, também, porque é madeira fraca. Tá lá, cem hectares. Eu vou fazer o que com

eles? Eu vou vender eles e vou apurar o quê? R\$ 100,00? Não apuro mais. Então, eu vou tirar uma terra mais fraca, eu vou tirar a mata pra plantar o quê? Vou fazer pasto, com o litro de leite a cinquenta centavos? Tirar a mata e fazer lenha, carvão, com essa burocracia? É uma burocracia. Você precisa ver. Pra arrumar o carvoeiro, ele já quer cobrar. Ele não é meeiro, não. Ele quer cobrar... Ele divide em três partes: fica com duas e dá uma pra você. É assim. E você, ainda, fica com os encargos trabalhistas, se bobear. É assim. O intermediário ganha, mas o produtor leva fumo. Então você acaba nem produzindo na terra. Essa minha vai ficar parada. Agora essa outra, que eu tenho aqui pra perto, nessa eu fiz um curral. Eu vou confinar uns bois porque eu estou montando um engenho na propriedade, pra fabricar uma cachaça e álcool, pra combustível próprio porque tá muito caro. E com o bagaço eu vou tratar do gado. Não vou precisar comprar ração. Senão, não dá. Esse ano eu começo a fazer. E também tenho um projeto, pra fabricar moirão de borracha. A matéria prima é borracha anti chama e bagaço de cana. É bom. Ele não pega fogo, não. Ele segura mesmo. Daqui um ano ou dois, eu acho que eu vou montar uma fabriqueta de moirão de borracha. Mas essas coisas eu sei. E quem não sabe?

ANEXOS

ANEXO A – Carta de cessão de direitos

Anexamos aqui, como exemplo, a Carta de cessão de direitos da entrevista realizada com o sr. Dirceu José Fabiano

Aiuruoca, 25 de março de 2008.

Eu, Dirceu José Fabiano, casado, RG M-1.618.845, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 22 de junho de 2007 e posteriormente vertida em texto escrito, para Angela Annunciato, solteira, RG 17.424.213-X, para ser usada em sua dissertação de mestrado para a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. O texto resultante da gravação da entrevista poderá ser usado na referida dissertação, integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo que terceiros usem citações do texto presente na dissertação acima referida, disponível para consulta através de exemplar depositado na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha firma reconhecida em cartório.

Dirceu José Fabiano
Dirceu José Fabiano

ANEXO B – Documentação fornecida pelo sr. Marco Túlio dos Santos a respeito do Auto de Infração nº 287714 e Termo de Embargo nº 124183, datados de 25.07.2002

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
GER. EXECUTIVO DO IBAMA EM MINAS GERAIS			
ENDEREÇO / ADRESSE			
AV do CORTORNO, 8121 CIDADE JARDIM			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
30110-120	BELO HORIZONTE	MG	BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION			
O OBJETO FOI DEVIDAMENTE / L'OBJET A ÉTÉ DUMENT		DATA DE RECEBIMENTO	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
☐ ENTREGUE / REMIS ☐ PAGO / PAYÉ		12/08/02
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
	Marcelo Pedrosa de Almeida Mat. 8-412-3992		
VEJA, DO OUTRO LADO, O ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DESTE AR.
* 7 5 2 4 0 2 0 3 - 0 *			
75240203-0		FC0463 / 16	114 x 163 mm

AVISO DE RECEBIMENTO		(CÓDIGO DE BARRAS)	
CORREIOS BRÉSIL		RC 30776928 6 BR	
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT			
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT			
TENTATIVAS DE ENTREGA			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR			
MARCO TÚLIO DOS SANTOS			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE			
JUEVELINO M. BARRIOS, 54			
CIDADE / LOCALITÉ		UF	
AIRUVACA		MG BRASIL	
3 7 4 5 0 0 0 0			

ENDERGO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

ILMO. SR. GERENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Av. do Contorno, 8121 - Cidade Jardim
30.110-120 - BELO HORIZONTE - MG

Eu, Marco Túlio dos Santos, brasileiro, contabilista, CPF n. 258.148.267-20, residente e domiciliado à Rua Jovelino Martins de Barros, 54, na cidade de Aiuruoca/MG, venho a VV.SS. muito respeitosamente, solicitar o cancelamento e arquivamento do Auto de Infração n. 287714 e Termo de Embargo n. 124183, datados de 25/07/2002, visto que não reconheço em hipótese alguma, por minha parte, qualquer ato ou atitude de desrespeito ao meio ambiente ou natureza, mas sim, vítima de atos opressão, agressão, intimidação, coação, terrorismo e total desrespeito a cidadania e ao direito de posse daqueles que buscam na zona rural, o caminho da paz, dignidade e total harmonia com a natureza, para tanto, passo a relatar os fatos ocorridos na cidade de Aiuruoca, os quais poderão ser confirmado com a população e autoridades locais:

1) - Ao completar 51 anos de idade, com previsão de aposentadoria de pequeno valor, julguei possível viver na zona rural em paz, onde pretendia fazer uma casa residencial, pequenas plantações, criar alguns animais, abelhas, ovinos, sem fazer qualquer alteração no meio ambiente, ou seja, sem plantar pastagem artificial onde já é pastagem e campo e sem cortar uma árvore, pelo inverso, plantando ainda mais árvores como ipê, araucária e frutíferas na tentativa de resgatar a presença de animais e pássaros silvestres afastados da região.

2) - Estudando e respeitando a legislação, constante no livreto MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL, fornecido pelo IBAMA, e outras copiadas no site do IBAMA, sem cortar uma árvore, obedecendo as distâncias das águas e nascentes, altitudes, topos de morros encostas, e demais que julguei mais que suficiente, tirei fotos que estão em meu poder e sentindo estar respeitando a lei, pedi ao Prefeito local para arrumar a máquina de terraplanagem com a qual fiz um serviço de acerto do terreno, para construção de uma casa residencial e benfeitorias anexas, uma área total de aproximadamente entre 500 a 1000 metros quadrados, dividido em 2 patamares para evitar barrancos, neste incluído, uma entrada natural, sem terraplanagem e uma saída com acerto da lâmina de aproximadamente 20 a 25 metros de comprimentos (chamado pelos técnicos florestais de estrada de 30 metros), tudo feito com cautela para evitar qualquer processo de erosão. Só gente muito inteligente pode imaginar que uma pessoa quer criar um processo de erosão em volta da sua própria casa.

3) - Com a conclusão da terraplanagem, trabalhando no local somente nos finais de semana, sábado e domingo, para economizar mão de obra, eu mesmo dei início a

construção da casa, ou seja, sou contabilista mas entendo e faço o serviço de pedreiro, armador e outros. Lá colocando 10.000 tijolos, cimento, brita, areia, varas de eucalipto, tábuas de pino e toda ferragem já montada em minha casa na cidade durante a noite.

4) – Com a conclusão de parte da base, ou seja todas as sapatas, concretadas na terra e amarradas na parte alta com varas de andaime de eucalipto, compareceu no local, sem minha presença ou qualquer camarada, um funcionário do IBAMA, um indivíduo que não conheço e nem desejo conhecer e a Polícia Florestal.

5) – Há quinze dias, apavorado pelas notícias que corriam na região, presença de funcionários do IBAMA, Polícia Federal e Polícia Florestal, entrei em pânico e procurei o escritório do IBAMA em Itamonte/MG, lá tratado como um imbecil, pedi orientação e cópia da legislação do código florestal e legislação da APA, sem qualquer solução ou um tratamento digno de um cidadão, pedi para datilografar um formulário visto que não conhecia ninguém na cidade, informado que o Chefe tinha proibido, pedi informação se tinha uma pessoa habilitada para formar o processo. Orientado para procurar um policial aposentado, conforme cartão em meu poder, perdi 4 horas tentando localizar o dito cujo. Desanimado voltei ao escritório, lá perguntei novamente o que tinha que fazer para receber a visita do funcionário, se podia fazer um requerimento. Fui informado que tal requerimento não era utilizado e que deveria pedir a presença do florestal para montar um processo e registrar em cartório a reserva legal dos 20%, que assim eu poderia receber a visita do florestal, sem data ou época marcada, visto que o citado elemento era muito ocupado. Desorientado, expliquei que não poderia parar as obras pois se isso fizesse não conseguiria cobrir a casa antes da chegada das águas. Tive a resposta que o problema não era do IBAMA.

6) – Diante de tais fatos, após perder um dia de serviço, voltei desiludido e mais apavorado entrei em pânico, passando a ter crises violentas de ansiedade e pavor, tudo podendo ser comprovado por exames neurológicos em meu poder.

7) – Assistindo na cidade a presença constante de funcionários do IBAMA acompanhado de Policiais Federais armados com metralhadoras, escopetas e outras armas poderosas, além da Polícia Florestal local e dois elementos considerados dedo duro, exibindo em torno de 8 a 10 carros, no dia 25 de julho dois policiais florestais me pediram para comparecer no Quartel da Polícia Florestal, lá chegando fui informado que por pressão do funcionário do IBAMA, um indivíduo que já tinha espalhado terror no local, estava sendo multado por ter feito serviço de terraplanagem em área da APA. Alegando e exibindo para minha defesa, fotos para comprovar que não tinha cortado uma árvore e tinha respeitado toda legislação que consegui ter acesso, me citaram um artigo de um Decreto. Alegando novamente em minha defesa que pela Constituição eu somente era obrigado a deixar de fazer o que estava estabelecido em lei, me disseram que tinha lei mais não me mostraram. Inconformado com tal situação, sai do local e voltei para casa totalmente desiludido com a zona rural e horrorizado com o comportamento dos agentes do horror.

8) – Gostaria que ilustre Diretor antes de julgar, perguntasse ao responsável pelas penalidades, quantas placas educativas para o meio ambiente encontraram no terreno? quantos pés de ipê encontraram plantado? Quantos pés de araucária encontraram

plantados e em fase de crescimento? Quantos pés de árvores frutíferas encontraram em fase de crescimento e destinadas ao sustento de animais silvestres? Quais árvores estavam sendo cuidadas e aguadas 2 vezes por semana, ora paralisadas com o Termo de Bloqueio. Como estava o proprietário conseguindo tratar os campos sem queimadas? Qual o percentual de mata nativa existente no terreno? E para finalizar, quantas arvores encontraram cortadas?

9)–Lamentavelmente estou sentido obrigado a abandonar a propriedade, deixando minhas economias, meu trabalho braçal, meu amor pela natureza e até meu projeto de eletrificação rural enterrados no local sem qualquer utilidade. Como tomei medo e pavor do pessoal do IBAMA, não quero em minha velhice ter a surpresa de receber outras visitas nos moldes da atual, os dois anos de total alegria e felicidade que tive no terreno, foram nos últimos 15 dias totalmente destruídos. Como pode um Órgão como o IBAMA, publicar em seu site propagandas enganosas e mentirosa como a da página da fiscalização, que diz o seguinte: BUSCA-SE TAMBÉM A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE FISCALIZAÇÃO MAIS EDUCATIVA E MENOS PUNITIVA. Com 51 anos de idade, nunca vi falar que uma pessoa que possua uma área de aproximada de 13,2 ha, destes aproximadamente 30 a 40 % formada de florestas nativas, sendo o resto pastagem e campo, que na área de campo e pastagens, obedecendo a legislação do Código Florestal e a publicada no site do IBAMA, tem que pedir ordem do IBAMA para fazer uma casa residencial e benfeitorias anexas, mesmo sem cortar uma árvore. Onde encontra-se o direito de propriedade, onde esta o Estado Democrático, onde esta minha cidadania, onde esta meu direito de posse, de igualdade e outros estampados no artigo 5º da Constituição Federal.

10) – Como cidadão tenho o direito e quero saber qual a verdadeira finalidade da legislação ambiental, proteger e resguardar o meio ambiente ou comercializar o meio ambiente? Porque o funcionário do IBAMA não vai ao parque das águas de São Lourenço e proíbe a Multinacional de tirar mais água mineral que a capacidade do lençol? Porque é permitido devastar a mata na descida de Itamonte para a Rodovia Presidente Dutra, sentido Rio de Janeiro? Porque o funcionário do IBAMA não vai exhibir seu poder militar nos morros e favelas do Rio de Janeiro e demais metrópoles do Brasil, multando e autuando aqueles que estão construindo no morro sem autorização do IBAMA e fazendo uma verdadeira devassa na natureza? Porque proprietários ricos devastam florestas, fazem casas e o que querem, ora com autorização e ora sem autorização do IBAMA? Porque estão vendendo parte da Floresta Amazônica? Porque existe milhares de empresas poderosas, devastando, poluindo, vendendo e comprando madeiras de lei com autorização do IBAMA? Porque não perguntam ao funcionário qual critério adotou para penalizar as pessoas? “ Todos somos iguais perante a lei. “

11) – Quero salientar, que como o terreno tem aproximadamente 30 a 40% de matas nativas que jamais serão cortadas, não sou obrigado a averbar reserva legal, instrumento que vem fazendo uso o funcionário para coagir todos aqueles que precisam de qualquer autorização junto ao IBAMA.

12) – Acredito que o legislador jamais pensou que um instrumento de proteção ao meio ambiente, poderia ser utilizado para saquear o micro e pequeno produtor rural, heróis

verdadeiros de mãos calejadas, que sem qualquer apoio do governo, conseguem sobreviver na zona rural, pagando impostos e tendo a bela aposentadoria de um salário mínimo.

13) – Peço ao IBAMA, que mande um profissional técnico e capacitado para vistoriar o local e que se lá encontrar alguma irregularidade, o que acredito que não ocorrerá, antes de autuar, me oriente, forneça a legislação e facilite a regularização, mostrando que a propaganda de seu site é de fato educativa, e não, punitiva.

14) – Penso e acredito que o legislador não tinha o menor objetivo de colocar a vida do povo que vive na zona rural sob liberdade vigiada, este não é e nunca foi o critério adotado pelos países democratas.

15) – Alertado pelo povo que deveria agradar e ter muito cuidado com o pessoal do IBAMA, quero deixar registrado, um alerta aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário: Poder de polícia não deve ser delegado a qualquer um indivíduo, pessoas muitas vezes inexperientes, incompetentes, sem a devida educação e o devido preparo, com poder de polícia, podem colocar em risco um dos maiores direitos do cidadão, direitos individuais, que só quem tem afrontado pode explicar o que significa.

16) – Acredito que com a visita de um técnico responsável em nossa cidade, consultando o povo e autoridades locais sobre a atuação do funcionário o IBAMA, entenderá que a postura adotada por seu funcionário não é correta, que num município de aproximadamente 6.000 habitantes, não podem ser multados produtores rurais por arar terra, fazer paiol, casas, currais, pequeno poços para criar peixes, fechar porto de areia que nenhum mal esta causando ao rio, fechar pequenas olarias consideradas artesanais e outras obras que observando a proporção, nenhum mal esta causando a natureza. O IBAMA precisa sim, desempenhar suas verdadeiras funções, orientar os pequenos, dar prazos aos pequenos que porventura estiverem causando de fato algum mal a natureza para as devidas adaptações, multar os grandalhões, que após alertados, continuam prejudicando a natureza e fazer a obrigação de casa, colocar no setor de atendimento ao povo e fiscalização, gente educada e competente, não desequilibrados e fascistas que querem saquear os pequenos produtores rurais para encher os cofres do IBAMA, utilizando para isto, legislação ambiental.

17) – Parte de fatos aqui relatados, foram expostos na primeira reunião do CODEMA do município de Aiuruoca, sendo que a pedido dos participantes, produtores rurais e outros, devem ter sido lavrados em ATA.

Este documento esta sendo remetido em 3 vias, composto de 5 páginas, sendo que uma via, destina-se a protocolo, a ser devolvido ao remetente, via correio, conforme endereço abaixo mencionado:

Marco Túlio dos Santos
Rua Jovelino Martins de Barros, 54 – Campo Prático
37.450-000 – Aiuruoca (MG)

Acreditando que a educação ambiental com respeito a cidadania, direito de posse e outros direitos individuais elementares, tanto o homem como a natureza podem viver em total harmonia, que erros administrativos, mas não graves desta natureza, podem

ocorrer em qualquer Repartição, muitas vezes sem o respaldo da Chefia é que solicito o cancelamento e arquivamento dos Auto de Infração n. 287714 e Termo de Embargo n. 124183, datados de 25/07/2002.

Termos estes,

Que peço deferimento,

Aiuruoca/MG, 07 de agosto de 2002

Marco Túlio dos Santos

Com cópia para conhecimento e arquivo do:

Ministro do Meio Ambiente - Gabinete

Ministério da Justiça do Brasil – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos

OABMG – Comissão Meio Ambiente e Cidadania

Diretor do IEF de Minas Gerais

ANEXO C – Recortes de jornais com matérias a respeito da ação do Ibama em 2002 (fornecidos pelo sr. Marco Túlio dos Santos)

Recorte de matéria do jornal *Panorama Sul Mineiro* publicada em 15.09.2002

PANORAMA SUL MINEIRO

15/09/2002 1

CHEFE DA APA DA MANTIQUEIRA ASSUSTA O HOMEM DO CAMPO

Celso Guimarães, Chefe da APA, insensível aos apelos do povo da roça, pequenos produtores que plantam para a sobrevivência da própria família. Na foto o produtor de Aiuruoca, Tadeu Diniz Siqueira alega que "há 4 anos estou com um processo de cadeia no IBAMA, e até hoje nenhuma solução obtive".

Entre os meses de junho e julho, os produtores rurais dos municípios de Aiuruoca, Baependi e região viveram momentos de terror, com a visita do novo chefe da Área de Proteção Ambiental (APA) da Mantiqueira, nomeado pelo escritório estadual do IBAMA (Ins-

trumentos que têm por função promover a proteção e a conservação do meio ambiente, conseguiu indispor as populações rurais em relação a esse tipo de trabalho. Para entender a questão, é preciso saber que, desde a criação da APA, em 1985, e a demar-

fluenciada por resquícios do regime militar, dá a entender que a proteção à natureza, na sua concepção, é um caso de polícia. À base de ameaças, de multas e da aplicação de leis criadas em gabinetes, bastante distantes da realidade de quem vive, efetivamen-

Povo perplexo na reunião realizada em Aiuruoca.

Sr Landulfo, a voz de todos os produtores rurais oprimidos...

Chefe da APA recebendo crítica construtiva do Promotor, durante a reunião em Aiuruoca.

Sr Marco Túlio, em crise nervosa mal conseguiu expressar, tal grande é a sua indignação.

Entre os meses de junho e julho, os produtores rurais dos municípios de Aiuruoca, Baependi e região viveram momentos de terror, com a visita do novo chefe da Área de Proteção Ambiental (APA) da Mantiqueira, nomeado pelo escritório estadual do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente). Acompanhado de fiscais e de policiais federais fortemente armados, o funcionário, desobedecendo a um dos artigos que regem o funcionamento da própria APA, que prevê, entre outras coisas, a promoção de reuniões com a população, resolveu aplicar multas àqueles que estivessem desobedecendo as leis ambientais. O resultado não poderia ser pior. Ao invés de conscientizar e educar o povo, fazendo com que ele tomas-

se orgãos que têm por função promover a proteção e a conservação do meio ambiente, conseguiu indispor as populações rurais em relação a esse tipo de trabalho.

Para entender a questão, é preciso saber que, desde a criação da APA, em 1985, e a demarcação de suas terras, nunca houve um trabalho efetivo, por parte dos órgãos oficiais, no sentido de estabelecer um amplo debate, com os moradores da área, a respeito das estratégias comuns a serem tomadas para cumprir a necessidade de conservação do meio ambiente local. Os proprietários rurais acabam se perguntando se são eles que mandam em sua propriedade, comprada com seu dinheiro suado, ou se é o chefe da APA, que apareceu do nada, man-

fluenciada por resquícios do regime militar, dá a entender que a proteção à natureza, na sua concepção, é um caso de polícia. À base de ameaças, de multas e da aplicação de leis criadas em gabinetes, bastante distantes da realidade de quem vive, efetivamente, numa APA, eles acabaram oprimindo as únicas pessoas ainda capazes de tentar estabelecer um contato harmonioso com a natureza.

Uma APA como a da Mantiqueira é um lugar bastante especial, sob vários aspectos, para cair em mãos pouco habilidosas e insensíveis. Quem não sente e não sabe que, no caso de uma APA como essa, que abrange 23 municípios, em três estados, é preciso levar em conta o elemento hu-

Recorte de matéria do jornal *Panorama Sul Mineiro* publicada em 30.09.2002

30/09/2002 3

AÇÃO DO REPRESENTANTE DA APA FORÇA PROPRIETÁRIOS RURAIS A VENDER SUAS TERRAS

Sr Landulfo, um agricultor como tantos outros, os muitos "Srs Honestos", que vivem na pele as consequências da opressão das autoridades ambientais.

Vários moradores da região, face à repressão das autoridades ambientais, procuram vender suas propriedades. Já chega a trinta o número de proprietários que se dizem incapazes de continuar a "tocar" suas propriedades, tamanha é a ingerência do poder público sobre suas terras, assim como a burocracia imposta pelo IBAMA, com suas exigências quase impossíveis de serem cumpridas.

Todos se perguntam se não existem interesses escusos por detrás disso tudo, uma vez que a região é rica em água, um bem de inigualável importância, que parece estar despertando o interesse cada vez maior dos estrangeiros e de multinacionais por nosso país e, particularmente, por nossa região. Não é necessário ir muito longe, basta observar o caso de São Lourenço, para perceber que o estado brasileiro não tem muitos compromissos com o cidadão, quando se trata de garantir a preservação de um bem tão vital, e comum a todos, como a água. Parece que ele sempre

advoga a favor de interesses estranhos às necessidades dos brasileiros nativos, que sobrevivem sempre como heróis da cidadania.

Esse parece ser o caso dos pequenos proprietários da região. Uma ação repressiva como a ocorrida entre os meses de junho e julho, na região dos municípios de Aiuruoca e Baependi, está obrigando-os a vender seu patrimônio por preços aviltantes. A chamada APA, na realidade, é uma espécie de desapropriação passiva, em que o proprietário se vê tolhido de sua autonomia de trabalho, sendo obrigado a se reportar a um burocrata distante, geralmente pouco entendido nos assuntos do campo, "que lhe dirá o que fazer ou não."

No nosso país, existe uma legião de funcionários vivendo às custas de multas exorbitantes, que acabam subsidiando o salário dos opressores do povo. Conhecemos o grau de subdesenvolvimento de um país pela quantidade de leis que ele tem. Quanto mais leis, mais subdesenvolvido ele é, pois o objetivo é confundir o cidadão, que é o caso inverso de países desenvolvidos, como a Inglaterra, em que as leis são consuetudinárias, ou seja, baseadas nos costumes de um povo que quase desconhece a corrupção.

Esta vergonha é a raiz da violência no nosso país, porque esse tipo de legislação enfraquece o homem do campo, levando-o à cidade grande, onde se tornará mais pobre do que era, sendo presa fácil para o narcotráfico. Infelizmente, a ação do estado, no caso do chefe da APA, tem se mostrado contra o povo, que estava quieto, vivendo em harmonia com a natureza, como há séculos. A propriedade rural é o elo entre o homem do campo e o seu trabalho. Sem ela, ele não fica. Tanto é verdade, que os membros do MST almejam à propriedade individual da terra e não as propriedades coletivas.

Vários depoimentos foram colhidos de proprietários que estão vendendo suas terras e todos são unânimes em afirmar que, se fossem seguir à risca as exigências governamentais, seria melhor entregar o terreno para o representante da APA administrar, aproveitando também para pedir um emprego a ele.

HONESTO DA SILVA - FÉ DE QUE O POVO VAI VENCER

O senhor Honesto da Silva, agricultor, 69 anos, trabalha na roça desde os oito e diz que nunca na vida passou por uma situação tão humilhante. Aqui vai, na íntegra, o depoimento deste heróico agricultor: "Já estou velho e vi muita coisa nessa vida, muito governo entrou e saiu. Mas o que está acontecendo hoje está pior que o comunismo. Aparece um fulano qualquer aqui, para dizer o que eu devo fazer, sem a menor educação, sem ao menos pedir permissão para entrar no meu terreno. O que é pior, já vai entrando, dizendo que eu sou fora da lei, que eu sou criminoso, por trabalhar num terreno em que eu criei meus nove filhos

(com os olhos cheios d'água, procurando disfarçar, dá um sorriso, passa a manga de camisa no olho e continua). Olha as minhas mãos (calejadas). Criei meus filhos com enxada e penado. Ninguém, seja lá de onde for, vai dizer que eu sou criminoso. Não vivo às custas do governo, nem a minha aposentadoria consegui resolver. Prefiro morrer com dignidade do que pedir alguma coisa para essa turma que só quer tirar o dinheiro da gente. Eu só tenho pena dos meus netos, de encontrar as coisas desse jeito. De primeiro, todo mundo era mais decente. Não queria morrer sem ver a minha família arrumada, no terreno que foi do meu bisavô".

ANEXO D – Cópia de parte de obra sobre Direito Ambiental com parecer sobre a Lei nº 9.985/2000 (fornecida pelo sr. Marco Túlio dos Santos)

PAULO DE BESSA ANTUNES

Advogado – Dannemann, Siemsen – Meio Ambiente, Consultores

Mestre (PUC/RJ) e Doutor (UERJ) em Direito

Procurador Regional da República

Professor de Direito Ambiental do Mestrado em Direito da UNESA

pbessa@dannemann.com.br

DIREITO AMBIENTAL

6ª edição,

revista, ampliada e atualizada

EDITORA LUMEN JURIS

Rio de Janeiro

2002

um esvaziamento do conteúdo econômico da propriedade. Faz-se necessário, portanto, que, paralelamente ao ato de criação da unidade de conservação, seja editado decreto, declarando a área de utilidade pública para fins de desapropriação. A unidade de conservação somente se aperfeiçoará após ajuizadas as ações expropriatórias e feito o depósito correspondente. Nas unidades de conservação de "uso sustentável", em tese, não há o esvaziamento econômico da propriedade, muito embora isto possa ocorrer. Ocorre que, nestes casos, o proprietário deverá dirigir-se ao Poder Judiciário e perante ele demonstrar concretamente o seu prejuízo com vistas à obtenção de indenização pela desapropriação indireta sofrida.

O novo regime legal da criação de unidades de conservação impõe ao Poder Público que estabeleça um procedimento no qual deverão estar previstas a realização de estudos técnicos e de consulta pública, de forma que seja possível identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. A inexistência de tais procedimentos prévios, em minha opinião, torna nulo qualquer ato instituidor de unidade de conservação. Ressalte-se que, por se tratar de norma de natureza processual, o contido no § 2º do artigo 22 da Lei nº 9.985/2000 tem aplicação imediata, mesmo em procedimentos que se encontrem em andamento. É importante ressaltar que, no processo de consulta de que trata o § 2º do artigo 22, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica, por se tratarem de unidades de conservação que somente podem ser estabelecidas em terras públicas, não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º do artigo 22.

É possível a transformação, total ou parcial, de unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º do artigo 22 e resguardados os direitos de particulares nelas estabelecidos, sob pena de se configurar desapropriação indireta. Na forma do § 6º do artigo 22, *in verbis*: a *ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.*

ANEXO E – Materiais educativos

Folder – APA Serra da Mantiqueira – Formato 10 X 21 cm. (fechado)

III - o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;

IV - o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota, principalmente os remanescentes dos bosques de araucária, as manchas de vegetação primitiva, e as nascentes de cursos de água existentes na região;

V - o uso de biocidas, quando indiscriminados ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais.

O QUE MAIS DEVE SER RESPEITADO NOS LIMITES DA APA

Art. 7º - Para melhor controlar seus efluentes e reduzir o potencial poluidor das construções destinadas ao uso humano, não serão permitidas:

I - a construção de edificações em terrenos que, por suas características, não comportarem a existência simultânea de poços para receber o despejo de fossas sépticas e de poços de abastecimento d'água que fiquem a salvo de contaminação, quando não houver rede de coleta e estação de tratamento de esgoto em funcionamento;

II - a execução de projetos de urbanização, sem as devidas autorizações, alvarás, licenças federais, estaduais e municipais exigíveis.

ÓRGÃO COMPETENTE PELA IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DA APA

A APA Serra da Mantiqueira é supervisionada, fiscalizada e administrada pelo IBAMA e conta com o apoio das Prefeituras Municipais envolvidas, FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente - MG, IEF - Instituto Estadual de Florestas - MG e PNMG - Polícia Florestal no Estado de Minas Gerais, além, de órgãos ambientais do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Com vistas a atingir os objetivos previstos para APA Serra da Mantiqueira o IBAMA poderá firmar convênios com outras entidades.

"É através da educação e da informação que o povo adquire condições de participar da sociedade de modo consciente, crítico e criativo exercendo sua inteligência".

Genebaldo Freire Dias

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Superintendência Estadual do IBAMA
em Minas Gerais -
NUC - NÚCLEO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

End.: Av. Contorno 8121 - CEP: 30110-120
B. Cidade Jardim - Fone: (031) 291-6588 - R.119
BELO HORIZONTE - MG

ESCRITÓRIO DA APA (Endereço Provisório)
Caixa Postal 01
CEP: 37460 Passa Quatro/MG
Fone: (035) 371-1099

ELABORAÇÃO: NEA- Núcleo de Educação Ambiental
NUC - Núcleo de Unidade de Conservação

APA
SERRA DA
MANTIQUEIRA

Um Presente
Para o Futuro

(frente aberto)

Folder –Associação de Proteção e Educação Ambiental do Vale e da Serra dos Garcias (ASPAG) – Formato 10 X 21 cm (fechado)

Parcerias

A ASPAG conta com o apoio de vários órgãos públicos numa ação conjunta que visa a adesão da comunidade e o planejamento da ocupação e da visitação, com base na orientação dos turistas que frequentam o Vale dos Garcias.:

Nossos objetivos

Diversas iniciativas pioneiras vêm sendo desenvolvidas na Serra dos Garcias e hoje as comunidades que integram a APA da Serra da Mantiqueira têm criado associações com o objetivo de preservar a região. A ASPAG, a Fundação Matutu, a Associação de Moradores do Alto Gamarra e Serra do Canjica (SOU) são alguns dos exemplos.

Pretendemos desenvolver em Aiuruoca um projeto de preservação ambiental baseado na sustentabilidade que seja modelo, organizando o ecoturismo e gerando renda para a comunidade. Promover diversas atividades de educação e mobilização.

São metas a prioridade aos moradores no suporte às atividades turísticas, o fomento ao cooperativismo, nívelar informações e organizar eventos ressaltando aspectos ecológicos e conservacionistas.

Uma brigada de combate a incêndios foi criada para atender a Serra dos Garcias.

Visite Aiuruoca MG

GUIA DE VIAGEM

A partir de:

Rio de Janeiro
- Rod. BR-040, Km 100, Pousada Alto, Caxambu, Aiuruoca (200 km)
- Rio, Paripolis, Jd. de Foz, Aiuruoca (310 km / menos trânsito)

Belo Horizonte
- Via Fênix, Km 100, Pousada Alto, Caxambu, Aiuruoca (400 km)
- BR-040, São João del Rey, Cruzília, Aiuruoca (350 km / menos trânsito)

São Paulo
- Via Fênix, Km 100, Pousada Alto, Caxambu, Aiuruoca (360 km / sem serra)
- Via Dura, Cach. Paulista, Passa Quatro, Caxambu, Aiuruoca (350 km)
- Rod. Ayrton Senna, Rod. Carvalho Pinto, Cach. Paulista, Passa Quatro, Caxambu, Aiuruoca (350 km)

Principais Distâncias:
BH - 413 / RJ - 348 / SP - 300

TELEFONES ÚTEIS

Prefeitura: (35) 3344-1249
Polícia Rodoviária: (35) 3341-3737
Polícia Militar: 190
Hospital: (35) 3344-1234
ASPAG: (35) 3344-1802
ASPAG e-mail: Valmor@oficinaaeste.com.br
IBAMA APA MANTIQUEIRA: (35) 3363-1990
IEF PARQUE PAPAGAIO: (35) 3341-7532
Informações turísticas: (35) 3344-1249 ramal 219

Preservar o
Meio Ambiente é
proteger o futuro de
nossas gerações

(frente aberto)

Quem somos

A Associação de Proteção e Educação Ambiental do Vale da Serra dos Garcias ASPASG, localizada em Aiuruoca (MG), trabalha coletivamente pela recuperação e sustentabilidade do meio ambiente, dos bens e valores culturais e históricos, na busca da preservação dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida da região. Foi fundada em janeiro de 2004 por moradores e visitantes do Vale da Serra dos Garcias conscientes de que o futuro do município está na organização da atividade turística que preserve o patrimônio natural da região.

Reunião com vista privilegiada

Nossa Sede

A sede da ASPASG está localizada no km 6 da Estrada dos Garcias, num local de beleza privilegiada. Sua localização é estratégica, pois por ela passam necessariamente todos os visitantes que buscam os pontos mais altos do Vale e a famosa Cachoeira dos Garcias.

Lá são realizadas as reuniões mensais e recepcionados os turistas, além de cursos, oficinas, mostras de vídeo e encontros de grupo.

Sede

A região

Parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a região é considerada de interesse especial para a investigação científica e conservação da biodiversidade.

Apesar de contar com duas unidades de conservação - uma Federal (APA da Serra da Mantiqueira) e outra Estadual (Parque Estadual Serra do Papagaio) -, faltam ao município de Aiuruoca medidas efetivas para a proteção dos recursos naturais. Conhecido por suas belezas naturais, o Vale da Serra dos Garcias, que inclui a Cachoeira dos Garcias e o Retiro dos Pedros, com altitudes que variam de 1.400 a 2.000 metros, estava à mercê da visitação desordenada e do turismo "predatório", ameaças crescentes à região.

O turista aliado

O bom turista é aquele que pretende retornar e, por isto, ajuda a manter as belezas da região.

Pedimos a atenção para as placas de sinalização e a proibição da entrada de veículos em locais com altitude acima de 1.800 metros.

Ao fazer um passeio, não retire plantas nativas, não danifique as nascentes e cursos d'água e não acenda fogueiras.

Leve sempre uma sacola plástica para recolher o seu lixo, ele não combina com a natureza.

Seja bem-vindo e volte sempre !

(verso aberto)

Folheto – Campanha de Controle de Incêndios Florestais (CACIF) – Formato 21 X 14 cm (papel cartão)

Está nas suas mãos evitar este prejuízo

As consequências dos incêndios podem ser irreversíveis para a biodiversidade. Além de queimar plantas e animais, o fogo destrói abrigos, esteriliza solos, seca rios e nascentes e aumenta o efeito estufa da atmosfera, dentre outras, provocando erosões.

A previsão de poucas chuvas para o Estado de Minas Gerais, em 2001, aumentou ainda mais a preocupação do Governo do Estado com a prevenção de incêndios florestais. Por isso, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) vai intensificar os trabalhos de controle dos focos, juntamente com as empresas parceiras da Campanha de Controle de Incêndios Florestais (Cacif).

Este ano a Campanha será regionalizada, com a atuação efetiva dos Escritórios Regionais do IEF na realização de atividades de campo junto aos produtores rurais. Serão desenvolvidos planos de prevenção de incêndios, como treinamento de brigadas voluntárias, oficinas de educação ambiental e blitzes educativas nas rodovias do Estado.

O monitoramento dos focos de incêndio por satélite feito pelo IEF tem permitido antecipar e planejar uma série de ações relativas ao combate ao fogo. Mas a prevenção está nas mãos de todos nós. Colabore! Evite jogar tocos de cigarros pela janela do carro, pois isto pode causar prejuízos irreversíveis ao meio ambiente, à economia do Estado e a você.

(frente e verso)

Cartilha IEF – Formato 14,8 X 20,8 cm – 11 p.

(capa e 4ª capa)

QUEIMA CONTROLADA

QUE BOM VOCÊ TER SOLICITADO AUTORIZAÇÃO DO IEF PARA FAZER A QUEIMA. ENTÃO, VAMOS TRABALHAR!

LEMBRE-SE:

SOMENTE FAÇA QUEIMADAS COM AUTORIZAÇÃO DO IEF E NO CASO DA QUEIMA CONTROLADA, OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS SÃO:

1. COMPROVANTE DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL.
2. CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO PARA A QUEIMA.
3. COMUNICAÇÃO DE QUEIMA CONTROLADA.

CONSULTE O IEF SEMPRE QUE PRECISAR FAZER QUEIMADA.

ATENÇÃO, PESSOAL! AS ORIENTAÇÕES NECESSÁRIAS SÃO AS SEGUINTE:

1. ESTUDAR AS CARACTERÍSTICAS DO TERRENO;
2. FAZER ACEIROS NO LIMITE DA ÁREA A SER QUEIMADA;
3. COLOCAR VIGILANTES A CADA 100M DA LINHA DO ACEIRO;
4. REDUZIR A VEGETAÇÃO AO LADO DO ACEIRO;
5. TOMAR CUIDADO COM A VEGETAÇÃO;
6. PRESTAR ATENÇÃO AO CLIMA E AO HORÁRIO DA QUEIMA;
7. INSTRUIR E PREPARAR O PESSOAL QUE FARÁ A QUEIMA.

O IDEAL É FAZER A QUEIMA EM MUITÃO.

ANEXO F – Publicação eletrônica [mensagem pessoal]

Mensagem de Guilherme Figueiredo Quadros⁶⁶, multado em 2002, recebida por <angela.annunciato@gmail.com>, em 22/01/2009

Bom dia Angela, como vai?

Então vamos às respostas.

Eu estava na cidade de Aiuruoca, quando fui abordado pelo Ibama, como se fosse um criminoso.

Fui levado para o QG desta operação no Restaurante Dois Irmãos.

Fui tratado como vagabundo sem saber o que estava acontecendo.

Fomos pra pousada eu sozinho e uns 20 fiscais mais a Rede Globo e o dono do Jornal Correio do Papagaio daqui da região.

Me multaram de todas as formas, não querendo ver o trabalho conservacionista que vinha fazendo nas terras da Pousada Do Lado de Lá.

Me multaram por que fiz ponte, plantei bromélias, construí casa de pedras, construção acima de 1.800m. etc.

Eu não sabia nada sobre que era proibido construir acima de 1.800m, nem que era proibido plantar bromélia, construir ponte etc.

Não crio gado, nem faço queimada, caça, extração de pedra para comercialização etc.

Eles não estavam interessados em parceria e sim em multar. Por que multar, se eu poderia ser um parceiro ambiental, assim como já sou há muito tempo, ligando pro Ibama e IEF quando ocorrem queimadas???

Como chegar à minha casa sem a construção de ponte. Voando?

Por que ser multado no plantio de bromélia em volta da casa, se o gado dos vizinhos e bichos do mato comem ela até o talo?

Fiz curso de brigadista de incêndio e já cansei de apagar fogo feito pelos criadores de gado.

Sou vegetariano e por isso não como carne alguma. Combatemos a caça muito comum por aqui.

Explicamos para os hóspedes o cuidado que devem ter aqui com lixo, fogo, preservação etc.

⁶⁶ Guilherme tem 54 anos, é divorciado e tem o 2º grau completo. Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), foi morar na região de Aiuruoca “Por causa das belezas naturais e tranquilidade” e diz que só sairia da região “por causa das perseguições. Vim aqui pra ter sossego e paz, mais tem gente e Órgãos Ambientais Estaduais e Federais interessados em destruir o meu trabalho na pousada” (informação pessoal: Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <angela.annunciato@gmail.com>, em 22/01/2009).

Veja mais informações ecológicas no site em www.doladodela.com.br/tarifario.html

Estamos sempre pegando lixo pela estrada, inclusive deixado pelos funcionários do DER de Minas, que estão arrumando a estrada.

Estamos sempre retirando gado da propriedade, pois pisoteiam as terras e comem a vegetação rasteira.

Usamos lenha reciclada, comprada das madeireiras.

Os moradores da região têm uma imagem muitíssimo negativa dos Órgãos Ambientais.

Não existe diálogo, explicação, educação sobre as questões e leis ambientais.

Só multam.

Deveriam fazer seminários, cursos etc., explicando tudo isso para nós moradores.

Sobre a APA, acho muito importante.

Sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Papagaio, acho muito desproposital e muita área para ser desapropriada, afetando a vida de muitos que tem suas casas, famílias e trabalho aqui. Como iriam cuidar desta área tão grande, que abrange vários municípios?

Porque não fazem parceria conosco que preservamos este lugar, assim como fazem em parques de vários países, evitando gastos desnecessários e impacto social???

Nosso trabalho com turismo sustentável é muito bom, porque geramos empregos, conservamos a natureza que é a atração da pousada, fixamos o homem no campo, e fazemos o trabalho dos Órgãos Ambientais.

Pelo que sabemos, querem desapropriar a pousada para usá-la para a sede do parque, que irá explorar o turismo que já o fazemos. Não dá pra entender...

Sabemos eu e os meus vizinhos que o Ibama e o IEF se associaram a pessoas com interesses escusos mas com capital para financiar este aparato.

Inclusive a pousada já foi fechada pelo IEF, por 4 meses, porque plantei bromélias e fiz um espelho d'agua, isto tudo, financiada por um vizinho que está construindo uma pousada aqui perto e gostaria de não ter concorrentes

E por aí vai...

Abraços,

Guilherme